



Departamento de Sociologia

Cidadania e património.
Os novos direitos de cidadania, o espaço público e os processos
de patrimonialização na sociedade portuguesa

Maria Manuela Brito Reis

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:

Doutor Manuel Villaverde Cabral, Investigador Emérito,
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Aida Valadas de Lima, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Júri:

Professor Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna
Professor Doutor José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral
Professora Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira
Professor Doutor José Manuel Pinto Leite Viegas

Março, 2016

*Não me esquecerei de nada, mãe.
Guardo a tua voz dentro de mim.*

Eugénio de Andrade, *Poema à Mãe*

Para a Mariana, para o meu pai

[Mon] handicap de la parole peut par ailleurs expliquer pourquoi, tout au long de ma vie, j'ai été convaincu de la supériorité de la parole écrite. La forme écrite masque les défauts de l'oral. J'évaluais mes étudiants plus volontiers sur la base de leurs travaux écrits que sur la base de leur participation, si intelligente qu'elle ait été, aux discussions de séminaire. Et comme vous pouvez le voir, aujourd'hui encore, au détriment de mes auditeurs, je répugne à discourir librement. Ce repli vers la forme précise de l'expression écrite pourrait m'avoir encouragé à reconnaître une distinction théorique importante.

Dans l'activité communicationnelle, nous nous comportons d'une certaine manière naïvement, alors que dans la discussion [Diskurs] nous échangeons des arguments afin de mettre à l'épreuve des prétentions de validité devenues problématiques.

Habermas, 2004¹

¹ Discurso proferido por Habermas em agradecimento ao prémio Quioto (prémio anual Japonês), atribuído em 2004 [Apud Guibentif, 2010 : 189].

Agradecimentos

A minha especial gratidão vai, em primeiro lugar, para o orientador e a co-orientadora desta dissertação. Ao Professor Manuel Villaverde Cabral, inspirador de há muitos anos na observação da sociedade portuguesa, pelo seu contributo cívico, académico e científico. Cúmplice da temática que escolhi investigar, providenciou desde cedo as condições para a sua realização e esperou com incomensurável paciência e bondade pelos resultados, que ajudou a construir. Em 2000, pela sua mão, tive a possibilidade de participar no Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Ambiente, no âmbito do International Social Survey Programme (ISSP), integrado no programa Atitudes Sociais dos Portugueses do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, colaborando naquele módulo temático através da elaboração de um conjunto de perguntas destinadas a recolher informação sobre o Património. Em 2003, sob a sua coordenação, foi submetido à Fundação da Ciência e Tecnologia, o projecto para o Inquérito às Associações de Defesa do Património, cujo financiamento viria a ser aprovado.

À Professora Aida Valadas de Lima devo o início da aventura nesta pesquisa. Sabendo-me envolvida na temática do património, levou-me consigo, em 1999, para o projecto pluridisciplinar sobre a descoberta das gravuras rupestres do Vale do Côa, objecto, ao tempo, de polémicas sociais arrebatadoras que aguçavam a curiosidade sociológica. Em boa-hora. Abriu-se um novo campo de visão sobre o património que até então só tinha imaginado (e desejado) existir. A velha amizade fez o resto. Intensificando-se, a partir daí, ajudou a derrubar muitas inércias próprias do *métier*, outras tantas, - as mais dramáticas – nutridas pela força do imaginário.

O que sou, enquanto socióloga, devo em parte ao ISCTE-IUL, onde aprendi o ofício e fui alargando horizontes. Agradeço a todos os colegas com quem trabalhei, em especial, às equipas de Teorias Sociológicas, onde encontrei mais afinidade com as matérias. À Teresa Costa Pinto, ao José Manuel Viegas, ao Pierre Guibentif, ao saudoso David Miranda. Ao Juan Mozzicafreddo (de outras Teorias), com quem iniciei a docência e aprendi a ensinar. Ao Carlos Gomes, à Madalena Matos, à Ana

Saint-Maurice, à Sónia Cardoso, à Patrícia Ávila, pela solidariedade, disponibilidade e força permanentes.

A minha “visão literária” das estatísticas temperou-se no rigor matemático da Professora Maria do Carmo Botelho e do Professor Rui Brites, do Departamento de Métodos Quantitativos do ISCTE, que colaboraram, respectivamente, na análise do Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Património, do Inquérito às Associações de Defesa do Património e do Inquérito aos Visitantes da Fortaleza de Sagres. A ambos agradeço os conselhos e a disponibilidade.

À Neide Jorge, então finalista do Curso de Sociologia do ISCTE-IUL, se agradece o trabalho competente no controlo dos Inquéritos às Associações de Defesa do Património e à Inês Baptista, à data, também finalista do mesmo Curso, a base de dados do Inquérito aos Visitantes da Fortaleza de Sagres. À equipa que no terreno, em Sagres, sob minha orientação, aplicou o Inquérito, Dra. Ana Carvalho, Directora do Monumento, Dra. Raquel Roxo e demais funcionários, o meu reconhecimento pela abertura de mais uma frente de pesquisa, ainda que não viesse a ser cumprida na sua totalidade.

À Lina Cardoso agradeço a generosidade e inestimável colaboração na edição final da dissertação.

Por razões que adiante se explicitarão, a pesquisa não dispôs de meios para realizar, como seria desejável e foi planeado, entrevistas a especialistas e técnicos do património, dirigentes e associados de organizações de defesa do património. Mesmo assim, junto das associações, foi possível realizar, a alguns dos seus dirigentes, entrevistas com carácter bastante informal, que todavia ajudaram a clarificar muitas respostas (e não-respostas) obtidas através do Inquérito. Agradeço a disponibilidade e os esclarecimentos prestados.

As insuficiências que o trabalho possa revelar, só a mim podem ser cobradas por inteiro. Renovo a todos a minha gratidão.

Resumo

Associado à memória e identidade nacionais, desde o início da modernidade, o sentido e a matéria do património cultural mudaram substancialmente no último meio século. Perspectivas culturais em reformulação desde finais dos anos 70, de repente, tudo convertem em património: a arquitectura, nas suas formas de construção eruditas e populares, urbanas e rurais, os edifícios públicos e privados, monumentais e não monumentais, velhos edifícios industriais, as cidades e os centros históricos, paisagens e espaços ambientais, os saberes, as técnicas, actividades e culturas em regressão ou subalternizadas. *Heritage boom* é a expressão usada para dramatizar o fenómeno social da explosão de sítios patrimoniais, considerado como a “obsessão moderna” pelo passado idealizado perante a acelerada perda de referências sólidas de um mundo globalizado em constante mutação. O processo de patrimonialização desencadeou outros fenómenos sociais relevantes nas sociedades contemporâneas. O turismo cultural cresce proporcionalmente à diversificação patrimonial, exponenciado o número de visitantes do património. Generalizam-se atitudes sociais favoráveis aos valores de preservação do património cultural e ambiental. Emergem movimentos e grupos de cidadãos que se mobilizam por essas causas e estimulam, pela sua acção cívica, a valorização de bens culturais que se colocam fora do circuito do património monumental ou institucionalmente reconhecido. O património torna-se, deste modo, um campo apropriado à compreensão da cidadania moderna, na qual a expansão dos direitos culturais ocupa lugar central. Centrando-se na análise dos processos de renovação do património ocorridos na sociedade portuguesa, nos últimos 40 anos, nomeadamente no esforço de adequação da sua simbologia aos valores europeus de democracia, liberdade e tolerância, a dissertação tem dois objectivos. Esclarecer em que medida, movimentos cívicos e associações culturais, através do envolvimento e participação em acções cívicas de defesa do património, contribuem para a revitalização da cidadania cultural e política, invertendo os seus padrões, habitualmente baixos. Determinar em que medida o grau de “exposição ao património”, exibido no aumento de visitantes, cria ou reactiva disposições e atitudes não só para gerar ou manter visitantes regulares, mas também, simultaneamente, cidadãos mobilizáveis para a defesa dessa causa.

Palavras-chave: cidadania, direitos culturais, património, associativismo, visitantes

Abstract

Associated with memory and national identity from the beginning of modernity, the meaning and the subject of cultural heritage have changed substantially in the last half century. Cultural perspectives reformulated since the late 70s, suddenly, all converted into heritage: classical and vernacular, urban and rural architecture, monumental and not monumental public and private buildings, old industrial buildings, cities and historic city centers, landscapes and environmental spaces, skills, techniques, activities and subaltern cultures. Heritage boom expresses the social phenomenon of the growth of heritage sites, considered the "modern obsession" with idealized past before the accelerated loss of solid references of a globalized world in constant change. Heritage boom triggered other relevant social phenomena in contemporary societies. Cultural tourism grows in proportion to asset diversification, by increasing the number of heritage visitors. Attitudes favorable to heritage protection values and the environment are growing. Emerging social movements and citizen groups join forces for these causes and stimulate by their civic action, interest in cultural goods that are out of the monumental heritage circuit, institutionally recognized. Heritage becomes thus an appropriate field to the understanding of modern citizenship, in which the expansion of cultural rights occupies a central place. The dissertation focuses on the analysis of heritage renewal processes taking place in Portuguese society in the last 40 years, particularly in the effort to adapt to European values of democracy, freedom and tolerance and has two objectives. Clarify to what extent, civic movements and cultural associations, through the involvement and participation in civic actions heritage protection, contributing to the strengthening of cultural and political citizenship, reversing their patterns, usually low. Determine to what extent the degree of "exposure to heritage," appears in more visitors, creates or reactive dispositions and attitudes not only to generate or maintain regular visitors but also simultaneously mobilized citizens to defend this cause.

Keywords: citizenship, cultural rights, heritage, associations, visitors

Índice

Introdução	1
1 O Culto Moderno dos Monumentos	19
1.1. As sociedades modernas e a valorização do património	19
1.2. Dinâmicas político-culturais: património, espaço público e cidadania	25
1.3. O culto moderno dos monumentos.....	33
2 Processos de Patrimonialização na sociedade portuguesa	41
2.1. Internacionalização, descentralização, diversidade: os últimos 40 anos	41
2.2. Das pedras mortas às práticas vivas. A relevância do património material	46
2.3. Controvérsias sobre o património imaterial	57
3 Associativismo: defesa e valorização do património	85
3.1. Cidadania e direitos culturais	85
3.2. Cidadania cultural e envolvimento associativo	95
3.3. Associações de Defesa do Património em Portugal	118
3.3.1. A instabilidade do universo associativo	121
3.3.2. Associações de Defesa do Património: Associados e Dirigentes	130
3.3.3. Organização da vida associativa e avaliação do movimento associativo	142
3.3.4. Práticas de defesa do património - Tipos de acção de protecção do património	150
3.3.5. Modalidades de participação cívica e política	155
4 Públicos do património: perfis e atitudes	161
4.1. Visitantes ou participantes?.....	161
4.2. Visitantes de lugares de património	171
4.3. Tipos de património. Da heterotopia do tempo à heterotopia do espaço.	194
4.4. Valores estruturantes na construção social do património	207
5 A Política do património: o lugar do património na cidadania contemporânea	225
5.1. Atitudes e disposições	225
5.2. Direitos culturais e padrões de participação cívico-política.....	236
5.3. Associativismo cultural: contributos para a cidadania	241
Conclusão	253
Referências Bibliográficas	261
Fontes de Informação	281
Anexos	287
A – Quadros anexos.....	288

B - Inquéritos	293
ISSP 2000 – Environment II: Inquérito atitudes dos portugueses sobre o património.....	I
Inquérito às Associações de Defesa do Património 2002.....	VI
Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres 2005.....	XIII

Índice de Quadros

3. Associativismo: defesa e valorização do património

<u>Quadro 1. Número de associações, segundo a actividade desenvolvida</u>	122
<u>Quadro 2. Número de associações de Defesa do Património Cultural, por Região</u>	122
<u>Quadro. 3 Taxa de resposta</u>	123
<u>Quadro. 4 Número de sócios individuais</u>	129
<u>Quadro. 5 Ano de fundação da associação</u>	130
<u>Quadro. 6 Origem geográfica da associação</u>	131
<u>Quadro. 7 Âmbito geográfico de actuação</u>	132
<u>Quadro. 8 Fontes de financiamento/recursos da associação</u>	133
<u>Quadro. 9 Principais fontes de financiamento/recursos da associação</u>	134
<u>Quadro. 10 Idade</u>	135
<u>Quadro. 11 Nível de instrução</u>	136
<u>Quadro. 12 Classe social</u>	136
<u>Quadro. 13 Valores sociopolíticos</u>	138
<u>Quadro. 14 Participação associada</u>	139
<u>Quadro. 15 Tipo de participação associada</u>	140
<u>Quadro. 16 Tipos de património valorizado</u>	141
<u>Quadro. 17 Frequência de assembleias/reuniões</u>	142
<u>Quadro. 18 Participação nas reuniões</u>	143
<u>Quadro.19 Meios de publicitação</u>	144
<u>Quadro. 20 Fontes de informação/conhecimento sobre o património</u>	147
<u>Quadro. 21 Avaliação do movimento associativo</u>	147
<u>Quadro 22. Factores de fragilidade do movimento associativo em Portugal</u>	148
<u>Quadro. 23 Acções de protecção do património (médias)</u>	151
<u>Quadro 24. Tipo de acção para a protecção do património</u>	152
<u>Quadro. 25 Tipo de acção p/ a protecção do património e ano de fundação da associação</u> ...	153
<u>Quadro. 26 Tipo de acção p/ a protecção do património e origem geográfica da associação</u> .	154
<u>Quadro. 27 Formas de mobilização política</u>	155
<u>Quadro. 28 Grau de eficácia das formas de mobilização política</u>	157
<u>Quadro. 29 Grau de eficácia das formas de mobilização política</u>	158

4 Públicos do património: perfis e atitudes

<u>Quadro 1 Frequência das visitas a monumentos/lugares históricos</u>	172
<u>Quadro 2 Monumentos/ lugares históricos visitados nos últimos 3 anos</u>	173
<u>Quadro 3 Idade e tipo de visitante</u>	174
<u>Quadro 4 Instrução e tipo visitante</u>	176
<u>Quadro 5 Classe social e tipo de visitante</u>	177
<u>Quadro 6 Freq. das visitas a monumentos/lugares históricos na infância e tipo de visitante</u> .	178
<u>Quadro 7 Satisfação com a visita</u>	184
<u>Quadro 8 Espaços visitados</u>	186
<u>Quadro 9 Monumentos, museus, ou lugares históricos visitados no último ano</u>	188
<u>Quadro 10 Tipo de bens patrimoniais visitados no último ano</u>	189
<u>Quadro 11 Tipos de património valorizado</u>	195

<u>Quadro 12</u> Factorial em componentes principais das categorias de _____ património	200
<u>Quadro 13</u> Nível de instrução e tipos de património (médias dos factores)	201
<u>Quadro 14</u> Classe social e tipos de património (médias dos factores)	202
<u>Quadro 15</u> Habitat e tipos de património (médias dos factores)	203
<u>Quadro 16</u> Identidade geo-cultural (médias dos factores)	203
<u>Quadro 17</u> Valores sociopolíticos e tipos de património	211
<u>Quadro 18</u> Valores associados ao património por ordem de importância (1ª import)	220
<u>Quadro 19</u> Valores associados ao património por grau de importância	221

5 A política do património: o lugar do património na cidadania contemporânea

<u>Quadro 1</u> Atitudes sobre a protecção do património	227
<u>Quadro 2.</u> Factorial em comp. principais das atitudes sobre a protecção do património	229
<u>Quadro 3.</u> Nível de instrução e atitudes s/ a protecção do património (médias dos factores)	230
<u>Quadro 4.</u> Classes sociais e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)	231
<u>Quadro 5.</u> Habitat e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)	232
<u>Quadro 6.</u> Identidade geo-cultural e atitudes sobre a protecção do património	232
<u>Quadro 7.</u> Valores sociopolíticos e atitudes s/ a protecção do património (médias dos fact)	233
<u>Quadro 8</u> Atitudes sobre a protecção do património e do ambiente	235
<u>Quadro 9.</u> Mobilização política em defesa do património e do ambiente	237

A n e x o s

Capítulo 3 Associativismo e valorização do património

Quadro 1. Origem geográfica da associação e principal fonte de financiamento/ recursos....	288
Quadro. 2 Dirigentes das Associações por sexo	288
Quadro. 3 Tipos de património valorizado	289
Quadro. 4 Fontes de informação/conhecimento sobre o património	289
Quadro 5. Análise de Componentes Principais das acções para a protecção do património ..	290

Capítulo 4 Públicos do Património: perfis e atitudes

Quadro 1. Classe social subjectiva e tipo de visitante	291
Quadro 2. Valores sociopolíticos e tipo de visitante	291
Quadro 3. Atitudes sobre a protecção do património	292
Quadro 4. Idade e atitudes sobre a protecção do património (factores)	292

INTRODUÇÃO

Um dos mais belos poemas de Camões - *Com que voz chorarei meu triste fado* - cantado, no nosso tempo, por quem tanto contribuiu para o reconhecimento do Fado como Património Mundial da Humanidade, dá-nos o mote para apresentar o tema do nosso trabalho. Com efeito, são várias as vozes, sob tons nem sempre em sintonia, que nos falam do lugar do património na hierarquia dos valores primordiais das sociedades modernas. Em Portugal, as mais longínquas chegam-nos desde o período romântico pela voz de Herculano e da sua luta nos *Opúsculos* contra a “superstição do presente” que não cuida da memória do passado inscrito nos seus monumentos. O período do Estado Novo conheceu o maior impulso na preservação do património, respeitante quer à sua protecção legal, quer à intervenção directa na recuperação de monumentos e edifícios históricos. Porém, a valorização do património sob este regime exerceu-se num quadro ideológico associado a uma concepção triunfalista das glórias do passado tendente a sobrelevar bens culturais ou períodos históricos em que a componente nacionalista saísse reforçada. A fundação da nacionalidade e os Descobrimentos são os períodos eleitos para a recuperação do património com funções de identidade nacional.

A história do processo de construção social da noção de património nas sociedades ocidentais cuja origem coincide com o projecto da modernidade, em Portugal com a afirmação da sociedade liberal, não cabe no âmbito deste trabalho. Mas, cabe perguntar, na comparação com as concepções mais salientes desse processo, que transformações associadas ao conceito de património ocorreram na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril conducentes ao desenvolvimento de fenómenos sociais que legitimam o seu estudo no campo de análise da cidadania. De facto, herdeira de concepções monumentalistas do património, por um lado, e, por outro, de práticas políticas centralistas que conferem ao Estado exclusividade na sua preservação, cabendo-lhe enunciar o património a proteger e consagrar para o usar como símbolo do poder, nomeadamente na criação da identidade nacional, a sociedade portuguesa vê-se, nos últimos anos, confrontada com a superação daquelas duas noções. E, justamente,

por noções contrárias. Não só o património, enquanto instituição cultural, deixou de confinar-se aos edifícios de carácter histórico-monumental, como também a sua definição passou a integrar outros protagonistas além do Estado.

Perspectivas culturais em reformulação desde os anos 60, que se polarizam sobretudo nos anos 70/80, de repente, tudo convertem em património: a arquitectura, nas suas formas de construção eruditas e populares, urbanas e rurais, os edifícios públicos e privados, monumentais e não monumentais, os velhos edifícios industriais, as cidades, os conjuntos urbanos, as paisagens ou os contextos ecológicos em risco, os saberes, as técnicas, actividades e culturas em regressão ou subalternizadas. Eis o *heritage boom*, expressão que os seus inventores usaram para dramatizar o fenómeno social da explosão de sítios patrimoniais, considerado como a «obsessão moderna» pelo passado idealizado perante a acelerada perda de referências sólidas de um mundo globalizado em constante mutação (Hewison, 1987; Lowenthal, 2002; Walsh, 1985). A noção de património alastra a novas áreas, ultrapassando a valorização específica do monumento. Os próprios monumentos de maior significado histórico ou artístico, habitualmente apreciados na sua singularidade, começam agora a ser considerados no seu contexto, promovendo-se a revalorização dos conjuntos culturais ou naturais em que se enquadram. Por outras palavras, passa-se da noção restritiva de património, concentrada na protecção de bens culturais que já contêm em si a ideia de transmissão de memória – os *monumentos intencionais*, para usarmos a terminologia de Riegl (1984) a uma visão alargada que procura agora preservar, *patrimonializando-os*, novos tipos de bens culturais, símbolos e representações do passado longínquo ou do passado recente que o avanço da modernidade coloca em risco de destruição ou esquecimento.

Trata-se do que, há mais de um século, um dos expoentes da história da arte contemporânea, Alois Riegl, antecipando perspectivas sobre o crescimento do interesse social pelas políticas do património, designou como *o culto moderno dos monumentos*, tendência que opera transformações radicais no sistema de valores que enuncia e classifica o património e, desse modo, propicia condições para o alargamento da base social que o pode decifrar. A transformação do património, visível nos conceitos que o enquadram, na extensão a novas áreas e abrangência cronológica, vai comprovando a independência das atitudes contemporâneas relativamente aos valores tradicionais que o consagravam, como os que resultam da “qualidade artística” ou da função comemorativa, e concorrem, indubitavelmente, para que este comece a ter uma

base de construção social mais diversificada, menos elitista, bem perceptível quer no aumento, à escala mundial, de público consumidor e visitante, quer na expressão pública de movimentos e dinâmicas sociais em torno da sua defesa e valorização.

Simultaneamente, o crescimento e a afirmação política de organizações e convenções internacionais impondo filosofias de abordagem, princípios, normas de classificação e salvaguarda do património, às quais se deve a institucionalização da noção de *património comum da humanidade*, contribuíram, a par do alargamento do seu conteúdo, para o enfraquecimento da função memorial do património associada às identidades nacionais. Pelas mesmas razões, o Estado foi perdendo monopólio na competência para definir, proteger e valorizar o património. As associações de defesa do património instalam-se. Estimulam e recuperam, pela sua acção cívica, valores culturais em perda, esquecidos ou marginalizados por visões restritivas do património. As lutas e as negociações pela classificação patrimonial de bens culturais aumentam. O turismo cultural cresce proporcionalmente à diversificação patrimonial. A *política* do património torna-se componente dos sistemas políticos modernos (Guillaume, 2003). Envolvida em cortejo de problemas legais, económicos, políticos, organizacionais sobre o que e como deve ser preservado, quem pode assumir ou partilhar a responsabilidade da preservação, a *política* do património rodeia-se, para o efeito, de estruturas e dispositivos administrativos cada vez mais complexos, concertados a nível internacional. Alimentada pelo confronto de perspectivas e sensibilidades, desde logo inscrito na heterotopia dos lugares de património, mobiliza a atenção de especialistas de diversos campos de análise, poderes locais, associações, movimentos de cidadãos. Suscitando controvérsia e debate, abre, assim, mais um espaço para o exercício da cidadania.

O processo de modernização da sociedade portuguesa atraiu, sobretudo no final da década de 90, estudos relevantes que, ao concentrarem-se nos processos de cidadania relacionados com o desenvolvimento dos direitos políticos e dos direitos económico-sociais, adiaram a análise de dinâmicas associadas à eclosão de novos direitos, entre os quais se situam os direitos ambientais e culturais (Cabral, 1997, 2000; Mozzicafreddo, 1997, 1998; Santos, 1994a; Viegas *et al*, 2004). Se a “preferência” científica pode estar relacionada com a natureza do desenvolvimento semiperiférico da sociedade portuguesa, no qual os direitos políticos e económico-sociais desempenham ainda funções estruturantes na modernização da sociedade, nomeadamente no que concerne à consolidação da democracia e do Estado-providência, a verdade é que, à semelhança de outros espaços europeus, manifestações culturais propensas a incorporar

aquelas novas dimensões da cidadania também têm marcado presença. Atentos à centralidade da cultura e da sua função de modernização dos espaços sociais e dos estilos de vida, outras linhas de investigação souberam incorporar essa dimensão, identificando “ciclos de governação política das cidades” onde sobressaem os grandes eventos culturais e o património assume proeminência (Fortuna, 2002; Fortuna *et al*, 2002)². Sob o patrocínio da Administração Central, através do Ministério da Cultura, a criação do Observatório das Actividades Culturais actualiza, desde 1996, estudos nessa área, registando, entre outros ângulos de análise, a importância do investimento cultural público no património, sem deixar de conferir destaque aos municípios que apostaram também nesse factor cultural para a revitalização dos espaços locais (Neves, 2005).

Falta, no entanto, informação e conhecimento sobre o campo específico dos processos de envolvimento social e participação política dirigida para o campo cultural que têm os valores de defesa e protecção do património como expressão dos seus propósitos. Em contínua reformulação, também em Portugal, o património não se confina, no presente, apenas aos produtos da alta cultura, mas circunscreve cada vez mais áreas da cultura popular com origem rural e urbana. As mais recentes certificações como Património Mundial da Humanidade atribuídas ao Fado e à Dieta Mediterrânica, a última, em partilha com outros países da bacia mediterrânica, aí estão a comprová-lo. Se abunda, na sociedade portuguesa, observação sociológica sobre o desenvolvimento das áreas e actividades culturais proporcionado pela democratização cultural, a que *o culto moderno dos monumentos* empresta agora ainda mais dinâmica, não têm existido perspectivas que integrem essas práticas no quadro do exercício da cidadania.

O património, insistimos, já não será só representação do passado, mas sobretudo “um modo de produção cultural da sociedade actual que tem como recurso o passado” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 7) ou recursos culturais até há pouco subvalorizados e não patrimonializáveis. Nesse sentido e, simultaneamente, enquanto instituição cultural dirigida para o espaço público, é também a esse nível que se

² Só por comodidade de análise, referimos, nesta secção, apenas alguns trabalhos cujas temáticas são mais próximas do nosso objecto de pesquisa. O balanço sobre o desenvolvimento da sociologia portuguesa, em especial, no quadro da democracia, mostra bem, pelo contrário, a capacidade que esta disciplina tem revelado para “analisar, sem desfasamentos ou inibições notáveis, a diversidade e complexidade de dimensões em que se desdobra o processo de mudança social em Portugal” (Pinto, 2004: 21).

colocam os principais operadores da sua requalificação. Temos visto, e será dado conta neste trabalho, como em acções de defesa do património estão em causa bens simbólicos de interesse público que exigem também intervenção de forma pública e colectiva, à qual não se têm eximido especialistas, associações, grupos de cidadãos ou cidadãos que actuam de forma individual e isolada. A renovação do património na sociedade portuguesa com vista à adequação da sua simbologia aos valores europeus de democracia, liberdade e tolerância gerou processos de patrimonialização dos quais é legítimo esperar efeitos cívico-políticos. Quer seja pelo envolvimento em estratégias de intervenção e recursos de negociação que concorrem para a consagração patrimonial de bens culturais, quer seja pela capacidade de pressão ou influência nas políticas culturais a esse nível, o desenvolvimento dos direitos culturais, na sua conjugação com o renovado interesse social pela preservação e comemoração do património, fortalecem a cidadania, abrindo mais espaços para o seu exercício. Apurar então em que medida tais processos revitalizam cultural e politicamente a sociedade portuguesa, contribuindo para reduzir os seus padrões de mobilização e participação, habitualmente considerados exíguos, foi o principal objectivo desta pesquisa.

O interesse por este campo de análise deparou-se com défices de informação, como acima se referiu, sobretudo em três áreas fundamentais da pesquisa. Não faltam colóquios, conferências, artigos científicos e de imprensa, estudos monográficos sobre museus e outras categorias de património como atestam as referências bibliográficas deste trabalho. Também não falta documentação e análise sobre as políticas culturais relativas ao património arquitectónico e monumental, categorias patrimoniais desde sempre privilegiadas pelo Estado, dada a função que exercem no discurso sobre a identidade nacional. Mais dificuldade revelou, no campo dessas mesmas políticas culturais, a sistematização de informação relativa aos “novos patrimónios” e sobretudo ao património imaterial, a categoria mais recente certificada pelas instâncias internacionais. O que tão-somente demonstra não a rarefacção de referências e heranças culturais nessa área, mas a estreita ligação aos territórios sociais - no duplo sentido de detentores e mediadores dessas heranças -, que verdadeiramente as acolhem: municípios, comunidades, associações de defesa do património. Evidenciando uma das tendências do processo de patrimonialização que se instalou na sociedade portuguesa nas últimas décadas, tal facto atesta também dificuldades metodológicas para, no âmbito desta pesquisa, acompanhar a dispersão e diversidade culturais que o caracterizam.

Conhecer o universo das associações de defesa do património e os seus modos de acção, bem como as motivações dos visitantes de sítios patrimoniais, eram dois outros objectivos fundamentais desta pesquisa. Com efeito, estabelecer como hipótese a relação de dependência entre as dinâmicas culturais enunciadas e as mudanças na cultura política da sociedade, percebendo em que grupos ou segmentos sociais se sustenta principalmente a adesão aos valores de defesa do património e do ambiente exigia apurar, em primeiro lugar, não só a dimensão social das associações para a sua defesa, mas acima de tudo, a capacidade política de intervenção que manifestam e os modos ou canais preferenciais de expressão dessa participação. Quanto aos visitantes, a partir das percepções que formam sobre os sítios patrimoniais visitados e do quadro de valores a que associam as diferentes categorias de património, interessava igualmente perceber, em que medida o grau de “exposição ao património”, exibido na frequência das visitas, cria ou reactiva disposições e atitudes não só para gerar ou manter visitantes regulares, mas também, simultaneamente, cidadãos mobilizáveis para a defesa dessa causa.

Tarefa árdua. Sérios défices informativos marcam, no presente, o campo do associativismo cultural cujo universo, e equivalente tipologia, não são conhecidos com rigor, mesmo pelos melhores dispositivos de estatística cultural do país (Garcia *et al*, 2014). Assim, por maioria de razão, o associativismo de defesa do património, embora englobado em estudos que sinalizam a mobilização política em torno das novas causas, não pode, contudo, ser discriminado (Cabral *et al*, 2008; Viegas, 2010). Semelhante é o caso relativo aos públicos do património. Ainda que exista conhecimento sociológico, acumulado e consistente, sobre as práticas culturais dos portugueses, persiste a ausência de acervo estatístico, regular e sistemático, sobre os visitantes de lugares de património, de modo a reconstituir a especificidade da frequência, diversidade e lógica das experiências patrimoniais, que ultrapasse a clássica sociologia dos públicos acantonada à problemática da “recepção” dos bens culturais. Em abono do que afirmamos, é inevitável referir que apenas em 2014 foi anunciada a primeira fase de lançamento do primeiro grande estudo nacional de públicos de museus, a iniciar em 2015, que contará com 14 museus do universo dos 142 que integram a Rede

Portuguesa de Museus, sendo certo que, o mesmo levantamento, só em fase posterior, a anunciar, abrangerá também palácios e monumentos ³.

Não dispondo, evidentemente, dos meios necessários para suprir os défices informativos enunciados, delineámos então os passos metodológicos que permitissem, pelo menos, construir a base empírica exigível e alcançável em ordem ao cumprimento dos objectivos traçados.

A estratégia de investigação que sustenta o estudo do tema em análise combina metodologias de carácter documental, extensivo e intensivo com o objectivo de recolher informação adequada quer a diferentes fontes, quer a diferentes níveis e dimensões de análise.

Três projectos de investigação, financiados pela FCT, sediados no ISCTE-IUL e ICS-UL⁴, constituíram-se como o ponto de partida para o enquadramento empírico inicial, tendo presente, como acima se afirmava, não existir um corpo de informação sistemática sobre os hábitos, as atitudes e disposições dos portugueses relativas ao seu património cultural consagrado, muito menos aos bens potencialmente patrimonializáveis no quadro dos designados processos do *heritage boom*.

O primeiro desses projectos de investigação centrou-se na análise sociológica do desenvolvimento em Portugal «das controvérsias públicas de base científica», tomando como observação fundamental o desenrolar da controvérsia pública e dos processos de decisão política suscitados pela divulgação da existência de gravuras rupestres no Vale do Côa. Em colaboração com Aida Valadas de Lima, foi então conduzido o *Inquérito aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, que permitiu, através da análise das atitudes e práticas relativas ao património dos que

³ Cf., Vanessa Rato, “O que o traz aos museus? Why do you choose to visit museums?”, *Público*, 04-12-2014.

⁴ a) “Ciência, Política e Desenvolvimento. O Caso das Gravuras de Foz Côa”, financiado pelo Programa PRAXIS XXI (1997/00), DINÂMIA’CET – ISCTE-IUL, coordenado por Eduarda Gonçalves;

b) “Inquérito às Atitudes dos Portugueses, Ambiente 2000”, Programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* (ASP), associado ao International Social Survey Programme (ISSP), financiado pela FCT (2000-03), ICS - UL, coordenado por Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala;

c) “Cidadania e Património. Associações de Defesa do Património”, financiado pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação - POCTI / FCT, 2002/03, CIES - ISCTE-IUL, coordenado por Manuel Villaverde Cabral.

visitam as gravuras rupestres do Côa, revelar a existência de públicos do património politicamente mobilizáveis por causas atentas à transparência e democraticidade dos processos de decisão pública, caracterizados por elevada propensão para a participação cívica e a intervenção política, nomeadamente na esfera dos valores respeitantes à protecção ambiental e do património cultural (Lima e Reis, 2001). Apesar da base informativa deste Inquérito, a amostra representativa dos visitantes deste sítio arqueológico, ser de natureza quantitativa, o Parque Arqueológico do Vale do Côa tornou-se, no âmbito do referido projecto, simultaneamente um *estudo de caso* através do qual outras abordagens metodológicas foram ensaiadas.

Deste modo, para além da observação directa realizada no espaço do Parque Arqueológico, que incluiu acompanhamento de visitantes, mas também de guias turísticos do Parque e restante *staff* técnico-científico e organizacional-administrativo, a par da supervisão de alguns inquéritos realizados no terreno, em conjunto com os entrevistadores, outras entrevistas a representantes institucionais locais foram realizadas. Assim se proporcionou, através dos dados recolhidos, o primeiro retrato sociológico das dimensões analíticas a considerar no estudo das questões contemporâneas do património e que se cuidaria de testar em futuras investigações. Remetendo o seu desenvolvimento para o conteúdo dos capítulos em que assenta a estrutura do presente trabalho, vale a pena recensear algumas das questões que então se afiguraram como conclusões daquele estudo de caso, a merecer todavia melhor confirmação.

Desde logo, parecia firme, no contexto daqueles visitantes, a disposição para acolher outras heranças culturais, não circunscritas ao património monumental, distanciando-se, ao mesmo tempo, da associação daquele ao discurso sobre a identidade nacional. As novas formas de patrimonialização sustentadas na filosofia da “nova museologia” e respectiva retórica sobre as virtualidades da musealização *in situ*, da valorização do património orientada para o desenvolvimento da comunidade que o sustenta ou na qual foi “descoberto”⁵, perfilavam-se também como pressupostos dominantes. As políticas públicas de apoio ao desenvolvimento local, centradas na conciliação do crescimento económico com a qualidade dos recursos ambientais e culturais - modelo que o avanço da construção da barragem não garantia -

⁵ Especialistas reconhecidos na área da arqueologia recomendavam a submersão das gravuras como a melhor forma de as preservar, depois de investigadas e disponibilizado o seu estudo (Gonçalves *et al*, 2001).

apresentavam-se a estes visitantes, e aos olhos de associações culturais locais, como opção sem alternativa. Por outro lado, a classificação do Vale do Côa, desde muito cedo, como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO deixava bem visível o papel das organizações internacionais na certificação de bens culturais, não obstante, como era o caso, a forte controvérsia científica sobre o seu valor e, política, sobre objectivos estratégicos nacionais. Atribuindo relevância universal a tradições, contextos e valores culturais tão díspares na sua origem, como na sua natureza, promovem a aproximação e a nivelção desses bens, publicitam-nos, e assim se transformam em instrumento político fundamental do processo de globalização dos bens culturais.

Na esteira do processo de globalização cultural, outros dois fenómenos sociais, completam o perfil deste *caso* das gravuras rupestres de Foz Côa. Habitualmente chamados à colação, enquanto sustentáculos do processo de patrimonialização das sociedades contemporâneas, o turismo cultural, centrado na difusão e no aproveitamento económico do património, e as indústrias culturais, em articulação, que exploram práticas de lazer associadas à massificação de produtos culturais, têm sido considerados como actividades que instrumentalizam o património, sob a forma de festivais, feiras e mercados, reconstituições históricas, podendo exercer-se quer sobre a sua base real, histórica, quer sobre a ritualização de práticas artificialmente inventadas, assim se procedendo à sua folclorização. Embora, por razões técnicas de preservação das gravuras, o turismo cultural de massas não tenha vingado como opção em Foz Côa, nem a atracção de indústrias culturais se tenha concretizado, dada a debilidade sócio-económica da região, não faltaram desde o início do processo vozes com influência e poder políticos locais a defender essas estratégias. O turismo cultural de massas, associado a períodos de lazer e contextos de grande valor ambiental e paisagístico, haveria, contudo, de impor-se, anos mais tarde, na Fortaleza de Sagres, após a última intervenção de restauro que renovou e preparou aquele monumento para serviços culturais com novas funcionalidades, não sem ausência de forte polémica entre especialistas. O lançamento de um *Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres* foi outro instrumento metodológico, de que daremos conta mais adiante, que permitirá discutir mais aprofundadamente esta questão. Em todo o caso, podemos antecipar, os efeitos da possível mercantilização não fazem dos visitantes deste sítio patrimonial, na sua maioria, meros consumidores de “curiosidades turísticas”.

Por fim, mas não menos importante, o *caso* de Foz Côa é a todos os títulos exemplar da tese que pretendemos defender sobre os efeitos políticos do

alargamento do conceito de cidadania moderna baseada na inclusão de novos direitos relacionados com a esfera cultural, uma vez que o seu exercício se manifesta em práticas e envolvimento políticos que vão para além das lutas no terreno económico-social e se centram em exigências de maior participação cultural e cívica. O amplo movimento social que mobilizou variado espectro de grupos sociais e profissionais na defesa das gravuras, a par da alteração no processo de consulta pública que introduziu para a tomada de decisões políticas sobre aquele contexto com valor ambiental e patrimonial, ficou desde então inscrito na cultura política nacional.

O título do livro que reuniu os primeiros resultados deste projecto de investigação no qual participámos – *O caso de Foz Côa. Um Laboratório de Análise Sociopolítica* – simboliza bem quanto o estudo deste processo social foi o laboratório necessário para o ensaio de perspectivas e caminhos que não voltaram a abandonar-nos em outras iniciativas metodológicas subsequentes.

O segundo projecto de investigação em que colaborámos integrou o *Inquérito sobre as Atitudes dos Portugueses face ao Património Cultural*, tendo sido incluído no módulo nacional de outro inquérito internacional sobre atitudes sociais relativas a questões ambientais. Beneficiando da recolha de informação a uma amostra representativa da população portuguesa, tivemos, pela primeira vez, oportunidade de tentar contabilizar, a nível nacional, os ganhos de cidadania potencialmente alcançados a partir de atitudes, movimentos cívicos e práticas políticas orientadas para a defesa e valorização do património. Os três objectivos desta pesquisa destinavam-se a construir o quadro das atitudes e disposições dos portugueses perante o património, de modo a detectar valores favoráveis ao seu reconhecimento como bem colectivo essencial; a tipologia dos significados culturais mais relevantes associados à memória social, através do património; por fim, a presumível correspondência dessas atitudes e valores como formas específicas de empenhamento cívico e político para a sua defesa. Ao mesmo tempo, esta opção metodológica destinava-se a cumprir objectivos mais gerais, de natureza estatística, que suprissem de certa forma a ausência de informação regular e sistemática sobre o conjunto de fenómenos que enforma as dimensões culturais da cidadania.

Na sequência dos resultados proporcionados, tendo sido significativamente detectado um quadro de predisposições favoráveis à defesa de valores ambientais e patrimoniais, ainda que a adesão a formas de envolvimento e acção explícitas para os defender se não distribua uniformemente pela população, quisemos

avançar para o estudo das organizações e associações que em Portugal vão traduzindo ou convertendo aquela crescente sensibilidade aos valores ambientais e patrimoniais em estruturas e processos de decisão que introduzem novos temas no debate público e podem vir a alterar os padrões de cultura e participação políticas no país. Referimo-nos ao *Inquérito às Associações de Defesa do Património*, que visou conhecer o universo nacional das organizações especificamente orientadas para as acções de protecção e valorização do património. Procurou-se avaliar o peso político e social deste tipo de associativismo, bem como caracterizar os seus objectivos e quadros de acção, identificando os contextos culturais de intervenção e as formas de empenhamento cívico e político a esse respeito desenvolvidas. A inexistência de informação sistemática sobre este universo impediu a construção de uma amostra estatisticamente representativa, embora os resultados obtidos a partir do inquérito então lançado, em paralelo com outras fontes de informação, não tenha obstado, como se explicará em capítulo próprio, à identificação de processos decisivos para a compreensão da natureza e do funcionamento destas associações, bem como do seu contributo, cultural e político, para o processo de patrimonialização na sociedade.

Em fase mais adiantada da pesquisa, fui desafiada pela então Directora da Fortaleza de Sagres a conduzir um Inquérito aos visitantes deste monumento nacional, com o objectivo de caracterizar socialmente o universo dos seus visitantes e mapear as suas motivações culturais, no sentido de prover a diversificação da oferta cultural em torno deste monumento, a partir do lançamento de um *Circuito dos Monumentos do Barlavento Algarvio*, nomeadamente incluindo, para além da Fortaleza, outros conjuntos e sítios, tais como a Ermida de N^a Senhora de Guadalupe e os Monumentos Megalíticos de Alcalar. Conjugados os objectivos de gestão pública do património Fortaleza de Sagres com os objectivos próprios da nossa pesquisa, o inquérito foi lançado, embora não concluído, por falta de financiamento do organismo que tutela aquele monumento (IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). O incumprimento das metas definidas, no que respeita o número de questionários realizados, obrigou a recalcular a amostra, comprometeu a representatividade de algumas análises, mas não impediu no essencial a percepção das atitudes e disposições perante o património, a sua salvaguarda e fruição, bem como a identificação, mais evidente do que em Foz Côa, de públicos tendencialmente associados ao turismo cultural de massas. Sítio patrimonial associado à memória histórica dos Descobrimentos, sobretudo no período do Estado Novo, mas também em

tempos mais recentes, que foi sucessivamente objecto de intervenções, a última das quais, em 1988, envolvendo forte polémica sobre a filosofia da sua recuperação; sítio patrimonial integrado em contexto natural de grande valor ambiental, pela riqueza da sua biodiversidade marinha e florística, recentemente candidatado a *Paisagem Cultural da Humanidade*; sítio patrimonial, afinal, cujas qualidades se convertiam numa oportunidade de investigação que acrescentava evidência empírica às dimensões analíticas delineadas.

Não obstante o peso das metodologias quantitativas desencadeadas, fundamentais a um projecto que necessitava de construir uma base de dados alargada e representativa dos sectores sociais e institucionais mais comprometidos com o património, o lugar da micro-análise nesta pesquisa ficou salvaguardado pela mobilização de outros procedimentos técnico-metodológicos. Observação directa nos locais de recolha de informação e entrevistas em Foz Côa, como se deixou referido, acompanhamento permanente, embora à distância, dos inquiridos e entrevistadores na Fortaleza de Sagres, entrevistas a dirigentes associativos, entrevistas e depoimentos recolhidos em órgãos de comunicação social, foram instrumentos a que se recorreu, *ex ante* à recolha principal de informação, ou, *ex post*, com vista à qualificação da informação recolhida.

Finalmente, a sinergia metodológica praticada saiu reforçada com a pesquisa e análise documentais. A leitura sistemática de alguns órgãos de comunicação social, que pôde prolongar-se muito para além do calendário das pesquisas extensivas, foi confirmando, precisamente, a crescente dimensão pública das preocupações com a preservação do ambiente e do património cultural, dando expressão a movimentos, polémicas, tomadas de posição individuais e colectivas.

Mais recentemente, os recursos digitais, sob a forma de *blogs*, *sites*, *links*, exponenciaram essa fonte de informação inesgotável, que actua em rede e se auto-selecciona como “especialista” de temas e matérias que continuam o debate após ele ter cessado ou abrandado na imprensa tradicional ou, pelo contrário, iniciam o debate que depois irradia para a imprensa tradicional. A discussão sobre questões ambientais e patrimoniais na *blogosfera* e na imprensa em geral tem sido um barómetro notável não apenas para medir a pressão pública sobre essas matérias, mas também para fornecer pistas à própria investigação sociológica, desde que, de tais documentos se faça o devido uso crítico, ou seja, a avaliação permanente das condições da sua produção e, portanto, dos seus limites (Scott, 1990).

Sendo os *media* um dos meios privilegiados, como haverá ocasião de discutir, para a formação e circulação de opinião dos sectores activistas e especialistas do património, não havendo, por outro lado, disponibilidades financeiras além das absorvidas pela pesquisa extensiva, não poderíamos ignorar a “fonte de dados” que, desde final de 2007, a estação radiofónica TSF põe à disposição pública através do programa *Encontros com o Património*⁶. Do total de emissões até 2014, foram seleccionados para análise 45 entrevistados, a partir das emissões radiofónicas consideradas relevantes para o tema em análise. O discurso mediático dos actores que intervêm publicamente a propósito de questões sobre o património pode considerar-se como um operador poderoso de qualificação ou requalificação do património (Tardy, 2003), na medida em que ao exercer funções de racionalização sobre as perspectivas patrimoniais, contribui, através da sua difusão e circulação pública, para a formação de atitudes sociais. Daí a importância que concedemos a estas entrevistas.

A produção de legislação visando a protecção e valorização do património cultural não tem cessado de aumentar, bem como, a expansão e reorganização institucionais ligadas a estas funções. A análise de documentação institucional, sob o impulso quer de directivas comunitárias, quer de iniciativas internas, não pôde deixar de integrar outra linha de pesquisa fundamental para dar conta da consciência social e política relativa aos bens ambientais e patrimoniais.

Apresentada a problemática, definidos os objectivos e a estratégia metodológica, a dissertação organiza-se em cinco capítulos, desenvolvidos de acordo com a sequência a seguir desenvolvida.

O culto moderno dos monumentos é uma expressão acertada para designar a mudança da modernidade europeia com a sua própria memória através do

⁶ Trata-se do programa emitido aos Sábados, com repetição aos Domingos, resultante de uma parceria entre a TSF e o IGESPAR, actualmente Direcção-Geral do Património Cultural. O objectivo é divulgar o património cultural português nas suas diversas vertentes e contribuir para a sua preservação, a partir dos pontos de vista dos diversos especialistas que nele intervêm. Distinguido, desde 2010, com diversos prémios, entre os quais, os atribuídos pela SPA-Sociedade Portuguesa de autores, APOM-Associação Portuguesa de Museus e, em 2014, com o Prémio *Europa Nostra*, da União Europeia para o Património Cultural, que distinguiu Portugal na categoria "Educação, formação e sensibilização" (*Diário de Notícias*, 05-05-2014).

Todas as emissões se encontram arquivadas em <http://feeds.tsf.pt/Tsf-EncontrosPatrimonio> (Arquivo de emissões TSF).

património, que se delineou sobretudo a partir dos anos 70/80 e culminou no processo conhecido como *heritage boom*. Escolhendo-a para título do Primeiro Capítulo quisemos homenagear a visão centenária e perspicaz do seu autor que vislumbrou os contornos dessa transformação com razoável presciência. São discutidas neste capítulo as principais tendências de transformação cultural das sociedades contemporâneas, com o objectivo não só de demonstrar a centralidade a que o campo cultural ascendeu em quase todas as dimensões da vida moderna, mas para sublinhar a aproximação de dois processos que pareciam correr em separado: a cidadania, que tem hoje uma dimensão cultural profunda, visível na adesão a novos valores como os de preservação da diversidade cultural e ambiental, e o património, que se foi constituindo numa cadeia alargada de heranças culturais e se transmuta de discurso histórico do Estado e das elites em discurso público partilhado por grupos sociais orientados por uma nova cultura política que tem na defesa de causas e valores culturais o alvo da sua motivação. À deshierarquização do património, que conduziu ao *heritage boom*, coincidindo com o colapso da distinção entre alta cultura e cultura popular, corresponde a re-politização dos bens patrimoniais assumida por mais camadas sociais que elegem agora outros patrimónios e neles investem envolvimento social e político. Não se ignoram perspectivas que consideram a patrimonialização das sociedades modernas como efeito de processos de mercadorização e massificação cultural que despolitizam e estetizam o passado, preparando-o para o consumo de eventos artificiais e ilusórios. Assume-se, porém, nesta dissertação, que a adesão contemporânea ao património se pode fundamentar também noutros factores que não o reduzem apenas a mais um elemento de consumo urbano ou turístico. Um desses factores, além dos mencionados, não andarão longe da mudança no quadro de valores, bem sinalizada por Riegl, que socialmente se foi construindo, nas últimas décadas, em torno dos bens culturais que merecem ser preservados. Entrecruzando-se com essa mudança de valores, o “culto moderno” do património engloba, porém, outros processos enunciados neste capítulo, cujo aprofundamento se cuidará de desenvolver ao longo do trabalho em diálogo com os suportes empíricos adequados.

No Segundo Capítulo são apresentados e discutidos os processos de patrimonialização mais relevantes que atingiram a sociedade portuguesa nas últimas quatro décadas. Três movimentos enformam as principais fases da sua institucionalização. Internacionalização, descentralização e diversidade. Nas três primeiras décadas da democracia, perante a necessidade de adequação dos símbolos da

identidade nacional aos valores de liberdade, democracia e tolerância resultantes da integração europeia e beneficiando, nesse período, de importantes fundos comunitários, as políticas culturais do património absorveram a totalidade dos esforços na reabilitação do património monumental. Ao mesmo tempo, no entanto, aprofundando a descentralização política proporcionada pela institucionalização da democracia, os municípios, em colaboração uma vez, outras em divergência, com associações de defesa do património, algumas renascidas de velhas associações recreativas, elegeram os patrimónios locais como objecto fundamental das suas políticas culturais. Desta forma, se foram inscrevendo, fora dos grandes centros urbanos, onde se concentra o património monumental, paisagens culturais que complementam, pela sua diversidade, o património consagrado, e dão visibilidade nacional ao processo de explosão do património, iniciado nas sociedades europeias e que em pouco tempo se expandiu mundialmente. Analisados os principais documentos internacionais que regulam a política do património, aos quais Portugal adequa as suas orientações, regista-se um hiato, não cronológico, mas institucional entre os dois processos de patrimonialização. Apesar da retórica dos textos oficiais, consagrando abertura e apoio à diversificação patrimonial, o *heritage boom* nacional decorria sob o impulso de iniciativas à margem das estruturas político-administrativas centrais. As controvérsias, de que damos conta, acerca da Convenção da UNESCO que consagra o património imaterial para dignificar manifestações culturais que não têm como principal suporte o património físico, ilustram de forma exemplar o desfasamento mencionado. Apenas em 2009, ratificada em Portugal aquela Convenção, se conferiu dignidade institucional, dotando-as de estruturas jurídicas e administrativas equiparáveis às que se criaram para o património construído, às expressões ou heranças culturais que, pelo menos, desde os anos 80, se expandiam no terreno. Essencial neste percurso, entre outros protagonistas, foi o papel das associações de defesa do património, razão pela qual, no capítulo seguinte, se dará continuidade ao aprofundamento das estratégias de patrimonialização desenvolvidas nas últimas quatro décadas da democracia portuguesa.

O Terceiro Capítulo centra-se essencialmente na análise dos resultados do *Inquérito às Associações de Defesa do Património*. Resultados que devem lidos, em primeiro lugar, com a prudência que recomenda a avaliação de um estudo pioneiro que se debateu com a ausência, neste campo específico, de bases de dados, sólidas e sistemáticas, que identificassem o universo real deste tipo de associativismo cultural. Se não foi possível atingir esse universo com rigor, conseguiu-se todavia, recorrendo a

documentação variada, delimitar as origens da sua ancoragem no tecido social. O associativismo de defesa do património existe no terreno desde os primórdios do regime democrático, reformulou-se à medida que se reviam as concepções sobre o património, em alguns casos a partir de contextos associativos anteriores, populares ou de bairro, na sua maior parte, porém, resultando do quadro de liberdade e recomposição política então iniciado. Demonstrando capacidades de dinamização cultural dos espaços sociais em que actuam, de negociação ou mesmo de autoridade técnico-científica para impor a sua visão sobre o que pode constituir a herança cultural comum, as iniciativas destas associações ficam ligadas a importantes processos de patrimonialização na sociedade portuguesa. A natureza organizacional das associações de defesa do património destaca-se pela sua fluidez e informalidade, baseada em pequenas estruturas flexíveis, revelando ainda, a estrutura dos seus recursos humanos, competência para mobilizar com celeridade outros associados ou colaboradores esporádicos de iguais competências. A composição sócio-profissional dos seus membros, tecnicamente qualificada para as áreas do património, aliada à elevada autonomia individual que tal qualificação comporta, consente modos de funcionamento e activismo político para representar interesses da sociedade civil neste sector cultural que não passam necessariamente nem pelo tamanho do seu universo nem pelo quantitativo dos seus associados. Exprimem-se preferencialmente nos *media* nacionais e locais, em revistas próprias e outros documentos de divulgação pública, promovem com regularidade acções de divulgação sobre o património, desse modo, contribuindo para captar e manter na esfera pública o interesse social por estas questões culturais. Em ponto introdutório a este capítulo, previamente à análise do processo de desenvolvimento do associativismo de defesa do património, procurou discutir-se o tema dos direitos culturais. Sustenta-se que a sua origem e especificidade, no quadro dos direitos civis, políticos e sociais, os torna especialmente propensos a desencadear efeitos positivos ao aprofundamento da cidadania.

Transformações decisivas no campo cultural originaram práticas generalizadamente diferenciadas e diversificadas quanto à fruição dos bens e actividades que nessa esfera se produzem. Práticas que se globalizam e exercem em cumulatividade crescente. O património, como se tem exemplificado, exprime bem esse processo. À luz destas considerações, mobilizando os resultados do *Inquérito Nacional às Atitudes dos Portugueses* e dos Inquéritos aos visitantes de dois sítios patrimoniais, aborda-se no Quarto Capítulo a natureza das experiências patrimoniais numa

perspectiva que não se limita à avaliação da recepção cultural dos bens que se têm expandido nesse campo. O que move os visitantes ou turistas culturais do património? Que tipo ou categorias de património são objecto de sua preferência? Que valores e símbolos estão presentes na escolha e na apreciação dos bens patrimoniais? Que interesses revelam ou retiram os visitantes da sua caminhada turístico-cultural? Quais os percursos que seleccionam durante a visita? Que memórias guardam da visita e como a utilizam em futuras actividades culturais ou outras? Que experiências culturais e sociais, afinal, retiram das visitas ao património? Perspectivas críticas sobre o *heritage boom* não têm contribuído para esclarecer respostas a todas as perguntas enumeradas. Reduzindo aquele processo a ficções sobre o passado, imaginadas em sociedades que perderam referentes sólidos, a movimentos de estetização do quotidiano urbano, sujeitos à pressão mediática do consumo de imagens, ou aos efeitos económicos do turismo, transformam a atracção contemporânea do património em formas de consumo e entretenimento que a inevitável mercantilização da cultura, com o seu cortejo de indústrias, não cessa de multiplicar. No entanto, as experiências patrimoniais - mostram alguns resultados dos inquéritos -, também comportam conhecimento e reflexividade. O associativismo nessa área, analisado no capítulo anterior, comprova-o e o “rasto patrimonial” evidenciado no comportamento dos visitantes salienta-o: familiarização com vários tipos de património, em espaços rurais e urbanos, acumulação de experiências, compreensão dos conteúdos transmitidos, capacidade de auto-organização dos percursos no interior dos sítios. O património, pela sua fisicalidade, evocação do lugar ou enquanto expressão de manifestações culturais em exercício desperta emoção, tanto mais expressiva quanto se liga ao quadro de valores que agora o ressignifica. Dele se dará conta. Se não pudemos responder a todas as perguntas que acima colocávamos, ainda assim inventariámos modos de interrogar que, ao detectarem a ausência de uma geografia cultural dos visitantes, apta à leitura das suas lógicas de apropriação diferenciadas consoante os tipos de património, permitem todavia a percepção de outros factores que concorrem para a sua actual atractividade. As práticas culturais de visita ao património são prenunciadoras da formação de atitudes de adesão aos valores de defesa do património, podendo tomar-se como medida indirecta do envolvimento cívico para a sua salvaguarda. Nesse sentido, os inquéritos também mostram que os processos de patrimonialização na sociedade portuguesa contribuíram para a assunção de valores de protecção dos recursos culturais e ambientais como valores e dimensões integrantes da cidadania.

O Quinto - e último - Capítulo, não se ocupa das políticas culturais, no sentido da normatividade que o Estado vai estabelecendo para o campo do património. Alguns dos efeitos dessas políticas foram sendo discutidos no quadro de outras matérias desenvolvidas ao longo da dissertação. É, antes, sobre as orientações e os padrões de acção que se expressam social e politicamente para a resolução de questões relativas a um bem público, como é o património, que procuraremos reflectir. Por outras palavras, trata-se da *política* do património, para além das políticas que o enquadram, e que discutiremos em torno de três questões. A matriz de atitudes que se estrutura junto da população portuguesa sobre as prioridades nacionais que estabelece para a modernização do país, a especificidade dos padrões de envolvimento e participação políticos referentes ao campo cultural e, por último, as consequências para a cidadania, resultantes do investimento associativo que em diversas frentes do património cultural se foram revelando. Perante opções de desenvolvimento para o país, implicando determinados esforços, esboça-se uma hierarquia de prioridades que coloca o património e o ambiente em lugares cimeiros, embora, certamente pelo facto de a sociedade portuguesa não ter atingido os níveis de riqueza de outros países, o segundo mereça disputa entre outras prioridades. As atitudes, generalizadamente favoráveis ao património, não se convertem em níveis expressivos de participação política ou envolvimento associativo para a sua defesa. Essa discrepância relaciona-se, entre outros factores, com a especificidade dos padrões de participação cívico-política na área cultural: a dispersão do património torna mais frequentes, incertos e imprevisíveis os modos de acção, os contextos sociais, adversos ou colaborantes, em que emerge o património, a lógica da acção colectiva inerente à disputa sobre bens públicos, como o património, que pode determinar que o seu usufruto dependa de menor esforço colectivo. Ainda assim, como se verificou em capítulo anterior, a sociedade portuguesa tem contado com o dinamismo de associações de defesa do património, desafiando concepções, políticas, espaços sociais e culturas em perda. Ainda que difíceis de quantificar, efeitos consistentes e inequívocos derivam das práticas de envolvimento associativo para a defesa do património, nomeadamente contributos para maior diversidade cultural, maior proximidade e reflexividade da população com o seu património, fortalecimento cívico e capacidade de auto-mobilização. Dos seus resultados para a reconfiguração da cidadania e qualidade da democracia se fará o balanço neste capítulo final.

1 O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS

1.1. As sociedades modernas e a valorização do património

Discutir a relação entre os termos que dão o título principal a esta pesquisa - *Cidadania e Património* – equivale a discutir os quadros de referência que alimentam essa presumida relação. A clarificação do contexto teórico de partida permite então enunciar os temas básicos que nortearam a pesquisa.

Em primeiro lugar - alguns autores têm-no salientado - os *estudos culturais* e os *estudos sobre a cidadania* parecem sugerir que nada há de comum entre eles (Turner, 1993).

De facto, a tradição das ciências que têm estes temas por objecto de estudo, e a literatura científica que a esse respeito têm produzido, mostra que são dois assuntos trabalhados separadamente. Podemos facilmente reconhecer que existe um hiato (analítico) entre o desenvolvimento dos direitos de cidadania e o seu exercício, estudados pela Ciência Política, e os padrões de participação nas actividades culturais, estudados pela Sociologia da Cultura que lida *grosso modo* com as desigualdades sociais neste tipo de consumos.

Em termos bastante simplificados, poder-se-ia afirmar que o quadro principal das preocupações analíticas dos dois campos de estudo assinalados se pode resumir, no que respeita o último, a associar cultura a arte, ou, pelo menos, às suas manifestações mais eruditas, entre as quais, precisamente, as que estão na origem dos museus e do património, ou seja, procurando reconstituir os processos de produção, circulação e recepção do sentido dos bens culturais consagrados, em última análise, os padrões sociais de acesso a esses bens (Bourdieu, 1996; Heinich, 2004). Por outro lado, embora as perspectivas que suportam o seu campo de estudo se achem em reformulação perante as grandes recomposições sociais e políticas das últimas décadas, a cidadania aparece fortemente associada à ideia de uma comunidade política (um Estado-Nação

nas sociedades ocidentais), marcada por um quadro legal de direitos e obrigações, através do qual os cidadãos desenvolvem laços de pertença e identidade com essa comunidade política, e portanto, laços de inclusão ou exclusão dessa comunidade (Brubaker, 1992; Close, 1995; Einhorn e Kaldor, 1994; Habermas, 1994; Spinner, 1994; Steenbergen, 1994a; Twine, 1994).

Durante décadas dominada pelos trabalhos de Bourdieu iniciados nos anos 60, precisamente com o estudo dos públicos da arte (museus e galerias) e culminando nos anos 80 com a sua obra de referência - *La Distinction. Critique social du Jugement*, a Sociologia da Cultura desenvolveu a teoria dos consumos culturais, designada também como teoria da legitimidade cultural, de acordo com a qual existem distâncias e relações socialmente diferenciadas em relação à cultura, tendo inspirado pesquisas (*sociologie d'enquête*) em todo o mundo académico, *maxime* análises estatísticas sobre as práticas culturais em diversos países. Bourdieu mostrou para França, e outros trabalhos replicaram-no em diversos países, que a participação cultural ou a fruição de bens da alta cultura exige, entre outros, escolarização elevada, algum capital económico, mas, sobretudo, familiaridade precoce com o mundo da arte, i.e., um *habitus* que incorpora desde cedo disposições, valores e competências para apreciar (e consumir) objectos culturais mais exigentes. Procurou igualmente demonstrar que os bens culturais considerados legítimos (obras de arte, obras primas da humanidade, a grande literatura, etc.) – com razão o património, pelo menos enquanto foi consagrado apenas nas suas expressões mais eruditas -, em função da demarcação que operam perante outros produtos culturais considerados ilegítimos ou vulgares, incorporam marcas de distinção tendentes a exercer funções sociais de dominação sobre os grupos culturalmente mais desfavorecidos. Esta perspectiva, no quadro de algumas críticas que suscitou, insistindo no papel de reprodução das desigualdades sociais, não permite conceptualizar a cultura nem como campo autónomo, apesar dos esforços do próprio Bourdieu (1996) e da sua teoria dos campos, nem como lugar de inovação, o que seria ontológico à própria criação cultural (Alexander, 1995; Alexander e Smith, 2002). A partir de outro quadro analítico, que incorpora nomeadamente variações intra-individuais dos comportamentos culturais, outro autor sublinha ainda transformações culturais importantes nas últimas décadas, as quais permitem uma leitura mais dinâmica das funções da cultura nas sociedades modernas, mostrando como os agentes sociais, independentemente da classe social de pertença, detêm competência para escolher o “menu cultural” do qual querem fruir (Lahire, 2004).

Do lado da investigação sobre cidadania, é forçoso referir o trabalho pioneiro de Marshall (1992) nos anos 50 e a sua clássica tipologia sobre as três principais formas de cidadania - civil, política e social - que acompanham a evolução dos direitos e do sistema político nas sociedades ocidentais, sendo que é sobretudo através da última categoria de direitos (sociais), e do seu alargamento, que as sociedades ocidentais conseguem maiores níveis de integração na sociedade das suas populações, ao mesmo tempo que logram manter e reproduzir o sistema de desigualdades que acompanha o capitalismo. Esta tipologia, tão marcante em todos os trabalhos posteriores sobre cidadania, como o foram os trabalhos de Bourdieu na área da cultura, aparentemente pouco nos diz sobre os direitos culturais ou a participação política dirigida para o campo cultural – no fundo, sobre processos que ocupam, justamente, lugar central na organização das sociedades modernas (Beck, 1992); Castells, 2000). O entendimento de novas questões sociais, a partir da recuperação do conceito de cidadania, alargando o seu âmbito teórico, está, de facto, presente nas preocupações analíticas de diversos autores.

O aparecimento de novos problemas, como as questões ambientais e os fenómenos de globalização ou o surgimento de novas abordagens sobre problemas existentes, como as questões do género e da exclusão social, dos direitos das minorias étnicas ou religiosas, por exemplo, têm suscitado, na maior parte dos países europeus, estudos e linhas de investigação que apelam à mobilização do conceito de cidadania como instrumento de análise essencial na compreensão das sociedades actuais. Basta, no entanto, percorrer o índice de um manual de estudos sobre cidadania (Isin e Turner, 2002) para verificar quanto esta área se revela não só como um campo académico não institucionalizado, segundo os termos dos próprios editores do manual, mas também quanto área pouco firme teórica e analiticamente, atravessada pela diversidade de temas, abordagens e formas da cidadania aí tratados que a torna menos operacional para funcionar como um programa de investigação no quadro da sociologia.

Nos dois temas cuja relação se pretende abordar - cidadania e património -, há também dinâmicas de mudança suficientes para levar a pensar sobre a pertinência do seu estudo conjunto, quer na esfera dos direitos culturais, do seu exercício e do debate público que inspiram, quer na esfera cultural, no que respeita às suas condições de produção, intermediação e consumo.

O interesse social crescente pela protecção e valorização do património cultural, consubstanciado em organismos nacionais e internacionais de protecção,

movimentos cívicos, polémicas públicas, associações para a sua defesa, enquadra-se precisamente no processo de transformação da cidadania que vem assistindo à eclosão de novos temas de debate, extensão ou reformulação de direitos, à reformulação dos espaços para o seu exercício ou à conquista de novas instâncias para a sua realização. A sensibilidade aos valores de defesa do ambiente e do património que se vem registando nas sociedades contemporâneas prende-se com a emergência de valores sócio-políticos associados à qualidade de vida em geral, mas também à qualidade da democracia, tendentes a privilegiar dimensões culturais da vida individual e colectiva, em detrimento, ou a par, de orientações predominantemente voltadas para o bem-estar económico e a coesão social (Inglehart, 1995). Representa uma forma de percepção social dos impactes negativos resultantes do processo de industrialização sobre os recursos naturais e culturais, agora potenciados pela globalização, que alguns autores conceptualizam como a emergência da “sociedade de risco” (Giddens, 1992; Beck, 1992; Beck, 2000), mas acusa, sobretudo, mudanças significativas na cultura política das sociedades contemporâneas. A deslocação de interesses e conflitos da esfera económica para as esferas política e cultural tem conduzido a exigências de maior participação política nos processos de decisão, mas também de emancipação, autonomia e expressão individual, para além, do próprio efeito de alargamento dos direitos humanos (Offe, 1985; Habermas, 1996b).

Em Portugal, ao interesse social crescente pela preservação do património cultural não tem correspondido o interesse científico orientado por perspectivas que o enquadrem na lógica do alargamento da cidadania (Reis, 2004). País semiperiférico (Santos, 1994b), sublinhe-se, de novo, a análise dos processos de modernização tem-se concentrado no desenvolvimento dos direitos políticos e económico-sociais (Cabral, 1995; 2008; Freire *et al*, 2010; Mozzicaffredo, 1997; 1998; Santos, 1994), preterindo o estudo de processos que se acham relacionados com a eclosão de direitos ou formas de envolvimento cívico relacionados com a área cultural. Não obstante o quadro de “cidadania passiva” que em geral nos devolvem esses estudos e se manifesta em baixos índices de participação política individual ou associada (Cabral, 2000; Cabral, 2010; Viegas *et al*, 2004; Santos, 1994), acumulam-se sinais de mudança deste perfil de cidadania. Como outros estudos têm apontado, a crescente sensibilidade aos valores ambientais e patrimoniais tem conduzido à institucionalização progressiva de novas formas de organização e mobilização políticas (Caninas, 2010; Figueiredo *et al*, 2003; Gonçalves, 2001; Lima *et al*, 2001; Lima *et al*, 2004; Mendes et

al, 2005; Nave et al, 2000; Nave *et al*, 2001; Reis, 2004). O nosso próprio trabalho, que aqui apresentamos e discutimos, dedicando especial atenção às atitudes, aos movimentos e debates protagonizados pelas associações culturais em torno da defesa do património pretende ser um contributo para contabilizar os ganhos de cidadania a esse respeito alcançados.

No quadro das dinâmicas de transformação cultural e política referidas, destacam-se dois processos que abordaremos em separado para justamente salientar a estreita relação que entre eles se pode construir. Em primeiro lugar, os processos de transformação no campo cultural, entre os quais sobressai o fenómeno conhecido por *heritage boom*, a partir dos anos 70/80, que designaremos por patrimonialização da sociedade (Choay, 1996; Lowenthal, 1996; Walsh, 1995). Quanto aos processos de transformação no campo político, sobretudo os que abrangem mudança no padrão de conflitos, nos agentes políticos e nos contextos da acção política, ou seja, nos canais tradicionais de fazer política, deles se dará conta mais adiante.

Vários processos em simultâneo operam transformações fundamentais na esfera cultural, alguns dos quais têm efeitos importantes no que respeita ao modo de conceptualizar e delimitar o campo do património. *Hipermodernidade* (Lipovetski), *pós-modernidade* (Lyotard, Foucault), *modernidade líquida* (Bauman), *modernidade inacabada* (Habermas), se não se equivalem no plano analítico, todavia são quadros de referência que fazem parte do debate essencial para a compreensão das dinâmicas da sociedade moderna e das transformações que a têm atingido, nomeadamente a nível cultural.

Correndo o risco de enveredar por uma espécie de palimpsesto de conceitos, a presença destes quadros de referência ajuda a identificar alguns processos para os quais queremos chamar a atenção. À cabeça, o colapso da distinção entre alta cultura/cultura popular ou de massas e a hibridização cultural ou mistura do popular e do erudito, com a conseqüente “desdiferenciação” dos consumos culturais. A este processo não é alheio o papel das indústrias culturais, no sentido em que massificam, dessingularizam, os produtos culturais através de um sistema de produção industrial de entretenimento, desenvolvendo, portanto, o processo de mercantilização da cultura. Desde os anos 40, Horkheimer e Adorno (1974), um pouco antes, Walter Benjamin (1992), explicavam como a cultura de massas, aliada à capacidade técnica de reprodução de objectos culturais, retira a aura à obra de arte, embora multiplique as suas possibilidades de exposição, diminua as distâncias entre o autor e o público,

aumentando as possibilidades de participação deste na criação daquele, em suma, modificando as funções sociais da arte e da cultura (Benjamim, 1992). A perda de importância da hierarquização dos bens culturais leva ao enfraquecimento da hierarquização dos públicos e dos consumos, gerando fragmentação e grande pluralismo de práticas e preferências culturais que passam a fazer parte do modo de lazer, senão das classes mais desfavorecidas culturalmente, de forma generalizada, pelo menos abrangendo mais camadas sociais das classes médias e superiores. *Dissonâncias culturais*, é como Lahire (2004) designa o fenómeno: a mesma pessoa, ou, dentro do mesmo grupo, frequenta o concerto de música clássica e a discoteca, o museu e o parque temático, o teatro e o futebol.

São grandes as consonâncias e a simultaneidade deste processo com as concepções em que o património se tem metamorfoseado. O fenómeno acima designado por *heritage boom* diz respeito ao substancial alargamento da noção de património que se concretiza sobretudo em três vertentes (Choay, 1996).

Em primeiro lugar, o alargamento de natureza *tipológica* cria condições para proteger e valorizar não só o património histórico-monumental consagrado, associado às elites e ao Estado, mas também outro tipo de bens culturais, agora abrangendo maior diversidade de objectos. Edifícios industriais, conjuntos urbanísticos (centros históricos e bairros), casas rústicas, quintas, parques e jardins, eventualmente sem grande prestígio arquitectónico ou valor artístico, todavia memória de actividades, saberes e modos de vida, tornam-se objecto de protecção e passam a engrossar a lista do património. A hierarquia dos bens patrimoniais desvanece-se.

Em segundo lugar, o alargamento de natureza *cronológica*, incorporando *épocas* ou *estilos* tradicionalmente não consagrados, aumenta o campo cronológico do que pode vir a ser considerado património. O extraordinário desenvolvimento da arqueologia por todo o mundo, mais recentemente em Portugal, com a multiplicação de estações arqueológicas classificadas, constitui um dos melhores indicadores do interesse social pela descoberta, pelo conhecimento e pela preservação do passado mais distante ou menos monumental. Permite igualmente, este alargamento cronológico, patrimonializar passados e memórias mais recentes marginalizados pelo processo de modernização ou que este coloca em rápida extinção. A recente revalorização do mundo rural ou de espaços urbanos que evocam fases recuadas da industrialização traduz bem esta vertente da extensão cronológica do conceito de património. Ao mesmo tempo interpela directamente formas específicas de registo e conservação dessas memórias.

Por outras palavras, nem sempre possuindo referentes ou suportes físicos de carácter monumental ou de grande valor artístico, aqueles passados recentes ou em extinção vão agora buscar aos hábitos, aos saberes, às memórias dos seus protagonistas – ou melhor, à representação que sobre eles se construiu - os critérios para a sua patrimonialização. Eis uma das fontes importantes, senão a principal, do crescimento de categorias do *património imaterial* nas sociedades contemporâneas avançadas.

Finalmente, o alargamento de natureza *geográfica* permite incluir em categorias de património não só cada vez mais lugares, sítios, edifícios, manifestações culturais de todo o mundo, mas também, sobretudo, internacionalizar os valores patrimoniais e as orientações políticas relativas à sua preservação. A existência de organismos internacionais que classificam, promovem e consagram bens patrimoniais exemplifica bem esta vertente. Dito de outro modo, o crescimento mundial da noção de património sustenta-se em duplo movimento. Por uma parte, “o processo de globalização contribuiu em definitivo para a assunção de que existem povos e culturas não ocidentais que têm a sua própria história” (Featherstone, 1995: 88), por outra parte, corresponde à exportação, para outros espaços geo-culturais, do modelo através do qual as sociedades ocidentais, desde a modernidade, forjaram a relação com o seu legado cultural e construíram a necessidade de preservação dessa memória através dos seus monumentos, museus, celebrações.

1.2. Dinâmicas político-culturais: património, espaço público e cidadania

Quanto à relação que propomos estabelecer entre a importância das dinâmicas culturais enunciadas e as transformações na cultura política das sociedades contemporâneas, com efeitos no sistema político, sem prejuízo de outras abordagens necessárias, há três temas que julgamos útil salientar nesta fase da discussão.

Em primeiro lugar, da vastíssima problemática da cidadania, das principais tradições filosófico-políticas que a enformam, liberal e republicana, conducentes a amplas reinterpretações que visam apurar as concepções sobre a

democracia⁷, não pretendemos aqui fazer debate, a não ser tomar em consideração alguns pressupostos comuns aceites por grande parte da investigação sociológica nesta área e que nos permitem aproximar melhor do nosso objecto de análise.

Aceitaremos assim, de bom grado, a ideia de que as perspectivas da cidadania que colocavam no centro da sua análise os direitos legais associados ao Estado-nação, ultrapassadas por fenómenos como a globalização, acham-se hoje superadas nessa concepção por uma outra que tende a defini-la como um *processo* no seio do qual o individuo - o cidadão -, individualmente ou em grupo, negocia e expande ou perde direitos nos mais variados sectores da vida social (Isin e Turner, 2002). É esse mesmo processo que ao localizar agora o centro da análise nas normas, nas práticas, nos significados ou nas identidades, ao invés dos direitos legais, dá lugar e legitima estudos sobre as mais variadas formas de cidadania: sexual, religiosa, cultural, multicultural, ecológica, pós-nacional e cosmopolita, para só citar algumas das linhas de investigação recenseadas no manual que vimos seguindo (Isin e Turner, 2002). A nova cultura política, protagonizada por grupos com interesses específicos em determinados temas de índole cada vez mais diversa, apropria-se e utiliza a linguagem da cidadania para encenar e defender os seus objectivos. São, todavia, os direitos que dão suporte legal e garantia ao envolvimento e à participação nos desígnios da sociedade, pelo que a cidadania se desenvolve sempre na base dessas duas dimensões: existência de direitos e modalidades de participação para o seu exercício.

Em segundo lugar, convém igualmente não perder de vista outras conceptualizações referidas, que combinam com estes entendimentos sobre as novas formas de cidadania, embora tenham por paradigma a sociedade de *risco* (Giddens 1995; Beck, 1999) ou a sociedade *em rede* (Castells, 2000).

Em traços simples, consideram-se os efeitos destrutivos do processo de industrialização, a incerteza no progresso tecnológico e científico como instrumento infalível na resolução desses efeitos, a par da globalização implícita em tal processo, potenciada pelas novas formas de comunicação digital, que desnacionaliza os problemas e, conjuntamente, transfere capacidades de decisão política para esferas supra ou infra

⁷ A este respeito é inevitável referir (Habermas, 1996b), quer pela discussão que aí faz dessas tradições, quer pelo diálogo permanente que mantém com autores bastante críticos das suas perspectivas, alguns próximos daquelas tradições, não sendo de somenos importância a atenção que esta obra suscitou, dando origem a outras investigações que prosseguem o debate sobre cidadania e democracia.

nacionais (locais e regionais). O impacto destes efeitos conjugados no ambiente e no património natural, a que poderíamos acrescentar o património cultural, torna possível o aparecimento de movimentos de protesto ou de conflitos de interesse em torno da defesa de valores ambientais e culturais que se foram desenvolvendo localmente, isto é, fora dos canais institucionais de resolução dos problemas políticos e no quadro, não raras vezes, de esferas não políticas da vida social. Trata-se do que Beck designa por *subpolítica* da sociedade, caracterizada por novas formas de activismo político, sem enquadramento partidário, nem lideranças estáveis ou centralizadas (grupos ecologistas, de consumidores, de direitos humanos, grupos profissionais, iniciativas de cidadãos, peritos, opinião pública, ONGs), as quais, pela sua heterogeneidade política, exigem maior reflexividade colectiva e capacidade de auto-organização:

Num lado, desenvolve-se o vazio político das instituições, no outro, um renascimento não institucional do fenómeno político (Beck, 2000: 17).

Ombreando com outros quadros de análise (Bauman, 2007), igualmente centrados na perda de mecanismos universais de protecção, segurança e solidariedade sociais perante riscos globalizados, em virtude do recuo do Estado social, Beck é, porém, menos pessimista quanto à individualização progressiva da sociedade a que tal processo dá lugar. Com efeito, se para Bauman, o “novo individualismo, o desvanecimento dos laços humanos, a redução da solidariedade são uma das faces da globalização... [e esta] mina os alicerces do Estado nação... a sociedade já não está protegida pelo Estado” (2007: 35), para Beck, a exigência do reforço do papel individual na sociedade cria novas oportunidades de acção política, esvaziando, é certo, estruturas colectivas e organizações clássicas, como partidos políticos e sindicatos, embora conquistando cidadãos mais críticos que conferem maior reflexividade ao conjunto da sociedade. Dito ainda de outro modo, perante as ameaças e os riscos que a sociedade moderna tende a produzir sobre a qualidade de vida dos cidadãos, as sociedades contemporâneas desenvolveram novos tipos de conflitos que tendem a deslocar-se nomeadamente da esfera económica para a esfera cultural e política.

Em suma, para recorrer a outra obra do mesmo autor, o padrão clássico dos conflitos da modernidade, centrado em grupos de interesse mais ou menos estáveis como os sindicatos, as associações profissionais e os partidos políticos, deu origem a

um novo padrão de conflitos centrado em três pilares essenciais: *i*) novos temas, tão díspares quanto inusitados, de que são exemplo a destruição ambiental, a manipulação genética, o racismo, a corrupção, mas também os decorrentes de normativos que afectam directamente o quotidiano social, tais como a segurança e os limites de velocidade rodoviários, os sistemas de recolha de lixo, etc; *ii*) novos agentes políticos, tais como grupos profissionais, cientistas, iniciativas de cidadãos, que actuam “fora” do sistema político; *iii*) novas orientações da conflitualidade em termos dos meios de protesto utilizado, preferencialmente voltadas para o debate público nos *media* tradicionais ou nos *media* digitais, em detrimento dos canais tradicionais de participação política (Beck (1999).

Sem prejuízo de voltarmos a estas questões, e a outros autores que as têm abordado, Habermas, nomeadamente, os conflitos ou as controvérsias em torno do património – da sua definição, classificação, preservação, valorização – são a este respeito eloquentes a vários níveis.

A título de exemplo, dadas as transformações culturais das últimas décadas, nem a definição do património compete unilateralmente ao Estado e às elites político-culturais, nem o seu objecto se acha apenas associado à identidade nacional e, eventualmente, ao nacionalismo ou a formas de preservação com objectivos nacionalistas. Se tanto, da identidade nacional fazem parte múltiplas identidades e memórias que vão reinterpretando e refazendo a imagem do país (Amante, 2011; Peralta e Anico, 2006; Sobral, 2012). De forma mais radical, para outros autores, a actual lógica da patrimonialização não se fundamenta na identidade nacional, mas na identidade cultural, convertendo-se em instrumento de desenvolvimento social e cultural da sociedade democrática (Davallon, 2003; Desvallés, Fabre, 2000; Vergo, 1989). Há, hoje, de facto, outros intervenientes no processo de construção social do património – é isso, cremos, que muda substancialmente o seu significado nas sociedades contemporâneas. O alargamento dos segmentos sociais interessados na definição do património começa desde logo no campo dos especialistas que, por força da expansão e extensão dos bens patrimonializáveis, deixou de estar acantonado à história da arte, ao restauro e à arquitectura, passando a partilhar competências com outras áreas culturais. Desde a museologia à educação, da etnologia à sociologia, ciência e tecnologia, englobam também, cada vez mais, domínios do campo da intermediação e formação cultural, como a programação, a curadoria, a comunicação, os serviços educativos adstritos, até, de acordo com recentes perspectivas museológicas, modelos conhecidos

como *crowdcurating* e *crowdsourcing* que devolvem ao visitante/público a capacidade para angariar e promover bens culturais. Do lado dos não especialistas, poderes e saberes locais, comunidades, associações culturais, turistas e visitantes de lugares históricos ou lugares de memória, população em geral, podem agora enquadrar, portanto, oportunidades de expressão pública da cidadania cultural que parecem compatíveis com o padrão de conflitos acima enunciado, desde que as perspectivas sobre a relação da sociedade com o seu património se não restrinjam à observação de actividades contemplativas ou de lazer, potenciadas pelo dinamismo das indústrias culturais, mas que não se esgotam nessa vertente.

De facto, tal alargamento complexifica os actos de classificação e preservação patrimoniais. Desde logo, porque implica a negociação entre segmentos sociais diversificados com pontos de vista diferenciados sobre o património, por conseguinte, a capacidade para encontrar soluções negociadas e gerir equilíbrios não só relativamente à sua importância, mas também em relação a actividades e interesses que podem colidir frontalmente com a preservação de determinados bens culturais. Significa, numa palavra, as condições para a emergência do protagonismo de grupos e movimentos sociais associados à esfera cultural, que podem transformar o património em objecto de debate público e intervenção social e política.

Ainda que o pensamento político de Habermas nos interesse mais para avaliar os ganhos de cidadania presumivelmente resultantes da dinâmica das associações e movimentos de defesa do património, portanto, dos seus efeitos democráticos, valerá a pena, todavia, como faremos noutros capítulos deste trabalho, seguir o debate no qual estudos na área da museologia, sobretudo a nova museologia, se têm socorrido do conceito de *esfera pública* de Habermas como esteio para interpretar o que definem dever ser as novas funções sociais do museu e, de forma geral, do património, as quais apelam ao envolvimento activo e não passivo dos seus públicos ou das comunidades em que se inserem, procurando incluir a sua participação nos objectivos e nas políticas do património. Barret (2011), por exemplo, reconhece que, apesar de tão citado o seu trabalho, Habermas não associou à esfera pública a dimensão cultural, nem sobretudo a tradução espacial dessa dimensão, ou seja, o espaço público, como os museus, onde ocorrem tipos de comunicação ou *discurso* visual, não literário, portanto, tipos de argumentação (e *razão*) não privilegiados por Habermas para atingir o consenso racional. Apesar disso, a autora não deixa de recorrer à lógica explicativa habermassiana, e à sua teoria da comunicação, para interpretar o museu, em estreita

associação com a retórica da nova museologia, enquanto espaço público que propicia esferas críticas de discussão ⁸.

Por outro lado, estudiosos dos públicos dos museus de ciência não hesitam em classificar esta área museológica como pioneira na aplicação de estratégias comunicacionais e educativas, próximas da concepção de esfera pública e que se replicaram noutros espaços museológicos, mais dirigidas a “fóruns de cidadãos” do que a visitantes (Eidelman e Praët, 2000). É, porém, outro autor, igualmente apostado em demonstrar a importância do conceito de esfera pública para a análise da cultura, quem sublinha a estreita relação entre a dimensão política e a dimensão cultural que o conceito permite accionar. O debate público é em si mesmo cultural, já que convoca linguagens, conhecimentos, crenças que circulam socialmente; ao mesmo tempo, a participação no debate configura o exercício de um direito de cidadania (Mcguigan, 1996: 22). Se a este entendimento se juntar o reconhecimento de que a cultura é, por excelência, um campo de controvérsia - e nem será necessário evocar Bourdieu a propósito das lutas de legitimidade -, fica clara a sua natureza política, o que torna as matérias culturais apropriáveis ao conceito de Habermas.

De facto, como temos sublinhado, transformações globais no sector cultural, a que não é alheia a reconceptualização dos bens patrimoniais, intersectam cada vez mais a vida política e o debate público. De duas maneiras, fundamentalmente.

A multiplicação dos espaços patrimoniais, museus, lugares de memória faz aumentar a competição com outras esferas culturais, sociais e políticas que vão produzindo opinião nas universidades, na imprensa, nas associações, em espaços políticos de âmbito nacional ou local, sobre o que se presume dever ser a sua interpretação/representação e o seu papel na sociedade, o qual já não se limita a meros objectivos de conservação. Sintomático, a este respeito, é o modo como a sociedade portuguesa, à sua escala, tem acompanhado tais dinâmicas. O crescimento de cursos superiores e pós-graduações em ciências do património, o aumento de notícias e polémicas mais ou menos regulares na imprensa e nas redes sociais, a difusão de programas de rádio e TV específicos, bem como o dinamismo de associações culturais e

⁸ Em todo o caso, como haverá ocasião de clarificar, as críticas desta autora estariam ultrapassadas, quer no que respeita às expressões espacializadas da esfera pública, quer no que concerne aos tipos de comunicação que aí ocorrem, se tivesse adoptado como referência as obras em que Habermas reformulou o conceito (1996a; 1996b), em lugar da obra onde o autor o desenvolveu pela primeira vez.

autarquias na revitalização do património como plataforma para diversificar e qualificar a oferta cultural e o próprio local ou região, eis alguns exemplos dessas dinâmicas.

Em segundo lugar, em razão da sua origem elitista, baseada na protecção das manifestações culturais mais eruditas, ainda que em sentido contrário aos objectivos cívicos e educativos que presidiram aos princípios iluministas da sua criação, o património, mais especificamente o museu, foi aprofundando inacessibilidades e distâncias sociais, que a nova museologia procurou inverter. As preocupações do precursor desta corrente, George-Henri Rivière, não se quedaram na originalidade dos projectos museológicos que criou em França, antes se saldaram pela influência internacional alcançada, em virtude das funções que exerceu no ICOM-Internacional Council on Museums, enquanto seu primeiro director, desde 1948-68, e, membro permanente, a partir dessa data (Chiva, 1985). Dessa perspectiva germinou o movimento de renovação que, desde os anos 80, tem fixado o enquadramento da discussão e das práticas em torno do património (Vergo, 1989). Porém, para a problemática do nosso trabalho, interessa, nesta fase, reter somente dois efeitos dessa reflexão.

O primeiro, para responder ao elitismo, diz respeito à relação com os visitantes e ao compromisso com objectivos de diferenciação dos públicos, como forma de atender a diferentes capacidades e interesses culturais. Tal compromisso tem conduzido a políticas museológicas de exposição e divulgação cuja filosofia pretende mobilizar a capacidade crítica dos próprios consumidores do património, assim aumentando a capacidade cultural dos cidadãos, e, do mesmo passo, a sua cultura democrática.

O segundo, mais profundo e abrangente nas suas implicações, concerne a reconceptualização dos bens patrimoniais, como acima enunciávamos. A nova museologia não muda só a relação com os públicos, muda sobretudo a relação com o património, no sentido, entre outros, de acomodar o acesso aos bens culturais com a visão pluralista da cultura.

De facto, a inclusão de novas categorias no património, dos “pequenos patrimónios”, protegidas legalmente, estudadas, discutidas académica e publicamente, musealizadas, publicitadas, objecto de renovação urbana ou destino turístico, acha-se em boa consonância com o paradigma da democracia cultural que se vem sobrepondo ao modelo da democratização cultural. Do mesmo modo que, a partir dos trabalhos de Bourdieu, se demonstrou que a democratização cultural, promovendo o acesso alargado

aos equipamentos e bens culturais, enquanto orientação política dominante, não diminui as distâncias sociais a esses objectos, os novos entendimentos sobre o património procuram o envolvimento das populações, a consulta às comunidades, a incorporação, de pleno direito, das suas expressões e experiências culturais. A democratização cultural pratica a reprodução da hierarquia dos valores culturais, providenciando a “conversão à cultura legítima (“la ‘bonne’ culture”), a democracia cultural pratica a transgressão dessas fronteiras, “em nome do direito à expressão, da autenticidade artística e da restauração da dignidade marginalizada (bafouée) de uma pessoa ou de um grupo” (Shapiro, 2004: 4).

De certa forma, o novo paradigma do património e do seu alargamento encontra fortes ressonâncias, senão mesmo reconhecimento, no campo de pesquisa e análise que Nathalie Heinich e uma ampla equipa de cientistas sociais têm procurado erguer desde 2004 e que designam por *artificalização*. Trata-se, segundo as autoras, de abandonar em definitivo o padrão de análise baseado na dicotomia alta/baixa cultura e estudar os processos, as situações, as acções, os contextos organizacionais através dos quais a não-arte se transforma em arte, nomeadamente as expressões culturais de quotidianos marginalizados ou de criadores independentes das instituições artísticas ou académicas como *graffiti*, *breakdance*, *hip-pop*, banda desenhada, artesanato, arte bruta, sendo o espaço público o palco preferencial, ou inevitável, dessas manifestações. (Shapiro e Heinich, 2012). Defendem, aliás, que os exemplos de *artificalização* não vêm só do quotidiano social contemporâneo, mas estão presentes no próprio mundo do património, quando alguns museus transformam artefactos etnográficos em objectos artísticos. Do mesmo modo, paradoxalmente, é precisamente no seio do património que emergem também com clareza processos de *des-artificalização*, aos quais se deve, afinal, a inflação patrimonial que se vive por todo o mundo (Shapiro e Heinich, 2012: 11-12). O paradoxo não é senão aparente. A *des-artificalização* do património corresponde ao movimento em que este se expandiu para além da arte, em direcção à cultura, e esta, para além dos objectos artísticos, em direcção aos objectos culturais:

(...) o monumento tornou-se património ao mesmo tempo que a arte se tornou cultura: é ao preço desta perda de selectividade dos critérios que se ganhou em extensão o corpus do património... não é a arte que se estende ao património mas a noção de património que se estende para além da arte (Heinich, 2009: 255).

O sugestivo título de uma obra colectiva produzida no âmbito do OAC-Observatório das Actividades Culturais em Portugal, – *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas* (Santos e Pais, 2010) - parece colocar-se em sintonia com os processos e as reflexões que vimos recenseando. Um dos autores identifica os cinco parâmetros que devem qualificar o que designa por “políticas culturais de terceira geração”:

Negação da cultura elitista, hierarquizada e hierarquizante; democracia cultural: liberdade e dignificação de todas as formas de expressão cultural, definindo-se os seus critérios de qualidade não de forma universal, mas na sua construção intersubjectiva e conflitual; não só propiciar a familiarização com a produção cultural mais exigente, mas promoção da participação nessa produção cultural; respeitar os modos de visitar e consumir bens culturais, o que pressupõe a existência de públicos e não de público; desenvolver os sectores de intermediação cultural, no sentido de respeitar as apropriações e os pontos de vista na relação com os bens culturais (Lopes, 2010: 59).

De forma mais simples e há mais tempo, reflectindo sobre as dimensões culturais da globalização e recusando olhar esse processo no sentido único da homogeneização, Appadurai (1996) afirma a vantagem em falar de *o cultural*, em vez de *a cultura*, não por rejeitar que esta seja um domínio com estatuto próprio na sociedade, ao contrário da tradição antropológica, mas para lhe retirar a possibilidade de ser pensada como um objecto estável, universalmente sentido e imaginado da mesma forma.

1.3. O “culto moderno dos monumentos”

Apesar das perspectivas que vimos recenseando nos parecerem ajustadas aos objectivos desta pesquisa, o *heritage boom* tem sido abundantemente interpretado e estudado como uma indústria cultural bem-sucedida, nos termos em que o criador da expressão *heritage industry* (Hewison, 1987) lhe deu fundamento. Isto é, como uma forma de mercantilização do passado histórico longínquo ou recente que, em contexto de

decadência económica e cultural, procura reverter processos de desindustrialização e de desenraizamento provenientes da mobilidade global e constante do capital e dos fluxos migratórios.

Igualmente se salientam as perspectivas de que a patrimonialização das sociedades corresponde a tendências populistas, qual “História de má qualidade” (Lowenthal, 2003), que despolitiza o passado, dele conservando os traços estéticos e agradáveis susceptíveis de sustentar e engrossar o perfil dos “consumidores pós-modernos”, presumidos consumidores culturais de eventos ilusórios (Walsh, 1995). Sabe-se, também, quanto estas perspectivas, desvalorizando propostas da nova museologia (Vergo, 1995) ou ignorando áreas das ciências sociais que se esforçam por encontrar outros factores de explicação para a adesão contemporânea ao património (Macdonald e Fyfe, 1998; Davallon, 2003; Fabre, 2000), se aproximam da vertente de análise inaugurada por Urry (1994; 1998) sobre o turismo cultural e o modelo que criou para explicar como a indústria do turismo organiza experiências visuais e de visita (*tourist gaze*) que levam ao consumo do património sob a forma de entretenimento.

Não duvidamos de que o património possa ser um fenómeno promovido por instituições internacionais, à cabeça ICOM-International Council on Museums, ICOMOS-International Council on Monuments and Sites, outros departamentos da UNESCO, Conselho da Europa e governos que, além dos valores de liberdade e diversidade culturais sustentados na Declaração dos Direitos Humanos, defendem simultaneamente “marcas” turísticas transmutadas de identidades e valores culturais. Património e turismo constituem uma espécie de subsistema económico que se auto-alimenta: a valorização do património aumenta a oferta turística, o turismo suporta a sua promoção e encoraja a sua diversificação contínua, quantas vezes, artificial (Kirshenblatt-Gimblett, 1998).

Ao mesmo tempo, outros horizontes se têm aberto aos estudos urbanos com a finalidade de mostrar a aliança entre a recuperação de cidades de média dimensão ou a renovação de grandes metrópoles à custa dos seus recursos patrimoniais, seja na reconversão dos existentes, seja na fabricação de novos equipamentos culturais (Featherstone, 1991; 1995), que pela imponência da sua arquitectura, ou dos seus espaços multifuncionais, inevitavelmente se tornarão ícones patrimoniais. O reconhecimento da importância das cidades culturais, desde as que possuem “capital cultural” legítimo como Florença, por exemplo, às que o combinam com a cultura de massas, como Nova Iorque (Featherstone, 1991: 96) é por este autor associado ao

movimento de estetização da vida quotidiana que tem nas novas classes médias o seu sustentáculo, embora, como também salienta, tal movimento venha em contínuo com as experiências de modernidade do séc. XIX, como as descritas em *Das Passagen-werk* por Benjamim (1991: 65-82).

A estetização do quotidiano citadino é, de facto, uma condição inerente à vida urbana moderna desde a sua origem e interessou a outros autores que não viram nessa qualidade nenhuma espécie de empobrecimento cultural, ao contrário, tomaram-na como um indicador de emancipação. É o caso de Foucault, no que constitui, aliás, um dos pontos de ruptura com Habermas na interpretação de ambos sobre a modernidade. “Fazer da vida uma obra de arte”, na esteira dos entendimentos de Baudelaire e das vanguardas artísticas da época, simboliza verdadeiramente o que o autor designa por *ethos moderno*, ou seja, a atitude individual baseada na filosofia (dos artistas) da transgressão e busca permanente da liberdade, ao invés de entender a modernidade como um padrão de valores universais fundados na concepção iluminista da razão, de que Kant foi um dos expoentes (Foucault, 1994). Pelo contrário, Habermas terá visto aqui um dos equívocos da “pós-modernidade”, que o elitismo das teorias estéticas de Adorno também terá ajudado a construir, reduzindo ao campo artístico e aos seus princípios estéticos e de liberdade individual as melhores, senão as únicas, oportunidades de transformação e emancipação sociais (Habermas, 1987a; 1987b). Simplificando, em obras posteriores, a preocupação deste autor será então a de explicar como a partir de uma cultura política comum, necessariamente democrática e enquadrada por normas jurídicas adequadas (*between facts and norms*), podem coexistir e conviver diversas atitudes e expressões culturais que enriquecem e qualificam o quotidiano (*lebenswelt*) (Habermas, 1994; 1996b).

Em trabalhos mais recentes, outros autores também se distanciam da visão negativa que se tem construído sobre o património e a estetização dos estilos de vida em clara associação com os processos de mercantilização da cultura (Macdonald, 2013). Reconhecendo embora que existem práticas efectivas de “mercadorização” do património, advoga aquela autora que a inevitável valorização económica dos bens culturais com esse estatuto nem por isso lhes retira autenticidade, tão pouco diminui a autenticidade de quem os frequenta (2013: 110-115). Em que é que o património se torna menos autêntico por ser visitado, visto, apreciado por mais pessoas, reproduzido, até, em *souvenirs*? Desenvolvendo o tema das “heranças difíceis”, a autora dá como exemplo positivo a popularidade da patrimonialização do Holocausto e a expansão de

museus judeus em toda a Europa, desde 1980, o que testemunha a emergência de uma “memória cosmopolita” e, certamente, acrescentemos, politicamente atenta aos momentos históricos mais dolorosos de crise e violência:

A preocupação com este tipo de património demonstra que não há nenhuma nostalgia com o passado, nem com a tradição, com a comunidade ou com a estabilidade (McDonald, 2013: 199).

Interessantes, legítimas e pertinentes são, evidentemente, as críticas negativas à monumentalização ou museificação das sociedades modernas e a desconfiança de que tais processos possam prefigurar genuíno caminho para a democracia cultural, para o conhecimento objectivo do passado ou para o aprofundamento da cultura política democrática. Há, efectivamente, no culto moderno do património, fenómenos de massificação, artificialização, mercantilização, renovação das práticas de lazer que intersectam os paradigmas e as políticas culturais “genuinamente” apostadas em contribuir para que o património não se torne num subproduto deslaçado dos seus vínculos culturais.

Porém, como terá vindo a ficar claro, assumimos aqui explorar outras vertentes do património. Aquelas que nos permitem, nomeadamente, olhar para as controvérsias que desencadeia como oportunidades de exercício da cidadania, sobretudo no momento em que outros sectores da sociedade, para além do Estado, dos críticos, especialistas e técnicos, se envolvem generalizadamente na sua apreciação. Os conflitos a propósito do património não são novos. O que é novo certamente é a base social e política da qual emergiu o crescimento dos lugares e objectos do património, exterior às escolas, aos estilos ou às instituições culturais que o transformavam em arte ou conhecimento histórico. Seguir-se-ão alguns exemplos para clarificar a questão.

Recorramos aos exemplos que Lowenthal desenvolve a propósito de muitas catedrais góticas que só existem em virtude das teorias e técnicas de restauro no séc. XIX, porém, hoje, vivamente condenadas (2002: 275); ou, a propósito das querelas sobre a deslocação-recolocação de património dos seus lugares de origem, igualmente censuradas, embora a protecção de muitos bens culturais disso seja devedora (*idem*: 282); não esquecendo, por fim, a origem recente da noção pejorativa de “cópia” ou “reprodução” de obras clássicas, em certos casos mais valiosas que os originais, diz-nos

o autor, como atesta a escultura renascentista que em várias peças transcende os modelos helénicos imitados (*idem*: 306).

E, que dizer da controvérsia, no momento da sua edificação, entre o sucesso popular que recolheu a Torre Eiffel e o desagrado e a contestação dos artistas, tal como é citado em Benjamim?

(...) Nós, pintores, escritores, escultores, arquitectos...em nome da Arte e da História Francesas, ambas ameaçadas, vimos protestar contra o levantamento em pleno coração da nossa capital, da monstruosa e desnecessária Torre Eiffel...que esmaga, com a sua massa bárbara, Notre-Dâme, a Sainte-Chapelle, a Torre de Saint-Jacques, diminuindo e humilhando todos os nossos monumentos, todas as nossas obras arquitectónicas (Benjamim, 1982: 230, F8,2 *apud* Buck-Morss, 1991: 131).

Nada que não possamos encontrar na similitude das críticas, um século depois, dirigida aos museus Beaubourg e La Villette (Guillaume, 2003), que atraem das maiores concentrações de visitantes em França:

Beaubourg, ... [e o novo museu de la Villette], até pode assemelhar-se a um supermercado ou a uma refinaria...e se a sua aparência resume a sua essência, não é porque o museu moderno é parecido com um supermercado, mas porque um supermercado pode ser tratado como um museu. Quando apresenta objectos banais de um passado recente, pondo-os em evidência na vizinhança dos vestígios da alta cultura tradicional, estes objectos têm garantido o seu valor de uso e passam a ser garantes do valor dos objectos presentes ou vindouros (1980: 117).

Nada também, vamos insistir, que não possamos igualmente confirmar em Portugal. O Centro Cultural de Belém, por exemplo, num momento em que o país procurava aproximar-se da filosofia dos grandes equipamentos culturais construídos na Europa nos anos 80, de que faz parte o exemplo acima, combinando as funções de museu com actividades turísticas e comerciais, foi alvo de intensa polémica mediática, desta vez, de natureza político-partidária, dado que nem profissionais, nem associações de defesa do património se manifestaram. Pelo contrário, refere um estudioso destes equipamentos culturais:

Se, na crítica disciplinar, historiadores e arquitectos percebiam, então, a génese ‘lisboeta’ desta obra, depressa os próprios cidadãos a tomariam também como sua, em concorridos passeios dominicais através dos seus pórticos e pátios, jardins suspensos e belvederes, escadarias e ruas desaguando no Tejo ...este novo ‘recinto’ ribeirinho passava agora a pertencer ao curso da própria cidade (Grande, 2010: 393).

Por serem tão paradigmáticos dos conflitos sociais que o património é susceptível de mobilizar, vamos abordar, por último, três outros exemplos em conjunto, relatados por quem foi durante oito anos (1995-2003) vice-presidente do IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico.

Para este historiador de arte, são três as grandes polémicas sociais que pela primeira vez abalaram a sociedade portuguesa em termos de reflexão e discussão públicas sobre o património – o restauro da Casa dos Bicos, 1983, a valorização da Fortaleza de Sagres, 1995-2000 e a preservação das gravuras paleolíticas do Vale do Côa, 1995 (Pereira, 2010: 265-271). O que pretendemos destacar é a sobrevalorização que o autor dá às polémicas respeitantes à intervenção na reabilitação dos dois primeiros monumentos, cuja repercussão pública não detectámos nem na imprensa consultada, nem mais tarde, como adiante se esclarecerá, através do *Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres* que realizámos em 2005. Na Casa dos Bicos, a crer noutra especialista, a referida controvérsia parece ter-se circunscrito às “escolas” de arquitectura do Porto e de Lisboa, pautando-se a primeira pela defesa do rigor e a resistência à “espectacularização do património”, enquanto a segunda se mostrará mais vulnerável ao “*pastiche* pós-moderno” (Grande, 2009: 345-359). Pelo contrário, as gravuras paleolíticas, apesar de mencionadas pelo próprio autor, não merecem quaisquer descrições, comentários nem remissões bibliográficas. No entanto, o processo de reconhecimento, preservação e valorização das gravuras paleolíticas do Côa, desencadeou verdadeiras batalhas, científicas sobre a sua datação, políticas e económicas sobre os compromissos financeiros assumidos e o modelo de desenvolvimento perfilhado, museológicas sobre a valia da conservação *in situ*, até laborais sobre a profissionalização dos arqueólogos, ademais envolvendo inusitadamente associações culturais que se pronunciavam por todo o país. Em suma, pela primeira vez, através de mediatização intensa e prolongada, o património, neste caso arqueológico, colocava-se no debate público em Portugal (Gonçalves, 2001).

Embora trazendo as gravuras paleolíticas à colação, o autor privilegiou a polémica em torno do património monumental, estreitamente associado aos ícones permanentes da identidade nacional, tradicionalmente partilhado pelo círculo de peritos em história de arte e arquitectura. Contudo, mais reveladoras da dimensão de cidadania que o património contém, embora dimensão irreconhecível para aquele autor, não poderiam ser, nas suas próprias palavras, as referências ao “após-Côa” como o período em que o IPPAR reforçou o património “aplicando doutrina”, i.e., passando das questões técnicas do restauro ao “governo da paisagem” e da “disciplina urbana” (Pereira, 2010: 271). Trata-se, no fundo, do reconhecimento, talvez involuntário, mas oficial, do período de afirmação em Portugal de outros protagonistas interessados em desenvolver novas áreas patrimoniais, embora, como veremos noutra capítulo, as condições sociais do seu aparecimento e da sua expressão política viessem germinando desde os anos 80.

Resumindo, o que a discussão testemunha é a dimensão de conflito e divergência que o património, como de resto *o cultural* no sentido de Appadurai, desencadeia por si mesmo. Se este autor vê na expressão que cunhou a forma apropriada para discutir a interculturalidade, talvez a questão prévia a essa seja a de reconhecer, na esteira de Dahrendorf, não só a natureza estrutural do conflito – “da guerra civil aos debates parlamentares, das greves à negociação colectiva existe provavelmente um *continuum*” (1968: 127) – mas, acima de tudo, nas suas próprias palavras, o papel de “força criadora”, e de mudança que desempenha nas sociedades abertas e democráticas. O património, espelha-o a literatura que vimos discutindo, não é consensual nem quanto ao seu valor, nem quanto às suas formas de protecção, muito menos no que tange aos modos de valorização, exposição e apropriação. Os conflitos urbanos ligados ao património – centros históricos, sítios arqueológicos ou monumentais –, diz-nos outro autor na sua visão globalizada das questões culturais, são objecto de reclamação de políticas públicas ou da intervenção do Estado com bastante mais frequência do que outras dimensões da expansão da mercantilização do lazer ou da reestruturação urbana (Canclini, 2010:161). Dos muitos interesses associados ao património, a transformação da sua potencial conflitualidade em instâncias de debate público tonificantes para o exercício da cidadania não será a menos relevante, nem a menos cativante em termos dos desafios que pode sinalizar à reflexão sociológica.

A origem, porém, dessa dimensão potencial de conflito que tende a expressar-se no culto moderno do património não andarão longe da mudança substancial,

assinalada por Riegl, no quadro de valores que o enunciava. Dissolvido o valor artístico, critério principal que conferia a dignidade de património aos bens culturais, em outras qualidades, como o valor de antiguidade, criaram-se as condições para uma nova relação entre a modernidade e a sua própria memória. Doravante, alargava-se o âmbito do património, ao ritmo a que o desenvolvimento da sociedade torna obsoletos, “antigos”, os seus próprios produtos, abrindo caminho às lutas pela patrimonialização de bens que cabem nesse novo e abrangente critério.

2 PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

2.1. Internacionalização, descentralização, diversidade: os últimos 40 anos

Destina-se este ponto do trabalho a identificar na sociedade portuguesa, no horizonte temporal dos últimos 40 anos, os principais processos de materialização do que anteriormente se designou por patrimonialização das sociedades contemporâneas, envolvendo o conjunto de dinâmicas que conduziu à expansão substancial de lugares de memória e celebração, desde a revitalização de espaços consagrados à divulgação e valorização de outros tantos inéditos, ao aumento dos visitantes desses lugares, à diversificação da esfera pública de discussão dos temas associados ao património e, por fim, ao desenvolvimento de estruturas político-administrativas de gestão, regulação e intervenção nesse património inventariado e classificado.

Trata-se, no âmbito deste propósito, em primeiro lugar, de identificar os objectos culturais pela primeira vez promovidos à categoria de património, em segundo lugar considerar os que já sendo classificados como tal sofreram actos de protecção ou valorização, e, por último, não perder de vista, nem a discussão pública e os argumentos que acompanharam esses actos de patrimonialização, nem as dinâmicas de crescimento da procura e consumo desses lugares, atravessadas por outros tantos processos dignos de menção: interesse individual e colectivo potenciado pelo aumento dos níveis de escolarização, novas dimensões do turismo cultural e da produção de grandes eventos em torno do património, que o exploram como fonte de negócios, mas também promovem a sua divulgação e diversidade, para além do papel de reestruturação social que vem desempenhando em comunidades ou espaços regionais arredados ou marginalizados do processo de desenvolvimento dos últimos anos.

O objectivo deste encadeamento de factos é poder beneficiar de uma base sólida de argumentos tendentes, por um lado, a demonstrar a trajectória de crescimento dos bens patrimoniais nacionais e dos lugares que os sustentam, por outro, a fundamentar o significado social e político desse crescimento na sociedade portuguesa.

No entanto, é lícito sublinhar que nem todos os temas enunciados serão desenvolvidos com igual intensidade neste capítulo. A relação com outras matérias exige que a sua análise seja partilhada com outros pontos do trabalho, a afinidade entre si impunha desde logo a sua explicitação conjunta.

Internacionalização, descentralização, diversidade são as três expressões que melhor caracterizam os processos de patrimonialização da sociedade portuguesa nas últimas quatro décadas.

A progressiva consolidação do regime democrático, abrindo o país ao espaço europeu, permitiu desde logo beneficiar de ajuda financeira primordial aplicada em grandes intervenções no património edificado e na modernização dos museus existentes. Através dos fundos canalizados pelos II e III Quadros Comunitários de Apoio, respectivamente, entre 1994-99 e 2000-2006, a sociedade portuguesa conheceu decisivo movimento de renovação e valorização do seu património cultural, que se acentuou a partir dos primeiros anos do século XXI, graças ao POC-Programa Operacional da Cultura, primeiro e único programa europeu inteiramente dedicado ao desenvolvimento do sector cultural. Profunda reorganização das instituições estatais que tinham a seu cargo a gestão do património, eis outra consequência da aplicação desses programas (Quadro Comunitário de Apoio II/POC, 1994-99; Quadro Comunitário de Apoio III/POC, 2000-06).

É, também, na partilha de políticas e orientações relativas ao património que se destacam as consequências da exposição do país à influência das instituições europeias e internacionais sobre esse domínio, influência que se consolida com a plena integração na União Europeia. Por entre o conjunto das transformações que foram moldando a filosofia sobre a conservação dos bens culturais, não será demais salientar a viragem dessas instâncias para o património não monumental, demasiado associado à cultura ocidental, excludente, portanto, de outras manifestações e tradições culturais que conservam mais o “espírito do lugar” ou a memória oral. Organismos internacionais, como a UNESCO e os seus departamentos, que procuram através da cultura e da educação disseminar a doutrina dos direitos humanos voltavam as suas políticas, timidamente desde os anos 70, de modo mais assertivo no final da década de 90, para os países e as culturas cujo património, feito de poucos monumentos e ruínas, é mais “um passado de palavras e não de pedras” (Lowental, 2003: 20). Dotando-se de novas estruturas orgânicas e administrativas estatais para a gestão do património, acrescidas dos benefícios provenientes dos fundos comunitários, a sociedade portuguesa chegará

mais tarde a este processo, ainda assim, a tempo de nele poder participar, contando então com outros protagonistas, nomeadamente associações de defesa do património ou interesses locais através dos seus municípios, cultural e socialmente de há muito disponíveis, mas pouco ou raramente mobilizados durante o período “de obras” que concentrou os esforços, nas primeiras décadas a seguir ao 25 de Abril, no património edificado dos monumentos, centros históricos ou conjuntos urbanos. De facto, a leitura atenta dos relatórios e balanços que a Administração foi publicando sobre as políticas do património nesse ínterim atesta bem quanto a apregoada “mudança de paradigma” não foi muito além dos assuntos técnicos associados à sua dimensão física, jamais tendo sido percebida como uma questão social que envolve outros actores e não se confina aos especialistas em arte e engenharia ou economia do turismo (IPPAR, 1993, 1995, 2000; IGESPAR, 2010; Pereira, 2010).

Em todo o caso, como dizíamos, a sociedade portuguesa não ficou à margem dos processos de patrimonialização que as novas concepções internacionais, agora incluindo a vertente paisagística e imaterial, ajudaram a construir. Divulgando reflexões e recomendações aos países membros sobre as finalidades do património cultural, pode ler-se em documento do Conselho da Europa:

A reconstrução do discurso histórico na Europa consiste em desnacionalizar a patrimonialização para em simultâneo a generalizar (descobrir o maior número de denominadores comuns) e a regionalizar (marcar o maior número de diferenças) segundo critérios sempre fluidos porque se a generalização pode conduzir à abstracção mais desencarnada, a fragmentação pode criar diferença onde ela não existia (Karnouh 2003: 37, sublinhados nossos).

Certeiras, estas observações denunciam notoriamente os objectivos políticos do património no momento de aprofundamento da construção europeia. Contribuir para a formação de uma identidade comum, à custa da despolitização dos patrimónios nacionais - aqueles que dividem porque identificam nações -, mas protegendo e incorporando minorias culturais sem ressuscitar dissentimentos que as mesmas nações (ou estados-nação) apagaram. Evocado pelo talento literário de Cláudio Magris, nos anos 80, no preciso período de alargamento da União Europeia, o mosaico étnico-cultural da *Mitteleuropa*, e o complexo xadrez político em que historicamente se

equilibra (Magris, 2010), aí está a recordar quantas fragilidades de natureza cultural espreitam a unificação europeia.

Embora o problema das minorias culturais ou subculturas em Portugal não se revista da mesma natureza, nem das mesmas proporções, a filosofia daquelas recomendações europeias não deixaram de ser seguidas entre nós.

Depois de cuidados e renovados os principais conjuntos monumentais e devidamente enquadrados por uma nova retórica identitária, os mesmos símbolos usados pelo Estado Novo, subsumidos na época dos Descobrimentos, projectavam agora a imagem de uma sociedade cosmopolita e precursora no contacto e na difusão multiculturais (Santos, 1998; Sobral, 2006; 2012). Ao mesmo tempo, a falta de monumentalidade, na comparação com algumas capitais europeias, reforçava a valorização do que já desapareceu de outras metrópoles – “a singularidade do seu pitoresco, do intimismo dos seus bairros antigos, dos seus quadros panorâmicos” (Gonçalves, 2008: 143) -, mas também, em sintonia com várias regiões periféricas ou rurais da Europa, a capacidade de revelar e exhibir manifestações culturais de territórios e actividades em perda, mas ainda recuperáveis para a patrimonialização.

Conjugavam-se, deste modo, as condições para que a sociedade portuguesa participasse amplamente do processo de alargamento do património, testemunhando a sua diversidade cultural e inscrevendo-a, nesse contexto, como já sucedera com o património arquitectónico, nas instituições que mundialmente reconhecem e certificam a importância civilizacional das singularidades culturais enquadráveis, não a pondo em causa, na filosofia dos direitos humanos. Tradições populares, rituais e festas, gastronomia, feiras, pequeno comércio e certificação de produtos artesanais, museus rurais, sítios industriais tomaram também corpo e expressão, embora apenas numa fase mais tardia encontrassem apoio e reconhecimento dos poderes públicos centrais.

Com efeito, esta outra face do património desenvolveu-se de forma mais surda, no que respeita aos seus impactos público-mediáticos, embora com maior entrelaçamento social e graças sobretudo à descentralização política que a veio beneficiar. Como vários estudos confirmam, seja pela necessidade de lealdade ou apoio políticos, seja pela proximidade do escrutínio público, seja ainda por pressão dos municípios, a verdade é que, do conjunto das realizações do poder autárquico a expansão das actividades culturais não se conta entre as menores, quer promovendo condições para dar renovada expressão e incentivo às existentes, quer através da criação de novos

equipamentos e espaços (Mozzicaffredo *et al*, 1989; Fortuna e Peixoto, 2002, Silva e Santos, 2010).

A diversificação das dinâmicas culturais, entre as quais sobressaem as relativas ao património, e a sua extensão aos espaços locais, entre os quais se destacam as cidades de média dimensão, articula-se, pois, com três períodos fundamentais de desenvolvimento da sociedade portuguesa: “a institucionalização da democracia, a integração europeia e as políticas culturais dos municípios, sobretudo a partir dos anos 80” (Silva e Santos, 2010: 13). Mas, o ciclo do *heritage boom* em Portugal não ficaria concluído sem referência à mobilização das comunidades em torno do seu património. Difícil de avaliar, porquanto também neste domínio há diversidade quanto à capacidade para manter projectos auto-sustentáveis. No entanto, é, pelo menos, justa a menção a algumas estruturas associativas que, no terreno, foram sobrevivendo à custa de metamorfoses, ora dos objectivos iniciais - velhas associações recreativas que se transformam em associações de defesa do património, como aconteceu, por exemplo, a propósito da descoberta das gravuras rupestres no Vale do Côa -, ora dos seus activistas e colaboradores, desde os que tendo emigrado para os grandes centros urbanos, mantêm “ligações à terra”, até às novas classes médias que o dinamismo de algumas autarquias foi conseguindo atrair.

Assim, a descentralização que envolve este tipo de património é importante não tanto no sentido da sua ligação aos órgãos do poder local, mas sobretudo na acepção, não menos despicienda, do *regionalizar* acima conceptualizado pelo técnico do Conselho da Europa. Envolvendo práticas sociais ainda em uso ou que a memória actualiza sem esforço, contextualizando-se nos mais variados tipos de espaços, urbanos, rurais, ou de obsolescência industrial, tecnológica ou agrícola, a preservação e valorização de muitos objectos, actividades, saberes, memórias tem a particularidade de permitir inscrever fora dos grandes centros paisagens culturais que complementam, pela sua diferença, os patrimónios nacionais.

O desenvolvimento dos pontos seguintes discutirá em que medida a sociedade portuguesa se foi confrontando com as orientações discutidas nesta breve introdução.

2.2. Das pedras mortas às práticas vivas. A relevância do património material

Se tivermos em consideração o esforço de preservação referente a actos de classificação e valorização do património em Portugal, o facto mais saliente dos últimos 40 anos diz sem dúvida respeito à reconceptualização que, sob a influência de organismos internacionais como a UNESCO, operou transformações fundamentais nas noções que restringiam o património à importância de certos períodos históricos ou à sua representação através de obras monumentais ou de grande relevância artística. Conceitos de património mais abrangentes passaram a integrar essas alterações e consubstanciaram a sua perspectiva na importância da preservação de bens culturais susceptíveis de representar mais amplos períodos históricos e mais tipos de património cuja sustentação atende agora, independentemente do seu valor artístico ou monumental, sobretudo à necessidade de não perder a memória não só do passado mais ou menos longínquo, mas também do presente que a modernidade torna rapidamente passado.

Bastará, a este propósito, comparar o *Art.º 1* da Carta de Veneza, de 1964⁹, com o *Art.º 1* da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972¹⁰, para depressa se entender o que mudou na década de 70 nas

⁹ Carta de Veneza, 1964, *Art.º 1*: “A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras mais modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”.

¹⁰ Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972:

Art.º 1: Para fins da presente Convenção serão considerados como *património cultural*:

Os monumentos. - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os conjuntos*. - Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os locais de interesse*. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art.º 2: Para fins da presente Convenção serão considerados como *património natural*: *Os monumentos naturais* constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; *As formações geológicas e fisiográficas* e as zonas estritamente delimitadas que constituem

concepções e orientações internacionais. Em 1972, aparece, pela primeira vez, a designação de *Património* em substituição da denominação preferencial de *Monumento* que se encontrava inscrita nos dois documentos anteriores, Carta de Atenas, de 1931, e Carta de Veneza de 1964¹¹. Inicia-se, neste período, uma nova fase na concepção dos bens culturais a proteger, ao mesmo tempo que se esboça o preâmbulo de uma nova cultura política a partir da intervenção no património. Não só a ênfase recai agora nos *lugares ou sítios* que se expressam materialmente em espaços urbanos e não urbanos, contendo ou não monumentos, e paisagens naturais, como também, ao prever o valor universal que dá equidade a qualquer dos tipos de património, qualquer que seja a sua origem, esta Convenção promove, ainda que timidamente como adiante se verá, a aproximação e a integração de tradições ou universos culturais, nomeadamente não europeus, de que a noção ocidental de monumento se acha mais afastada. Finalmente, conforme se diz no *Art.º 5 a)* da mesma Convenção, ao “adoptar uma política geral que vise determinar uma *função ao património cultural e natural na vida colectiva e integrar a protecção do referido património nos programas de planificação geral*” (itálico nosso), deixa-se sinalizada a porta por onde mais tarde haverá de entrar o envolvimento cívico e político das populações na definição do seu próprio património.

Porém, embora progressivamente se fosse impondo no Portugal democrático uma noção alargada e englobante de património, consagrada nos textos oficiais dos organismos da Administração Pública com essa atribuição e responsabilidade, a verdade é que, em termos financeiros, técnico-científicos e jurídicos, as prioridades da recuperação e salvaguarda patrimoniais continuaram - como nos períodos áureos dessa opção durante o Estado Novo - concentradas nos grandes monumentos nacionais, objecto de várias intervenções em períodos histórico-políticos

habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; *Os locais de interesse naturais* ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

¹¹ Os instrumentos de política internacional para a gestão do património cultural, concebidos sobretudo pela UNESCO mas também por outras organizações de âmbito europeu e mundial, bem como o reflexo das suas orientações e recomendações nos quadros legislativos e nas políticas públicas do património adoptadas por Portugal, podem consultar-se no *site* da Direcção-Geral do Património <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>.

anteriores, ou em infra-estruturas de outros bens culturais associados às grandes obras-primas da pintura e das artes decorativas.

É assim que decorridos quase 20 anos depois do 25 de Abril, em 1993, a Secretaria de Estado da Cultura organiza a Exposição *Dar futuro ao passado* com objectivo de apresentar o balanço da actividade de protecção do património, o qual, nas palavras do seu Secretário de Estado, Santana Lopes, se salda pela “recuperação e revitalização dos grandes Palácios Nacionais, dois monumentos – Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (além de) outras intervenções em curso em mais de 70 monumentos nacionais” (IPPAR, 1993: 10). A leitura da publicação a que a referida Exposição deu origem confirma plenamente a salvaguarda do património monumental como a preocupação central das actividades de protecção, valorização e gestão do património cultural do país incumbidas aos organismos estatais criados com esses objectivos, durante a primeira década do pós-25 de Abril. Publicações bem posteriores, sobre o balanço da intervenção patrimonial dos mesmos organismos, não fazem mais do que sublinhar esse percurso, ainda que ele agora se tenha alargado a um conjunto mais vasto de imóveis classificados (IPPAR, 1997; IPPAR, 2000). O fascínio que o património construído parece exercer, do qual emerge um valor especial na hierarquia dos bens patrimoniais, não deixará de andar ligado à “condição filosófica da arquitectura” ou, por outras palavras do mesmo autor, à sua capacidade para transformar o espaço num lugar materialmente qualificado e investido simbolicamente (Pereira, 1997: 14). A verdade, porém, é que é exactamente esse poder simbólico de edificação do espaço que torna o património monumental objecto privilegiado dos rituais de celebração do poder e da consolidação das versões “oficiais” da História, da memória e da identidade (Fabre *et al*, 2000).

Provavelmente, é no quadro das opções patrimonialistas que acabamos de esboçar que se encontrará explicação para, apesar de Portugal ter ratificado a Convenção da UNESCO de 1972 apenas em 1979¹², entrando em vigor um ano depois, a capacidade técnico-científica e político-administrativa daqueles mesmos Institutos do Património se revelar tão eficaz a ponto de ter conseguido logo em 1983 colocar, ao mesmo tempo, cinco sítios patrimoniais nas listas do Património Mundial da UNESCO. Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Convento de Cristo, em Tomar e Mosteiro de Sta. Maria Vitória, na Batalha e Angra do Heroísmo, a que se seguiriam, ainda na

¹² Decreto nº 49/79, de 6 de Junho.

década de 80, o Centro Histórico de Évora, em 1986, e o Mosteiro de Alcobaça, em 1989.

Tal como não será, por outro lado, despiendo para este debate o facto de em Dezembro de 2013, num fórum de discussão radiofónica¹³ destinado a debater *Os 30 Anos de Património Mundial em Portugal*, os quatro especialistas convidados, maioritariamente com funções de direcção em organismos governamentais do património cultural, terem concentrado a discussão, durante toda a emissão, sobre os processos de patrimonialização ocorridos na sociedade portuguesa, exclusivamente nos primeiros quatro bens culturais acima assinalados. Facto, tanto mais sintomático quanto, desde 1995, o país qualificara mais onze lugares nas listas do Património Mundial. Mais cinco *Centros Históricos*, quatro *Paisagens Culturais e Naturais*, um *Sítio Arqueológico*, num total, a partir da década de 80, de dezasseis sítios classificados de Património Mundial da Humanidade¹⁴. Acresce, para reforçar os argumentos que adiante se cuidará de clarificar, que Portugal havia classificado o *Fado*, em 2011, nas listas do Património Cultural Imaterial, e, se aguardava para a mesma categoria de bens culturais aprovação da *Dieta Mediterrânica*, que viria a ser obtida no mês seguinte, Dezembro de 2013.

A retórica sobre a evolução do conceito de património, que o descentraria do Estado e das elites político-culturais para o partilhar com o público e as comunidades, dessacralizando o poder pericial da História e da Arquitectura, afinal não chegou tão cedo ao Portugal democrático. Plasmada nos textos com poder normativo e definitivo, essa retórica que percorre os discursos emitidos a partir dos vários níveis institucionais - das convenções internacionais ao quadro normativo nacional, das filosofias e recomendações implícitas nas acções dos protagonistas da intervenção patrimonial às teorias dos especialistas – não parece, de facto, ter-se ainda incorporado nas disposições e representações de boa parte dos profissionais do património, apesar das suas proclamações sobre “a dissipação da visão monumentalista do património ... [que pressuporia a competência] de o enunciar cada vez mais como um problema das

¹³ TSF, *Encontros com o Património*, 13-12-2013.

¹⁴ Paisagem Cultural de Sintra, Centro Histórico do Porto, Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Coa e Floresta Laurissilva da Madeira, entre 1995-99; Centro Histórico de Guimarães, Alto-Douro Vinhateiro, Paisagem da Cultura da Vinha na Ilha do Pico e Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e Suas Fortificações e Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, entre 2001-2013.

comunidades e do bem-estar e cada vez menos como um problema de arquitectos ou historiadores” (Pereira, 1997: 23).

A história dos Institutos que em Portugal foram tendo a incumbência de regular e gerir o património – história que aqui não faremos, a não ser sob a forma de incursões pontuais - é igualmente testemunho da trajectória destas reconceptualizações, revelando importantes recomposições sócio-profissionais a que foram dando lugar, e, inversamente, reconversões nas perspectivas sobre o património a partir da alteração do estatuto e do poder das classes profissionais associadas a esta esfera cultural. Do que não há dúvida, como haverá ocasião de confirmar, é do poder instalado na Administração Pública, nos diferentes serviços e institutos que foram tutelando o património, de uma classe de profissionais, engenheiros primeiro, arquitectos e historiadores da arte mais tarde, cuja visão monumentalista, na perspectiva, e, positivista, na metodologia, “contaminou” e condicionou duradouramente, em diferentes sectores da sociedade portuguesa, a constituição do campo do património, tanto nos seus usos e significados quanto nas suas formas de abordagem.

Sintomático do que afirmamos, são as sucessivas remodelações na orgânica desses institutos, bem ilustrativas das formas de representação do património a que foram estando associadas.

O Instituto Português do Património Cultural (IPPC) foi o primeiro a ser criado, entre 1980-1992 ¹⁵. Como a própria designação sugere, albergava desde a sua constituição a noção alargada de património, estendendo-a a “todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Lei 13/85, 6 de Julho, *Art.º1*). Neste documento fundador, encontramos o que a linguagem jurídica designa por princípio da unidade do regime de protecção aplicado aos bens culturais, destinado a assegurar uma base jurídica comum para todos os tipos de bens culturais patrimonializáveis, sem diferenciar regimes de protecção e valorização, ainda que a especificidade de alguns desses bens pudesse vir a justificar excepções. Cedo, porém, se perde esta visão integrada do património. Por dificuldades

¹⁵ Na verdade, a criação deste Instituto (Dec. Lei 34/80, 2 Agosto) resulta de anteriores orientações que começaram a esboçar-se logo a seguir ao 25 de Abril e que, numa visão integrada do património, procuravam centralizar num único órgão todas as competências relativas a todos os tipos de património: arquivos, museus, palácios, monumentos, restauro, arqueologia, etnologia, etc.

de gestão, a que certamente não será alheia a *incomensurabilidade de paradigmas*¹⁶ em presença, inicia-se, ainda dentro deste Instituto, até 1992, o processo de separação de vários sectores, sobretudo bibliotecas, arquivos e museus. Sucede-lhe o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), que, entre 1992-97, fazendo jus à própria designação, passa apenas a integrar os monumentos e sítios classificados, incluindo sítios arqueológicos. Em 1997, sofre a primeira grande reestruturação, na sequência da descoberta das gravuras rupestres do Vale do Côa e da forte contestação que a aliança entre arqueólogos “activistas” e os *media*, inédita na sociedade portuguesa, moveu contra o IPPAR e a EDP (Gonçalves *et al*, 2001). Contestação conduzida por arqueólogos que quiseram deixar claro na opinião pública a inépcia daquele Instituto não só perante os interesses económicos concentrados na barragem, mas também, acima de tudo, inépcia perante a defesa e protecção da herança cultural que aquelas gravuras representavam – a aliança, desta vez, entre o ancestral património paleolítico e a extensividade da sua disposição no contexto ambiental único do Vale do Côa. Deste processo resultou a cisão do IPPAR, dando lugar, entre 1997-2006, a dois Institutos que passaram a gerir, em estruturas diferenciadas, o património arqueológico (IPA) e o património arquitectónico (IPPAR), embora a este último – que, pelos vistos, não perdera a função de paradigma dominante - continuassem a caber as competências de classificação, desclassificação, protecção e conservação dos imóveis ou sítios arqueológicos¹⁷.

A comprovar a força e autoridade do património construído está a fusão que, em 2007, junta de novo os dois institutos numa mesma estrutura, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), a que se associam, desta vez, alguns serviços da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos

¹⁶ Retoma-se aqui a expressão de Thomas Kuhn quando, na sua referencial obra dos anos 60, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, explicou o progresso do conhecimento científico recorrendo ao conceito marxista de revolução: a ciência, como a sociedade para Marx, progride na base do conflito entre o paradigma dominante que a comunidade científica reconhecida adopta, durante um certo período, para o aprofundamento do conhecimento e o paradigma emergente com o qual outra parte da comunidade científica desafia o primeiro. Produz-se então um período revolucionário, de debate intenso e competição de teorias no seio da comunidade de cientistas, até que o novo paradigma se instale como dominante. A partir de então, inaugura-se outra fase de normalidade na ciência, dela emergindo a incompatibilidade (incomensurabilidade) com o paradigma anterior.

¹⁷ Decreto-lei 117/97, de 14 de Maio; Decreto-Lei 120/97, 16 de Maio.

Nacionais (DGEMN) ¹⁸. Esta nova estrutura mantém-se até 2012, ano em que é transformada em Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), agregando mais sectores do património. Além do IGESPAR, também a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) e o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) fazem agora parte da orgânica de um dos mais recentes instrumentos de política patrimonial ¹⁹.

Porém, a última estrutura criada parece indiciar na sua recomposição o retorno à perspectiva do património integrado que norteara, embora sem sucesso, o primeiro instituto (IPPC) nesta área constituído no pós-25 de Abril. Sem dúvida, que a integração dos Museus, sobretudo do recém-criado Departamento do Património Imaterial, trará um confronto interessante para a análise dos processos de patrimonialização na sociedade portuguesa, sobretudo no que respeita à reformulação, espera-se, de políticas integradas do património material e imaterial. A elas voltaremos, depois de retomar a reflexão sobre o tecido institucional em que se segmentaram as abordagens tendentes a sobrevalorizar o património construído.

A Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que fora criada em 1929 ²⁰ durante o período do Estado Novo, no seio do Ministério das Obras Públicas, a única instituição até 25 Abril de 1974 com competência para intervir em imóveis classificados, teve como objectivo desde o primeiro momento servir a ideologia nacionalista do regime, que, entre outras iniciativas culturais, via na conservação e no restauro de certos monumentos nacionais uma condição para reforçar o seu poder, reforçando a identidade nacional. Em particular, aqueles que no entendimento do regime testemunhavam as épocas de maior glória do país, a saber: o momento da fundação do território, a afirmação nacional contra Castela, a gesta dos Descobrimentos e, de novo, a independência face a Espanha em 1640 (Custódio, 1993; Neto, 1999; Rodrigues, 1999; Sobral, 2012).

Como alguns historiadores reconhecem, foi durante o Estado Novo, que a sociedade portuguesa conheceu o maior impulso na preservação do património, respeitante quer à sua protecção legal, quer à intervenção directa na recuperação de monumentos e edifícios históricos, através da criação da DGEMN-Direcção-Geral de

¹⁸ Decreto-Lei 96/2007, 29 de Março; Decreto-Lei 223/2007, de 30 de Maio.

¹⁹ Lei 115/2012 de 25 de Maio.

²⁰ Dec. Lei 16:791, 30 Abril, de 29 Abril de 1929

Edifícios e Monumentos Nacionais (Neto, 1999) ²¹. Outros historiadores sublinham, em virtude da subordinação à propaganda ideológica do regime, o anacronismo presente nas suas concepções de recuperação dos edifícios monumentais, dominadas até aos anos 60 pelas teorias do restauro de Viollet-le-Duc. Ao preconizar a devolução da *unidade de estilo* aos monumentos, referente à sua traça original, sacrificavam-se outras informações históricas e artísticas provenientes dos acrescentos posteriores, apesar de vozes dissonantes no seio da própria DGEMN, como a de Raul Lino, que defendia, contra o restauro, as teses conservacionistas de John Ruskin, procurando reduzir ao mínimo a intervenção nos edifícios por consideração à preservação do valor histórico que todas as épocas e estilos testemunham e, como tal, deve ser transmitido (Rodrigues, 1999) ²². Outros ainda, também historiadores, reconhecendo embora “a componente ideológica subjacente à política restauracionista do Estado Novo”, não deixam de acentuar o flagrante reducionismo dos críticos que apenas se atêm a considerar esta componente na avaliação do trabalho competente de valorização dos monumentos realizado por aquela instituição. Salientando que o erro restauracionista foi comum a outros países e os próprios técnicos da instituição o foram assumindo, destaca, pelo contrário, a produção de trabalho com carácter sistemático e a elevada qualidade técnica que o acompanhou, documentando monograficamente todas as intervenções, o pioneirismo na aplicação de conceitos que anteciparam a Carta de Atenas, de 1931, e, por fim, o seu pleno enquadramento com os valores europeus que começavam a estar presentes nas preocupações com o património e certamente explicam a participação de técnicos daquela instituição nas reuniões que conduziram à Carta de Veneza, de 1964, colaborando na sua própria redacção (Custódio, 1993: 56-61). Sobrevivendo ao Estado Novo, relacionando-se nem sempre da forma mais pacífica com as novas instituições do património surgidas com a democracia, a escassos anos da sua extinção e integração de

²¹ A mesma autora, em trabalho anterior (Neto, 1996), recorda o facto de que, de acordo com a análise de dois indicadores - o número de intervenções realizadas e o montante de verbas despendidas -, o regime salazarista, através da DGEMN e no período entre 1929-60, em termos relativos, terá gasto em obras de recuperação de monumentos um valor superior ao que, na mesma área, pode ser contabilizado para os primeiros 25 anos sob regime democrático (Neto, 1996).

²² “As ideias da *unidade de estilo* de Viollet-le-Duc eram escrupulosamente seguidas ... Ideias que levavam os técnicos da DGEMN a reconstruir ... não como *tinha sido*, mas como *deveria ter sido*...” (itálicos no original) (Rodrigues, 1999:72).

alguns dos seus serviços no IGESPAR, ao comemorar 70 anos de participação na política do património, sublinhando o contributo técnico e cultural que trouxe a essa política, a DGEMN afirma, peremptória, pelas palavras do seu Director-Geral, “falar do património arquitectónico é, em Portugal, falar da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais” (DGEMN, 1999: 12).

Com esta longa, embora insuficiente, incursão ao quadro institucional que há quase um século tutela a defesa e valorização do património cultural na sociedade portuguesa, composto e recomposto por estruturas herdadas do regime anterior, convivendo com outras surgidas da democracia, nem sempre harmoniosamente, algumas vezes em complementaridade, o que pretendemos salientar é a disposição longamente adquirida por práticas patrimoniais especialmente dirigidas aos edifícios monumentais, só mais tardiamente, e talvez apenas na retórica, a outras categorias e dimensões do património, incorporadas no *habitus* técnico-científico e administrativo que qualifica os recursos humanos dessas instituições. A DGEMN, para apenas referir aquela que sobreviveu mais tempo, pelos conceitos com que nomeou as intervenções no património, pelos protocolos que estabeleceu com instituições científicas, mas sobretudo pelo recurso organizado e sistemático de divulgação do seu trabalho, regularmente publicado, ter-se-á tornado uma *escola* no sentido académico do termo. *Escola* que teoriza, debate, observa e intervém em segmentos da realidade social – o património construído, no caso –, no quadro da circulação de conhecimento *inter pares* e da sua transformação em políticas pouco ou quase nunca articuladas com outras esferas de acção que se cruzam no campo do património.

Lapidares são as palavras do ex-director do Museu Nacional de Arqueologia, arqueólogo, vincando bem a sua discordância com a perspectiva monumentalista do património e o domínio que exerceu e se manteve consolidado no período democrático:

Em 1974...o conceito de ‘património cultural’ era ainda, em grande medida, ignorado. Vivíamos debaixo de décadas de ‘património artístico da Nação’ e de ‘folclore’. (...) Nos museus, o 25 de Abril entrou com pés de veludo... pior ainda se passou no património arquitectónico, onde a influência das Obras

Públicas, protagonizada pela velha Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais se manteve até mais tarde ²³.

Além do depoimento registado, que outro significado se pode retirar da apresentação do balanço e das estratégias da política patrimonial do IPPAR, quando, em 2000, após 26 anos de gestão em democracia nesse sector, os seus dirigentes se propõem desenvolver “uma nova política patrimonial” assente, nas palavras dos seus autores, “em três pilares: 1) uma nova atitude perante o património; 2) um novo relacionamento com os demais agentes e entidades ligadas directa ou indirectamente com o património; 3) a reconciliação da Sociedade com o património” (IPPAR, 2000: 18/ss)?

Três pilares que resumem, sem dúvida, de forma exemplar a dissonância, de que temos procurado dar conta, entre as reconceptualizações operadas no campo do património - às quais se associa o processo de globalização que tem em instâncias internacionais como a UNESCO um dos seus melhores intérpretes - reconceptualizações que na sociedade portuguesa são, de pronto e superficialmente, assumidas na retórica, embora fracamente incorporadas nas práticas políticas dos agentes a quem tem cabido a função de as executar. É certo que no quadro das próprias instâncias de regulação do património existe sectorialmente essa consciência e não faltam exemplos, nos últimos anos, sobre iniciativas e estratégias de mediação que procuram integrar lógicas sociais de representação e acção diferenciadas sobre o património, sem pôr em causa a relevância cultural dos bens, sem ceder às pressões do entretenimento puro e simples ²⁴. *A Noite nos Museus*, uma criação do Ministério da Cultura Francês em 2005, que se espalhou a vários países, também a Portugal, as comemorações do *Dia Internacional dos Museus*, o *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, entre muitos outros exemplos de diversificação da oferta cultural baseada em espaços patrimoniais, aí estão

²³ Jornal *Público*, 24/04/2014

²⁴ “Não chega só abrir as portas dos monumentos, (...) tem que se atender à concorrência das outras formas de lazer, tem que se atrair novos públicos... dessacralizar o património e levá-lo às pessoas, mas também não pode ser de forma descabelada... [a animação] tem que trazer uma mais-valia para o edifício. Quando [pus em prática] no Palácio Nacional de Queluz, *As Noites de Queluz* e fiz *Uma noite na Corte*, tive que ir ler as descrições de William Beckford”, Simonetta Luz Afonso, ex-directora do Instituto Português de Museus, ex-conservadora de museus, TSF, *Encontros com o Património*, 27-09-2008.

a comprovar que “a nova atitude”, preocupação do IPPAR no início deste século, se foi impondo no terreno e tem sido protagonizada por grande variedade de agentes sociais.

Todavia, a questão não diz somente respeito à angariação de públicos e renovação dos modos tradicionais de consumo de bens culturais. Retomando criticamente a leitura dos «três pilares» a que acima se aludiu, de que se trata quando se refere a necessidade de “reconciliação” da sociedade com o património? Da parte de quem é suposto havê-la?

Os Inquéritos que temos realizado sobre as atitudes dos portugueses relativamente ao património, cujos resultados haverá ocasião de comentar, conjugados com outros, provenientes de outras iniciativas, além dos próprios dados divulgados no documento que estamos a analisar ²⁵, indicam com clareza que a reconciliação da sociedade com o património se tem gradualmente consolidado - se é que alguma vez se deslaçou. Talvez caiba agora ao “património”, i.e. às suas estruturas de regulação e gestão, reconciliar-se com ela. A corroborar este entendimento estão os resultados do *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*, que realizámos, e que torna evidente, para além do movimento de adesão aos valores de protecção do património detectado no *Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Património, 2000*, a existência de organização associativa neste sector, revelando crescimento continuado e progressivo desde os anos 80 ²⁶.

²⁵ Em termos de visitantes, o IPPAR destaca no balanço para 1995-99, “o sistemático acréscimo anual de visitantes dos monumentos à sua guarda... [o que se traduz] em crescimento de 53%; em termos de receitas próprias, provenientes de *entradas, actividade comercial e cedência de espaços*, «um crescimento de 115,4%, [representando] ...2 vezes mais do que as transferências provenientes do Orçamento de Estado” (IPPAR, 2000: 25-29).

²⁶ É notória a percepção de alguns profissionais do património a este respeito:

“Felizmente, a 1ª década de 70 e 80 fez nascer muitas associações, que tiveram um papel dinamizador, até motor das questões do património, na medida em que no período anterior fazia-se a discussão do monumento histórico e artístico...as associações trouxeram à baila a discussão de novos aspectos ligando o património cultural com o natural”, Jorge Custódio, historiador, TSF, *Encontros com o património*, 26-04-/2014;

Do mesmo modo, outra técnica salienta: “(...) sobre o interesse pelo património, eu recebo todos os dias na Assembleia Municipal (de Lisboa) de que sou a Presidente da Comissão de Cultura, não sei a idade das pessoas, mas recebo todos os dias abaixo-assinados sobre questões patrimoniais, da cidade, chegaram a ser 1300... depois são discutidas em Plenário”, Simonetta Luz Afonso, conservadora de museus, TSF, *Encontros com o património*, 26-04-2014.

Simultaneamente, o âmbito local e regional de actuação da maior parte dessas associações testemunha bem da eficácia no terreno do alargamento da noção de património. Se, em Portugal, essa eficácia se pode relacionar com o aumento, verificado nos últimos 40 anos, do desenvolvimento da arqueologia e respectiva valorização dos seus achados, também não pode deixar de resultar da explosão dos patrimónios locais, em boa parte dos casos, tipificando memórias, saberes, práticas da sociedade rural em acelerada decomposição, mas onde ainda é possível encontrar e mobilizar os detentores desse património.

Está à vista, com base no balanço sobre os processos de patrimonialização que até agora identificámos, a necessidade de convocar para a discussão outros entendimentos e práticas sobre o património. Herdeira de uma concepção de património fortemente associada, por um lado, à ideia de monumentos de grande valor arquitectónico ou de objectos artísticos singulares de elevado simbolismo histórico, por outro, à ideia de que a sua preservação está reservada à administração exclusiva do Estado e ao parecer das élites em cuja competência técnico-científica se baseia, a sociedade portuguesa desafiou, nos últimos anos, esse entendimento. À semelhança, aliás, do resto da Europa, de onde afinal esta ideia é originária e no seio da qual também surgiram os factores da sua superação.

Com efeito, as organizações internacionais percorreram um longo caminho desde a Convenção de 1972 sobre o Património Mundial, embora esta tivesse sido matricial para as convenções posteriores. Progressivamente, como sabemos, outras categorias de bens culturais, desde aquela data sempre associados à sua envolvente natural ou urbana, foram sendo promovidas e consagradas como património.

2.3. Controvérsias sobre o património imaterial

No início do século XXI, haveria de chegar mais uma categoria de património, a qual, consagrada internacionalmente na *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 2003, institucionalizou em definitivo a abrangência do conceito. Depois do património arquitectónico e monumental, depois dos conjuntos históricos, urbanos e rurais ou

arqueológicos, depois dos jardins históricos e das paisagens naturais, depois do património rural e das paisagens culturais, chegava finalmente o património imaterial, intangível, aquele que é afinal o constituinte comum de todos os bens culturais, incluindo o património edificado, mas que o racionalismo da cultura ocidental, ao transformá-lo em categorias, foi diferenciando e expurgando das suas manifestações simbólicas (imateriais).

Como dizíamos noutro lugar, todo o património, independentemente da sua expressão física, material, tem uma dimensão imaterial (Reis, 2009). É a dimensão do sentido, a dimensão do significado que os actores sociais historicamente lhe vão atribuindo e com a qual, através de reinterpretações sucessivas, seleccionam e criam património. Por conseguinte, o acto de objectivar um bem como património - definir classificar, preservar, valorizar, usufruir - é um processo de construção social que se joga sempre num quadro de relações de poder em que diferentes sectores lutam para impor a sua visão, *a visão legítima*, para usar as palavras de Bourdieu, sobre o património (Reis, 2009). A atenção a esse processo de construção social permitiu compreender os processos, os actores sociais, as estratégias e os contextos implicados nos processos de patrimonialização até agora dominantes na sociedade portuguesa. Com a consagração internacional do património cultural imaterial e a sua chegada ao debate das questões do património em Portugal, outros protagonistas, outros profissionais e outros saberes, outros patrimónios e outras estratégias de mediação entram agora no terreno.

Em Portugal, a ratificação da Convenção foi validada pelo *Decreto-Lei n.º 139/2009*, sendo no ano seguinte complementada pela *Portaria n.º 196/2010*, embora o processo de preparação dos instrumentos normativos de regulação do património imaterial, com vista à institucionalização de políticas públicas para a sua salvaguarda, se tenha iniciado desde 2007. O primeiro diploma, colocando em estreita articulação as normas da Convenção com a *Lei de Bases do Património Cultural*²⁷, que já continha directrizes sobre o património imaterial, embora não tivessem sido postas em prática, concedeu ao Instituto dos Museus e da Conservação a função de tutela deste património, dotando-o dos recursos e instrumentos necessários, nomeadamente o *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial* (INPCI). Através do segundo

²⁷ Lei 107/2001.

diploma - *Portaria n.º 196/2010* -, definiam-se as condições técnicas de identificação, estudo e documentação que deveriam orientar a inscrição no inventário ²⁸.

Antes de encetarmos uma leitura crítica destes documentos e discutir os seus efeitos na constituição legal e administrativa de mais um campo no património, três comentários se impõem.

Em primeiro lugar, o facto de caber aos museus e às suas estruturas administrativas o acolhimento deste tipo de património. Há quem argumente estarem as práticas museológicas, habituadas à gestão de inventários das suas colecções, mais próximas da especificidade, de natureza técnico-metodológica, que o património imaterial coloca quanto ao seu registo e protecção.²⁹ No entanto, esta é uma questão controversa não tanto, todavia, por causa da intangibilidade deste património. Na verdade, como acima se deixou explícito, todo o património tem um valor imaterial, independentemente das suas manifestações serem materiais ou imateriais. O problema é que, tendo sido duradoura e consistentemente ignorado ou minorizado pelas concepções dominantes, mesmo as museológicas, esse valor, ontológico ao designado património imaterial, reaparece agora em força em todas as vertentes do património, pressionando os profissionais encarregados da sua mediação à reformulação das suas práticas. Atendendo aos critérios de definição destes bens ³⁰, agora orientados para inventariar e catalogar práticas sociais (simbólico-culturais) e não objectos, estarão os museus preparados para o seu acolhimento? Há vários níveis de resposta, que guardaremos para mais tarde.

²⁸ Sobre o regime jurídico para a protecção do património imaterial, elaborado no âmbito do Instituto Português de Museus (IPM), bem como sobre a discussão teórico-metodológica que, no âmbito desse mesmo instituto, acompanhou a fundamentação desse regime, cf. (Costa, 2013a: 45/ss); sobre as políticas públicas desenhadas entre 2007-2011, entre as quais se destaca o instrumento de Inventário, cf. (Costa, 2013).

²⁹ Essa é, nomeadamente, a posição defendida no seio do Instituto dos Museus e da Conservação (Costa, 2013).

³⁰ De acordo com o *parágrafo 2, do Art.º 2º* da Convenção de 2003, o «*património imaterial ... manifesta-se nos seguintes domínios:*

“a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;

(b) artes do espectáculo;

(c) práticas sociais, rituais e actos festivos;

(d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;

(e) técnicas artesanais tradicionais”.

Em segundo lugar, os dois grandes protagonistas sociais que as recomendações desta Convenção fazem emergir, quer pela matéria sobre a qual incidem, quer pelos agentes a quem se destinam, repartem-se entre os antropólogos, reconhecidos pelo saber científico e pela experiência metodológica para lidar com as culturas populares, e as próprias comunidades ou grupos detentores do património imaterial susceptível de ser classificado. Com efeito, cumprindo as recomendações da Convenção, a Lei Portuguesa ³¹, desde logo instituiu uma Comissão, dotada de autonomia administrativa, técnica e científica, com funções consultivas e deliberativas, que deveria ser composta, para além dos elementos da Direcção do Instituto dos Museus, por cinco “individualidades de reconhecido mérito no âmbito da salvaguarda do património cultural imaterial...e...duas individualidades ...designadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses”. Foram, de facto, designados cinco especialistas em Antropologia e, como forma de integração institucional das comunidades, dois representantes da Associação Nacional de Municípios ³².

Em terceiro lugar, vale a pena salientar que “o espírito” desta Convenção tenha feito retomar na sociedade portuguesa, ao menos no plano das intenções, a visão integrada do património que entretanto se perdera logo nos anos 80 com o desmembramento do IPPC-Instituto Português do Património Cultural e a separação em institutos autónomos que sectorizaram o património cultural. Ademais, na ausência de um quadro legislativo que definisse princípios e orientações comuns para todos os tipos de património.

Essa lei – Lei de Bases do Património Cultural - haveria de aparecer em 2001, conforme acima referido, embora sem efeitos prático-legais por não ter sido regulamentada. Só em 2009 foi reapropriada, conjugada com o articulado da Convenção da Unesco de 2003 e originou o decreto que hoje regula a salvaguarda do património cultural imaterial. No seu preâmbulo, finalmente, reconhece-se:

³¹ Decreto-Lei n.º 139/2009, Art.º 22.

³² O Instituto de Museus e da Conservação reconhece ainda como interlocutores privilegiados, com autoridade científica na investigação do património imaterial, as seguintes entidades institucionais: Museu Nacional de Etnologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Universidade do Minho e Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), centro que agrega todas as entidades anteriores, à excepção do Museu Nacional de Etnologia (Costa, 2013a: 54).

(...) a importância do património cultural imaterial na articulação com outras políticas sectoriais, e na própria internacionalização da cultura portuguesa, e estabelece-se, de forma pioneira, um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem (Dec.- Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho).

Até agora, à luz deste enquadramento e dada a sua recente existência na sociedade portuguesa, não há experiências de património imaterial classificado suficiente para sobre ele exercer a nossa análise. No âmbito do IMC-Instituto dos Museus e da Conservação, o *Inventário* para o seu registo foi elaborado e está a decorrer, aguardam-se os resultados do anunciado *Inquérito ao Património Imaterial em Portugal*³³ para detectar projectos de salvaguarda.

O *Fado*, desde 2011 e a *Dieta Mediterrânica*, desde 2013, esta última em conjunto com mais seis países da bacia mediterrânica (Croácia, Chipre, Espanha, Itália e Grécia, Marrocos) fazem já parte da lista de Património Cultural Imaterial da UNESCO, um pedido de inscrição para a *Capeia Arraiana* nas mesmas listas ainda aguarda resposta das instâncias internacionais. As candidaturas das *Festas do Espírito Santo*, nos Açores, *As Tradições Galaico-Portuguesas*, respectivamente em 2002 e 2004 foram rejeitadas. A do *Cante Alentejano*, aceite em 2013, aguarda decisão. À excepção da tradição tauromáquica do Sabugal, nenhuma das outras manifestações culturais passou pelo processo de inscrição no *Inventário Nacional*, considerado como o instrumento primordial para a identificação e recolha de informação, todas as candidaturas tendo sido organizadas no quadro de sinergias e protocolos entre os municípios, as universidades, as associações culturais e os próprios grupos sociais directamente envolvidos nessas práticas culturais. É cedo, ainda, para concluir sobre o

³³ Inquérito que, de acordo com a informação na sua página electrónica, o IMC teve em curso em 2010 e de que foi alvo um total de 494 entidades, assim repartido entre as seguintes tipologias: Museus (139), Municípios (308), Direcções Regionais de Cultura (7) e Unidades de Investigação consideradas de potencial relevância para a actuação no sector (40). (<http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=3>).

desinteresse ou a indiferença da sociedade por estes processos burocráticos de registo e catalogação, cuja complexidade técnica, dizem alguns, os pode tornar inacessíveis quer ao público em geral, quer mesmo às entidades no terreno interlocutoras dos grupos ou comunidades de quem se pretende inventariar as dimensões culturais (Bortolotto, 2013).

Do que não há dúvida, porém, e bastante importará a esta discussão, é que se estendermos a análise para lá do património classificado, ou com pretensões à classificação internacional, não faltarão exemplos em todo o país de iniciativas de valorização do património imaterial, de âmbito regional ou local, que, anteriormente ou fora da recente institucionalização, traçaram o seu caminho. Quem investiga temas como os da sociedade rural, do ordenamento do território, do ambiente, do desenvolvimento local, há muito se familiarizou com a mobilização desses factores culturais para revitalizar espaços sociais marginalizados, em alguns casos, até, com a inevitabilidade de a sua mobilização poder vir a tornar-se numa das poucas condições sociais de existência desses espaços (Lima, 2006; 2008; Reis e Lima, 1998; Reis, 2004; Santos, 1994). Quem, por outro lado, investiga espaços urbanos de média ou grande dimensão, apesar da relevância do património físico nesses lugares, não deixou de se confrontar com a dimensão imaterial tecida nas sociabilidades de bairro, colectividades, feiras, mercados, artesanato, festas populares (Costa, 1999; Fortuna e Silva, 2002; Lopes, 1998; Peralta e Anico, 2006; Silva e Santos, 2010; Santos, 2005).

De resto, embora actualmente investida do poder de enunciação do “património imaterial”, não tem sido outra a perspectiva, fundadora da própria Antropologia, senão a de estudar a *tradição*, o *folclore* ou a *cultura popular*³⁴. Não falta quem saliente que a reconceptualização do património, agora incluindo a dimensão imaterial, foi decalcada do conceito antropológico de cultura, para o qual nunca bastou a noção elitista de “alta cultura”. Ao sublinhar a importância de preservar a diversidade cultural, insistindo na noção relativista de cultura, a Convenção de 2003 apresenta-se agora contra as próprias categorias de património, baseadas na ideia ocidental de

³⁴ Os conceitos não têm, como se sabe, o mesmo significado nas tradições antropológicas europeias. Enquanto o termo anglo-saxónico *folclore* se refere a práticas sobreviventes, nas sociedades avançadas, de estados de evolução cultural anteriores, na Alemanha, *volkskunde*, e *traditions populaires*, em França, referem-se à “pureza da cultura nacional preservada nas áreas rurais, fora do cosmopolitismo das metrópoles” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 304).

monumento, que a UNESCO ajudou a construir (Leal, 2013). Embora, relembre-se, a revalorização das culturas populares/tradicionais já viesse sendo desenvolvida por aquela instituição, desde a década de 1990, através da Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, de 1989, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001 e da Declaração de Istambul de 2002, conforme declara o próprio Preâmbulo da Convenção de 2003.

Estas rupturas ou “saltos” na discussão sobre os conteúdos do património têm, no entanto, mais a ver com a especificidade da realidade portuguesa do que com as estruturas internacionais de certificação do património, que desde a Convenção de 1972, e até da Carta de Veneza de 1964, se quisermos ser rigorosos, abriam caminho para a valorização de outros patrimónios, também da sua intangibilidade, de alguma maneira reflectindo as mudanças na relação que a modernidade europeia foi construindo com a sua própria memória. Pelo contrário, a sociedade portuguesa só tardiamente (desde 2009) conferiu dignidade institucional às culturas, saberes e tecnologias populares, dotando-as de estruturas jurídicas e administrativas, pelo menos equiparáveis às que criou para o património construído. Rupturas discursivas, que em Portugal, coincidem com as descontinuidades no estudo e na investigação etnográfica como é exemplo, para apenas referir um dos períodos mais profícuos da etnografia portuguesa, a equipa de investigação, liderada por Jorge Dias, que fundou o Museu Nacional de Etnologia em 1965. De forma indirecta, embora não admitindo as descontinuidades, o mesmo autor acima referido reconhece que não terá havido espaço institucional na sociedade portuguesa para patrimonializar o que era há muito património da sua disciplina:

(...) comecei por recordar o modo como o conceito de Património Cultural Imaterial recobria de forma significativa aquele que foi ao longo de mais de cem anos o objecto privilegiado da antropologia portuguesa: o estudo das culturas populares. Nesse sentido, os antropólogos portugueses deveriam reclamar para si o Património Cultural Imaterial e ter uma intervenção activa nos processos sociais e institucionais a ele ligados (Leal, 2013:137).

Do que não há dúvida, também, é do facto de este tema ter prontamente mobilizado o debate, muito antes da aprovação da Convenção em Portugal e dos

trâmites que conduziram à consagração legal desta categoria de património ³⁵. Convocado o debate para dentro dos sectores mais auto-reflexivos das ciências sociais – a antropologia e sociologia - a controvérsia não deixou de se fazer sentir rapidamente.

Com efeito, os vários conceitos e critérios que é necessário mobilizar para identificar, registar, classificar, preservar, valorizar a especificidade de um bem cultural de natureza intangível, para além da sua própria definição, associados ao “subtexto” político que os acompanha na formulação da Convenção, não foram desde logo consensuais. Em primeiro lugar, os princípios políticos que circunscrevem este documento, consoante são expressos no Preâmbulo, e que derivam da articulação directa com os princípios existentes em matéria de direitos humanos, enquadrados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 e posteriores Pactos Internacionais, de 1966, sobre direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais.

Em segundo lugar, a conjugação desses princípios com os da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural ³⁶. Direitos humanos e diversidade cultural nem sempre são fáceis de conciliar. Como se podem respeitar, e patrimonializar, tradições culturais que não respeitam os direitos humanos? Há quem pergunte:

É realmente possível conservar manifestações bicentenárias compatíveis com os direitos humanos ... sabendo, por outro lado, que se a sociedade é cinética e contingente, o que acontece com a liberdade dos cidadãos impondo-lhes a recriação de práticas culturais que podem impedir a oportunidade de mobilidade social, cultural e económica? (Schapira, 2013: 178).

³⁵ Um dos primeiros *forum* de discussão ocorreu em Novembro de 2002, no âmbito dos *Encontros Interdisciplinares sobre a Matéria do Património*, organizado pela Secção Profissional de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa, em colaboração com o Departamento de Antropologia do ISCTE, “num solidário esforço de discussão pública da problemática da “imaterialidade” do património em Portugal durante o período em que essa matéria esteve em processo de elaboração nos gabinetes...do edifício da UNESCO em Paris” (Ramos, 2003:9).

³⁶ Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2002:

“Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance” (*Art.º4*); “toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais” (*Art.º5*).

Pontos de vista ainda mais radicais apresentam como outro dos obstáculos conceptuais intransponível ou, pelo menos, de efeito contrário às intenções da Convenção, a contradição entre a promoção da diversidade cultural à escala global e a normalização dessa diversidade através de um quadro legislativo comum:

(...) tentar padronizar o património ‘imaterial’, tornando tangível o que é intangível...pode ter como impacto mais duradouro a destruição dos patrimónios de ideias que se pretende salvaguardar (Ramos, 2003: 56)³⁷.

Os ecos da discussão provocada pelos princípios políticos e culturais que esta Convenção pôs a circular, juntando ao património tradicionalmente consagrado outras categorias de bens culturais marginalizadas pelo processo de modernização nas sociedades avançadas, acentuado pelo processo de globalização demolidor de culturas minoritárias, terão captado mesmo a atenção de sectores culturais mais conservadores que agora vêem nesta abrangência uma ameaça aos valores fundadores da identidade cultural europeia.

O diálogo intercultural manifestamente assumido nestes princípios internacionais, assentes na diversidade e na des-hierarquização do património, levaram recentemente um dos nossos escritores a temer que “o capital de tolerância e de saber... [que a Europa] ...conseguiu acumular [possa] tolerar que o politicamente correcto...equipare um totém da Papuásia e um quarteto de Beethoven ou a uma obra de Piero della Francesca” (Moura, 2013: 33). Surpreendentemente, esta visão não andarão longe das objecções à des-hierarquização por parte de quem estuda culturas africanas e daí é originário. Com efeito, tal objecção faz igualmente sentido para quem critica fortemente os sectores europeus que se têm oposto à categoria de obra-prima do património imaterial, com base no argumento de que tal introduziria a perspectiva elitista num conjunto de bens que merece ser preservado por igual:

³⁷ Esta foi uma das primeiras e mais fortes críticas veiculadas no colóquio *Encontros Interdisciplinares sobre a Matéria do Património*, de Novembro 2002, acima referenciado, veementemente reconfirmada em anos mais recentes:

“ (...) este instrumento, jurídico-político, que define uma separação clara entre natureza material e imaterial de um património é um objecto em si de colonização mental de uma série de culturas...[que] se calhar não querem ser salvaguardadas por aquele modo de olhar para o património”, Manuel J. Ramos, antropólogo, TSF, *Encontros com o Património*, 24-04-2009.

Negar a hierarquização é negar às comunidades a capacidade de discernimento estético e o direito de fazer julgamentos de valor sobre o seu património. Assim, supremo paradoxo, facilmente se entende que os mais elitistas são exactamente os que se proclamam contra o elitismo (Yai, 2003: 6).

Para o autor, todas as sociedades hierarquizam as suas produções culturais, incluindo o seu património, mediante a escala de valores que orienta as suas práticas.

Seria, de facto, introduzir elitismo infundado pretender tratar as manifestações ou os símbolos culturais que não se exprimem através do património físico de forma horizontal, nivelando-as pelo mesmo valor. Trata-se, em primeiro lugar, de quebrar a hierarquização dos bens patrimoniais na base da oposição material /imaterial, que privilegia a forma como a cultura ocidental “canonizou”, até há pouco, as suas produções culturais, deixando a decisão sobre a sua patrimonialização antes de tudo aos principais interessados cuja base social abrange, de resto, cada vez mais segmentos sociais para além dos especialistas ou das instâncias que a certificam.

Já nem valerá a pena acrescentar as preocupações de iconoclastia que alguns autores antevêm em todos os processos de preservação das tradições, argumentando que a salvaguarda é o último acto sobre culturas que já perderam sentido e autenticidade (Medeiros e Ramos, 2009), a não ser para contrapor a necessária distinção que se impõe entre património etnológico construído pela Antropologia/Etnologia na base do discurso *etic*, distanciado e exterior ao objecto de estudo, e património imaterial na base do discurso *emic*, suportado pelos próprios detentores desse património (Caldéron, 2013; Costa, 2013). Salvaguardadas pela lógica *emic*, as comunidades ou os grupos seriam quem define os conteúdos do que querem ver preservado, ainda que coadjuvados por especialistas e poderes públicos. Desta forma se acautela “a tendência para a expropriação dos bens culturais por porta-vozes que falam em nome de colectivos” e se coloca a esses mesmos porta-vozes o desafio de fazer do património imaterial “não um lugar de imobilização da cultura...mas de mobilização das pessoas” (Leal, 2013: 140/s).

Não se esgota, nestas considerações controversas sobre a patrimonialização dos bens imateriais, o tema que nos propusemos explorar neste trabalho acerca das relações, quiçá alianças, entre património e cidadania. Parece, no entanto, cada vez mais clara essa relação, à medida que damos conta da evolução da

reconceptualização do património, que, notoriamente, vai deslocando o centro da sua legitimação, pericialmente sustentada, do carácter histórico, ou da relevância artística, para a intangibilidade dos processos culturais que dão ou deram sentido a práticas sociais em dificuldade de reprodução, consequência quer dos trânsitos que atravessaram na modernidade, quer da falta de protecção institucional por não lograrem o reconhecimento da sua pertinência cultural. Não se afirma que esta última categorização do património tenha resultado de iniciativas políticas de cidadãos ou de associativismos de base local ou mais abrangente. Apenas, se sublinha ser este um dos campos onde se joga uma das principais condições de afirmação do crescimento da cidadania cultural.

Não será, aliás, despicienda ao esclarecimento desta questão a consideração das pressões dos países do Sul na ampliação do conceito de património e da inclusão da imaterialidade nas suas dimensões. Membros da Comissão Nacional da UNESCO não podiam ser mais taxativos a esse respeito:

Quem tem defendido na UNESCO uma convenção de protecção do património mundial imaterial são essencialmente os chamados países do Sul, por comparação com a Convenção de 1972...cujo fim era classificar e proteger bens físicos, materiais, monumentos e paisagens naturais...as maiores reservas a este projecto têm surgido dos países europeus. Mas criou-se na UNESCO a noção de que os países do Sul possuem um rico património imaterial...enquanto os países da Europa, que terão já pouco património (no sentido imaterial) a preservar, não estão interessados na Convenção. Esta acusação tem sido proferida pelos representantes dos países africanos, sul-americanos e asiáticos³⁸.

³⁸ Intervenção de Paula Costa, da Comissão Nacional da Unesco, no Colóquio *A Matéria do Património* (Ramos, 2003:82).

A corroborar estas afirmações, seis anos depois, estão as declarações de outro membro da mesma Comissão: “(...) esta Convenção é *um instrumento de política internacional*, e não pode ser vista fora dos objectivos da UNESCO enquanto organização internacional, é daí que depois baixa um nível para os estados nacionais, baixa um nível para as comunidades, até chegar aos indivíduos... apareceu como uma contrapartida à Convenção do Património Mundial e está muito relacionada com ela... na lista dos bens classificados de Património Mundial, até agora há 878, a maior parte (são) dos Estados do Norte da Europa *e os países do Sul, por não terem património construído, porque não é essa a sua tradição, o seu património é muito mais intangível...*[só com] esta Convenção têm a contrapartida ...de também classificar o seu património nalguma lista da UNESCO, aliás a lista da 90 obras-primas que agora foram incluídas na lista da Convenção, a maior parte delas são nos países

Se o novo enquadramento político-legal parece querer afastar-se da noção eurocêntrica de património à qual amarrou, através de tratados e convenções internacionais, outros contextos sociais alheios à sua mundivisão, aos quais dá neste momento protagonismo, a verdade é que a Europa também tem os seus “países do Sul”. Sociedades que conservaram por mais tempo formas de sociabilidade, tecnologias e saberes, actividades como a agricultura familiar, modos de vida, em suma, patrimónios que nem sempre, ou quase nunca, precisaram da mediação material de objectos imponentes para constituírem os seus imaginários. É sobretudo a sociedade rural do Sul da Europa, que apesar de longa e profundamente estudada pela Sociologia e Antropologia, também agora se candidata às listas do Património Imaterial da Humanidade, discutindo, reformulando, reciclando terminologias com que essas ciências construíram o aparato de leitura e interpretação dessas culturas e sociabilidades locais ³⁹.

Não deixa, porém, de ser interessante registar, pelo menos no que respeita a Portugal e às suas estruturas político-administrativas, o facto de, nos últimos 40 anos, ter concentrado os seus dispositivos de defesa e protecção no património construído e nos grandes museus tradicionais de História e de Arte - a esse nível competindo com a Europa do Norte -, procurando reverter essa trajectória somente após o lançamento da Convenção cujo teor e efeitos se vem comentando.

Confirmado pelo primeiro estudo sobre o tecido museológico nacional no pós-25 de Abril, 59% dos museus existentes nasceram nos últimos 25 anos. O seu

do Sul, África, Ásia e Pacífico”, Clara Bertrand Cabral, TSF, *Encontros com o Património*, 2009 (itálicos nossos).

³⁹ Sintomático do que afirmamos, são os dois colóquios organizados sobre o assunto. Colóquio *Património Imaterial. Museos y Sociedad. Balances e perspectivas de futuro*, organizado pelo Ministerio de Educación, Cultura e Deporte de Espana, em 2010, em Lima, incidindo sobre o universo dos países ibero-americanos, que contou com participação portuguesa (Calderón, 2013) e, em 2012, o colóquio *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, organizado pela Direcção-Geral do Património Cultural e pela Universidade de Évora com o objectivo, lê-se na nota de apresentação, de “realizar o balanço e a análise comparativa das estratégias e das políticas públicas recentemente desenvolvidas pelos quatro países nele representados – Portugal, Espanha, França e Itália –, para fins da implementação, à escala nacional, da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 2003” (Costa, 2013).

crescimento acentuado, sobretudo nas décadas de 80 e 90, consubstanciando-se hoje em cerca de 500 museus espalhados pelo tecido nacional, dos quais 23 tutelados pelo Instituto de Museus e da Conservação e 142 em parceria com a Rede Portuguesa de Museus, deve-se principalmente ao impulso dos Municípios (Silva e Santos, 2000). Com efeito, a explosão museológica até ao princípio do século XXI tem forte expressão local e regional, em museus sobretudo de carácter etnográfico, e associa-se claramente à mudança de estratégia política dos municípios a partir da valorização cultural e ambiental dos seus contextos de acção. Simultaneamente, o enraizamento local de muitas associações de defesa do património, sobrevivendo quantas vezes do voluntariado e da articulação com “especialistas” originários do território, ou a eles ainda ligados por laços familiares, a par do envolvimento das comunidades que participaram no seu próprio inventário cultural, testemunha bem do dinamismo patrimonialista pré-existente ao enquadramento legislativo dos bens imateriais.

Essa percepção encontra-se até em segmentos sociais profissionalmente comprometidos com a valorização do património material:

A primeira década de 70 e 80, com a discussão pública, fez nascerem muitas associações do património que tiveram um papel dinamizador, até motor dessas questões...as associações não começaram pelo património cultural, mas pelo natural e ambiental, é o conceito de território que está na base da grande revolução do 25 de Abril em relação ao património (...) em 1991 eram para cima de 150 associações, não contando com as que nunca se registaram, que sempre quiseram ser livres, independentes e não aceitaram a regulação⁴⁰.

O *heritage boom* que as sociedades europeias vinham conhecendo, desde os anos 70, nas práticas sociais e na investigação, (Guillaume, 2003; Choay, 1996; Lowenthal, 2003), no sentido da sua extensividade e des-monumentalização, em Portugal também acontece, em menor escala, mais tardiamente, centrado na herança rural, dependente dos voluntarismos locais e sem articulação com políticas territoriais consistentes de recuperação de espaços sociais desvitalizados pela sua população envelhecida e pelo abandono de actividades estruturantes desses espaços. A explosão do património, fruto de alterações substanciais respeitantes à urbanização dos modos de

⁴⁰ Jorge Custódio, historiador, especialista em património industrial, *TSF, Encontros com o Património*, 26-04-2014.

vida, é também verdadeiramente uma assunção das inúmeras associações que põem na agenda política a discussão dos pequenos patrimónios que até à data da Convenção de 2003, sendo embora a lei portuguesa anterior (Lei 107/2001), não tinham colhido dignidade suficiente para merecer protecção, regulação e valorização.

Em capítulo próprio se desvendará o papel destas associações, bem como de outras iniciativas que colocam o património como um campo politicamente recrutável para a compreensão dos conteúdos da cidadania moderna. Por agora, importará convocar outras considerações para concluir a análise sobre a operacionalidade do conceito de património imaterial e das suas implicações sociais nos processos de patrimonialização.

Uma das críticas mais comuns apontadas ao conceito de património imaterial é justamente dirigida ao principal instrumento de protecção inerente ao seu paradigma, simultaneamente concebido como instrumento de política de intervenção cultural – o inventário de registo e classificação das manifestações culturais imateriais⁴¹. Mesmo prevendo, no articulado jurídico que o determina, a participação dos detentores de património em todos os processos e todas as fases do registo, mesmo argumentando sobre a fragilidade da sua permanência exposta às contingências do seu carácter imaterial, que sentido fará preservar, através de um inventário, práticas vivas, mutáveis, sujeitas às transformações de sentido dos seus próprios protagonistas, ancoradas na vontade destes e nos condicionalismos sociais que moldam essa vontade?

Do radicalismo às posições mais moderadas, é possível reconhecer a desconfiança em boa parte do discurso antropológico, quer quanto à epistemologia da cultura e das tradições populares que o inventário proporciona, quer quanto à deontologia dos profissionais que nela são chamados a participar⁴². Preocupados com o

⁴¹ Cf. Ficha de Inventário do Património Cultural Imaterial (PCI) em www.matrizpci.dgpc.pt; Para a explicação e defesa dos procedimentos de inventário aplicáveis ao património imaterial em Portugal, de acordo com a legislação que o regula (Portaria n.º 196/2010), *vd.* (Costa, 2013; Costa, 2013a).

⁴² Não deixa de ser interessante registar o “desabafo” de quem tem responsabilidades político-administrativas na aplicação do Inventário Nacional de PCI-Património Cultural Imaterial a propósito do que considera ser o desinteresse incompreensível dos antropólogos portugueses perante tão promissora oportunidade profissional:

“ (...) Não obstante a oportunidade que representa este requisito do regime jurídico para o Património Cultural Imaterial e para a revisitação de terrenos tradicionais da disciplina em Portugal, a ‘comunidade’ antropológica permanece ainda, na sua generalidade, grandemente

etnocentrismo da divisão material/imaterial, com o “congelamento” de práticas e saberes fluidos e reinventáveis, com o aproveitamento turístico das culturas patrimonializáveis, com o artificialismo com que se tomam por reais práticas que são apenas representações de práticas extintas, os mais radicais rejeitam a responsabilidade de consentirem, e nela participarem, o que avaliam como a intencionalidade política de dominação/domesticação de culturas marginalizadas (Medeiros, 2009; Pinto, 2003; Ramos, 2009). Outros profissionais da mesma disciplina, comungando daquelas preocupações, consideram como um desafio a possibilidade de inventariação sistemática de quadros culturais integrantes da sociedade portuguesa, integrantes também da antropologia nacional, desde que reflectindo, reformulando e adaptando à realidade nacional (e europeia) o quadro normativo derivado da Convenção cuja abrangência é de nível internacional (Brito, 2006; Cabral, 2011; Leal, 2013).

Parte das controvérsias e do debate que em Portugal tem suscitado esta última categorização do património, ao contrário do que se pôde apurar para o património construído, deriva fundamentalmente de três factores.

Em primeiro lugar, do facto de não haver prática regulada de inventário no país, além evidentemente da que continuou a renovar a tradição dos fundadores do Museu Nacional de Etnologia e estritamente subordinada aos paradigmas antropológicos.

Em segundo lugar, em sequência, o duplo esforço teórico-metodológico e político-administrativo para verter juridicamente para a realidade nacional um normativo pensado internacionalmente para culturas, comunidades e minorias mais vulneráveis aos processos de globalização e com menores dispositivos de protecção. Só assim se compreende, na terminologia da Convenção, a referência ao respeito pelos direitos humanos como condição necessária para o esforço de salvaguarda de qualquer cultura ou tradição, ainda que, num passado não muito longínquo de algumas tradições rurais europeias, sobretudo mediterrânicas, se pudessem ter encontrado contextos sociais propícios à aplicação daquela matéria jurídica. Recordam-se, por exemplo, *as forças marginais ou não transferíveis*. Conceito desenvolvido por Tepicht (1976), a partir dos contributos de Tchaynov (Shanin, 1976), para a compreensão da

desatenta das potencialidades deste mercado profissional ou, pelo menos, mais interessada na sua exploração como terreno para estudo dos próprios processos de patrimonialização” (Costa, 2013a:53).

racionalidade económica da agricultura familiar europeia, incidindo sobre crianças, mulheres e velhos como fonte de trabalho penoso, gratuito e sem alternativas, quer no quadro familiar, quer no quadro da sociabilidade aldeã. Outro exemplo reside nos códigos culturais de conduta das sociedades rurais mediterrânicas abrangidos pelo conceito de *honra e vergonha*, desenvolvido por Peristiany (1988) e Pitt-Rivers (1988), segundo os quais, para recuperar a dignidade, são toleradas formas violentas de retaliação masculina sobre os transgressores da moral sexual vigente nessas sociedades.

Não tardarão, por outro lado, no Portugal contemporâneo, a emergir perplexidades e conflitos quanto à possibilidade de conciliação, em certas práticas culturais, entre os princípios dos direitos humanos e os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos dos Animais, de 1978, também aprovada pela UNESCO, na qual existe uma transposição da obrigatoriedade de defender os animais para a própria lei dos direitos humanos ⁴³. É o que acontece, por exemplo, com a diversidade de tradições tauromáquicas e respectivos graus de violência associados, também expressão da cultura mediterrânica, que se manifestam em diferentes contextos culturais na sociedade portuguesa ⁴⁴. Recolhem bastante adesão popular que é, simultaneamente, “partilhada” com a contestação em crescendo de movimentos de cidadãos e organizações associativas que se colocam na órbita dos valores de defesa do ambiente, da natureza e dos animais.

Em terceiro lugar, porque, desta vez, a patrimonialização não se dirige ao objecto físico, mas ao gesto que a torna possível. Aos modos de vida e aos que lhes dão existência. Não é mais um debate apenas entre especialistas de arte, de história, de arqueologia...de antropologia. É ainda um debate de peritos, mas também entre estes, os detentores e representantes do património cultural e natural de um território, os poderes institucionais que os enquadram, para além de outros actores sociais, “exteriores” ao

⁴³ Cf., nomeadamente, o *Art.14º, n.º1*, segundo o qual “os organismos de protecção e de salvaguarda dos animais devem estar representados a nível governamental” e *n.º2*, “os direitos do animal devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem” (<http://www.lpda.pt/declaracao-universal-dos-direitos-animal/>).

⁴⁴ Para além da corrida de touros à portuguesa, registam-se as seguintes tradições tauromáquicas: a capeia arraiana, da raia Beirã - já classificada no Inventário de PCI -, a tourada à corda nos Açores, a chega de bois em Montalegre, a vaca das cordas em Ponte de Lima, as esperas de toiros no Ribatejo e Vale do Tejo e os touros de morte em Barrancos e Reguengos de Monsaraz.

território, mas cujo habitus cultural conserva a familiaridade com estes modos de vida ou revela interesse em conhecê-los.

Chegamos ao chamado triângulo da nova museologia: território-património-comunidade (Desvallées *et al.*, 2010) e à multiplicação dos actores implicados na sua definição e preservação. Como temos referido, a evolução de conceitos no campo do património material ou do património etnográfico não se tem feito sem a cumplicidade da museologia.

Do ecomuseu ao museu comunitário, do museu integral ao museu inclusivo são designações que ao museu tradicional, percebido como “um espaço de arte, uma galeria, um lugar com pinturas e vitrinas cheias de objectos, mas que são objectos mortos”⁴⁵, acrescentaram a ideia de instituição associada ao desenvolvimento local, representativa do modo de vida ancorado num território:

O museu de território como instrumento central para o desenvolvimento tem alguns eixos: como se diz na nova museologia, este tipo de museu não tem edifício, não tem colecção, não tem um público, tem um território, uma comunidade como actor e o património global como acervo (Varine, 2012)⁴⁶.

Este contexto teórico, e sociográfico, é talvez mais permeável à leitura que os sociólogos vêm fazendo sobre as metamorfoses da sociedade rural, olhando quer para o seu declínio, quer para a sua persistência e adaptação à modernidade. Não partilhando a abordagem holista da cultura, estudando as culturas populares ou as tradições – quando é caso disso – como uma de entre muitas dimensões que fazem o quotidiano das sociedades contemporâneas, reflectindo criticamente também, como outras disciplinas, sobre a neutralidade axiológica da sua prática científica e profissional, nomeadamente em relação às políticas públicas para as quais fornecem quadros de referência, os sociólogos têm ultrapassado as controvérsias - que existem - e

⁴⁵ Hugues Varine, ex-Presidente do ICOM, ex-director do Instituto Franco-Português em Lisboa, determinante no desenvolvimento do ecomuseu do Creusot, em França, inicialmente *Musée de l'Homme et de l'Industrie*, 1972, em entrevista ao *Público*, 02-10-2007.

⁴⁶ Conferência *Reflexões sobre um Museu de Território*, proferida no Museu do Douro em 28/03/2010. De acordo com o autor, a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, resultante de um encontro organizado pela UNESCO e pelo ICOM, aprovou o conceito de Museu Integral, cujas propostas estão na origem da nova museologia.

disponibilizado a sua investigação para a colaboração em projectos de desenvolvimento de base local, nos quais a vertente do património imaterial é estruturante.

A *Dieta Mediterrânica*, inscrita nas listas do Património Cultural Imaterial da Humanidade, desde Dez 2013, aprovada em Portugal, Croácia, Chipre, Espanha, Itália e Grécia, Marrocos, e *A Rede das Aldeias do Xisto*, um projecto de desenvolvimento de âmbito regional, iniciado em 2003, são dois exemplos que ajudam a completar o quadro, plural, em que se têm desenrolado e discutido os processos de patrimonialização na sociedade portuguesa com base nos bens culturais intangíveis. Nem o primeiro, apesar de ser um projecto classificado pelos critérios da UNESCO, nem o segundo, liderado pela ADXTUR (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto), resultado da cooperação de 21 Municípios da Região Centro, abrangendo 14 concelhos ⁴⁷, têm as suas actividades, ou parte delas, inscritas no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, sendo ambos, a candidatura e a rede de aldeias, coordenados por sociólogos em equipas pluridisciplinares.

A fundamentação que os responsáveis de ambos os projectos apresentam, quer da *Dieta Mediterrânica*, quer da *Rede de Aldeias*, é bastante consentânea com a perspectiva do espaço rural enquanto reserva ambiental (Lima, 1996; Lima *et al*, 2000; Lima e Guerra, 2004b), perspectiva herdeira de filosofias do desenvolvimento que começaram a desenhar-se nos anos 80 e que, desde então, pugnam pela sustentabilidade ecológica dos sistemas económicos. A preservação do ambiente e da natureza, dimensões intrínsecas ao espaço rural, articula-se com os actuais padrões e estilos de vida que associam a esses espaços a qualidade de alguns desses padrões.

A Dieta Mediterrânica não é só alimentação, tem a ver com convivialidade, estilos de vida, sociabilidades, baixo *stress*, cooperação, entreajuda entre os agricultores, ...tem a ver com a cultura mediterrânica, está na moda porque está muito sintonizada com as questões actuais do planeta: a agricultura familiar, agricultura de proximidade, no apoio à produção local, há as questões da saúde, da nutrição, há o mito mundial da obesidade, finalmente as questões culturais porque o mediterrâneo é um centro de atracção de cultura, um terço do turismo mundial é no mediterrâneo, não só o clima...é a história, os monumentos,

⁴⁷ Arganil, Castelo Branco, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Góis e Lousã, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Penela, Sertã e Proença-a-Nova, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

o imaginário que temos das convivialidades... a Unesco apreciou não um modelo alimentar mas um modelo cultural ⁴⁸.

À percepção dos novos riscos globais para os cidadãos, e da impotência de estruturas globais para deles os proteger (Beck, 1992) bem como das pequenas mudanças que individualmente podem contribuir para a sua minimização (alimentação, “estilo de vida saudável”), associa-se também a estes projectos o desígnio cultural de compensar os ritmos urbanos, numa espécie de retorno a uma nova solidariedade mecânica, espaço de recuperação da perda de laços de proximidade, sólidos e solidários, induzida pela *modernidade líquida* (Bauman, 2006).

Estas aldeias são hoje procuradas por novos habitantes, novas ruralidades e novas formas de olhar para o rural, hoje há articulação com as vivências urbanas gastas e intensas, com estas vivências rurais, naturais, calmas e mais harmoniosas do que se entende como uma vivência mais saudável... Este projecto que articula tão bem pessoas, comunidades e territórios, também articula o passado e o futuro: quando vemos os filhos e os netos a valorizar a velha casa do avô ou do bisavô...estes novos descendentes reconhecem o valor de identidade por eles próprios mas também é reconhecido pelo mundo exterior, estas aldeias encerram um valor universal... estas aldeias têm os seus velhos habitantes, as suas comunidades de sempre e têm novas comunidades que se identificaram fortemente com os valores da aldeia, o território natural onde ela está inserida, os saberes e tradições que estão escondidos ⁴⁹.

Depois de longa ruptura, a reconciliação da modernidade com a tradição, depois de domesticado o passado, apagando dele as memórias mais obscuras e dolorosas (Lowental, 2002), a sociedade rural pode agora conviver com o turismo, com as novas tecnologias e com os projectos de recuperação do seu património, sem se fechar na experiência da sua própria cultura, nem remetê-la a mera folclorização.

⁴⁸ Jorge Queirós, sociólogo, coordenador da candidatura da dieta mediterrânica, TSF, *Encontros com o Património*, 7-06-2014.

⁴⁹ Paulo Fernandes, vice-presidente e vereador da Cultura da Camara Municipal do Fundão, Presidente da Agência Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR) TSF, *Encontros com o Património*, 16-01-2010.

Apesar de longas, vale a pena, continuar a registar as declarações dos mentores destes projectos:

A perspectiva ...de apoiar esta valorização cultural [é] não acreditando que se trata de uma cultura que existe de forma imutável como sempre existiu, mas como um conjunto de valores que devem ser preservados independentemente das mutações sociais e económicas que de facto já dificilmente possibilitam a sua manutenção... o que comemos é feito com produtos globais, que circulam de diferentes sítios... a ideia de patrimonializar a dieta mediterrânica é um bom momento para procurar possibilidades de recuperar formas sociais, a uma escala mais pequena e a ritmo mais lento, que... não recuperem toda a cultura mediterrânica – nós esquecemos que muito do que saboreamos e damos como positivo se baseava em estruturas hierárquicas..., a questão dos ritmos faz com que esta candidatura seja moderna: a orientação, pulsão, para procurar o slowfood, para recuperar outros ritmos de vida e outros ritmos de alimentação ⁵⁰.

O turismo tem que concorrer para desenvolver estes espaços ... é bem-vindo mas não é o único, a agricultura tem que continuar, as actividades tradicionais têm que continuar, eventualmente outras aproveitando as novas tecnologias, o teletrabalho, os recursos que a net oferece, pode ser um espaço de lazer e de trabalho, o turismo é uma das actividades ...mas tem que contribuir para não ameaçar o património ambiental, cultural ⁵¹.

O discurso destes entrevistados, responsáveis “endógenos” pela dinamização do património imaterial serve para nos fazer lembrar, como algumas das intervenções registadas propõem, que o património imaterial destes lugares sempre esteve lá, não foi inventado pelo turismo, nem pelas instâncias internacionais, embora apropriado por outras designações como tradição, cultura popular, folclore ou representações, valores, mentalidades, saberes e tecnologias. Esta nova forma de enunciação, tal como as anteriores, faz parte do discurso que as sociedades contemporâneas têm elaborado para falar de si próprias e da sua relação com os

⁵⁰ Maria Cardeira da Silva, antropóloga, membro da equipa de candidatura da Dieta Mediterrânica, TSF, *Encontros com o Património*, 7-06-2014.

⁵¹ Paulo Júlio, engenheiro, Presidente da Câmara de Penela TSF, *Encontros com o Património*, 16-01-2010.

processos mais relevantes que as atravessam. Na sociedade portuguesa, o crescimento urbano e dos respectivos modos de vida, aliado à democratização do ensino e à democratização cultural, também à afirmação crescente da cultura de massas, têm-se constituído como poderosos trituradores das culturas populares rurais e urbanas. Porém, não tanto quanto o foram em sociedades europeias onde essa ruptura se iniciou mais cedo e foi mais longe. A sobrevivência do mundo rural na sociedade portuguesa – na agricultura familiar e nas economias familiares, na arquitectura vernacular, nas paisagens, até nas varandas e nos quintais das cidades e dos seus bairros, em certas festividades urbanas⁵² - transforma-se na actualidade como o lugar privilegiado onde se projectam valores e aspirações “pós-modernos”, não românticos, ligados à natureza e ao ambiente e à revitalização dos processos sociais e culturais com que se inscreveram nessa paisagem. Alguns lugares conservaram, até pelo abandono a que foram sujeitos, muito do seu “espírito”, ou da sua “aura”, - no sentido em que Benjamin falava da mensagem que os objectos ou os sítios transmitem para lá da sua materialidade - e convertem-se agora em lugares de memória, não contemplativos nem simplesmente comemorativos de um passado simbólico, ao qual não se retornará, nem é desejável regressar, mas que se constituem como o ponto de partida para a sua renovação.

O programa das Aldeias de Xisto financiou 500 intervenções em espaços públicos, imóveis públicos, infra-estruturas e isto tornou possível que a partir da intervenção física fosse possível passar para outro tipo de intervenção, a dimensão de formação, a dimensão material e imaterial... e não são operações de cosmética, não estamos aqui a fossilizar ou a musealizar espaços, estamos a recriar e valorizar e a revitalizar espaços de vida ... porque o passado destas aldeias é um passado de sofrimento, hoje fala-se em crise, mas este espaço nunca deixou de estar em crise, é um espaço abandonado, desertificado, as pessoas não tinham condições para aqui

⁵² Para além da abundante bibliografia sobre os mecanismos de sobrevivência da agricultura e do espaço rural através da pluriactividade (Almeida, 1986; 1999), (Lima, 1986; 1990), (Pinto, 1985), (Silva, 1998), cf. *Sociedade de Bairro*, (Costa (1999), onde se desvenda a origem rural, e a presença do *habitus* adquirido nesse espaço social, na cultura popular urbana do emblemático bairro lisboeta de Alfama.

viver... hoje estão reunidas condições não para transformar este espaço em museu mas em espaço vivido, com actividade, com economia, com cultura.⁵³

O facto de algumas destas iniciativas, como sublinham os interlocutores destes projectos, não partirem em primeira instância das comunidades, ganhando o seu envolvimento depois, não retira a importância às dinâmicas políticas dos processos de participação locais associados à salvaguarda deste património. Com efeito, a identificação com o património imaterial, de base local, forja-se na base de elos socialmente mais fortes e tecnicamente menos distanciados do que com o património nacional, materialmente representado por artefactos que se situam fora do tempo e do espaço vividos, a exigir conhecimento dos processos imateriais que lhes deram origem e os constituem⁵⁴. Em virtude do passado, nem sempre glorioso, simbolizado nestes patrimónios, a intervenção de técnicos que, numa espécie de anamnese, ajudam a trazer à memória experiências sociais com as quais se vão reconstituir os elementos estruturantes da herança cultural, poderá ser considerada não como intromissão do Estado pura e simples, à revelia das populações, nos processos de salvaguarda do património imaterial, mas, pelo contrário, como um dos parceiros do envolvimento político para o qual se convocam os seus detentores.⁵⁵

⁵³Joaquim Felício, sociólogo, coordenador do projecto, membro da Comissão Coordenação do Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC), TSF, *Encontros com o Património*, 16-01-2010.

⁵⁴No anedotário local de uma comunidade rural, que há anos estudámos sobre questões de desenvolvimento local, referia-se, entre o orgulho e a ironia, a pergunta expedita com a qual, um habitante que terá pela primeira vez visitado Lisboa, respondeu ao interrogatório entediante de um lisboeta sobre quais os principais monumentos da cidade que conhecia: “E o meu amigo, conhece os da minha aldeia?”.

⁵⁵É essa também a convicção de Joaquim Pais de Brito, director do Museu Nacional de Etnologia:

“Há 20 anos pensávamos o património com a preocupação de preservar o que estava a desaparecer, hoje a questão central é o que é que vamos construir de futuro... o importante em programas a definir em torno do património rural é identificar parceiros locais e estimular e induzir associações, de carácter político, grupos culturais para que em torno do património rural, mais do que garantir a permanência do que foi se consiga construir parte da sociedade portuguesa do presente e do futuro”, TSF, *Encontros com o Património*, 17-04-2010.

Ilustrativa também é a experiência de outros técnicos no terreno, como relata Ana Cunha, arquitecta e directora do Departamento de Ordenamento da ADXTUR, Associação que lidera o programa Aldeias de Xisto:

O ADN desta intervenção [Aldeias de Xisto] está ligado ao III Quadro Comunitário...a estratégia nessa altura era o bottom-up, havia um plano estratégico elaborado no âmbito do Programa Operacional, mas depressa esse programa de acção foi assumido pelos agentes do território: deixou de ter o protagonismo da Administração Central a conduzir os trabalhos e passou a ser assumida pelos agentes do território... os protagonistas são os actores institucionais e o trabalho em rede – 24 aldeias –, estamos a falar dos agentes que plasmam este território ⁵⁶.

Por outro lado, afigura-se infundado o repúdio que provoca a alguns especialistas a sua colaboração em processos de patrimonialização de culturas marginalizadas (Ramos, 2009), uma vez que a intervenção de peritos e o papel da investigação para reconstruir esses processos, inventariando origens, evolução, factos, conteúdos, significados, etc., parece antes poder traduzir-se como procedimento de objectivação da autenticidade e não como acto de domesticação dessas culturas (Macdonald, 2013). A existência de reabilitação de disposições culturais destinadas à mercadorização é inegável, mas convém distinguir experiências patrimoniais que não partilham da mesma raiz nem prosseguem os mesmos objectivos.

“A ideia foi reconverter as aldeias perdidas no interior e mobilizar as pessoas, de forma diferente da experiência das Aldeias Históricas que não tiveram envolvimento da população. Estas aldeias foram alvo de um Plano de que fizeram parte estudos de natureza socioeconómica e arquitectónica em que as pessoas foram inquiridas no sentido de dizerem o que sentiam pela sua aldeia, qual era o espaço privilegiado na aldeia para elas próprias, o que gostavam de ver recuperado na aldeia, essa foi a nossa estratégia, não foi um olhar técnico ou político ...foram recuperadas 50 casas de particulares, o que mostrou a mudança de um início céptico para uma aderência total depois, e foram descobrindo o potencial do património que tinham, do qual não se orgulhavam. ...Uma das mais-valias do projecto foi não só a auto-estima das pessoas mas também a disseminação de boas práticas: o facto de as populações terem interiorizado as técnicas e os valores relativos aos materiais tradicionais e locais que conseguimos revitalizar na recuperação das casas e hoje não terem coragem de recuperar as casas de qualquer maneira... hoje os próprios empreiteiros locais que não estavam sensibilizados e hoje são mestres nisto e são contratados para recuperações para fora deste território”, TSF, *Encontros com o Património*, 16-01-2010.

⁵⁶ Joaquim Felício, sociólogo, coordenador do projecto, membro da Comissão Coordenação do Desenvolvimento da Região Centro (CCDRC), TSF, *Encontros com o Património*, 16/01/2010.

Vale também dizer que, à semelhança da patrimonialização dos monumentos e sítios, nem todo o património imaterial traz por si só qualificação para os contextos sociais da sua proximidade. Não faltam exemplos de requalificação de espaços monumentais, sítios arqueológicos, museus etnológicos, centros históricos, aldeias históricas, a demonstrar que às acções de reabilitação que procuraram preservar valores históricos, paisagísticos, ambientais ou da tradição popular se seguiram estratégias sócio-económicas que os desvirtuaram, quer por excesso de acções exclusivamente destinadas à atracção de actividades turísticas, à instrumentalização de símbolos patrimoniais para actividades de lazer, à estetização permanente para captação de visitantes⁵⁷ quer por défice de actividades, de investimento e envolvimento local e nacional na manutenção da sua preservação.

Os Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve, programa lançado entre 1997-2002 pelo IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico e pelo Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo, que visava preservar e valorizar 12 sítios arqueológicos naquelas duas regiões ⁵⁸, são um desses exemplos. De todos os sítios, dotados de condições de acolhimento aos visitantes, num itinerário em rede com intuito de atrair visitantes e mobilizar agentes locais, apenas se mantêm os circuitos do Algarve, estando o mais monumental de todos – as ruínas romanas de S. Cucufate - que se localiza no concelho de Vidigueira, fechado por falta de manutenção e visitantes. O programa das *Aldeias Históricas de Portugal*, lançado entre 1995-2002, numa acção conjunta do IPPAR, Comissão de Coordenação da Região Centro, (CCRC), autarquias ligadas às 12 aldeias envolvidas na reabilitação e requalificação dos seus monumentos, centros históricos e sítios paisagísticos ⁵⁹, também não revelou o dinamismo que era suposto desencadear na região. Desde logo e indelevelmente, marcado por objectivos

⁵⁷ Cf., Para uma análise do património rural na zona Centro do país, cf., por exemplo, Peixoto (2002).

⁵⁸ Estação Arqueológica de Miróbriga, circuito do Castro da Cola, Conjunto Arqueológico do Escoural, Sítio arqueológico de S. Cucufate e Casa do Arco, Conjunto Monumental de Mértola, Povoado Pré-Histórico de Sta. Vitória, *Villa Romana de Pisões*, *Villa Romana de Torre de Palma*, Ruínas de Milréu, *Villa Romana de Cerro da Villa*, Monumentos Megalíticos de Alcalar.

⁵⁹ Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha- a -Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, a que se juntaram em 2003, Trancoso e Belmonte.

turísticos ⁶⁰, com vista à extensividade do mercado a partir da reabilitação patrimonial dos edifícios mais emblemáticos, mas não pelo envolvimento político e a adesão cultural das populações locais, mostra bem a sua discrepância com o projecto das Aldeias de Xisto.

Se é verdade, em parte, que os grandes museus históricos e de arte, assim como os edifícios monumentais a que se associam símbolos da identidade nacional, apesar dos esforços para a sua valorização, não parecem afirmar-se como geradores inequívocos das principais dinâmicas culturais na sociedade portuguesa, embora tenham um papel fundamental no turismo – 74% dos visitantes são estrangeiros ⁶¹, também é certo que nem todas as iniciativas museológicas locais ou estratégias de valorização patrimonial baseadas na salvaguarda e mobilização dos recursos culturais endógenos e territorializados é garantia de igual ou superior dinamismo.

As gravuras rupestres do Vale do Côa que tanto inspiraram a opinião pública nacional e internacional, organismos de salvaguarda do património, associações de defesa do património, profissionais do património, associações de desenvolvimento local, mobilizando as opções e alianças políticas necessárias ao sucesso do paradigma “endógeno” de desenvolvimento, alicerçado naquele tesouro paleolítico que faria desencadear outras heranças culturais (Reis, 2009), revelaram-se, afinal, ao fim de 15 anos, depois de o seu Museu estar nomeado, em 2012, como um dos Museus do Ano pelo *European Museum Forum*, igualmente pouco significativas na inversão das

⁶⁰ Em 2006, diversas empresas e autarquias, vieram a constituir a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), de cujo *Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (Provere)* constam as seguintes acções (ADTAHP/Provere, 2009: 26):

“Objectivos: Constituição do produto turístico, com base em:

- Recuperação de património (arranjos urbanísticos, fachadas)
- Investimentos públicos e privados (em infra-estruturas básicas, equipamentos turísticos)
- Promoção e Divulgação (acções de promoção e de animação; publicações)
- Animação das economias locais (incentivo para criação de microempresas na área de Hotelaria/Restauração/Turismo Rural) a fim de integrar e articular os recursos da Região”.

⁶¹ INE, I.P. (2009), Estatísticas da Cultura 2008, Lisboa (Açores e Madeira).

Do mesmo modo, salienta Hugues de Varine sobre os grandes museus europeus:

“O Louvre, o Prado, o Museu Nacional de Arte Antiga...não têm nenhum papel nas suas sociedades. Têm papel no turismo, só. O Louvre, por exemplo, 70 por cento do seu público são turistas, e 25 por cento são grupos vindos de escolas. Vê o que sobra como papel do museu na sociedade francesa”, Entrevista, *Público*, 02-10-2007.

dinâmicas económico-sociais e culturais da região. É a todos os títulos notável, o testemunho de quem é bem qualificado nesta área patrimonial:

Foz Côa é um dos meus lugares favoritos em Portugal. Visitei os sítios das gravuras pré-históricas em 1999 e em 2000. Em 2011 regressei, desta vez para visitar também o museu, que tinha aberto no ano anterior. Apesar de este projecto ter sido apresentado como um factor decisivo no desenvolvimento da região (e, provavelmente, consegue mesmo atrair mais pessoas), a verdade é que a única novidade que encontrei foi o próprio museu, onde, na tarde de um Domingo de Novembro, era a única visitante. O café do museu estava encerrado e tive que regressar à vila e enfrentar a tarefa quase impossível de encontrar algo para comer num lugar que parecia deserto e que ainda não tem um hotel decente (ou um restaurante) que pudesse fazer as pessoas considerar passar a noite. Além disto, considerando o tráfego turístico no Douro, os planos anunciados para criar uma ligação aos barcos ainda não se concretizaram, isto é, não existe ainda um cais e um teleférico que permitiriam a esses turistas chegarem ao museu e visitarem os sítios pré-históricos. Não sou perita em regeneração urbana e só posso exprimir uma opinião com base em algumas leituras e na minha experiência como visitante. Parece-me, portanto, que, tal como uma andorinha não faz a primavera, é preciso mais que um museu para garantir o desenvolvimento sustentando de uma vila, cidade, região. Há muito a aprender com as cidades que souberam gerir isto com sucesso. Foi preciso mais que cultura ⁶².

É preciso mais que cultura, é preciso, acrescentaríamos, outra cultura.

Sabe-se que uma das causas de falência ou esgotamento da explosão de vários núcleos museológicos e centros de interpretação que sobrevieram à patrimonialização de sítios, lugares e práticas sociais, nas décadas 80 e 90, se deve precisamente à discrepância, imemorial na sociedade portuguesa, entre a retórica jurídica e a sua aplicação (Santos, 1996). No caso que nos ocupa, tal traduz a diferença entre o discurso dos textos oficiais sobre o património, que não revela anacronismos relativamente às concepções e orientações internacionais, e a incapacidade prática de

⁶² Maria Vlachou, presidente do ICOMOS-Portugal, consultora em gestão e comunicação cultural, em *Musing on culture*, blogue de sua autoria: <http://musingonculture-pt.blogspot.pt/2013/01/liverpool-lens-metz-foz-coa-e-de-volta.html>, 07/01/2013.

comunicar museologicamente as dimensões materiais e imateriais do património, dificuldade acrescida quanto à patrimonialização das práticas vivas. Todavia, considerações sobre a filosofia das modernas práticas museológicas não deixam de figurar enfaticamente em qualquer relatório de análise, brochura ou folheto de divulgação oficial.

À escala local, quantas vezes não se imita o conceito tradicional de museu que continua a estruturar grande parte do tecido museológico nacional, essa heterotopia onde se acumulam num só lugar todos os tempos, as épocas, as formas e os gostos, ideia, em si mesma, fora do tempo (Foucault, 1967: 17). Contrariamente ao discurso oficial, estudo recente, com base numa amostra de 11 museus nacionais incluindo diferentes tipos de administração, tutela, conteúdos materiais e imateriais, confirma precisamente a perspectiva positivista de classificação do património e a dificuldade em comunicar o “espírito”, ou a aura, dos objectos que lhe dão ordem. Pondo “em evidência a existência de uma noção bastante pobre sobre a importância de trabalhar o património cultural abarcando a sua dupla natureza, material e imaterial, de forma simultânea e integrada” (Querol, 2010: 6), sublinha ainda a autora do estudo a “mudez histórica” sobre a origem das peças recolhidas:

(...) os museus têm trabalhado, até agora, fundamentalmente com os aspectos materiais da cultura, relegando para segundo plano o estudo dos processos que constituem a sua origem...Isto significa que os aspectos relacionados com o carácter imaterial dos objectos, que nos ajudam para explicar a sua origem e o seu papel social ao longo da história, não são tidos usualmente em conta nos inventários...Os resultados deste estudo permitiram-nos confirmar a enorme distância que existe entre os documentos legais...e o que envolve a sua prática quotidiana no panorama da museologia actual (Querol, 2010: 8).

É preciso mais que cultura, é preciso, como acima se dizia, outra cultura.

Sobretudo, é preciso também não atribuir ao sector cultural, património à cabeça, a função primordial, que não é a sua, de resolver problemas demográficos e económicos, dele fazendo depender a reestruturação de espaços rurais ou urbanos, o emprego, o turismo. Ainda que contribua para essas dinâmicas, a sustentabilidade das acções sobre o património está em primeiro lugar no reconhecimento que os actores sociais fazem dele para o bem-estar colectivo e individual e na capacidade de

envolvimento que disponibilizem e mobilizem para a sua protecção, valorização e fruição.

Sem dúvida, os processos de patrimonialização abordados neste capítulo não só merecem aprofundamento, o que se tentará à luz de outras dimensões de análise adiante desenvolvidas, como também exigem um verdadeiro plano de investigação que os integre no recenseamento sistemático, inexistente, pelo menos das principais acções dirigidas ao património material ou imaterial dos últimos 40 anos. As que a Administração tomou a seu cargo e directamente geriu, como é o caso do património monumental, sobretudo das cidades, estão documentadas, embora, para além da monitorização dos públicos, que é sobretudo uma contagem, irregular no tempo e nos critérios, não se conheça a fundo os efeitos dessa intervenção na cidadania, tão pouco outros efeitos sociais. Que imagem do país, têm hoje os Portugueses, através dos seus monumentos? Como avaliam a reabilitação dos conjuntos patrimoniais mais emblemáticos? Como se comparam, através desse espólio, com outros países, nomeadamente europeus? Que impacto nas suas disposições culturais? E, na adesão a valores políticos como a defesa do património e do ambiente, no envolvimento social e na mobilização política sempre que haja percepção de ameaça na condução de políticas culturais ou da sua ausência?

As mesmas perguntas podem ser dirigidas às categorias de bens culturais que corporizam a fase mais recente de patrimonialização. Mais dispersas no território, mais diferenciadas nos conteúdos, estão ainda menos avaliadas. Socialmente complexas, “tecnicamente” polémicas, em virtude da proximidade com as práticas sociais que lhe dão origem, ou com a afinidade cultural dos contextos em que se inserem, uma virtude, porém, esse tipo de património permite tomar como certa: tem despertado maior envolvimento social, quando comparado com o quadro traçado para o património edificado.

3 ASSOCIATIVISMO: DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

3.1. Cidadania e direitos culturais

Max Weber distinguia três ordens de estruturação do poder na sociedade: as classes, na base do critério económico, o *status*, assentando no critério sócio-cultural, e os partidos (ou associações), como forma de criar e distribuir poder político. Para este fundador da sociologia, a capacidade de acção política para resolver problemas ou, como hoje se diria, para impor agendas, não derivava apenas do poder económico, social e cultural, convertido o Estado em arena desses poderes, mas também da capacidade de os cidadãos criarem estruturas organizacionais – partidos políticos e associações – representativas não só de interesses sectoriais, mas também de interesses colectivos da sociedade ⁶³.

Longe da previsão cabal sobre as formas que a organização associativa poderia vir a assumir ou do papel que aquela forma de cidadania desempenharia na vida democrática das sociedades modernas, a “intuição” teórica deste autor não deixa de poder ser lembrada como uma das primeiras formulações sobre a capacidade da sociedade moderna, sob crescente racionalização e diferenciação, se organizar democraticamente não só em partidos políticos, mas em associações de interesses e objectivos múltiplos com poder de influência sobre os poderes estatais.

De facto, voltadas para a defesa de objectivos tão díspares e variados quanto o são o emprego e a profissão, o ambiente, o património, os direitos humanos, a

⁶³ Atente-se na definição weberiana de *Partidos*:

“Formas de socialização assentes na angariação (formalmente!) livre, que têm por finalidade atribuir aos seus dirigentes o poder dentro de uma associação, proporcionando aos seus membros activos, desta forma, possibilidades – ideais ou materiais – de prossecução de finalidades objectivas ou de obtenção de vantagens pessoais, ou de ambas. Podem constituir associações efémeras ou duradouras, aparecer em agrupamentos de toda a espécie e surgir como agrupamentos de toda a forma”, Max Weber, 1979, *Economia y Sociedad I*, «III. Los Tipos de Dominación», México: Fondo de Cultura Económica, p.228.

solidariedade social, o desporto, a animação cultural, os consumidores, as minorias étnicas, o género, os deficientes, os pensionistas, para além da diversidade de interesses económicos em geral, as associações e organizações não-governamentais vêm conhecendo, hoje, por todo o mundo, um crescimento exponencial (Burns, 2004). O percurso destas entidades diferencia-se no tempo, nos objectivos, nas formas de organização e acção, nos temas. Mais antigas, umas, outras, mais recentes, foram acrescentando dimensões às primeiras formas de cidadania e organização política dos Estados modernos, como os partidos políticos, ou, como os sindicatos e as associações profissionais – *as corporações*, que Durkheim tanto privilegiava enquanto instituições produtoras da nova coesão social (*orgânica*) característica das sociedades industriais.

Marshall, um dos primeiros autores a trazer para o campo da sociologia a problemática dos direitos de cidadania, nomeadamente para demonstrar quanto a evolução e o crescimento daqueles foi contribuindo para a aceitação e legitimação das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, não chegou a contemplar no seu estudo a importância de outros direitos que, como os direitos culturais e ambientais, se viriam a revelar integrantes das democracias mais avançadas e, de um modo geral, do quadro das interdependências mundiais a que hoje se chama globalização.

Basta relembra, por exemplo, a abundância e o teor das Cartas e Convenções internacionais sobre a protecção do património cultural. Inspiradas na filosofia dos direitos humanos do pós-guerra, entre os quais se enuncia o direito de todos se envolverem com o património cultural de sua livre escolha ⁶⁴, essas recomendações internacionais, a par dos Estados membros que as ratificam, têm tentado, sobretudo nas últimas décadas, transformar os factores culturais em instrumentos de paz, tolerância, desenvolvimento e inclusão social, à semelhança, de resto, do papel que nesse campo fora gizado para os direitos sociais na sua relação com o aumento dos níveis de bem-estar e satisfação sociais. As mais altas classificações atribuídas a categorias de património pela UNESCO – Património Mundial, desde 1972, e Património Imaterial da Humanidade, desde 2003 – contam-se, sem dúvida, entre

⁶⁴ Cf., por ex., Art.º 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, segundo o qual “1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam; 2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria”.

outras iniciativas, como instrumentos para promover ou sancionar o envolvimento social e político das populações com os seus recursos culturais.

Embora fundamental para a percepção da formação e consolidação de uma sociedade civil politicamente activa e autónoma do Estado, a clássica tipologia de Marshall (1950), distinguindo as três principais formas de cidadania - civil, política e social - que acompanham a evolução dos direitos e do sistema político nas sociedades ocidentais até meados da primeira década pós-guerra, tornou-se assim insuficiente na apreensão dos novos conteúdos que a noção de cidadania tende actualmente a subscrever.

Em 1992, sob o título significativo *A Era dos Direitos*, Bobbio (2004) reunia uma colectânea de textos dedicados ao longo de mais de 20 anos à história e filosofia dos direitos humanos que culminava, segundo a sua terminologia, em uma “nova geração” de direitos. Acrescentava aos direitos de liberdade civil e política de primeira geração e aos direitos sociais de segunda geração duas outras “gerações de direitos” nascidas das ameaças à vida, à liberdade e à segurança, estreitamente associadas às conquistas da ciência e do progresso tecnológico. Por entre um conjunto de direitos difusos relativos à paz, ao consumidor, à liberdade de informação, à qualidade de vida em geral “ainda excessivamente heterogéneos e vagos” (2004: 9), o autor apontava como as principais categorias de direitos, que verdadeiramente distinguem a época actual das gerações precedentes de direitos, o direito a viver num ambiente não poluído, o direito à privacidade, limitativo dos controles públicos sobre dados da vida pessoal, e os direitos de protecção da manipulação do património genético – “o direito à integridade do património genético, que vai bem mais além do que o direito à integridade física” –, este último inscrito nas várias Convenções sobre Direitos do Homem (2004: 96).

Os direitos de cidadania, a participação e o envolvimento cívicos e políticos que acompanham o exercício desses direitos, não se restringem, pois, à defesa de interesses e valores associados às condições económicas e sociais, tão pouco à escolha eleitoral dos representantes políticos. Não se restringem, em suma, à militância ou envolvimento nas associações clássicas que protagonizam a relação capital-trabalho, muito menos à militância ou envolvimento partidário necessários ao funcionamento da democracia representativa. Sintomaticamente, o discurso dominante nas ciências sociais das últimas décadas tem salientado o declínio quer da participação eleitoral, quer das práticas de cidadania circunscritas a quadros associativos formalmente organizados e

hierarquizados, como são os partidos ou os sindicatos. As sociedades contemporâneas acusam mudanças significativas na sua cultura política que se traduzem, de certo modo, na deslocação de interesses e conflitos da esfera económica para as esferas política e cultural (Offe, 1985; Habermas, 1987).

Do mesmo passo, as ciências sociais têm identificado a adesão a outras causas de interesse público susceptíveis de mobilização política, bem como o surgimento de outro tipo de estruturas associativas, umas e outras concomitantes com o aludido processo de alargamento dos direitos. A diversificação da base social de sustentação desses novos direitos e do quadro de valores que os alimenta, acolhendo mais amplos grupos sociais, associados ao aumento de formas de acção e comunicação políticas menos convencionais e tendencialmente transnacionais são outros tantos marcadores da diferença no padrão de envolvimento cívico e participação política das sociedades actuais (Burns, 2004; Cabral, 2008; Freire *et al*, 2010; Inglehart, 1997; Norris, 2007; Warren, 2004; Van Deth *et al*, 2007; Viegas, 2004). Dir-se-ia, em abono dos autores referidos, que o desinvestimento dos cidadãos na participação política clássica e a respectiva desafecção das organizações político-partidárias, sindicais e profissionais correspondentes, sem tornarem obsoletos esses canais de expressão política, tenderão a competir – ou, a ser compensados - com outros objectivos e outras modalidades de intervenção, que podem até ser prenunciadoras de condições para o revigoramento da democracia representativa, através da revitalização ou do fortalecimento dos instrumentos de participação cidadã.

A institucionalização de novos actores colectivos, resultante da recomposição e diferenciação da esfera pública como assinala Habermas (1996a; 1996b) ou o aparecimento da *subpolítica* como um novo quadro onde se desenrola o debate público e a acção política, segundo Beck (2000), são processos a considerar quando se pretende interpretar a qualidade da democracia, quer no que respeita a extensão dos direitos, quer no que concerne o desenvolvimento das condições sociais e políticas para o seu efectivo exercício. Mais optimista Habermas do que Beck, quanto à capacidade destes diferentes e múltiplos grupos de cidadãos influenciarem decisivamente a agenda e as políticas públicas, ambos os autores convergem todavia na importância que concedem aos movimentos e grupos da sociedade civil, - em geral desligados das classes e dos partidos, não raramente contra estes últimos e os próprios governos -, sobre a sua capacidade para “detectar e identificar problemas novos”:

Rearmamento nuclear, riscos inerentes à utilização da energia atómica ou grandes projectos de experimentação científica sobre engenharia genética, ameaças ecológicas sobre o equilíbrio natural (chuvas ácidas, poluição, extinção de espécies), empobrecimento do Terceiro Mundo, problemas de ordem económica mundial, feminismo, imigração, problemas de multiculturalismo. Nenhum destes temas foi introduzido por representantes do aparelho de Estado, grandes organizações ou sistemas funcionais da sociedade. Ao contrário, foram lançados por intelectuais, cidadãos preocupados, peritos comprometidos (radical professionals) (Habermas, 1996b: 381).

Contra a resistência dos partidos políticos instituídos, orientada para grupos de base, organizacional e programaticamente difusos, é então à *subpolítica*, e “não à perspicácia dos governantes ou dos parlamentos”, a que se deve o mérito da discussão pública dos temas cruciais das últimas décadas (Beck, 2000: 19-20).

Perante os temas que agitam as sociedades contemporâneas e o envolvimento cívico que os acompanha, o discurso dominante nas ciências sociais portuguesas, no qual se incluem autores nacionais acima referidos, não se tem afastado da insistência na apatia política dos portugueses e dos seus persistentes baixos níveis de envolvimento em todos os fóruns de intervenção, dos mais aos menos convencionais. Voltaremos a esta discussão, sem dúvida necessária ao apuramento dos conteúdos da dimensão política do património cultural e do que eles podem revelar sobre presumíveis efeitos no alargamento da cidadania.

Não obstante, como haverá ocasião de discutir, não estamos certos nem que a cultura política dos portugueses se ache substancialmente afastada das tendências recentes da cultura democrática de envolvimento cívico e participativo característico das democracias mais consolidadas, nem que os défices de participação identificados pelos autores referidos se repartam generalizadamente, com a mesma intensidade e as mesmas implicações, por todas as modalidades de participação, ou, por todas as questões sociais susceptíveis de serem politicamente agendadas. A título de exemplo, sem precisar, por enquanto, o perfil das modalidades associativas e de intervenção em torno do ambiente e do património em Portugal, a observação que realizámos em diferentes dimensões a que o interesse pela defesa do património cultural se manifesta não só não regista a generalizada indiferença política divulgada, como, ao invés, detectou capacidade de acção e confronto políticos com a respectiva tutela político-administrativa desses bens

culturais. Para além de outros dados que discutiremos, significativas são, a este respeito, as afirmações do director de um dos museus nacionais portugueses que regularmente intervém nos *media*, sempre que, na sua opinião, possam estar comprometidos processos de salvaguarda e valorização do património:

A verdadeira revolução de Abril, morava no espantoso movimento das Associações de Defesa do Património (que chegaram a ser muito mais de uma centena), o qual percorreu como vendaval o país na segunda metade dos anos de 1970 e inícios da década seguinte, a tal ponto que os fundamentos do Regime Democrático nesta área (obrigação do Estado de preservar, defender e valorizar o património cultural e direito de acção popular em sua defesa) ficaram dele tributários ⁶⁵.

Estudos para a área do ambiente, com mais antiguidade e sistematicidade na análise deste terreno de investigação, confirmam o dinamismo que o associativismo e as organizações não-governamentais têm imprimido com mérito nacional, regional e local a acções de formação, educação, sensibilização, lúdicas e de lazer, mas também de protesto e de confronto político com a Administração (Caninas, 2010; Figueiredo e Fidélis, 2003; Mendes, 2005; Nave e Fonseca, 2000).

No que respeita a extensão dos direitos, do que parece não haver dúvida é do consenso sobre o papel que os direitos culturais ou, segundo outra formulação, as “várias noções multiculturais de cidadania” actualmente desempenham, estando na primeira linha sobretudo em países onde há imigração ou minorias significativas (Van Deth *et al*, 2007: 3), e, onde, acrescente-se, é necessário compatibilizar a cultura política democrática com a liberdade de expressão de diferentes padrões culturais. Menos preocupado com as questões culturais, Habermas, na sua extensa obra, entre as tradições liberal e republicana, coloca todavia com clareza o problema através do seu conceito de democracia: poder permanecer culturalmente diferente, em certo sentido, um direito que vai para além dos direitos civis, políticos e sociais, um direito à identidade cultural ou a estilos de vida próprios que todavia se não diluam em particularismos culturais, mas

⁶⁵ Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia, “O 25 de Abril e a (re)invenção do património cultural português”, *Diário de Notícias*, 24/04/2014.

possam exprimir-se no quadro de uma cultura política comum (Habermas, 1996b; 1998)

⁶⁶.

Como escrevíamos noutra parte (Reis, 1999: 80), as questões de defesa e preservação do património cultural, por exemplo, podem ser abordadas com base na aproximação ao modelo de cidadania equacionado não só como reconhecimento de direitos, mas como novas modalidades de participação em várias formas de vida colectiva nas quais as “forças culturais” jogam um papel central no alargamento desse modelo (Kalberg, 1993; Saunders, 1993; Turner, 1993a). Simultaneamente, concluíamos então, a eventual criação de novos direitos, que agora se vêm juntar aos direitos clássicos instituídos nas sociedades modernas, pode resultar tanto de movimentos sociais que perseguem novas causas e respectivas lutas em torno de valores pós-materialistas (Inglehart, 1997), - ou, segundo outras formulações, de novas formas de fazer política na *sociedade de risco*, propensas a maior individualização e auto-reflexividade dos conflitos e interesses (Beck, 2000) – quanto da própria *lógica da cidadania* (Barbalet, 1989), a qual tende a acrescentar direitos aos direitos existentes como forma de inclusão não só de novas categorias sociais, mas também de novos problemas percebidos como novas questões sociais.

Não é, por isso, indiferente a esta discussão saber se os “direitos culturais” são verdadeiros novos direitos, no sentido formal do termo e na medida em que constituem normas de direito próprio, independentemente do seu exercício ou da luta política pela sua normatização ou, se, apenas, configuram a extensão dos próprios direitos sociais.

A dimensão cultural dos direitos ou a cidadania cultural é afinal a problemática que tem servido de base à reformulação da conceptualização de Marshall, na medida em que o autor, ao conceder aos direitos de bem-estar económico e social o último estágio da plena cidadania, não prevê, como salienta Turner, a possibilidade de acrescentar direitos, sobretudo desenvolvidos na área da cultura e associados a padrões

⁶⁶ “A componente republicana da cidadania separa-se completamente da pertença a uma comunidade pré-política que seria integrada, pelo lado da proveniência, por uma tradição partilhada e uma língua comum (...) a cidadania democrática não está necessariamente enraizada na identidade nacional de um povo; mas, qualquer que seja a diversidade das diferentes formas de vida culturais, ela requer a socialização de todos os cidadãos no quadro de uma cultura política comum” (Habermas, 1998: 77).

elevados de educação resultantes da massificação do ensino e extensão do sistema universitário no pós-guerra (1993a: 15).

Em que medida, então, o aumento da consciência ambiental e patrimonial ou a maior sensibilização social aos valores de defesa do património natural e cultural devem ser percebidos como integrando um quadro de valores políticos pós-materialista, distinto dos valores que pugnam pela melhoria das condições económicas e sociais, ao qual poderão corresponder direitos específicos e igualmente distintos dos direitos sociais? Ou, inversamente, em que medida não podem os bens culturais, o seu acesso e a sua fruição, antes ser lidos como recursos que, ao acrescentarem valor e qualidade às condições económicas e sociais, fazem parte dessas mesmas condições, portanto, da mesma categoria de direitos, pelo menos nas democracias economicamente mais avançadas?

Na verdade, se o aumento dos consumos culturais, bem como da capacidade política de os exigir, são indissociáveis do aumento dos níveis de bem-estar económico, não é menos certa a sua dependência da expansão e efectividade dos direitos sociais no seu conjunto. Com bem demonstrou Marshall no seu modelo cronológico dos direitos, só aqueles últimos – em primeira instância o direito à educação e a progressiva democratização nos seus diferentes níveis – substantivaram a cidadania formal baseada nos direitos civis e políticos. Ao proclamar que “a educação é um pré-requisito da liberdade civil” e uma exigência da democracia política, Marshall deixou explícita a função primacial dos direitos sociais na realização efectiva dos direitos de liberdade e de participação política (1992: 16). Explícita é também, por essa razão, a assunção de que só a concomitante existência e inter-relação das três categorias de direitos impulsionam e potenciam a cidadania plena, independentemente da ordem cronológica da sua sucessão (1992: 24-27). Por outras palavras, se a possibilidade de melhorar o estatuto económico e social e estabelecer os direitos sociais se atinge principalmente através do exercício dos direitos civis e políticos, não é menos certo que é a extensão dos primeiros que alimenta os segundos para lá da sua existência formal.

Aprofundando esta perspectiva, bem podíamos entender os direitos de natureza cultural, e, homologamente, os valores ditos pós-materialistas, como a expansão ou extensão “natural” dos direitos sociais. As questões ambientais e os movimentos de protesto a que dão origem, por exemplo, para além de certamente revelarem adesão a novos valores culturais, encontram-se não raras vezes associadas a temáticas materialistas, como sejam as questões de saúde pública, segurança e

crescimento económico (Figueiredo e Fidélis, 2003). Acresce que, no plano da teorização, não falta quem atribua aos riscos provenientes da industrialização e da globalização económica, bem como à impotência da ciência para os conter, a radicalização dessas dinâmicas ambientais (Beck, 2000).

Tão díspares na sua natureza, quanto heterogéneos e vagos como Bobbio os definia, vale a pena recordar a discrepância, há mais de duas décadas afirmada por aquele autor, entre a crescente expansão retórica dos direitos na área cultural e a sua falta de efectividade normativa:

Apesar das inúmeras tentativas de análise definitiva, a linguagem dos direitos permanece bastante ambígua, pouco rigorosa e frequentemente usada de modo retórico (...) O que dizer dos direitos de terceira e de quarta geração? A única coisa que até agora se pode dizer é que são expressão de aspirações ideais, às quais o nome de “direitos” serve unicamente para atribuir um título de nobreza. Proclamar o direito dos indivíduos, não importa em que parte do mundo se encontrem (os direitos do homem são por si mesmos universais), de viver num mundo não poluído não significa mais do que expressar a aspiração a obter uma futura legislação que imponha limites ao uso de substâncias poluentes. Mas uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efectivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que procuram para si e para os outros a satisfação de novas necessidades materiais e morais; mas torna-se enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido (2004: 11).

Se é certa a concepção, como parece ser a do autor, de que a efectividade dos direitos, não apenas a sua declaração retórica, só se realiza perante a sua normatização e a respectiva institucionalização de sanções correspondentes ao seu não cumprimento (Bobbio, 2004: 38/39), é também verdade que a discrepância assinalada tem vindo a desvanecer-se. Apesar de tudo, os direitos culturais têm feito o seu caminho à procura de suporte normativo e institucional próprio.

Património e Ambiente têm-se constituído como áreas de direito próprio, também em Portugal, quer ao nível da sua consagração constitucional, quer ao nível das políticas culturais destinadas à sua salvaguarda, preservação e fruição, vertidas em diplomas legais específicos como são, nomeadamente, as respectivas Leis de Bases do

Património Cultural e do Património Natural e do Ambiente. Talvez o problema denunciado por Bobbio há vinte anos, pelo menos no que respeita a sociedade portuguesa, se coloque mais na demora de regulamentação das leis, ou, mesmo no seu não cumprimento, e menos na ausência de quadros normativos. Atesta-o o facto de a primeira Lei do Património Cultural, Lei nº 13/85, de 6 de Julho, ter vigorado 16 anos sem ter sido regulamentada, sendo substituída pela Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural nº107/2001, de 8 de Setembro, cuja regulamentação (Dec. Lei nº 309/2009) apenas veio a entrar em vigor 9 anos depois, em Janeiro de 2010. Situação, de resto, comprovada e analisada para outros domínios legislativos em vários estudos de Santos (1994; 1996).

Para todos os efeitos, constitucionalistas e juristas portugueses sublinham a diferenciação, no contexto das Constituições modernas, entre as quais a portuguesa, entre os direitos sociais enquanto direitos que garantem a segurança na necessidade e os direitos culturais, quer estes sejam considerados como garantia de liberdade de criação e fruição culturais, quer como meio para a democratização da educação e da cultura, quer ainda encarados sob a perspectiva da incumbência ao Estado na protecção e valorização dos bens culturais com valor patrimonial, de modo a propiciar aos cidadãos o acesso a esses bens (Miranda, 2006; Gouveia, s/d) ⁶⁷.

Do que não há dúvida também é do facto de o património cultural se constituir hoje como um domínio específico do direito, no quadro do qual são reguladas todas as acções conducentes à protecção daquele bem. As características estruturais do património cultural determinam a sua especificidade enquanto objecto de direito. Com efeito, o seu ordenamento jurídico destina-se a proteger *interesses culturais* e não interesses particulares, do que resulta serem os bens culturais com valor patrimonial “insusceptíveis, enquanto tais, de apropriação” e, por tal, destinados à sua fruição universal (Nabais, 2000: 21).

Simultaneamente, a abrangência contemporânea do conceito de património cultural, ditando o seu alargamento, à escala mundial, a bens culturais cuja

⁶⁷ “... é apenas o Estado social que introduz de pleno os direitos culturais no contexto constitucional; é ele que, a par dos direitos económico como pretensões de realização pessoal e de bem-estar através do trabalho e de direitos sociais como pretensões de segurança na necessidade, introduz direitos culturais como exigências de acesso à educação e à cultura...” (Miranda, 2006: 7).

diversidade não pára de multiplicar-se, conduziu a um edifício jurídico vertical e horizontalmente complexo. O direito do património cultural constitui hoje uma intercepção de ramos do direito constitucional, internacional, europeu/ comunitário e administrativo, integrando uma “complexidade vertical” de níveis de normas, ao mesmo tempo que se dotou de “complexidade horizontal” para contemplar não só os diversos tipos de património subsumíveis às categorias material ou imaterial, mas também as respectivas tutelas administrativas, que vão do património mundial ao património local, de interesse municipal. Complexidades às quais acresce ainda a necessidade de articulação com outros ramos de direito próximos, como sejam os do ambiente, ordenamento do território, urbanismo e turismo (Nabais, 2000: 22-25).

3.2. Cidadania cultural e envolvimento associativo

Deixando de parte a discussão sobre a “legitimidade”, no plano dos princípios gerais, que levou à autonomia jurídica do património cultural e do património natural, apesar de, como apontam os especialistas, a abrangência e amplitude do conceito de ambiente filtrado na primeira Constituição democrática poder ter ditado a convergência jurídica de ambos os tipos de património ⁶⁸ (Miranda, 2006; Nabais, 2000), a verdade é que a área do património cultural, relativamente às áreas assinaladas com as quais mantém fortes afinidades, se dotou mais cedo de instrumentos legislativos e institucionais favoráveis a um novo quadro de acção política.

Enquanto, do lado do património cultural, deparamos logo no início dos anos 80 com a criação do IPPC-Instituto Português do Património Cultural ⁶⁹, tendo-lhe

⁶⁸ Convergência, aliás, atestada por normas do direito internacional que a legislação portuguesa adoptou, as quais, nomeadamente, no seio das Convenções da UNESCO, desde 1972, aplicam a classificação de Património Mundial indistintamente a bens culturais ou naturais, para não falar da categoria *paisagem cultural* mais recentemente adoptada, em 1992, pelas mesmas instâncias internacionais como forma de valorizar tanto as criações intelectuais quanto a simbiose entre contextos naturais e humanos dos quais resultam estilos de vida com valor civilizacional.

⁶⁹ Decreto-Lei N.º 59/80 de 3 de Abril, que também cria a Secretaria de Estado da Cultura, da qual depende aquele Instituto.

sucedido, cinco anos depois, a primeira Lei de Bases do Património ⁷⁰ que salienta e consagra o papel das associações de defesa do património (ADP), garantindo desde logo o seu assento no Conselho Consultivo do IPPC e em órgãos autárquicos (Art.º 3º e 6º), para além de deixar ainda salvaguardado o *direito de acção popular* (Art.º 59º) na defesa do património cultural, no que respeita o ambiente, são necessários mais sete anos até que seja criado o INAMB-Instituto Nacional do Ambiente - em 1992, substituído pelo IPAMB-Instituto de Promoção Ambiental -, bem como as respectivas Leis de Bases ⁷¹. Estudiosos das questões ambientais em Portugal salientam, com efeito, o ano de 1987 como a data decisiva para o enquadramento legislativo que enformou quer o papel estruturante do estado na regulação da área do ambiente, quer as condições de participação político-institucional dos movimentos e associações ambientalistas (Nave e Fonseca, 2000; Caninas, 2010).

Ora, o quadro legislativo precoce, combinado com a “efervescência política” dos primeiros anos de construção do regime democrático, gerou um dos factores sociais, senão mesmo o principal, que estará na base da fragmentação político-institucional do património cultural e natural – as fortes dinâmicas associativas que afrontaram as questões do património cultural na sociedade portuguesa, na segunda metade dos anos 70 e 80. Embora na década seguinte, com a aprovação da Lei de Bases do Ambiente, o “terreno” tenha sido mais favorável à acção dos grupos ambientalistas ⁷², os anos de 1980-81 foram, pois, imperativos na confirmação da dimensão política do património cultural, tornando-o recuperável para o quadro de análise da cidadania.

Com efeito, num período relativamente curto, as políticas de preservação do património cultural em Portugal baseadas “numa lógica ainda muito arreigada ao modelo técnico, administrativo e operacional, de conservação e restauro” ⁷³, herdado da filosofia patrimonial do Estado Novo, exemplarmente aplicada pela DGEMN-Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, passaram a desenvolver-se no seio de

⁷⁰ Lei nº 13/85, de 6 de Julho.

⁷¹ Instituído o Ano Europeu do Ambiente em 1987, é também nessa data que são redigidas a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87 de 7 de Abril) e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente (ADA) (Lei nº 10/87, de 4 de Abril).

⁷² “ (...) o clímax, pelo menos da visibilidade e afirmação pública das associações, ocorreu um pouco mais cedo para as ADP (Associações de Defesa do Património) e posteriormente para a ADA (ONGA) (Associações de Defesa do Ambiente ou Organizações não-Governamentais do Ambiente)” (Caninas, 2010: 286).

⁷³ Cf. Entrevista de Jorge Custódio ao *Público*, 27/06/2004.

estruturas político-administrativas reguladas por um novo enquadramento jurídico, constitucionalmente estribado na consagração dos direitos culturais e promotor da participação e do envolvimento dos cidadãos, alargando os seus direitos de intervenção sobre o património cultural. Quadro legal prontamente aproveitado pelo amplo movimento associativo dos anos finais de 70 e década de 80 em torno do património cultural, havendo mesmo quem não hesite em atribuir a essas dinâmicas a responsabilidade da tradução do seu papel em lei e até da aceitação e disponibilidade com que algumas dessas iniciativas vieram a ser acolhidas na recém-criada Secretaria de Estado da Cultura⁷⁴. É o caso, por exemplo, da *Campanha Nacional para a Defesa do Património*, lançada em 1981 por esta Secretaria como grande operação nacional de educação e sensibilização para esta causa cultural, em todo o território, cujo êxito enraizou claramente no tecido associativo existente, ou, dele foi manifestamente tributário, conforme nos dá conta um dos comissários então nomeados para dirigir essa *Campanha*:

(...) Como consequência directa da nossa acção ... levámos a todo o país, em reuniões com todos os governos civis e autarcas, a dinamização do património, a coisa que podia ser mais comum na vida dessa gente...criamos o 1º congresso internacional em Alcobaça em 1979 e o 1º nacional de associações em 1980 e, nessa altura, reunimos gente de todo o país e fomos convidar o secretário de estado de então, Vasco Pulido Valente, para que viesse a Santarém assistir ao encerramento ... dissemos: você tem aqui todo o programa político, é só agarrar e

⁷⁴ Para além do depoimento referido anteriormente, cf. os argumentos no mesmo sentido em (Raposo, 2014) e o depoimento de Jorge Custódio, em entrevista à TSF, *Encontros com o Património*, 26/04/2014, segundo o qual:

“O 25 de Abril representou uma grande mudança do ponto de vista da cidadania, da democratização, como do ponto de vista das novas realidades patrimoniais que chegam a Portugal pela via internacional (...) *a primeira década de 70 e 80, com a grande discussão pública, fez nascer muitas associações do património* que tiveram um papel dinamizador, até motor, das questões ligadas ao património (...) em 1974-77, até 80, falava-se nos fóruns em ‘monumento’, não se falava de ‘património’ (...) e a Constituição Portuguesa contém o primeiro momento da história do património – o Artº 78 – segundo o qual o Estado tem obrigação de defender o património cultural do povo português. Foi com esta bandeira que as associações explodiram ... *em 1999, eram para cima de 150 associações, não contando com as que nunca se registaram, nem aceitaram a regulação e quiseram ser livres e independentes*”. (itálicos nossos).

trabalhar e foi o que ele fez, a seguir, foi criar a Comissão Nacional para a Defesa do Património.⁷⁵

Com efeito, o período que vimos referindo apresenta-se como o marco temporal determinante para a constituição de um movimento associativo bastante activo na área do património, que se disseminou por todo o país, quer renovando organizações nascidas em contexto político anterior, que tinham visto limitada a sua acção, quer dando à luz entidades dispostas a intervir com voluntarismo na defesa do património cultural do país, e, agora, também na sua definição.

Três acontecimentos marcantes, insistentemente referidos por vários dirigentes de associações e estudiosos do património, atestam o dinamismo associativo desta época. Com efeito, o ano de 1978, na sequência das comemorações do VIII centenário do Mosteiro de Alcobaça, deu origem, de uma vez só, à Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém a cujo esforço se deveu, de seguida, a realização do *I Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, do *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, e, finalmente, no início de 1980, do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património* (Caninas, 2010; Noras, 2011; Raposo, 2014)⁷⁶.

Foi, sem dúvida, a vitalidade deste tecido associativo recém-criado que esteve na origem da referida *Campanha Nacional para a Defesa do Património*, a partir da qual se multiplicaram iniciativas inéditas na sociedade portuguesa como sejam, por exemplo, a série de 16 programas de televisão que divulgavam e conferiam estatuto a bens culturais considerados “menos legítimos” na hierarquia do património, ou, em 1983, sob o patrocínio do Conselho da Europa, a *XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura*, subordinada ao tema *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, comissariada pelos mesmos membros da *Campanha*, ou, ainda, dois anos depois, a primeira grande exposição portuguesa de Arqueologia Industrial na Central Tejo, central termoeléctrica que viria a ser recuperada como Museu da

⁷⁵ Depoimento de Pedro Canavarro, comissário da referida *Campanha*, em entrevista à TSF, *Encontros com o Património*, 15/01/2011. Eventos, igualmente documentados em (Noras, 2011; Raposo, 2014).

⁷⁶ Referência a que se pode acrescentar a entrevista de Pedro Canavarro à TSF, *Encontros com o Património*, 15/01/2011.

Electricidade⁷⁷. Novos patrimónios e novas formas de o celebrar que, nas palavras do seu organizador, se ligava também a uma nova atitude museológica: “o património industrial envolvia as identidades, as populações, os operários, os mineiros. ... Para nós, a ideia de musealização de objectos vulgares era das mais estimulantes”⁷⁸.

Mais adiante, com base no *Inquérito às Associações de Defesa do Património*, que realizámos em 2003, traçar-se-á o universo e perfil destas organizações da sociedade civil, procurando estimar o impacto que o seu crescimento continuado, embora instável, prestou e prestará ainda à qualidade da democracia.

Outra vertente, porém, a que este mesmo processo de consciência social e activismo político está indissolúvelmente ligado materializa-se no interesse, mais ou menos imediato, do campo académico pelo património cultural como área científica e de investigação – as Ciências do Património –, autonomizando-a, embora em interdisciplinaridade, da História, da História da Arte, da Arqueologia ou da Antropologia, áreas às quais coube desde sempre transfigurar a cultura em *objectos culturais* encarados como de excepcional relevância.

Embora haja quem aponte o vanguardismo da Universidade de Lisboa no desenvolvimento desta área científica (Noras, 2011)⁷⁹, outros autores salientam a precocidade das Universidades do Minho e Porto (Jorge, 2014; Martins, 2014), em articulação com fortes experiências associativas locais, que lograram desde cedo colocar no debate público, o desenvolvimento de atitudes de salvaguarda e valorização de patrimónios menos estudados e mais frágeis face à voragem do crescimento urbano ou ao imobilismo do espaço rural, como é o caso do património arqueológico. O projecto de *Bracara Augusta*, ao qual voltaremos, criado em 1976 para o conhecimento da cidade romana cuja investigação e valorização museológica permanece desde há 38 anos, teve a sua origem nas denúncias e pressões movidas pela ASPA-Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural de Braga e Viana do

⁷⁷ *Expresso*, 21/05/1983.

⁷⁸ Jorge Custódio, entrevista ao *Público*, 27/06/2004.

⁷⁹ Estudo sobre o papel das autarquias na defesa do património refere, de facto, a propósito, “o pioneirismo da Universidade de Lisboa neste domínio. Sob a égide da então Direcção-Geral do Património decorreu nesta Universidade, em 1977, um curso de sensibilização para as questões do património, especialmente dedicado aos professores de História e de Educação Visual do Ensino Secundário, com vista a estimular a sua participação, nesta área, tanto nas escolas como junto da comunidade envolvente” (Noras, 2011: 8).

Castelo. Através da imprensa local ou em revista própria, as pressões desta associação conduziram à criação do Campo Arqueológico de Braga – “o primeiro projecto de arqueologia urbana em Portugal” -, consolidando a sua longa acção no entrosamento com a direcção científica do projecto pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nascida também nessa época (Martins, 2014: 160). Do mesmo modo, salienta-se noutros trabalhos, o desenvolvimento desta área patrimonial foi-se entrelaçando com as dinâmicas associativas locais, o crescimento do poder autárquico e a sustentação técnico-científica das universidades que se abriam a novos cursos (Silva, 2014a).

Apesar de não podermos exhibir quantitativamente o percurso e a extensão dos cursos e graus académicos adstritos a esta nova disciplina, é hoje inegável a sua profusão em grande parte das universidades portuguesas e o seu impacto na formação de profissionais que absorvem significativas fatias do mercado de trabalho relacionado com o estudo e a investigação, a divulgação e a animação, a regulação e a administração do património. Em consonância, veja-se por exemplo, o estudo vocacionado para aferir do papel do sector cultural na economia, que apresentava este sector, em anos mais recentes, justamente como um factor estratégico de competitividade e gerador de emprego e riqueza, salientando o seu contributo, em 2006, em 2,8% de toda a riqueza criada em Portugal e 2,6 % do emprego nacional total, não sendo despidiendos para estas percentagens os valores assegurados pelo património cultural em conjunto com outras actividades e profissões que o atravessam, provenientes de sectores como o turismo cultural e as indústrias culturais (Mateus, 2009: 80/ss). Por outras palavras, a extensão adquirida pelo sector do património cultural, tanto em tipos de bens quanto em cuidadores e animadores desses bens, fez desde cedo avultar a necessidade de profissionalizar o seu tratamento seja ao nível técnico-científico e administrativo, seja ao nível da sua divulgação ou, mesmo, no que respeita o envolvimento associativo-participativo.

Não será, pois, errado concluir que este associativismo inicial surgido no período revolucionário tenha semeado as condições para a emergência de um novo contexto cultural. A profissionalização na abordagem e administração do património, a reformulação do próprio conceito de património e do tema das identidades para o qual reverte, identidade nacional incluída, e os processos de alargamento da cidadania conducentes à democratização no seu acesso, eis os três pilares fundamentais em que assentou o referido contexto cultural, marcado, como se deixa claro, pela explosão associativista.

Para os anos de 1980, quanto às duas últimas questões, escreve Maria de Lourdes Lima dos Santos:

(...) é lançada a concepção da cultura como consenso, de que fazem parte fundamentalmente o património – que é aliás a área privilegiada, em parte devido aos financiamentos externos para ela canalizados – a identidade nacional e a democratização da cultura. De facto, a par da abertura para a Europa, com a preparação para a futura adesão à Comunidade Económica Europeia, encontramos ... objectivos muito ligados à identidade nacional, de procura de um consenso cultural que, tendo por base a liberdade e o pluralismo, permita a melhor identificação de uma ‘imagem’ e de uma ‘personalidade’ culturais portuguesas (Santos, 1998: 70).

De facto, tomando como exemplo a *XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura* acima assinalada, vemos bem, pelo itinerário e pelos temas dos seus núcleos ⁸⁰, como o mesmo património histórico-monumental celebrado pelo Estado Novo servia agora para reformular uma identidade articulada com os valores culturais europeus e universais, à cabeça o racionalismo da Ciência e o subjectivismo e a liberdade da Arte, mas também os contributos portugueses, através dos Descobrimentos, para esse “renascimento” europeu. Do mesmo modo que Pierre Nora nos tinha esclarecido sobre a origem moderna e europeia da noção de património, ela própria, perversamente associada à destruição massiva de bens patrimoniais durante o conturbado período da Revolução Francesa, também a democracia portuguesa foi reinterpretando a sua herança cultural, ao mesmo tempo que descobria patrimónios futuros, apoiada na súbita mobilização social a que esse processo deu lugar. A urgência patrimonialista em momentos revolucionários, de grande intensidade social e política ⁸¹, embora expressa e

⁸⁰ Convento de Madre de Deus (antecedentes medievais dos descobrimentos portugueses), Casa dos Bicos (a Dinastia de Avis e a Europa), Museu Nacional de Arte Antiga (a arte, ciência e cultura nos séc. XV e XVI), Mosteiro dos Jerónimos (duas exposições: “As Navegações portuguesas e as suas consequências no Renascimento” e “A Arte na Rota do Oriente”, Torre de Belém (exposição sobre “A armaria portuguesa dos séc. XV e XVI”).

⁸¹ A propósito da importância social e simbólica do património cultural em períodos de grande transformação social, escreve Augusto Santos Silva:

“ (...) As revoluções não são necessariamente momentos de exaltação anti-patrimonial. Pelo contrário, a preocupação com a salvaguarda e difusão do património e os esforços para a musealização podem ser directamente referidos a decisões revolucionárias” (Silva, 2014: 14).

codificada sob a ideia de “crise”, é, de facto, bem formulada por quem militou activamente em causas do património e ajudou a fundar associações para a sua defesa:

Nós perdemos o império e tínhamos que esticar o nosso pequeno continente, havia necessidade de criarmos uma dimensão e essa dimensão tinha que recair na procura renovada da identidade, essa era a nossa condição base para levar por todo o país, em reuniões com todos os governos civis e autarcas, a dinamização do património (...) são os momentos de crise – no período liberal, a crise da Monarquia, depois as crises da República, depois a crise do 25 Abril, [são esses os momentos importantes do património] - as crises obrigam-nos a olhar para as coisas em moldes diferentes ⁸².

Momentos, pois, de profunda transformação social fazem e refazem o património. Momentos de reinterpretação histórica que circunscrevem também, acentuando-a, a mobilização política dirigida aos símbolos dessa reinterpretação.

Mas, se os movimentos associativos de defesa do património estiveram activos nos primórdios da viragem política democrática, atentos às metamorfoses simbólico-políticas do património e, nesse processo, participantes, de resto, acompanhando o desenvolvimento e aprofundamento da cidadania noutros sectores da sociedade portuguesa, o seu campo de actuação também se foi reformulando à medida que progredia a sua institucionalização, nem sempre pacífica, em órgãos do poder local e central, e a sua voz se amplificava nos meios de comunicação social, recurso que sempre utilizaram com competência para colocar no espaço público o debate sobre o património ⁸³.

Assim, o “inusitado” movimento social de adesão à salvaguarda das gravuras rupestres do Vale do Côa em 1995 (Gonçalves, 2001) terá sobretudo surpreendido quem não estava familiarizado com o associativismo precedente e a disseminação de serviços culturais municipais que então se verificou pelo território, embora com intensidades regionalmente diferenciadas. Em particular, como alguns

⁸² Pedro Canavarro, entrevista à TSF, *Encontros com o Património*, 15/01/2011.

⁸³ Cf., por exemplo, a análise de José Luís Garcia sobre o sucesso da “aliança arqueólogos-media” que se estabeleceu a propósito do conflito entre os defensores da preservação das gravuras rupestres do Vale do Côa e os defensores da barragem, em detrimento das gravuras (Garcia, 2001).

autores salientam, o desenvolvimento de estruturas municipais de arqueologia e o contributo que foram imprimindo quer à relação das populações com o seu património, quer ao reconhecimento social dos arqueólogos e à sua progressiva profissionalização (Silva, 2014a). Em 1995, sublinhando embora o carácter provisório dos dados, o mesmo autor registava 56 municípios com serviços de arqueologia (Silva, 2014a: 80). Será também, porventura, com base na mesma percepção sobre a precocidade com que a Arqueologia Portuguesa viria a implantar-se no terreno patrimonial, no pós-25 de Abril, que outro arqueólogo afirmará:

De todos os campos patrimoniais arriscamos afirmar que o da arqueologia é o mais iluminante, por ser o mais democrático: aquele que está tão disseminado no território que literalmente se encontra sob os nossos pés, o único que, visto do lado do povo rural, é simultaneamente distante, misterioso até, e próximo; e do lado dos investigadores, urbanitas quase todos, aquele que mais obriga deixar arquivos e perscrutar o terreno, numa convivência com o dito povo baseada em efectiva troca de saberes e não em equívocos romântico-paternalistas

⁸⁴

Deixemos por indagar a “efectiva troca de saberes” da qual beneficiará o conhecimento arqueológico. Todavia, se, de facto, à salvaguarda das gravuras se ligaram fenómenos como o de o novo impulso para o desenvolvimento da arqueologia no país, ou, o da generalização de critérios de patrimonialização extensíveis à envolvente dos bens culturais a integrar, institucionalizando a preservação *in situ*,⁸⁵ não será difícil igualmente pressupor a existência prévia de uma ampla base social predisposta a sancionar esses novos desenvolvimentos. Aos olhos de trabalhos mais recentes sobre aquele período, parece clara, de facto, a relação entre o desenvolvimento da cidadania cultural e a conversão da crescente adesão social aos valores de defesa do património, nomeadamente de interesse local, em práticas associativas:

O marco fundador de uma nova consciência das autarquias sobre o papel da sua herança histórica terá, a nosso ver, resultado bem mais da influência do

⁸⁴Luís Raposo, ex-Director do Museu Nacional de Arqueologia, *Público*, 24/04/2014.

⁸⁵ Em alguns círculos da arqueologia portuguesa, estabelecendo até como metáfora temporal “uma arqueologia a.C. (antes do Côa) e d.C. (depois do Côa)” (Jorge, 2014: 134).

movimento associativo dos cidadãos do que das medidas de protecção e de classificação instituídas pela UNESCO ou pelo próprio Governo (...) foi a consciência cada vez mais vigilante dos cidadãos organizados em associações específicas que, a dado passo, levou os municípios a melhor cuidarem do património herdado (Noras, 2011:76).

Quando participámos na primeira pesquisa sociológica sobre o caso das gravuras de Foz Côa (Gonçalves, 2001), com a incumbência de traçar o perfil social dos visitantes do então criado Parque Arqueológico do Vale do Côa (Lima e Reis, 2001), não conhecíamos em profundidade estes antecedentes “associativistas” nem o universo ou a natureza das dinâmicas culturais associadas à defesa do património que se foram instalando no país. Tão-só tínhamos indícios baseados na leitura atenta da imprensa da época. Indícios que alguns resultados do Inquérito aos visitantes viriam confirmar, mas não esclareciam cabalmente a dimensão política efectiva do património cultural, na vertente específica do envolvimento associativo ou da mobilização e acção popular.

Apurámos, por exemplo, que os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa não eram culturalmente nem politicamente passivos, tão pouco manipuláveis pela mediatização do conflito que então se verificou. Ao contrário, escrevíamos então, os dados indicavam estarmos em presença de um público adulto, medianamente jovem, com elevados níveis de escolaridade e exercício de profissões técnico-científicas, cuja trajectória social revelava práticas culturais de fruição de bens e lugares de património, adesão a valores pós-materialistas e se revelava capaz “de conjugar esse quadro [social] com razoáveis capacidades de intervenção política, seja nas formas mais clássicas de participação, seja na base do activismo voltado para novas causas, seja com recurso a meios de expressão mais individualizados” (Lima e Reis, 2001). No entanto, em contradição com o seu elevado nível de participação cívica e política, este universo de visitantes manifestava baixo grau de envolvimento associativo. Tal facto alertava-nos para a necessidade de aprofundar o peso e o significado de expressões como “défice de cidadania”, “distância ao poder”, ou, noutra versão ainda, “despolitização do espaço público”, enquanto expressões recorrentes na literatura sociológica portuguesa, para qualificar o alheamento político e a fraca intervenção cívica da população (Cabral, 1997; 2000; Mozzicafreddo, 1997; Santos, 1994).

De facto, como atesta a documentação variada que vimos recenseando – estudos académicos, depoimentos, entrevistas, artigos de imprensa - o associativismo cultural voltado para a defesa do património existe no terreno desde os primórdios do regime democrático, em alguns casos reformulado a partir do tecido associativo anterior, apresenta visibilidade social e mediática em acções fundamentais de descoberta, inovação, reavaliação ou valorização patrimonial, envolve-se em protestos populares, confrontos ou colaboração com os poderes públicos, tem influenciado políticas públicas de defesa e valorização do património, inspirado enquadramentos legais e administrativos, tem tido, até, capacidade para formar profissionais e técnicos em áreas e actividades afins, como é o caso, talvez o mais emblemático, do Campo Arqueológico de Mértola em sinergia com a ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola ⁸⁶.

Por outro lado, os recursos e as competências simbólico-culturais destas associações tornam-nas efectivamente actores por excelência da esfera pública conceptualizada por Habermas. Expressam-se preferencialmente nos *media* nacionais e locais e, sobretudo, em revistas próprias, algumas consideradas de excepcional qualidade científica como, por exemplo, a Revista *Al-madan*, do Centro de Arqueologia de Almada (CAA) ⁸⁷ ou a Revista *Mínia*, da ASPA-Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural de Braga e Viana do Castelo ⁸⁸.

De um modo geral, grandes ou de média e pequena dimensão, com carácter regional ou nacional, as associações ou ONGs de Defesa do Património, embora desiguais quanto às capacidades de poder e acção colectiva, promovem regularmente estudos, visitas, sessões, conferências, as quais divulgam também de forma regular em edições impressas e digitais de livros, revistas, boletins, brochuras. Numa palavra, o associativismo cultural centrado na defesa do património tem

⁸⁶ Mértola é desde 1978 um caso notável de investigação científica, preservação e valorização do património transmutado em verdadeiro agente de desenvolvimento local (Reis e Lima, 1998; Mateus, 1998). Cf., igualmente, <http://www.camertola.pt/> e <http://adpm.pt/>

⁸⁷ Associação fundada em 1976, registada como ONGA (Organização Não-governamental de Ambiente), originariamente dedicada ao estudo em arqueologia, mas cuja área de intervenção se foi alargando a todos os tipos de património; publica a revista *Al-madan* desde 1982, cf. respectivo *site* na internet: <http://www.caa.org.pt/> e <http://www.almadan.publ.pt/>

⁸⁸ Fundada em 1977, equiparada a ONGA, publica a revista *Mínia* desde 1978 e, regularmente, desde 1984, a página "Entre Aspas" no "Diário do Minho", cf. (Oliveira, 2014: 97) e *sites*: <http://www.aspa.pt/>; <http://aspa35anos.blogspot.pt/>;

contribuído, em definitivo, não só para dar corpo e levar a cabo acções fundamentais para a sua revitalização, como também para manter o seu interesse social na esfera pública, desta forma acrescentando mais um fórum, o das questões culturais, à discussão política. Analogamente, não serão despiciendas as capacidades e competências cívicas, nomeadamente de comunicação, que as associações fomentam junto dos cidadãos para exercer influência social e política, desse modo, contribuindo para estimular a participação em geral (van Deth, 2007: 9).

Ora, pese embora os “pergaminhos” apresentados, vários estudos em Portugal, em particular os de natureza extensiva, incluindo alguns dos que nós próprios pusemos em marcha ou em que participámos, não detectam senão baixos índices de participação associativa da população portuguesa nas diferentes áreas da vida social – culturais, profissionais, políticas, desportivas, etc. Nesse quadro geral de apatia, alguns autores destacam todavia a vitalidade, relativa, é certo, das “associações desportivas, recreativas e culturais”, ora como as que mais influência e pressão exercem sobre os executivos camarários (Mozzicafreddo, 1989; Silva, 2004), ora como as que, a par das associações de solidariedade social, revelam as percentagens mais elevadas de envolvimento no conjunto das diversas formas de participação associativa dos portugueses (Cabral, 2000: 95; Viegas, 2004: 42).

Sabendo, por outro lado, como bem salienta Viegas (2004), no seu estudo sobre os efeitos democráticos das associações voluntárias, que, mesmo com base nesses baixos índices de participação, são notórios os ganhos sociais e políticos em apoios na saúde, educação, defesa de novas causas ou grupos de interesse minoritários proporcionados por algumas dessas associações - para além da importância da sua presença no debate público e das questões por si suscitadas -, bem podíamos perguntar, fazendo coro com o autor:

Como é que as associações podem ter tantos efeitos cívicos e democráticos, quando apenas uma minoria se envolve, sendo ainda menor o número de indivíduos que participa de modo activo? (2004: 34)

Se a pergunta é relevante para a generalidade das associações, mais pertinência demonstra no que diz respeito às organizações de defesa do património, onde parece evidente a discrepância entre o baixo grau de associativismo recolhido em vários Inquéritos e a expressão bem mais vincada das disposições,

competências e práticas políticas efectivas reveladas em situações de defesa das heranças culturais, assumidas pelos universos associativos que vimos recenseando.

Todavia, ainda que, no campo do património, alguns resultados estatísticos também apontem para a tese do “défice de cidadania”, quanto às associações culturais nesta área - ou, ao activismo de poucos a partir do seu seio -, apetece recordar Galileu: *e pur si muove!*

Comprovam-no, para reforçarmos alguns dos exemplos a que vimos aludindo, as consequências culturais, políticas e institucionais da dinâmica associativa do final dos anos 70, princípios de 80, do movimento social pelas gravuras rupestres de Foz Côa, nos anos 90, em anos mais recentes, do século XXI, do sucesso das candidaturas do Fado, da Dieta Mediterrânica, do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade ou dos processos de desenvolvimento regional para o interior da Região Centro como A Rede das Aldeias do Xisto. O traço comum a este longo período de cerca de 40 anos de diversificação de bens culturais patrimonializáveis na sociedade portuguesa parece, sem dúvida, emergir, entre outros factores, do papel das múltiplas associações que no terreno se foram movimentando para pressionar, negociar, partilhar, ou, impor mesmo a sua visão sobre o que pode constituir a herança cultural comum.

Ainda que difíceis de quantificar, há efeitos políticos positivos para a cidadania, provenientes do investimento associativo que em diversas frentes do património cultural se foram revelando.

As mudanças no enquadramento legislativo e na orgânica administrativa dos órgãos que foram tutelando o património não deixam certamente de se correlacionar com iniciativas associativas, de natureza mais orgânica, como as que acima referíamos, ou mais individualizada e assumida por cidadãos que se revêem em atitudes favoráveis aos valores de preservação cultural e ambiental, divulgados e promovidos, entre outros meios, pelos actos de *publicidade*⁸⁹ das associações de defesa do património cultural e ambiental.

⁸⁹ De forma livre, seguimos o raciocínio de Habermas nas suas considerações mais recentes sobre a diferenciação da esfera pública entre os cidadãos livremente organizados e associados que se exprimem em *arenas* de influência pública, e, os cidadãos leitores ou autores, ouvintes, espectadores – a *galeria* – que, dessa forma mais distanciada e menos activa, mas igualmente pública, tornam parte (são sujeitos à influência e influenciam) na opinião pública que visa pressionar o sistema político (Habermas, 1996b: 374/ss).

A este propósito, é inevitável o exemplo de Foz Côa. Ainda que o movimento social difuso e apoiante das “gravuras não sabem nadar” coincidissem com o fim de um ciclo político cuja mudança se pressentia em eleições próximas, não podendo ser desligado da mobilização política para esse efeito, o facto é que a “esfera pública especializada” naquele tema, com interesses profissionais, científicos, culturais, políticos próprios, acabou por forçar mudanças políticas e institucionais determinantes. Algumas dessas mudanças foram visíveis na criação subsequente de novas leis, orgânicas administrativas e instituições de apoio à descoberta arqueológica e a descobertas patrimoniais futuras, prevendo “maior participação dos arqueólogos e suas associações nas estruturas consultivas do sector do património... e do reforço do estatuto profissional dos arqueólogos” (Gonçalves, 2001: 55). Exemplos dessas mudanças político-institucionais encontram-se na criação, em 1997, do Parque Arqueológico do Vale do Côa, delimitando a área de conservação e visita das gravuras, seguida, no mesmo ano, da autonomização do património arqueológico perante o património arquitectónico, com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA)⁹⁰, dotado de serviços e quadros próprios, e do Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), através do mesmo decreto, para o estudo da Arte do Côa; finalmente, em 1998, o reconhecimento como Património Mundial⁹¹, que muito se deve também à pressão mediática, alimentada por arqueólogos, associações e cidadãos, que se manteve vários meses nos principais órgãos de comunicação social.

Se Foz Côa foi talvez o caso de maior conflito e politização na sociedade portuguesa a propósito de um processo de patrimonialização, a verdade é que a participação dos cidadãos em procedimentos administrativos com o objectivo de propor sugestões para a protecção do património, muito antes de se tornar letra de lei⁹², transferiu-se desde cedo para o âmbito do poder local que a assumiu, umas vezes, como trunfo para a “encenação institucional” do poder autárquico (Silva, 2004: 30), outras,

⁹⁰ Decreto-Lei n.º 117/97, que aprova a orgânica do IPA, que viria a ser extinto e reintegrado no IGESPAR, em 2007; no mesmo ano, foi ainda aprovada o Decreto do Presidente da República n.º 74/97, que ratificou a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (La Valetta) de 1992.

⁹¹ Para a visão completa dos actos legais e administrativos que rodearam a protecção e valorização da Arte Paleolítica do Vale do Côa, cf. (Zilhão, 2007: 19/ss).

⁹² Nomeadamente, o Art.º 10.º da Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que regula a participação dos cidadãos através de estruturas associativas, como as ADP (associações de defesa do património), ou outras organizações de direito associativo.

como reacção adversa e conflitual, sempre que a defesa do património colidia com as suas decisões de política imobiliária, por exemplo, ou de política cultural.

Como veremos mais adiante, a promoção da cidadania em torno do património cultural nunca beneficiou, como no caso do ambiente, do papel estruturante do Estado que através de políticas específicas estimulou directamente a organização e participação de ONGAs na defesa de valores ambientais (Nave, 2001). Pelo contrário, os sucessivos Decretos Regulamentares da referida Lei de Bases, bem como o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foram paulatinamente reduzindo a representação das associações de defesa do património, bem como das associações científicas e profissionais da área, dos órgãos consultivos do Ministério da Cultura, como é o Conselho Nacional de Cultura (CNC)⁹³. Aliás, em estudo anterior, na década de 90, sobre a Administração Consultiva em Portugal destacava-se, precisamente, junto destes órgãos de regulação pública, a baixa representatividade em novas áreas como a informação ou o consumo, exceptuando-se o domínio da protecção do ambiente que, àquela data, participava em 25 órgãos consultivos, alguns dos quais, como o Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), com competências deliberativas e não somente consultivas (Marques, 1996: 66). Quanto à administração consultiva na área da cultura, o quadro não podia ser mais sombrio. A magra representação das associações recreativas e culturais, apenas em 9 Conselhos Consultivos, repartia-se da seguinte forma: apenas 1 representante das associações de defesa do património nos órgãos consultivos do IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2 representantes nos respectivos órgãos do IPM-Instituto Português de Museus e 1 representante por cada órgão das Delegações Regionais do Ministério da Cultura, o que contrasta, por exemplo, como sublinha a autora deste estudo, com a esmagadora representação dos interesses económicos - associações patronais, sindicais e profissionais -, nas respectivas áreas de consulta ou concertação (Marques, 1996: 72/ss). À fraqueza da sociedade civil e à tradição centralizadora e “labiríntica” da Administração Pública em Portugal, herdada do corporativismo autoritário, atribui a autora os factores principais da falta de robustez desta forma de regulação e decisão que ia alastrando pelo espaço europeu.

⁹³ Cf., PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), 2006, *Relatório Final Comissão Técnica do PRACE*; Decreto-lei nº 215/2006, Art.º 23º, de 27 de Outubro; Decreto Regulamentar, nº 35/2007, Art.º 22º, de 29 de Março.

No sector do património, pelo menos, cremos, será mais ao segundo factor do que ao primeiro que se deve essa debilidade. Como a própria autora reconhece nas conclusões do seu estudo, a administração consultiva em Portugal tem-se revelado mais como “um meio de o Estado legitimar as suas políticas” e menos como expressão organizada de interesses (1996: 486), característica notoriamente confirmada quer pelo seu peso de representação, relativamente aos sectores privado e cooperativo, quer pelo seu poder de nomeação das entidades que fazem parte desses órgãos, ao invés de serem as associações e demais sectores externos a designar os seus próprios representantes. A natureza “labiríntica” da Administração talvez esteja actualmente mais relacionada com o crescimento administrativo, decorrente do aumento das funções de regulação do Estado social democrático, que tende a reduzir a transparência dos processos ou a inibir formas de participação por excesso de burocratização (Mozzicafreddo, 2001). Em todo o caso, guardaremos para mais tarde o desenvolvimento dessa discussão.

Do que não há dúvida é do facto de este processo, que a reforma do PRACE- Programa de Reforma da Administração Central do Estado em 2006 acentuou, ter sido bem identificado pelas organizações no seio do património. Provam-no as movimentações e acções de oposição que se seguiram.

A reacção mais firme à continuada centralização das políticas patrimoniais e ao concomitante desinvestimento estatal que ditou o afastamento das associações do sector, relativamente à sua participação em procedimentos administrativos, surgiu em 2008, com a declaração pública de repúdio desse modelo administrativo e das políticas patrimoniais a que foi dando lugar, organizada pelos representantes portugueses de duas ONGs do património associadas à UNESCO – ICOM-International Council on Museums e ICOMOS-International Council on Monuments and Sites -, por vários especialistas e directores de museus nacionais e subscrita por mais 19 associações cívicas e profissionais (21, no total) que recobrem principalmente as áreas do património arquitectónico, arqueológico e museológico nacional ⁹⁴. Reconhecendo a necessidade de “facilitar a análise conjunta de todas as

⁹⁴ Cf., *Público*, 16/10/2008; *Expresso*, 14/12/2008;

PPCULT, 2008, Manifesto “*O património como valor estratégico e oportunidade nacional*”, ICOMOS-Portugal <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/DeclaraPlataformaPPCULT.pdf>

São subscritoras da declaração pública de protesto e integrantes da nova plataforma associativa as organizações:

problemáticas patrimoniais, que até aqui vinham estudando sectorialmente”, o principal resultado da iniciativa traduziu-se na criação de uma nova estrutura associativa, a Plataforma pelo Património Cultural (PPCULT), integrada por aquelas associações, todas sediadas em Lisboa, à excepção de apenas três de âmbito local e com estatuto de entidades associadas ⁹⁵. Pela sua composição, marcadamente profissional, e pela sua declaração de princípios espelha sobretudo o descontentamento dos profissionais destas áreas culturais com a sua tutela e as estratégias patrimoniais seguidas, ao mesmo tempo que se propõe um verdadeiro programa político de intervenção neste sector, a partir de fóruns de reflexão que potenciem maior envolvimento dos cidadãos na administração pública do património, através das suas organizações representativas ⁹⁶.

A nível local, porém, a inexistência de uma estrutura federativa similar – mesmo no período de maior dinamismo, conforme já assinalado (Caninas, 2010; Custódio *et al*, 2010) - não impediu que o associativismo de defesa do património se fosse disseminando, colaborando com o poder local, ou contestando-o, à medida que, como adverte Mozzicafreddo, após as obras de infra-estrutura que ocuparam os municípios nos primeiros anos, o alargamento local das funções do Estado-providência levou a maiores investimentos em equipamentos culturais e urbanísticos (1989: 52).

AAP: Associação dos Arqueólogos Portugueses; APA: Associação Portuguesa de Antropologia; APA: Associação Profissional de Arqueólogos; APAC: Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos; APAI: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial; APAP: Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas; APJSH: Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos; APOM: Associação Portuguesa de Museologia; APOREM: Associação Portuguesa das Empresas com Museus; APPI: Associação Portuguesa para o Património Industrial; ARP: Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal; BAD: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; CPADA: Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; FAMP: Federação dos Amigos dos Museus de Portugal; ICOM PT: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM; ICOMOS PT: Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS; OPRURB - Ofícios do Património e Reabilitação Urbana; PROGESTUR: Associação Portuguesa de Turismo Cultural.

⁹⁵ A saber, ADIM – Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, ALAGAMARES - Associação Cultural de Sintra e PRÓ-ÉVORA - Grupo Pró-Évora.

⁹⁶ Cf., o Manifesto “O património como valor estratégico e oportunidade nacional”, 2008, da Plataforma pelo Património Cultural (PPCULT), publicado no *site* do ICOMOS: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/DeclaraPlataformaPPCULT.pdf> ; e no *site* da Associação Profissional de Arqueólogos (APA): <http://www.aparqueologos.org/index.php/2012-08-28-09-17-56/2012-08-28-09-08-26/2012-08-28-11-21-13/2008>

A reabilitação urbana, nos anos 80, passa pelo discurso sobre a valorização e reanimação dos bairros históricos e áreas industriais desafectadas (Choay, 1996), pelo “movimento de recentralização da cidade antiga” (Salgueiro, 2001 *apud* Gonçalves, 2008: 57), discurso confirmado internacionalmente na Carta sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987 ⁹⁷. A APMCH-Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, fundada em 1988 ⁹⁸, com publicação regular da *Revista Centros Históricos* desde 1989 ⁹⁹, constitui, em Portugal, uma das manifestações desse movimento. Uma década depois, em 1992, a APOREM-Associação Portuguesa de Empresas com Museu, em colaboração com as Câmaras Municipais, deixaria também o seu contributo às comunidades, abrindo espaços museológicos de preservação da memória industrial (Mendes, 2012). No início desta fase de reabilitação dos patrimónios locais, *Viagem a Portugal*, publicada por Saramago em 1981, celebra justamente, a diversidade cultural do país, fora da hierarquia dos lugares ditada pelos depositários do “património legítimo”, dos circuitos turísticos ou pelas convenções administrativas. Sob jurisdição dos municípios, o património local em decadência, a valorizar ou a descobrir, torna-se então objecto de disputa política consoante o perfil sociológico dos actores locais e a sua capacidade de organização e acção. Do que também sabemos é do repúdio de muitos autarcas, nas formas de relacionamento com a sociedade local, por todas as formas de debate público - escrever nos jornais, comunicados à população, protestos -, preferindo os canais de expressão pessoal ou individualizados (Mozzicafreddo, 1989: 72), atitude que terá mudado nas décadas seguintes, não o suficiente, porém, para integrar sem adversidade as pressões localmente organizadas (Silva, 2004). Estas são apenas algumas das condições que foram configurando o movimento de interesse dos cidadãos pelo património e que não impediram o desenvolvimento de iniciativas associativas às quais ficarão ligados importantes processos de patrimonialização na sociedade portuguesa.

⁹⁷ O seu articulado pode ver-se em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html>

⁹⁸ Com 108 autarquias inscritas na APMCH, a descrição pormenorizada das intervenções dos municípios na recuperação de centros históricos, contemplando nomeadamente as que, pela sua qualidade, receberam o Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano, exemplificando as principais etapas deste processo até 2001, pode ver-se no trabalho de (Noras, 2011: 102-118).

⁹⁹ Cf. <http://www.apmch.pt/>

Dois ineludíveis efeitos do dinamismo associativo dos anos de 1980 reportam-se a duas regiões que não podiam ser mais díspares no seu desenvolvimento. O *Campo Arqueológico de Mértola* e o surgimento da arqueologia medieval no país, desbravando as raízes islâmicas da cultura portuguesa, mais tarde potenciado num projecto de desenvolvimento local gizado para aquela região rural deprimida e o *Campo Arqueológico de Braga* e o projecto de *Bracara Augusta* para o estudo da cidade romana, embrião da futura arqueologia urbana, mas também da participação cidadã no discurso urbanístico e nas novas concepções sobre a cidade e a harmonização entre o seu crescimento e a reabilitação do seu património. Em 2003, na Sessão de Encerramento das Comemorações do 25º Aniversário da ASPA, no momento em que foi atribuído a esta associação o estatuto de utilidade pública pelo Ministério da Cultura, podemos captar no Discurso do seu Presidente essa visão ¹⁰⁰:

Falemos (...) da estratégia que a ASPA assume aqui e agora. Uma estratégia simples e clara. Como questão de fundo em Braga, na região e no país persiste insolúvel o modelo de crescimento urbanístico irracional e imediatista, estimulado por mecanismos perversos como o da receita municipal sobre a sisa cobrada no parque imobiliário. A pressão da construção intensiva e desenfreada, que se sobrepõe e obriga a sucessivas alterações dos planos directores municipais, constitui um rolo compressor imparável e indiferente às lúcidas e abalizadas críticas de especialistas, de ambientalistas e de grupos cívicos de defesa do património. Trata-se de um enfrentamento que lembra David e Golias, mas neste caso não há a garantia de que o primeiro termine vencedor... Impõe-se, por isso, a aplicação na prática urbanística geral do modelo alternativo, integrado e global de desenvolvimento sustentado. A ASPA defende sem tibiezas este modelo alternativo à luz do qual intenta prosseguir em duas vias principais. A primeira via é a da *denúncia e do alerta* (...) a segunda via é a da *defesa e divulgação* do Património Cultural em sentido amplo (itálicos nossos).

Saliente-se, uma vez mais para esta década, o pioneirismo das associações no surgimento de iniciativas para o alargamento dos conteúdos do património. O nascimento da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, em 1980, transformada, sete anos depois, na Associação Portuguesa de

¹⁰⁰ Cf. <http://www.aspa.pt/encerr25aniv030208not.htm>

Arqueologia Industrial (APAI) (Matos *et al*, 2003: 25; Mendes, 2012: 97), além de colocar na cartografia do património o lugar para as memórias da industrialização portuguesa, contribuiu não só para alterar a visão tradicionalmente aceite do “Portugal rural”, como também para alterar a própria visão sobre o património e a cultura enquanto produtos únicos da criação artístico-humanista ou, então, com valor de antiguidade. Bem visível, de resto, na importância concedida, antes e depois da democracia, ao património arquitectónico e aos museus de arte na hierarquia dos valores patrimoniais, essa perspectiva passou a considerar o papel, não só económico, mas igualmente civilizacional, da ciência e da tecnologia, proporcionado pela investigação da arqueologia industrial. Ouçamos um especialista desta área e associado da APAI:

Um dos lados mais interessantes da minha pesquisa neste campo foi tentar (e conseguir!) demonstrar que uma coisa é o processo industrial português, outra coisa é a imagem que temos desse mesmo processo. O que aconteceu entre nós é que a imagem se sobrepôs à realidade e o conceito de um país agrário, rural, prevaleceu. Fiz algumas viagens à procura de bens arqueológicos industriais no país e cheguei à conclusão de que Portugal cumpriu as etapas todas do processo da industrialização europeia. A escala é que era diferente. Mesmo durante o Estado Novo, em que a tal imagem do país rural era a mais transmitida, chegámos a um momento em que a própria indústria se sobrepôs à agricultura, sob o ponto de vista de sector populacional mais activo, sobretudo no período que se seguiu ao fim da II Grande Guerra (.../...)

O conceito que melhor se aplica ... ao património industrial decorre da biologia, e o património industrial português tem de ser tratado ... como ‘em vias de extinção’. A efemeridade acompanha este património e, à velocidade a que as sociedades modernas vivem, quase já só se salva o património monumental, religioso ou castelológico. Mas, a nossa civilização continua a ser tributária de muitas mudanças - da electricidade, do desenvolvimento das indústrias têxteis, etc. E os vestígios desses saltos têm de ser, pela utilização e conhecimento de técnicas sofisticadas, salvaguardados e inventariados para aproveitamento actual e futuro ¹⁰¹

¹⁰².

¹⁰¹ Jorge Custódio, comissário da primeira exposição na Central Tejo, em 1985, *Arqueologia Industrial: um mundo a descobrir, um mundo a defender*, entrevista ao *Público*, 27/06/2004.

¹⁰² No entanto, é bem notória a diferença de valor concedida às funções do património industrial nas sociedades contemporâneas entre este epígono da arqueologia industrial em Portugal e os

Quanto ao património cultural imaterial, objecto de protecção em período mais recente, é por demais evidente que o esteio da sua valorização – já agora, o da sua origem - só pode residir no trabalho das associações culturais. É o que testemunham as três classificações de Património Imaterial da Humanidade obtidas para Portugal. Com origens rurais e popular urbana, o reconhecimento daquelas expressões culturais, e o percurso para o atingir, assentou inevitavelmente na participação dos actores que as protagonizam no seu quotidiano e no envolvimento associativo, recreativo ou de bairro que desde sempre as acompanhou. Por outras palavras, a Convenção do Património Imaterial de 2003 que Portugal ratificou, ao conferir “protagonismo aos produtores/detentores – ‘as comunidades, os grupos e os indivíduos’ - [concedendo-lhes] um papel central na ‘identificação’ (i.e., na tematização) e nos próprios processos de patrimonialização (‘inventariação’, ‘valorização’) e protecção (‘salvaguarda’) de tais expressões culturais” (Costa, 2013: 101), reconheceu, e terá talvez reforçado, o papel das associações culturais de base popular ligadas ao fado e aos bairros populares lisboetas ¹⁰³, das associações e comunidades rurais alentejanas e das numerosas confrarias gastronómicas que sustentam identidades locais e regionais.

Resta apurar, em que medida, a natureza do associativismo ligado a estes bens patrimoniais produz efeitos políticos no alargamento e aprofundamento da cidadania. Os mais relevantes estudos sobre associativismo e participação associada não evidenciam essa tendência (Cabral, 2008, 2011; Viegas, 2004). Segundo Viegas, para quem o envolvimento associativo dos portugueses é fraco, embora não negligenciável ao nível das “associações desportivas, culturais e recreativas” e de “solidariedade social”:

teóricos britânicos da “indústria do património” (heritage industry). Relembre-se que Hewison (1987), o criador da expressão, e Lowenthal (1985; 1987), dirigem justamente as suas críticas, sobretudo o primeiro, aos processos de patrimonialização dos vários espaços urbanos desindustrializados na década de 80, caracterizando-os como uma reacção à decadência industrial britânica e desvalorizando o interesse público por essa preservação do passado como exemplo do poder das indústrias de entretenimento. A diferença histórica dos processos de industrialização de ambos os países, e a abundância dos respectivos “vestígios”, explicará, em parte, os dois pontos de vista.

¹⁰³ Para uma abordagem do fado como expressão cultural do quotidiano do bairro de Alfama e da identidade alfamista, bem enraizada nas redes de sociabilidade - as “colectividades” - daquele contexto urbano, cf. (Costa e Guerreiro, 1984).

Ao nível dos indivíduos, a generalidade destas associações propiciam a integração social, reforçam as identidades, possibilitam a cooperação, mas não desenvolvem grandes competências simbólicas, profissionais ou políticas, excepto ao nível do pessoal dirigente... [além de que] a contribuição para o debate na esfera pública é genericamente fraca (Viegas, 2004: 42/s).

Outros autores, no entanto, (Van Deth, 2007; Teorell *et al*, 2007), com base na análise comparativa entre 12 países europeus, apresentam uma versão menos severa para Portugal no que respeita as várias formas como “os cidadãos concretizam o ideal de democracia” (Van Deth, 2007: 7). Adiante, retomaremos a questão.

Vale a pena, no entanto, deixar claro que, ao contrário do associativismo operário com origem na segunda metade do século XIX, quer o associativismo popular exclusivamente dedicado às práticas culturais e recreativas, quer o associativismo de causas que expressa defesa de novos valores e direitos, como o ambiente e o património, não têm merecido a atenção académica suficiente para acerca dele dispormos de uma visão global, cronológica, tipológica e sistemática sobre os efeitos políticos das suas práticas. Exceptua-se, até certo ponto, a atenção dada ao movimento social ambientalista cuja origem e institucionalização, apesar de mais tardia na sociedade portuguesa do que os movimentos e acções de grupos de defesa do património, beneficiou, como acima se referia, a partir dos anos de 1987, de um enquadramento legislativo e político-administrativo que colocou as preocupações e interesses desses grupos definitivamente na agenda política e na agenda das ciências sociais (Almeida *et al*, 2000, 2004). Sobre esse processo de constituição do movimento ambientalista na forma actual de organizações não-governamentais é justo salientar os trabalhos pioneiros de Nave (1997), Nave e Fonseca (2000) e Nave (2001).

Quanto às associações culturais e recreativas, apesar do trabalho, igualmente pioneiro na matéria, que apontava para a sua perda de dinamismo e concomitante detecção de novas experiências associativas relacionadas com novos sectores da área cultural, “de carácter reivindicativo” e propensas a alargar “o terreno das lutas sociais” (Viegas, 1986: 108), a insuficiência de produção sociológica sobre a evolução do associativismo moderno em Portugal não parou de se acentuar. Uma década depois, em 1997, tomando como objecto de análise o contexto empírico de cineclubes locais, mostrava-se como nas sociedades contemporâneas as associações

culturais não são apenas populares ou de bairro, são agora também “associações para-públicas ou municipais” [que funcionam como] “actores políticos que dão forma às políticas culturais dos municípios” (Azevedo, 1997: 150), ao mesmo tempo que se insistia no persistente défice teórico e empírico na abordagem desta temática em Portugal (Azevedo, 1997).

Finalmente, que não têm sido nem suficientes, nem regulares, os estudos sobre a evolução do associativismo na sociedade portuguesa e dos seus eventuais contributos para a qualidade da democracia é o que leva o autor da recolha bibliográfica “seleccionada e anotada do associativismo voluntário português/em Portugal”, até 2005, a afirmar:

Regista-se um certo défice quanto a inquéritos, estudos comparativos (concelhios, regionais, com outros países, etc.), estudos de maior fôlego e/ou de síntese, contemplando períodos cronológicos abrangentes, sub-sectoriais, concelhios, regionais ou de federações. Alguns temas são merecedores de maior investimento no futuro (movimentos sociais, cívicos e de minorias, ambiente, regionalismo, culturais sectoriais, etc.), dada a sua extrema relevância para a fundamentação das políticas públicas, a dinâmica sócio-cultural e o reforço da cidadania e da sociedade civil (Melo, 2007: 2).

Em 2003, procurávamos, nós próprios, através do *Inquérito às Associações de Defesa do Património*¹⁰⁴, suprir o défice de informação que estruturas de recolha de dados mais poderosas, como o Observatório das Actividades Culturais, ou, os organismos que o substituíram, não conseguiram afinal concretizar uma década depois. (Garcia *et al*, 2014)¹⁰⁵. Construído para dar conta da especificidade deste universo, também este Inquérito encontrou alguns escolhos. Nenhum deles, porém, impeditivo de conhecer e discutir melhor os horizontes circunscritos pela realidade

¹⁰⁴ Inquérito decorrido entre Setembro de 2002 e Junho de 2003.

¹⁰⁵ A dificuldade de sistematizar dados empíricos sobre este universo, estabilizando-os num quadro de referência, assume-a o estudo mais recente sobre o assunto, no qual continua a afirmar-se:

“No que diz respeito ao envolvimento dos portugueses no associativismo cultural, os dados disponíveis não se reportam à actualidade e são dispersos, pelo que obviamente não é possível a construção de séries de longa duração” (Garcia *et al*, 2014: 144).

associativa e a acção colectiva de defesa do património. São esses resultados que vamos agora apresentar.

3.3. Associações de Defesa do Património em Portugal

Para discutir os resultados obtidos através do *Inquérito às Associações de Defesa do Património*, realizado em 2003, importa, antes de mais, situar este instrumento de observação no tempo e no quadro de preocupações que o saber desse tempo então pedia como objectivos de pesquisa.

Recapitulando, de forma breve, a agenda sociológica das duas últimas décadas do século passado definia-se, no quadro da nossa problemática, sobretudo pela pesquisa centrada em preocupações científicas que procuravam esclarecer os processos de modernização da sociedade portuguesa, em particular a relação entre desenvolvimento sócio-económico e construção do Estado-providência, no quadro mais geral de democratização do sistema político e aprofundamento do poder local (Cabral, 1993; 1995; 1997; 2000; Mozzicafreddo, 1989; 1997; 1998; Santos, 1994a; 1994b). Destes estudos, relevantes para a compreensão de mudanças estruturais na sociedade portuguesa, ressalta a convicção de que a análise dos processos de cidadania se concentrou sobretudo no desenvolvimento dos direitos políticos e dos direitos económico-sociais, adiando, de certa forma, o estudo de processos que se relacionam com a eclosão dos novos direitos, entre os quais se situam precisamente os direitos ambientais e culturais.

Apoiados em metodologias extensivas - inquéritos às condições sociais, práticas e valores sociais e políticos da população portuguesa -, mais tarde integrando redes europeias de investigação, propiciadoras de estudos comparativos entre os países ¹⁰⁶, os trabalhos em referência destacavam consistentemente não só défices ao nível do

¹⁰⁶ Tais como, por exemplo, as redes de inquéritos internacionais em que investigadores portugueses têm participado, a saber: *International Social Survey Program (ISSP)*, *European Values Study (EVS)*, *European Social Survey (ESS)*, *Citizenship, Involvement and Democracy (CID)*.

exercício da cidadania, mas também a distância entre a maioria da população e alguns segmentos sociais mais mobilizados, embora apontando para causas e explicações diferenciadas. Se a modernidade “inacabada” da sociedade portuguesa, sobretudo a “juventude” da democracia, pode explicar a atenção que foi votada àquelas dimensões da cidadania, o certo é que a presença de uma nova cultura política emergia também, para a qual os trabalhos de Inglehart, sob o paradigma dos valores e das práticas políticas pós-materialistas, de há muito haviam chamado a atenção (Inglehart, 1977; 1997).

De facto, outros estudos, começavam a aferir em que medida a crescente sensibilidade aos valores ambientais e patrimoniais afectaria, com capacidade para melhorar as estruturas de poder e os processos de decisão, os padrões de cultura e participação políticas em Portugal (Almeida *et al*, 2000; Gonçalves *et al*, 2001; Lima e Reis, 2001; Lima e Guerra, 2004, 2004a; Nave, 2000). Pesquisas, todavia, insuficientes para contabilizar com rigor os ganhos de cidadania a esse respeito alcançados. Tanto mais insuficientes quanto nos concentrávamos na área do património cultural, cujas questões, confinadas à História, História da Arte e Arquitectura, mereciam menos atenção por parte da Sociologia, atraída pela maior visibilidade social das questões ambientais.

Em termos simples, necessariamente redutores, poderíamos concluir que do lado da modernização social a fase em que se encontrava a sociedade portuguesa orientava a atenção para os processos de desenvolvimento económico e social através da construção do Estado-providência, acentuando as dimensões da cidadania que se organizam para a intervenção no e do Estado e nas políticas sociais, enquanto do lado da modernização cultural, para além do interesse pela sobrevivência das culturas populares (Costa, 1999), se salientavam as pesquisas sobre os processos de democratização da cultura, desenvolvendo análises sobre a transformação e renovação dos públicos e consumos culturais, dos contextos de transformação da mediação cultural, da modernização dos equipamentos culturais (Santos, 1995; 1998; Pinto, 1995; Lopes, 1998), ou, ainda, sobre a percepção e construção da cidade moderna a partir da diversidade das culturas urbanas (Fortuna, 2002).

Por outras palavras, dispúnhamos de um acervo de trabalhos sobre cultura popular, cultura urbana, alta cultura, a que pertencem áreas do património, embora na base de perspectivas que escassamente integram o ponto de vista da cidadania cultural, isto é, enquanto conjunto de práticas que não visem apenas aumentar

o auto-conhecimento ou o entretenimento de quem as pratica proporcionado pelo alargamento das políticas culturais, mas que possam ter efeitos políticos colectivos, quer pela via da pressão ou influência nas decisões governamentais, quer pela contribuição para a robustez cívica da sociedade ou da comunidade. Nas acções de defesa do património, sob a forma de movimentos, associações, mobilização dos cidadãos, estão em causa, precisamente, bens culturais simbólicos de interesse público que exigem intervir também de forma pública e colectiva.

Era este o nosso ponto de partida. Estudar as dimensões político-culturais da cidadania exercida sobre o património, para as quais nos deparávamos com a escassez, senão mesmo a ausência, de estudos aprofundados. As organizações, especificamente orientadas para acções de defesa do património, eram agora o nosso objecto de pesquisa.

Beneficiando do *Inquérito às atitudes dos Portugueses sobre o património, 2000*, (Reis, 2004), e da pesquisa preliminar, com base no *Inquérito aos Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa* (Lima e Reis, 2001), cujos resultados se reexaminam neste trabalho, lançávamos o *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*. Dos anteriores inquéritos recolhêramos o quadro das atitudes e disposições dos portugueses face aos diversos tipos de bens patrimoniais, entre as quais, as formas de empenhamento cívico e político a esse respeito desenvolvidas.

Com o *Inquérito às Associações* procurava-se construir o quadro sócio-político do associativismo de defesa do património, identificando os seus contextos de intervenção, as formas de organização e acção, os meios de intervenção, objectivos, financiamento, organização interna, e valores simbólicos relevantes associados às acções de preservação. Os principais indicadores de medida da participação e do envolvimento associativo acompanharam os modelos de classificação ou as modalidades de participação política disponíveis e testados nos inquéritos internacionais referidos, beneficiando ainda de alguns dos contributos portugueses que integraram esses inquéritos (Cabral, 1997; 2000; Viegas, 2004). Apraz registar que a leitura crítica que então fazíamos dos resultados proporcionados por esta metodologia de investigação - necessária e inevitável, mas relativamente incongruente com outras observações no terreno de pesquisa (Reis, 2004) -, beneficia agora de melhor fundamentação, graças a trabalhos posteriores de revisão conceptual sobre as transformações no universo participativo e à sua integração nas pesquisas sobre a participação associativa em

Portugal (Cabral, 2008; Viegas, 2010). O último capítulo desta dissertação fará eco dessa discussão.

3.3.1. A instabilidade do universo associativo

Antes de discutir os resultados do Inquérito realizado, impõem-se ainda algumas considerações de natureza metodológica relativas ao processo de recolha de informação proporcionado pelo instrumento de observação que agora privilegiamos. Considerações metodológicas, como se verá, que se traduzirão em indicadores da instabilidade destas associações e na dificuldade de fixar o seu universo real.

Desde logo, a pesquisa sobre o universo das associações a inquirir revelou as dificuldades esperadas face ao carácter pioneiro do estudo, sem referências anteriores, estatisticamente sólidas. Os autores portugueses até agora referenciados sobre a matéria, quer nos trabalhos iniciais dos anos 90 – aqueles que tomámos como fonte para o Inquérito às Associações (Cabral, 1997; Mozzicafreddo, 1997) – quer os posteriores a essa data, até 2010 (Cabral, 2008; Viegas, 2004; 2010), não discriminam as associações de defesa do património. Presumimos, nestes trabalhos, que parte das associações de defesa do património tenham sido integradas no grupos das “associações desportivas, recreativas e culturais”, sobretudo as que actuam ao nível local, outra parte possa estar entre as associações que expressam adesão aos novos movimentos sociais (Viegas, 2010), noutros casos, o cálculo do índice de associativismo contabiliza a pertença indiferenciada a todos os tipos de associações, sindicais, profissionais, partidárias, cívicas, culturais, etc. (Cabral, 2008).

Em 1998, o INE publica, pela primeira vez, informação relativa às associações de cultura e recreio, com base no Inquérito *Associações Culturais e Recreativas*, 1995 (INE, 1998). A distribuição das Associações recenseadas por este Inquérito segundo a actividade desenvolvida permitiu contabilizar, para o país, a existência de 628 Associações de Defesa do Património Cultural. Significa que, no universo total de 3266 associações, 19.2% são associações que se dedicam à protecção e defesa do património cultural.

Quadro 1. Número de associações, segundo a actividade desenvolvida

Música	1155	Teatro	564
Dança	957	Divulgação cultural	852
Cinema e Fotografia	266	Artes Plásticas	98
Defesa do Património Cultural	628	Artesanato	268
Leitura e Edição	990	Actividades Desportivas	1870
Ensino/Formação	1465	Outras Actividades Lúdicas	2161
		Outras Actividades	759

Fonte: INE, Associações Culturais e Recreativas, 1995

Simultaneamente, é no Norte e no Centro que se localiza a maior parte destas associações, concentrando mais de metade do total (64%). A região de Lisboa e Vale do Tejo regista cerca de ¼ da actividade associativa relativa à defesa do património cultural, enquanto as restantes regiões registam os valores mais reduzidos – em conjunto, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas não vão além de 11% do total do país.

Quadro 2. Número de associações de Defesa do Património Cultural, por Região

Norte	216	34.4
Centro	187	29.7
Lisboa e Vale do Tejo	154	24.5
Alentejo	38	6.0
Algarve	14	2.2
R.A Açores	8	1.2
R.A. Madeira	11	1.7
TOTAL	628	100.0

Fonte: INE, Associações Culturais e Recreativas, 1995

Tão elevado número de Associações de Defesa do Património Cultural não foi identificado na nossa pesquisa. De facto, com base no Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPN), do Ministério da Justiça (no qual devem constar todas as associações com existência jurídica), pesquisadas todas as associações cujos Códigos da

Actividade Económica (CAE/INE) as diferenciavam em Associações Culturais e Recreativas, Associações de Defesa do Ambiente e Outras Actividades Associativas foram recenseadas 180 Associações de Defesa do Património, às quais corresponde o mesmo número de Inquéritos enviados.

A construção deste conjunto para inquirição resultou ainda do cruzamento com outras fontes de informação, tais como IPAMB-Instituto de Promoção Ambiental, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Confederação das Associações de Defesa do Ambiente, Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas, para além de diversos sítios na Internet contendo ficheiros de informação sobre actividades associativas relacionadas com a defesa do património. Consideraram-se apenas, como universo de inquirição, as associações que identificavam na sua designação os termos de património cultural ou histórico e natural – que são a maioria -, tendo sido excluídas todas as que expressamente apenas referenciavam a designação de cultura e recreio e/ou de património natural ou ambiental. A realização do *Inquérito às Associações de Defesa do Património* efectuou-se mediante a utilização de um questionário escrito impresso e destinado ao auto-preenchimento, enviado por correio e acompanhado de um envelope RSF para a resposta gratuita.

Quadro. 3 Taxa de resposta

Inquéritos enviados		Inquéritos não devolvidos		Inquéritos invalidados		Inquéritos validados	
N	%	N	%	N	%	N	%
180	100.0	111	61.6	19	10.5	51	27.9

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Foram recebidos 69 Inquéritos (38%), tendo sido invalidados 19 (4, por respostas incompletas; 1 por recusa; 14 devolvidos por morada desconhecida). São 111 o total de Inquéritos não devolvidos, após reenvio, 101 dos quais não foram contactados por telefone ou endereço electrónico por inexistência desse elemento de informação. A

análise do *Inquérito às Associações de Defesa do Património* terá, assim, por base os resultados obtidos pelas respostas a 51 Inquéritos recebidos e validados ¹⁰⁷.

Estamos, pois, longe do universo de associações construído pelo INE, bem como do universo de que, nós próprios, partíramos. Todavia, o referido documento do INE admite que quer as características das unidades inquiridas, quer o carácter piloto do estudo “são factores que contribuem para que não seja possível, ainda, considerar estabilizado o universo de inquirição” (1995: 3). No que às associações de defesa do património diz respeito, há razões para supor que tal universo se ache inflacionado quanto à sua actividade principal ou quanto ao seu papel activo no desempenho dessa actividade. De novo, citando o referido documento, sabe-se que “as associações portuguesas se caracterizam pela diversidade de actividades desenvolvidas, uma vez que raramente se limitam a uma única actividade: em média, cada associação dedica-se a 4 actividades” (1995: 15, sublinhado no original).

Apesar dos esforços, atingir o universo real destas associações era uma dificuldade esperada. Em primeiro lugar, pela natureza local, espontânea, multi-sectorial de muitas destas associações constituídas no início dos anos 80, que se reformulavam à medida que também se reviam as concepções sobre o património, em muitos casos, acrescentando-se essa dimensão às associações culturais existentes. Algumas não chegaram a adquirir estatuto jurídico, o que torna mais opacos os caminhos para a sua pesquisa¹⁰⁸. Em segundo lugar, salientam-se as ambiguidades legislativas acerca da separação entre o património cultural e o ambiental e, por sua vez, as discrepâncias entre essa separação legal e a fusão operacional de ambas as dimensões que muitas associações perfilharam. Como salientam vários juristas, contrariamente à maior parte das legislações europeias, o património cultural em Portugal ficou dissociado do

¹⁰⁷ Apenas recentemente, em documento de 2010 (Caninas, 2010), tivemos conhecimento de um Inquérito às associações de defesa do património, publicado em 1997 pela revista *Al-madan*, do Centro de Arqueologia de Almada, anteriormente referidos, que obteve uma taxa de resposta de 32% para um universo de 142 associações. Embora semelhante, o universo não é comparável com o do nosso próprio Inquérito de 2003, uma vez que aquele abrange associações ambientais e o nosso contempla associações com origem mais recente ou que não estavam representadas no inquérito promovido pela revista.

¹⁰⁸ Recorde-se, a este propósito, vários depoimentos e referências bibliográficas anteriores que atestam o voluntarismo de muitas associações locais que não adquiriram estatuto jurídico ou a impossibilidade de constituição de estruturas federativas como as que se desenvolveram na área do ambiente.

património natural, embora o direito do património cultural se ache relacionado com outros ordenamentos jurídicos sectoriais como o ambiente, urbanismo, turismo, etc. (Miranda, 2006; Nabais, 2000). A ambiguidade a que nos referimos resulta do facto de a Lei de Bases do Património de 2001 ter consagrado essa dissociação, embora o Art.º 10 dessa mesma lei defina como estruturas de defesa do património cultural as associações que se dedicam a ambos os tipos de bens, culturais e naturais.

Em suma, muitas associações que mantêm na sua designação as duas categorias de património, na sua acção prática contemplam apenas uma das modalidades, sendo o inverso também verdadeiro, apesar de programaticamente, quase todas proclamarem uma perspectiva unitária do património ¹⁰⁹. Para nos cingirmos a um único exemplo, a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, fundada em 1983, para além de inteiramente fazer jus à sua designação, dedicando-se ao estudo e divulgação da arquitectura e dos monumentos militares portugueses, promove debates, congressos e visitas de estudo a variados espaços patrimoniais, tendo-lhe sido atribuída pelo Instituto do Ambiente, precisamente em 2003, o estatuto de ONG de Interesse Ambiental e, em 2008, o estatuto de associação de Utilidade Pública. Ouçamos o seu presidente que traça com clareza a evolução programática e estatutária desta associação:

A nossa associação era uma ideia que copiava associações de castelos de outros países europeus (...) em 1980, havia uma grande tensão dentro das Forças Armadas, alguns oficiais, como o Salgueiro Maia, acolheram-se a esta área cultural, é uma associação onde há patriotismo, mas não nacionalismo, nem é elitista, tem o sentido tranquilo de pátria, hoje somos 3500 associados, mas naquela altura, começámos a fazer acções, que agora estão correctas, que foram as visitas em todo o país, - porque a população até essa altura não se deslocava, não conhecia o seu próprio país -, então começamos a fazer viagens de estudo com grupos dentro de Portugal e era tão interessante que os presidentes das

¹⁰⁹ De acordo com João Caninas, antigo dirigente do GEOTA, actualmente presidente da assembleia geral da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA):

“O espaço físico do património cultural e o espaço físico do património natural são o mesmo espaço e portanto é natural que, quando estamos a falar de intervenções específicas, as nossas acções se encontrem e se casem nesse mesmo território, o território do ambiente e o território do património...no conceito geral de ONGs, temos muitas associações que são verdadeiramente de património cultural e no ambiente enquadram-se também as associações conservacionistas, as de defesa do património cultural”, TSF, *Encontros com o Património*, 15/01/2011.

autarquias recebiam-nos... [mais tarde], fizemos uma adequação dos nossos estatutos, porque a palavra ‘ambiente’ só começou a ser divulgada duas décadas depois de 74, nos anos 90 é que começa a aparecer nos jornais ¹¹⁰.

O facto, anteriormente referido, de a Lei de Bases do património, através das sucessivas rectificações regulamentares, sobretudo a partir da Reforma Administrativa de 2006 (PRACE), não ter nunca verdadeiramente regulado e apoiado o associativismo cultural e profissional nesta área, minimizando progressivamente a sua representatividade no Conselho Nacional de Cultura, órgão consultivo da tutela, apesar do articulado legislativo determinar o contrário¹¹¹, inviabilizou certamente a existência de registos nacionais das associações de defesa do património ou, pelo menos, não contribuiu para o seu incentivo.

Em 2008, tal como referido, a progressiva perda de importância dos órgãos consultivos mereceu um protesto geral, organizado por várias associações que se constituíram em Plataforma pelo Património Cultural (PP-CULT), e, em 2012, o ICOM publicava na sua página oficial outro protesto, acusando de “governamentalização e centralização” a orgânica do património cultural e dos museus ¹¹². A complexa tarefa de delimitação do campo das associações está ainda correlacionada com a inexistência de mecanismos jurídicos ou fiscais de apuramento sobre a interrupção ou o encerramento das actividades associativas (Gomes *et al*, 2006: 85). Problemas, cujos contornos passamos a esclarecer.

A nossa pesquisa, através de um pequeno conjunto de entrevistas exploratórias, na preparação e no controlo do inquérito, detectou a existência de associações que não estavam “preparadas” para responder a um inquérito especificamente elaborado para identificar e quantificar acções e estratégias de intervenção, permanente e colectivamente organizada, para a recuperação, promoção e

¹¹⁰ Francisco de Sousa Lobo, TSF, *Encontros com o Património*, 15/01/2011.

¹¹¹ Para além dos decretos regulamentares e rectificações anteriormente referidos, cf. o Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março; os Despachos n.ºs 3253/2010 e 3254/2010, de 11 de Fevereiro; o Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de Setembro; a Declaração de Rectificação n.º 46/2013, de 28 de Outubro.

¹¹² Cf. Boletim ICOM.PT, n.º17, (Jun-Ago2012),
http://www.icom-portugal.org/boletim_icom,156_lista.aspx

divulgação do património cultural. Embora, circunstancialmente, em situações de urgência, pudessem corporizar tais actividades. Outras associações não chegaram a devolver o inquérito devidamente preenchido por considerarem que, apesar de o mesmo cabalmente se dirigir às actividades programaticamente definidas nos seus estatutos, a insuficiência de associados activos inviabilizava a prática regular de acções de protecção e divulgação do património. Umhas quantas também referiram que o seu âmbito local de actuação não conferia abrangência suficiente para dedicação a tempo inteiro ao património, pelo que as suas acções se repartiam por outras actividades culturais. Outras, ainda, apesar de manterem existência jurídica, encontravam-se desactivadas, tendo-se obtido resposta ao inquérito, em alguns casos, graças ao facto de os seus dirigentes desempenharem funções em congéneres recém-nascidas (que tinham escapado ao nosso recenseamento) ou no espaço público local, aí vendo reconhecido o seu trabalho de mobilização associativa em torno da defesa do património.

A instabilidade deste universo não desenha somente dificuldades metodológicas. Coloca, ao mesmo tempo, desafios à reflexão sociológica.

A instabilidade não advém, de facto, apenas do défice de informação estatística, que é considerável, mas igualmente da própria natureza organizacional, quantas vezes fluída e informal, permeável a relações de interconhecimento e interajuda, outras vezes baseada numa pequena estrutura, altamente profissional, com competência para intervir no espaço público e mobilizar com celeridade outros associados ou colaboradores esporádicos de iguais competências. Por outras palavras, embora possa existir uma estrutura formal, baseada numa hierarquia de poderes e competências, assistida por um quadro de normas, como é próprio de qualquer estrutura organizada, a verdade é que a maior parte das associações de defesa do património, em virtude da sua composição social – elevados níveis de escolaridade e especialização profissional em áreas do património ou afins – acabam por conferir elevada autonomia individual dentro das actividades associativas. Por último, a dependência financeira e em recursos humanos, esta última maioritariamente sustentada na participação de associados ou colaboradores em regime de voluntariado, explicarão ainda o universo flutuante destas associações.

Os factores, acima delineados, que concorrem para definir a estrutura organizacional das associações de defesa do património são provavelmente os mesmos que estarão na base da relativa desadequação dos indicadores usualmente aceites na literatura especializada, utilizados nos inquéritos internacionais (que também

adoptámos) para medir o grau de participação associativa e a mobilização política dos cidadãos. Adiante, se discutirá o problema.

Dos vários depoimentos que recolhemos a propósito do funcionamento das associações, o conteúdo da afirmação que a seguir se transcreve se ilustra exemplarmente os últimos raciocínios, é ainda demasiado importante para que a ele, mais tarde, não voltemos.

A Associação que recebeu o vosso Inquérito existe há 6 anos mas praticamente não tem impacto nenhum, praticamente existia só com a finalidade de cativar verbas, estava muito ligada politicamente, partidariamente à Câmara Municipal, e como eu era o vice-presidente dessa associação, o vosso inquérito acabou por vir parar aqui à minha gaveta, como essa associação já não funcionava, eu que sou o sócio fundador da comissão instaladora desta nova associação, respondi-vos por esta via (Entrevista A05).

Significativa é também o que poderíamos designar por alta, ou, mesmo elevada, taxa de mortalidade deste tipo de associações. Essa taxa, no entanto, ao contrário do que deixaria supor, exprime simultaneamente renovação e vitalidade junto dos contextos sociais que elegem as questões do património como oportunidades para o exercício da cidadania.

Tivemos que fazer esta nova associação porque a que existia, infelizmente não soube dar qualquer relevância, nem significado à descoberta de tão importante património...num momento em que o país inteiro discutia... [a associação existente] não teve qualquer impacto, não interferiu em nada. (Entrevista A02)

Pese embora, como até agora denunciámos, as dificuldades em estabilizar o universo das associações de defesa do património, admitimos como mais provável o universo por nós seleccionado, correspondente a 180 associações, se, como é o caso, o principal critério foi o de identificar as associações cuja actividade principal ou exclusiva é a de gerir questões ligadas ao património cultural e natural. Por outro lado, se não é baixa a taxa de respostas – 38,4% -, comparativamente à média obtida pela maioria dos estudos baseados em inquéritos por questionário, enviados por correio e

destinados ao auto-preenchimento, que se situa geralmente em 20%, não podemos negligenciar o facto de estarmos perante resultados que incidem sobre uma amostra de 51 associações. Tecnicamente, como se sabe, tal não autoriza à extrapolação dos resultados para o universo. Em todo o caso, com base no critério do número de sócios individuais, não será errado pressupor que tenhamos obtido resposta de algumas das maiores associações portuguesas ligadas à defesa do património cultural, por isso, também das mais representativas das práticas associativas neste sector.

Quadro. 4 Número de sócios individuais

N.º de sócios individuais	n	%
Menos de 100	6	11,8%
101-300	20	39,2%
301-500	7	13,7%
Mais de 500	12	23,5%
NR	6	11,8%
Total	51	100,0%

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Com efeito, cerca de 76% das associações que responderam ao inquérito têm mais de 100 associados, das quais 37,2% conta com mais de 300 sócios. Em alguns casos, há associações que registam mais de 1000 associados.

Deste modo, em atenção às condicionantes anteriormente recenseadas, a análise de resultados que a seguir se apresenta exige cuidados metodológicos na leitura sobre o papel do associativismo na construção deste novo espaço de cidadania que configura práticas de protecção, gestão e valorização do património cultural, mas não inviabiliza, como se verá, o desenho de tendências, o traçado de caminhos a prosseguir na análise a que nos propusemos sobre processos mais recentes, e menos conhecidos, de modernização da sociedade portuguesa.

3.3.2. Associações de Defesa do Património: Associados e Dirigentes

O processo de patrimonialização, que desenvolvemos em capítulo anterior, deixou clara a plena integração da sociedade portuguesa nesse movimento europeu, embora contando com ligeiro desfasamento temporal e com as especificidades do seu património e das medidas de protecção e regulação adoptadas pelas estruturas político-administrativas da tutela.

Vários autores destacam as décadas de 70 e 80 como o período de maior visibilidade deste movimento (Andrieux, 1997; Cleere, 1986; Vergo, 1989; Walsh, 1995), embora alguns detectem as suas origens nos primórdios do século XX (Choay, 1996; Nora, 1986; Riegl, 1984) e outros, ainda, sublinhem que “o património só interessa verdadeiramente à opinião pública depois dos anos 80 e só suscita a atracção das massas depois de 1990” (Bachoud *et al*, 2002: 10). Para o caso que, em particular, nos interessa – as associações de defesa do património, enquanto um dos actores fundamentais deste processo -, vale a pena sublinhar a clareza com que em Portugal se desenha o movimento de adesão aos valores de protecção do património, consubstanciado no crescimento da organização associativa neste sector. Como se verifica, o crescimento destas associações parece ser continuado e progressivo desde os anos 80, mostrando sintonia com o movimento europeu, o que leva a pressupor, pelos valores atingidos nos anos mais recentes, que não se terá ainda esgotado o espaço para o acolhimento de mais organizações nesta área.

Quadro. 5 Ano de fundação da associação

Ano de fundação	n	%
Até 1970	3	5,9%
1971 - 1980	11	21,6%
1981 - 1990	15	29,4%
1991 - 2002	18	35,3%
NR	4	7,8%
Total	51	100,0%

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Por todo o país, embora com maior saliência nas regiões do Norte, Centro e Lisboa, e de acordo com a tendência igualmente registada pelo INE (1995), se

observa a sua actividade. Simultaneamente, a maior parte das associações define o seu âmbito de actuação como sendo de carácter regional ou local, o que testemunha bem o efeito do alargamento da noção de património e que, em Portugal, tem nomeadamente tradução no aumento, verificado nos últimos anos, do desenvolvimento da arqueologia e respectiva valorização dos seus achados, a par da explosão dos patrimónios locais, em muitos casos tipificando memórias da sociedade rural em acelerada extinção, mas também de arquitecturas, sítios e paisagens que agora configuram o *heritage boom*.

Quadro. 6 Origem geográfica da associação

Local de origem (Região)	n	%
Norte	14	27,5%
Centro	15	29,4%
Lisboa e Vale do Tejo	11	21,6%
Alentejo	7	13,7%
Algarve	3	5,9%
Região Autónoma dos Açores	1	2,0%
Total	51	100,0%

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

A estrutura da origem geográfica das associações – vale a pena sublinhá-lo – não recobre a limitada visão dos interesses locais. A provar que os interesses e as actividades destas associações se situam no plano do bem comum ou dos bens públicos atestam-no, precisamente, algumas classificações do património dessas áreas na categoria de Património Mundial, a par de outras classificações de âmbito nacional, que muito se devem ao trabalho de investigação e divulgação de associações que operam ao nível regional.

Como havia sido realçado pelo estudo do INE referido, o associativismo nacional, nos diversos sectores de actividade analisados, exprime uma grande dependência do trabalho voluntário dos seus associados, sendo nessa qualidade que 90% dos que trabalham nestas organizações prestam serviços (1995: 17).

É também essa a situação detectada pelo nosso inquérito cujos dados revelam a importância da participação dos associados no funcionamento das respectivas associações, quer seja sob a forma de quotização dos sócios, referida em 86.3% das

respostas, quer seja sob a forma de prestação de trabalho voluntário, assinalado em cerca de 73% das respostas.

Quadro. 7 Âmbito geográfico de actuação

Âmbito geográfico de actuação	Nº	%
Nacional	6	11.7
Regional	23	45.09
Local	20	39.2
NR	2	3.9
Total	51	100.0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

No entanto, como se observa, pela leitura do Quadro 8., não são despidiendos outros recursos e formas de financiamento, com destaque para a contribuição da Administração Local no apoio financeiro e logístico a estas associações. O papel das autarquias, a par do desempenhado pelo voluntariado, revela de facto ter uma função primordial na organização de acções e interesses voltados para a protecção do património cultural, representando cerca de ¼ do total dos dois principais recursos apontados pelas associações. Dados posteriores confirmam a relação entre o crescimento do número de associações de defesa do património e o investimento autárquico no património de interesse municipal, desde os anos 80 e 90, enquanto instrumento de desenvolvimento local. De 1986 a 2003, aumentaram as despesas municipais com o sector cultural, assumindo relevância a recuperação de monumentos, museus, publicações de divulgação e actividades de animação de espaços patrimoniais (Neves, 2005: 31), salientando-se, na estratégia autárquica, o privilégio concedido às associações culturais, em particular as dedicadas à área do património, que em 2006 representavam 22% do total deste tecido associativo (Neves, 2005; Gomes *et al*, 2006: 86).

Quadro. 8 Fontes de financiamento/recursos da associação

Fontes de financiamento/recursos da associação	n	%
Quotização dos sócios	44	86,3%
Trabalho voluntário	37	72,5%
Mecenato (ou apoio logístico/financeiro de particulares)	24	47,1%
Administração Central	19	37,3%
Administração Local	36	70,6%
Candidatura a fundos estruturais (nacionais ou internacionais)	24	47,1%
Prestação de serviços	22	43,1%
Organização de encontros, colóquios, conferências	17	33,3%
Organização de jogos, espectáculos	7	13,7%
Outras fontes de financiamento/recursos da associação	11	21,6%

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Regionalmente, porém, existem pequenas diferenças na captação ou utilização dos vários tipos de financiamento ou recursos mobilizados por estas associações (Quadro 1 em Anexo). Enquanto as associações da região Norte apresentam a maior percentagem em quotização dos sócios e trabalho voluntário (50%), na região de Lisboa e Vale do Tejo, o maior peso recai na comparticipação da Administração Local (36,4%) e na capacidade própria das associações desta região para captar financiamento através da sua capacidade para prestar serviços na área da recuperação e divulgação do património (27,3%). As associações da região Centro revelam maior equilíbrio na distribuição de recursos provenientes da quotização de sócios, da Administração Local ou de candidaturas a fundos estruturais.

Quadro. 9 Principais fontes de financiamento/recursos da associação

	Principal fonte de financiamento/recursos		Segunda fonte de financiamento/recursos		Terceira fonte de financiamento/recursos	
	n	%	n	%	n	%
Quotização dos sócios	9	17,6	9	17,6	6	11,8
Trabalho voluntário	6	11,8	10	19,6	2	3,9
Mecenato (ou apoio logístico/financeiro de particulares)	2	3,9	3	5,9	10	19,6
Administração Central	6	11,8	3	5,9	5	9,8
Administração Local	13	25,5	12	23,5	3	5,9
Candidatura fundos estruturais (nacionais ou internacionais)	8	15,7	3	5,9	2	3,9
Prestação de serviços	4	7,8	5	9,8	4	7,8
Organização de encontros, colóquios, conferências			1	2,0	2	3,9
Organização de jogos, espectáculos	1	2,0			4	7,8
Outros	1	2,0	2	3,9	6	11,8
Não refere	1	2,0	3	5,9	7	13,7
Total	51	100,0	51	100,0	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Sem dúvida, que o volume e o perfil sociológico dos praticantes destas associações, na qualidade de sócios ou de colaboradores voluntários não associados, seria um precioso auxiliar para a análise e avaliação do contributo que estas formas de organização social desempenham no alargamento das formas de exercício da cidadania em Portugal, assim permitindo antecipar a importância com que estes movimentos se inscrevem nas práticas políticas das sociedades contemporâneas. Cálculos realizados para outros países, onde os movimentos pela preservação do património tiveram lugar um pouco mais cedo, permitem, por exemplo, estimar que, em Inglaterra, no princípio dos anos 90, 1 em cada 10 pessoas seria membro de uma organização ambiental ou do património (Urry, 1998: 60) ¹¹³.

Na ausência de financiamento que suportasse a investigação sobre esta dimensão do problema, recolhemos todavia, no âmbito do Inquérito realizado, alguns dados sobre o perfil dos dirigentes das associações de defesa do património ¹¹⁴ que

¹¹³ Para Portugal, de acordo com os estudos de (Viegas, 2004; 2010) e (Cabral, 2008) para a totalidade da população, com base em índices de participação associativa semelhantes, embora, no caso do primeiro autor, operacionalizando apenas o indicador de pertença associativa, as conclusões não se afastam dos baixos índices de participação, sobretudo para as associações de causas pós-materialistas ou que expressam movimentos sociais, onde presumivelmente se incluíam as associações de defesa do património.

¹¹⁴ O Questionário enviado às associações foi acompanhado por uma carta, dirigida aos respectivos Presidentes, explicando os objectivos do projecto de investigação em que se

ajudarão, por outra via, a equacionar alguns aspectos relativos não apenas à organização e gestão específicas destas associações, mas também à sua articulação com outras dinâmicas sociais emergentes. Deste modo, para além da forte masculinização destas associações, no que respeita aos órgãos de direcção – apenas 9.8% são dirigidas por mulheres (Quadro. 2 Anexo) – estamos perante um grupo social que em cerca 50% dos casos se apresenta na faixa etária entre os 31 e os 50 anos, ou seja, em plena idade activa, revela os mais elevados graus de escolarização (cerca de 73% possui diploma do Ensino Superior), e protagoniza maioritariamente, em cerca de 61% dos casos, situações de classe associadas às mais altas qualificações técnico-científicas e profissionais, quer seja na condição da “nova burguesia assalariada”, quer seja na condição da “grande ou média burguesia proprietária”.

Quadro.10 Idade

Idade	n	%
18 a 30 anos	8	15,7
31 a 40 anos	12	23,5
41 a 50 anos	14	27,5
51 a 60 anos	8	15,7
Mais de 60 anos	5	9,8
NR	4	7,8
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

É, em todo o caso, o sector das designadas profissões liberais e também das profissões ligadas ao ensino secundário e superior que têm, como se sabe, associado o mais elevado capital escolar, que constitui a principal fonte de recrutamento dos dirigentes destas associações. Do conjunto das actividades profissionais exercidas pelos

integrava, as entidades que o suportavam logística e financeiramente, bem como o conjunto de instruções para o respectivo preenchimento. Solicitava-se, ao mesmo tempo, que o questionário fosse exclusivamente preenchido pelo Presidente, ou, em caso de total impossibilidade, por alguém da Direcção que nessa qualidade o substituísse, reservando para o final do Questionário, um conjunto de perguntas que visava recolher informação sobre o seu perfil sociológico.

Presidentes destas associações, 46% abrangem docentes do ensino básico, secundário e superior, historiadores, arquivistas, conservadores de museu, arquitectos e antropólogos.

Quadro. 11 Nível de instrução

Nível de instrução	n	%
Ensino primário	1	2,0
Ensino secundário incompleto	1	2,0
Ensino secundário completo	9	17,6
Ensino superior incompleto	2	3,9
Ensino superior completo	37	72,5
NR	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Quadro. 12 Classe social ¹¹⁵

Classe social	n	%
Grande/média burguesia	14	27,5
Nova burguesia assalariada	17	33,3
Salariado terciária	6	11,8
Pequena burguesia tradicional	2	3,9
Trabalhador manual independente	1	2,0
Salariado manual	1	2,0
NR	10	19,6
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

É nítida a convergência entre os saberes profissionais e as actividades associativas desenvolvidas, de certa forma espelhando a autoridade técnico-científica dos peritos, cujo poder na formação das decisões políticas das sociedades contemporâneas tem sido enfatizado, com desiguais ilacções, por vários autores (Beck, 1999); Habermas, 1996b). Sem aprofundar as ambivalências deste processo, no sentido em que se a explosão de associações e ONGs testemunha a vitalidade democrática das

¹¹⁵ A construção desta grelha de classes resultou da combinação de duas variáveis, a profissão e a situação na profissão, de acordo com os procedimentos utilizados por Cabral (1998), a partir da conversão das categorias socioprofissionais em classes desenvolvida por Golthorpe (1993).

sociedades, também a pode enfraquecer, por contribuir para a solução dos problemas colectivos de forma tecnocrática (Burns, 2004) ou por opacidade na delimitação dos níveis institucionais onde actuam (Cabral, 2011), importa realçar, a propósito, como a influência de especialistas do património atingiu alguns processos de tomada de decisões políticas sobre questões controversas do património.

Apesar da polémica científica sobre a datação das gravuras rupestres de Foz Côa, como fundamentação essencial para estabelecer a sua antiguidade histórica, foi o parecer técnico que prevaleceu e impôs o dever de protecção. Também prevaleceu a defesa de *Bracara Augusta* em oposição ao desenvolvimento baseado em projectos imobiliários, embora, dado o dinamismo urbano e demográfico da região e a ausência de partilha de perspectivas sobre a modernização da cidade, os conflitos entre a associação que defendeu aquele projecto e os poderes camarários não tenham cessado. Mais recentemente, a controvérsia entre conservadores de museu e arquitectos sobre a nova localização do Museu dos Coches, a partir de um projecto arquitectónico de raiz, investido de museu moderno e projectando na cidade uma nova filosofia da monumentalidade, deixou em perda os primeiros que defendiam, em troca, a reabilitação de outros museus da cidade¹¹⁶. Pelo menos, podemos concluir, “a soberania dos peritos compete com a soberania parlamentar ou popular” (Burns, 2004: 135).

A adesão a valores sociopolíticos pós-materialistas (ou com maior proporção desses componentes), subscrevendo preocupações sociais que tendem a privilegiar dimensões culturais da vida individual e colectiva, e revelam, por exemplo, sensibilidade a valores ambientais e patrimoniais, em detrimento de orientações predominantemente associadas ao bem-estar económico e à coesão social, traduzidas por interesses que se ancoram em valores de natureza materialista como a estabilidade salarial e do emprego ou a segurança¹¹⁷, eis outro traço característico deste grupo de dirigentes.

¹¹⁶ Sobre a polémica pública em torno do novo Museu dos Coches, cf. Siza Vieira, *Público*, 26/03/2009; Nuno Portas, Gonçalo Byrne, Siza Vieira, *Diário de Notícias*, 27/03/2009; *Carta Aberta da Plataforma do Património Cultural (PP- Cult) aos defensores do novo Museu dos Coches*, Luís Raposo (ICOM); João Neto, (APOM); José Aguiar (ICOMOS); Hélder Ferreira (PROGESTUR); João Carlos Caninas (CPADA), 29/03/2009, [on line] http://www.icomportugal.org/multimedia/Carta%20aberta%20aos%20defensores%20do%20novo%20Museu%20dos%20Coches_24_4_2009.pdf

¹¹⁷ A escala de valores sociopolíticos baseou-se em alguns indicadores construídos por Inglehart para medir os dois grandes grupos de valores – materialistas e pós-materialistas - que,

Quadro. 13 Valores socio-políticos

Valores sociopolíticos	n	%
Materialistas	4	7,8
Posmaterialistas	18	35,3
Mistos	20	39,2
NR	9	17,6
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Semelhante quadro sociológico, que identifica uma camada social específica e emergente na sociedade portuguesa, vem sendo confirmado no âmbito de outras pesquisas realizadas sobre a dimensão e o significado sociais que as questões do património vêm conquistando entre nós. Com efeito, quer o *Inquérito aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa* (Lima e Reis, 2001), quer o *Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Património* (Reis, 2004), concentrado o primeiro na configuração social dos visitantes/consumidores de lugares e sítios e, o segundo, apostado em descortinar na sociedade portuguesa as atitudes e práticas mais salientes relativas ao valores de preservação e valorização ambiental e cultural, ambos demonstram a existência de segmentos sociais que se enxertam na mesma base social e comungam dos mesmos valores e orientações sócio-políticos.

Há, contudo, entre estes dirigentes associativos uma diferença essencial que os separa de outros grupos ou cidadãos igualmente favoráveis aos valores de defesa do património. As duas pesquisas anteriormente referidas mostram com clareza que as atitudes sociais mais permeáveis à protecção e valorização do património e do ambiente não se convertem em acções de mobilização e participação políticas regulares tendentes a expressar essas mesmas atitudes. Baixas taxas de associativismo e de participação em acções concretas relacionadas com a defesa daqueles bens confirmavam essa dicotomia (Lima e Reis, 2001; Reis, 2004), para além de se enquadrarem nos baixos índices de exercício da cidadania, respeitantes a outras dimensões da vida social e política, bem conhecidos na sociedade portuguesa (Santos, 1996; Mozzicafreddo, 1997; Cabral, 2000).

segundo este autor, orientam as novas práticas políticas das sociedades ocidentais (Inglehart, 1997).

Ora, no que respeita os dirigentes das associações de defesa do património, bem podemos afirmar que não só se destacam da cultura política do país, enraizada na cultura de distância ao poder (Cabral, 1993), como também incorporam a distância entre a maioria da população e alguns grupos mais mobilizados (Cabral, 1987, 2000), nos quais se incluem. No caso vertente, não por vestirem o estatuto de dirigentes associativos, mas porque a sua mobilização e o seu recrutamento políticos se fazem a partir da elevada participação associada que os caracteriza.

Quadro. 14 Participação associada

Participação associada	n	%
Pertence/pertenceu a outras associações	46	90,2
Não pertence/nunca pertenceu a outras associações	4	7,8
NR	1	2,0
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Como se vê, cerca de 90% destes dirigentes pertence ou já fez parte de outras associações, na qualidade de militante activo, em 57,4% dos casos ou, na sua maior parte (63,8%), igualmente como dirigente. Esta “minoridade de hiper-mobilizados” (Cabral, 2000: 97), na verdade, orbita em múltiplos espaços associativos, neles desempenhando funções variadas que vão potenciando a experiência associativa e as competências políticas e de negociação deste grupo especial, constituindo não raras vezes a antecâmara para o exercício de funções no sistema político. Uma das primeiras análises sobre o funcionamento do poder autárquico em Portugal mostra, precisamente, como o “presidencialismo municipal” em que assentou a sua fase inicial se acha relacionado com o facto de muitos presidentes terem sido dirigentes associativos (Mozzicafreddo *et al*, 1989: 54).

Quadro. 15 Tipo de participação associada

Tipo de participação associada	n	%
Participação activa	27	57,4%
Participação passiva	15	31,9%
Dirigente	30	63,8%

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Ainda que abranja poucos cidadãos, ao tecer-se nas trajectórias entre as associações culturais e desportivas e o poder político, a experiência associativa parece contribuir para a formação e socialização cívica e política como pretendem os seguidores das teorias do capital social. O exemplo que a seguir evocamos é elucidativo e qualifica bem o percurso de um actual associado do ICOM-International Council on Museums, também ex-Director do IMC-Instituto dos Museus e da Conservação:

Cheguei a ser presidente da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém. Fiz todo esse percurso de militância associativa, que é um ponto de vista onde o verdadeiro amador se consegue posicionar face aos diferentes poderes, aos diferentes problemas. Foi aí que fiz uma grande aprendizagem, um excelente tirocínio... tudo isso culminou, mais tarde, com uma candidatura, ainda que frustrada, mas que foi muito pedagógica, de Santarém a Património Mundial da UNESCO” (...). Neste percurso cheguei a ser vereador da Câmara de Santarém, com os pelouros do Património e da Cultura e do Turismo... Essa aprendizagem foi excepcional e devo-a a uma vivência de que Santarém foi a matriz ¹¹⁸.

Estamos, pois, perante um grupo fortemente politizado, com experiência de diversos tipos de manifestação política representativos da liberdade de expressão característica das democracias modernas – como adiante se verá, a propósito das acções desencadeadas pelas associações que dirigem – e que, por denunciar níveis de instrução elevados e se associar a valores políticos que reclamam novas modalidades de

¹¹⁸ João Brigola, entrevista ao blogue *O mundo dos museus*, 11/03/2013, <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/>

colectivização e expressão de interesses, indicia praticar formas de intervenção política menos convencionais, menos baseadas na organização de massas, mais abertas à iniciativa de base individual e à valorização do recurso aos *media* como forma de pressão.

No que respeita especificamente a protecção dos bens culturais, a hierarquização apresentada pelos dirigentes destas associações atribui, como seria de esperar, graus de importância elevados em praticamente todos os tipos de bens patrimoniais. O património monumental e ambiental - representado pelo “lugar pré-histórico, a igreja medieval” e a “formação geológica rara, o lugar de ninhos de aves em extinção” – é ligeiramente mais valorizado que o património designado por “lugares de memória recente” – englobando a “casa rústica com 300 anos, a velha fábrica de destilação” e a “casa do poeta famoso que morreu há 100 anos” –, embora ambos apresentem um quadro de valores mais elevado e mais homogéneo do que o que foi detectado para os universos abordados pelos estudos anteriormente citados (visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa e população portuguesa) ¹¹⁹.

Quadro. 16 Tipos de património valorizado

Tipos de património valorizado	Média
Um lugar pré-histórico	4,7
Uma igreja medieval	4,7
Uma casa rústica com cerca de 300 anos	4,1
Uma velha fábrica de destilação	3,7
A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos	3,8
Uma formação geológica rara	4,5
Um lugar de ninhos de aves em extinção	4,4

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nada importante; 5=muito importante

Não surpreende que assim seja, dado estarmos em presença de associações de defesa do património. Todavia, tal facto, conjugado com a idade recente

¹¹⁹ Os indicadores para a construção dos dois tipos de património, resultantes da Análise Factorial em Componentes Principais, são os mesmos utilizados nos dois Inquéritos que vimos referindo (Lima e Reis, 2001; Reis, 2004).

da sua formação, como vimos anteriormente, permite reforçar a ideia de as associações portuguesas se integrarem plenamente no que designámos por processo de patrimonialização da sociedade, para o qual contribui decisivamente a “explosão” de “lugares de memória recente”, não monumentais, representativos de um passado, próximo mas em declínio, como o espaço rural essencialmente agrícola, agora musealizado ou transformado em reserva ambiental ou, noutra vertente, como o espaço urbano onde marcas da 1ª Revolução Industrial podem constituir pretexto para a reorganização de processos de identificação/identidade local. Por outro lado, a natureza eminentemente local e regional que caracteriza o espaço de actuação da maior parte das associações portuguesas em análise traduz razoavelmente este processo de patrimonialização.

3.3.3. Organização da vida associativa e avaliação do movimento associativo

Uma das formas de avaliar a dinâmica social e política destas organizações é estudar as suas práticas organizativas internas de modo a perceber se as mesmas são adequadas aos objectivos da associação e às acções por si desencadeadas. Aparentemente, de acordo com os resultados sobre a frequência de reuniões e os níveis de participação dos sócios, bem se poderia afirmar não estar longe da imagem de fragilidade e fraca influência com que diversos estudos têm caracterizado a sociedade civil em Portugal.

Quadro. 17 Frequência de assembleias/reuniões

Frequência com que se realizam assembleias/reuniões com os sócios	n	%
Eleições p/órgãos representativos e/ou aprovação do orçamento	17	33,3
Quando se colocam problemas de salvaguarda do património	3	5,9
Reuniões regulares uma vez por mês	5	9,8
Reuniões regulares uma vez por trimestre	7	13,7
Reuniões regulares uma vez por semestre	15	29,4
NR	4	7,8
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

De facto, cerca de 1/3 das associações apenas reúne em períodos eleitorais, para aprovação dos órgãos directivos, enquanto 29.4% reúne regularmente, mas não mais de duas vezes por ano. Simultaneamente, só cerca de 18% das associações conta com a totalidade ou metade dos sócios, sendo que 43% afirma mesmo a dificuldade de mobilização dos associados para a realização de reuniões. Embora não falte quem, no campo das teorias da cultura de empresa, afirme que a retracção da participação é explicável pela relação com os ciclos de crescimento organizacional, no sentido em que os níveis de participação tendem a decrescer proporcionalmente no sentido inverso do crescimento e consolidação das organizações (Schein, 1984; Drucker, 1993), não será despropositado perguntar como se organizam então estes associados, para efectivamente desencadear intervenções consequentes e eficazes em prol da conservação do património cultural e ambiental.

Quadro. 18 Participação nas reuniões

Participação dos sócios nas reuniões	n	%
A quase totalidade dos sócios participa nas reuniões	5	9,8
Cerca de metade dos sócios participa nas reuniões	4	7,8
Cerca de um quarto dos sócios participa nas reuniões	20	39,2
É difícil mobilizar o nº de sócios suficiente p/ as reuniões	22	43,1
Total	51	100,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Abercombie (1994), no seu trabalho sobre as associações ou organizações orientadas para a área da cultura, referindo, em particular, os grupos que se dedicam à conservação do património e do ambiente, ajuda-nos a interpretar convenientemente estes resultados. Assim, a conceptualização que faz destas novas associações sublinha o elevado grau de descentralização e fluidez da sua estrutura organizacional que confere aos seus membros bastante autonomia individual para a realização das várias tarefas no interior da associação. Operando num sistema de ajuda mútua, diz o autor, a maior parte das actividades da associação são realizadas no âmbito dos “tempos livres” dos seus associados. Auto-organizados, resistem à autoridade de *experts* de fora para instruir as suas acções, produzem *outputs* para consumo dos seus próprios membros, a sua actividade não é passiva nem individualista, mas envolve

satisfação comunicacional e emocional, emprestam grande resistência às diversas formas de mercantilização da economia e cultura pós-modernas e empenham-se na aquisição de conhecimentos e técnicas menos vulgarizados (1994: 53/5).

Esta síntese sobre o funcionamento das novas associações, cuja aplicabilidade ao caso em estudo se tornará adiante mais visível – nomeadamente, a propósito da análise das acções concretas para a protecção do património – não deixa de mostrar para já a sua operacionalidade, quando conferimos os actos de publicidade mais frequentes utilizados pelas associações. Mais de metade das associações mantem publicações regulares sobre as suas actividades, iniciativas ou informações sobre o património, para além de 60% recorrer ao espaço digital, nomeadamente através da Internet, como forma de veicular as suas acções e, do mesmo passo, aumentar a mobilização social para as causas que defendem. Nas suas múltiplas facetas, sem dúvida que os *media*, além das edições próprias, constituem para estas associações, o espaço preferencial de organização, comunicação e intervenção políticas. Ao mesmo tempo, tais formas de comunicação e tipos de intervenção dispensam, de facto, o funcionamento em permanência de estruturas de organização formal e hierarquizadas, com recursos a reuniões formais e calendarizadas.

Quadro.19 Meios de publicitação

Meios de publicitação das associações	n	%
Folheto/desdobrável	39	76,5%
Endereço em itinerários culturais	24	47,1%
Endereço/página na internet	29	56,9%
Publicação regular	27	52,9%
Outro meio de publicitação*	20	39,2%

* Comunicação social local; comunicação social nacional; rádio; actividades das associações; publicações/edições; etc.

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Autores que se têm ocupado da análise sobre o papel dos *media* na transformação dos padrões de participação cívica, em especial sobre os fóruns de discussão proporcionados pelos meios de comunicação digital como a Internet, a partir do modelo de Habermas sobre o funcionamento da esfera pública (Dahlgren, 1991;

Sassi, 2001), não hesitam em considerar que “os novos meios de comunicação de massa, as novas formas políticas e a tendência para a culturalização são expressões do mesmo perfil de mudança” (2001: 89). Entendem os autores, em especial o último, que o alargamento da esfera pública ao espaço digital é positivo na medida em que proporciona intervenção cívica para além dos canais institucionais de representação política ou dos *media* tradicionais, ao mesmo tempo que este novo forum de discussão pública exprime, entre outros factos, a proeminência que a esfera cultural atingiu num mundo globalizado. Recorrendo a outras formulações, como as de Appadurã (1996), que analisa a globalização através principalmente do que considera serem os grandes fluxos culturais das sociedades contemporâneas – migrações, turismo, tecnologias e *media* –, o autor coloca então no centro da análise sobre os novos meios de comunicação as experiências culturais proporcionadas por esses fluxos, as quais mudam as formas e os conteúdos da participação política (Sassi, 2001).

Dir-se-ia, para retomar a discussão sobre os meios de publicitação destas associações, que não é nem pelo grau de burocratização, nem pelo quantitativo dos seus associados que se mede o grau de institucionalização do associativismo cultural na área do património, no que respeita à capacidade do seu activismo político para representar interesses da sociedade civil nesse sector. Como alguns autores concluíram para a área do ambiente – e subscrevemos *ipsis verbis* –, não é o número de associados que conta, antes o grau de *expertise* e competência política para colocar no debate e na agenda essas questões:

A institucionalização do movimento ambientalista na forma actual de organizações não-governamentais do ambiente reflecte, pois, a emergência de um campo inter-organizacional e de coordenação de actores colectivos deste tipo também visível na sociedade portuguesa, pese embora a notória contradição entre as fraquezas do movimento associativo no seu todo e a crescente influência política e social alcançada por uma elite de poucas organizações de âmbito nacional cujas estratégias de comunicação pública e de mobilização social lhes permitiram dar o salto exigido pelas circunstâncias da sua própria institucionalização (Nave e Fonseca, 2000: 8).

Há, certamente, um problema metodológico com o registo das pertenças associativas, e de outros indicadores habituais de medida da participação associativa, usados nos inquéritos por questionário em universos populacionais amplos, que têm fundamentado o discurso pessimista das ciências sociais sobre o exercício da cidadania detectados na sociedade portuguesa.

Viegas *et al* (2010) dá conta desse obstáculo exemplificando-o através do contexto político que rodeou os dois referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez: no segundo referendo constituíram-se mais 19 associações com direito a tempos de antena, evidenciando uma mobilização política que não foi visível no referendo anterior, muito menos está espelhada nos resultados dos inquéritos internacionais que temos citado ou por esses meios foi detectada.

O mesmo sucede com o património. Com efeito, a pergunta que nos suscitavam os resultados do *Inquérito aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa*, em final dos anos de 90, e a resposta que então ensaiámos, mantêm a pertinência para os tempos actuais: “Qual é hoje a visibilidade de dezenas de associações que vimos prontamente organizar-se para a defesa das gravuras rupestres?” (Lima e Reis, 2001: 183). Perante o desfazamento encontrado entre o nível relativamente elevado de participação na vida política daqueles visitantes e o baixo grau de associativismo revelado, ficou claro – e reforçado, por outros exemplos a que se fez menção neste trabalho – estarmos em presença de práticas político-culturais que não exigem organização ou militância formais, mas mobilizam e desenvolvem acções sempre que a estas associações se colocam questões fundamentais do ponto de vista dos objectivos de defesa do património. Fora desses contextos, a pressão mantém-se latente, mas volta-se às rotinas dos estudos, das conferências, visitas, publicações, o que vai contribuindo, por outros meios, para o debate público e a formação de opinião.

Verificamos, no quadro das perspectivas que vimos seguindo, quão importantes para as associações são os circuitos de informação e conhecimento sobre o património que se geram na sua própria área de influência – entre contactos com especialistas, com outras associações ou movimentos, com a população e programando visitas de estudo -, sendo também considerados, embora com menor relevância, outros actores intervenientes no processo de construção do património, mas certamente exteriores aos seus pontos de vista. Certo, como se vê, o pensamento de Abercrombie (1994) sobre o modo de acção colectiva destas associações.

Quadro. 20 Fontes de informação/conhecimento sobre o património

Fontes de informação/conhecimento sobre os problemas que afectam o património	Média
Deslocações, visitas	4,4
Contactos com especialistas	4,3
Contactos com a população	4,2
Contactos/reuniões com outras associações ou movimentos organizados	4,0
Contactos/reuniões com Autarquias	3,7
Contactos com instituições públicas que intervêm directa ou indirectamente no património	3,7
Denúncias dos cidadãos	3,5
Estudo ou pesquisa dos associados	3,8
Informação proveniente da Comunicação Social	3,9

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nada importante; 5=muito importante

Sintomaticamente, a apreciação que fazem do movimento associativo em Portugal é medianamente positiva, embora apresente grande dispersão nas respostas, na qual terá certamente pesado a auto-avaliação da associação a que pertencem ou das causas que defendem, comparativamente com outros sectores de participação associativa.

Que a auto-avaliação é positiva, eis o que indiciam os principais factores de fragilidade apontados. São factores exógenos, que residem, ora na falta de cooperação institucional com a Administração central e local e com os dirigentes políticos, ora na falta de empenho cívico da população portuguesa.

Quadro. 21 Avaliação do movimento associativo

Avaliação do movimento associativo	Média	Desvio-padrão
Apesar da existência de número significativo de associações em Portugal, a sua acção não tem, em geral, grande impacte na resolução dos problemas do país	2,84	1,21

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=discorda totalmente; 5=concorda totalmente

Mais raramente se admite a falta de iniciativas das próprias associações ou a sua incapacidade para desenvolver, com regularidade, projectos susceptíveis de captar a adesão e o apoio institucionais ou particulares.

Quadro 22. Factores de fragilidade do movimento associativo em Portugal

Factores de fragilidade do movimento associativo em Portugal	Média
Não existem relações de cooperação entre dirigentes associativos e dirigentes políticos	3,5
Não existe coordenação entre a Administração Central, a Administração Local e o movimento associativo	4,1
As associações não têm projectos claros e sistemáticos	2,4
As associações não promovem iniciativas nem desenvolvem actividades com regularidade	2,2
As associações não têm autonomia financeira para promover iniciativas de grande alcance público	4,4
As pessoas, em geral, não se empenham em resolver colectivamente os problemas	4,1
As pessoas, em geral, não acreditam na importância de participar em associações para obterem resposta às solicitações	3,7

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=discorda totalmente; 5=concorda totalmente

A relação destas associações com o sistema político, local ou central, bem como a falta de autonomia financeira, recortam-se como uma das questões centrais para perceber se, efectivamente, a capacidade de auto-organização da sociedade é fraca na sua generalidade, ou, se, existindo núcleos *hiper-mobilizados*, haverá que considerar outros factores determinantes na pouca visibilidade dos seus efeitos. Usando, uma vez mais de forma livre, a terminologia de Habermas, interessará averiguar em que medida o *poder comunicacional* (das associações) gerado na periferia do sistema político se transforma em *poder administrativo*, transferindo a sua influência para o centro do sistema (Habermas, 1996b: 359/s). Nesse processo, importa igualmente ter em consideração a estrutura institucional de oportunidades que o Estado promove, amplia ou reduz perante as pretensões das organizações associativas.

Neste campo, deixou-se explícito o fechamento ao acolhimento de propostas de maior participação das associações na administração do património, sobretudo na Administração Central, mas também nos municípios, no seio dos quais a participação das associações nem sempre está isenta de conflito com esses poderes. Resta ensaiar a explicação de outros factores, para além dos que se reportam à robustez ou fragilidade do tecido associativo.

No pressuposto de que o Estado não se reduz ao resultado de estratégias de forças e interesses da sociedade civil, mas goza de autonomia e lógica próprias que

também reconfiguram esses interesses, Mozzicafreddo atribui ao crescimento do Estado-providência, à expansão das medidas de regulação, portanto, à consequente burocratização emergente da complexidade técnica e administrativa necessária ao aumento dessa regulação, a limitação do exercício dos direitos de cidadania nas suas diferenciadas vertentes (Mozzicafreddo, 1997; 1998). Deste modo, as modalidades mais silenciosas ou mais activas de cidadania e do seu encorajamento – *exit* ou *voz* (Cabral, 2011; Montero *et al*, 2007) – também se vão reconfigurando a partir das percepções dos cidadãos sobre os procedimentos no tratamento que o sistema político dá às suas pretensões (Montero *et al*, 2007: 432). Uma das razões que pode levar ao desinvestimento cívico pode ser a desconfiança dos cidadãos na democraticidade das instituições políticas, na equidade de tratamento, na existência e integração de alternativas, conduzindo ao desligamento da vida pública. Não parece ser o caso das associações e ONGs do património e do ambiente, dadas as competências comunicacionais que revelam para accionar formas de influência no sistema político. Outras categorias de cidadãos, com capitais menos distintivos, tenderão a não ver no confronto senão impotência para resolver problemas sociais ou contribuir para a sua solução (Mozzicafreddo, 1988).

Há, assim, quem tenha desenvolvido teorias sobre o processo de transformação política das sociedades contemporâneas, apontando rupturas com a própria definição de política, com o padrão de conflitos, com o contexto de acção dos agentes políticos, processo no qual a mediatização tem profundas consequências na reorganização do espaço político (Beck, 1999; Castells, 1996; Axford, 2001). De acordo com tais quadros de análise, podemos interpretar o crescimento das associações de defesa do património e do ambiente e, de forma geral, a emergência da dimensão cultural no espaço político, como o resultado notório da ausência de interesse, entre os partidos políticos, para acolher novas causas. É o que parece sugerir o resultado da taxa de não-resposta à pergunta sobre a identificação partidária abrangendo cerca de 57% dos dirigentes associativos, enquanto a pergunta “não tem simpatia por nenhum partido político” registou 19,6% das respostas, resultados coadjuvados pelo conteúdo de uma das entrevistas citadas no início desta secção e pelo depoimento de outra que a seguir se transcreve:

Digo que todos os partidos políticos deviam partilhar e abrir a política a todos os cidadãos. Chega e basta de ditadura partidária. Os políticos não se interessam

pelo que realmente importa, apesar de toda a conversa fiada em resolver os problemas reais do país (Entrevista A07).

Outro dirigente associativo não quis responder à pergunta sobre a identificação partidária, “pela desilusão que os partidos e os seus responsáveis têm procurado incutir na população à qual me orgulho de pertencer”, apesar de poder ter optado pela resposta “não tem simpatia por nenhum partido político” (Entrevista A05).

Semelhantes percentagens e declarações devem subentender todavia algum sucesso na relação entre o Estado e as associações de defesa do património, porquanto, segundo dados do Observatório das Actividades Culturais, do orçamento do Ministério da Cultura, abrangendo diferentes governos, de 1995-99-2003, “40% foi investido em actividades de protecção do património” (Gomes *et al*, 2006: 16), enquanto noutro relatório do mesmo Observatório se destacava a preferência dos departamentos das actividades culturais dos municípios em estabelecer parcerias com as associações, “a quem são reconhecidas competências de dinamização cultural das comunidades locais” (Neves, 2005: 46).

3.3.4. Práticas de defesa do património - Tipos de acção de protecção do património

O conjunto de dados cuja apresentação agora iniciamos destina-se a mostrar as actividades que as associações mais frequentemente desenvolvem para atingir os seus objectivos programáticos de defesa do património, bem como as modalidades de intervenção ou pressão que desenvolvem como forma de cumprir esses objectivos.

São sobretudo as acções de natureza científico-cultural que envolvem investigação e divulgação do património ou apoio técnico a estruturas para a conservação do mesmo que mobilizam a maior parte das actividades associativas. Acções mais específicas de formação e animação cultural, com vista a fomentar a adesão aos valores de preservação patrimonial merecem também a atenção das associações, embora com valores mais baixos, sendo que as acções orientadas para a

pressão política, sob a forma de denúncia de situações atentatórias do património, corporizam o segundo grupo de médias com valores mais elevados no quadro das principais medidas adoptadas, embora aconteçam com menor relevância quando não têm origem na própria associação, mas partem de iniciativas de cidadãos individualmente considerados.

Quadro. 23 Acções de protecção do património (médias)

Acções para a protecção do património	Média	Desvio-padrão
Estudo, inventariação e divulgação do património natural e/ou construído	4,06	1,08
Organização de reuniões científicas respeitantes ao património natural e/ou construído	3,08	1,25
Divulgação/edição de materiais pedagógico-didáticos ou de resultados de investigação no âmbito do património natural e/ou construído	3,27	1,25
Organização de cursos de formação e/ou apoio a escolas no desenvolvimento de projectos no âmbito do património	3,02	1,39
Visitas de estudo guiadas	3,57	1,24
Apoio a museus locais/sectoriais, regionais ou nacionais ou apoio para a sua criação	2,82	1,37
Apresentação de denúncias de situações que atentem contra o património natural e/ou construído	3,39	1,22
Encaminhamento de denúncias de cidadãos	2,39	1,17
Acções de esclarecimento/formação com vista a fomentar uma nova consciência sobre o património natural e/ou construído	3,59	1,22
Animação de lugares de património natural e/ou construído	3,16	1,27

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nunca; 5=frequentemente

Este é, sem dúvida, um dos elementos que identifica a composição social do associativismo de defesa do património enquanto agremiação de especialistas cuja legitimidade e cujo reconhecimento se funda, antes de mais, no saber técnico dos seus elementos. São, pois, princípios de competência e mérito reconhecidos *inter pares* que orientam os juízos sobre denúncias acerca do que pode constituir atentado à protecção do património. Nem todas as associações terão obviamente esta composição ou estarão organizadas para a pressão dos poderes públicos através da autoridade dos seus peritos. As associações vocacionadas para a revitalização do património imaterial, sustentada em projectos de desenvolvimento local são as que revelam menor distância, maior entrosamento, entre as perspectivas técnicas e as percepções dos grupos sociais

protagonistas desse património, porém, não são as que maior representatividade têm neste inquérito ¹²⁰.

Quadro 24. Tipo de acção para a protecção do património
(média e desvio-padrão dos factores)

Tipos de acção para a protecção do património	Média	Desvio-padrão
Factor 1 - Acções de natureza científico-cultural	4,2	1,1
Factor 2 - Acções de formação/animação cultural	3,3	1,0
Factor 3 - Acções de natureza cívico-política	2,9	1,1

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nunca; 5=frequentemente

Da Análise em Componentes Principais (quadro 5. Anexo), resultou a extracção de 3 factores em torno dos quais parecem de facto organizar-se as principais práticas de defesa do património que caracterizam as associações portuguesas (Quadro 25). Os valores em jogo, evidenciados pelas médias dos factores escondem, no entanto, alguma diversidade de situações como também evidencia a dispersão desses mesmos valores.

Previsivelmente, são as associações mais recentes que introduzem o ligeiro desequilíbrio entre os vários tipos de acções. São notórias as alterações que desde 1970 se vêm produzindo na reorganização das actividades: o decréscimo, desde essa data, das acções centradas na produção de conhecimento e investigação, à semelhança do modelo das “sociedades científicas” do século XIX, em proveito, dir-se-ia, do aumento das acções cívicas, tendentes a transformar as associações de defesa do património em grupos de opinião e pressão, através dos quais se vai processando a intervenção cultural. Ainda assim, é igualmente notório o desempenho nos planos

¹²⁰ Relembremos apenas o exemplo da Rede das Aldeias de Xisto e as palavras de um dos técnicos deste projecto que também tem responsabilidades políticas:

“É preciso saber comunicar, saber receber o que tem valor e saber estar rodeado de excelentíssimos profissionais, porque detrás desta matéria-prima maravilhosa que nos foi legada temos que ter técnicos que saibam tirar partido disso e passar destas aldeias para o país e o mundo”, Paulo Fernandes, vereador da Cultura da Camara do Fundão, Presidente da Agência Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR), entrevista à TSF, *Encontros com o Património*, 16/01/2010.

científicos, formativo e cívico das associações no período de maior mobilização política da sociedade portuguesa, conforme se tem mostrado em outras vertentes de análise. Não será, por outro lado, descabido relacionar a queda para valores mais baixos das intervenções cívico-políticas, nos finais da década de 80, com a integração na Administração Central e Local de muitos "militantes" da causa do património que estiveram envolvidos em dinâmicas associativas e tinham agora, a partir dessas funções profissionais, mais garantias de autonomia política para as acções de valorização patrimonial. Na mesma época, recorde-se, tinha nascido a primeira Lei de Bases do Património e a primeira instituição pública destinada à protecção integrada dos bens culturais, o Instituto Português do Património Cultural. A Universidade e o seu entrosamento com o tema do património terá igualmente contribuído para a redução dos níveis de acções de protesto. Como anteriormente se referiu, a seguir à "efervescência política" do início de 1980, o património torna-se uma área científica autónoma com o lançamento de novos cursos e graus universitários e conseqüente formação de técnicos especializados para intervir nessa área cultural.

Quadro. 25 Tipo de acção para a protecção do património e ano de fundação da associação (média dos factores)

Tipos de acção para a protecção do património	Ano de fundação			
	Até 1970	1971 - 1980	1981 - 1990	1991 - 2002
Factor 1 - Acções de natureza científico-cultural	4,6	4,5	4,1	4,0
Factor 2 - Acções de formação/animação cultural	3,1	3,5	3,1	3,3
Factor 3 - Acções de natureza cívico-política	2,3	3,4	2,5	3,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nunca; 5=frequentemente

Quadro. 26 Tipo de acção para a protecção do património e origem geográfica da associação (média dos factores)

Tipos de acção para a protecção do património	Local de origem (Região)					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores
Factor 1 - Acções de natureza científico-cultural	3,9	4,2	4,5	4,3	4,3	3,3
Factor 2 - Acções de formação/animação cultural	2,7	3,4	3,4	3,9	3,1	3,7
Factor 3 - Acções de natureza cívico-política	2,9	2,8	3,2	2,8	2,5	2,5

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nunca; 5=frequentemente

Por outro lado, não deixa de ser igualmente significativo o facto de ser a região de Lisboa e Vale do Tejo aquela que simultaneamente concentra as mais altas médias em todos os tipos de intervenção. É aqui que se cruza com mais intensidade a tradição das sociedades científicas com a maior expressão de associações que incorporam novas dimensões de intervenção política, para a qual têm também maior capacidade de mobilização. Vale a pena lembrar que é ainda esta região quem recolhe as maiores percentagens de associações de âmbito nacional e onde se concentram as ONGs do património com inserção em redes europeias e internacionais.

As últimas grandes iniciativas de reflexão e protesto sobre e contra as políticas do património partiram de 21 entidades associativas sediadas na capital que se coligaram numa estrutura mais flexível do que a organização federativa – a referida Plataforma pelo Património Cultural (PP-CULT). Entre 2008 e 2009, dos vários encontros e debates públicos, bem como artigos na imprensa, organizados por esta plataforma de associações destacam-se a discussão em torno do modelo administrativo do Ministério da Cultura, dos novos equipamentos culturais como o novo Museu dos Coches, da falta de oportunidades de participação das estruturas associativas nos órgãos consultivos da tutela, da ausência de política concertada entre património, museologia e criação contemporânea, da proposta para a suspensão da lei sobre venda e alienação de património a privados (Proposta de Lei sobre o regime geral dos bens do domínio público)¹²¹. Iniciativas que culminaram na audiência pelo Presidente da República, em

¹²¹ Proposta de Lei 256/X, de 17 de Março de 2009.

Janeiro de 2009, a quem foi entregue um *dossier* com toda a documentação resultante daquelas discussões ¹²².

3.3.5. Modalidades de participação cívica e política

Importante é igualmente verificar a estrutura das formas de mobilização política utilizadas para levar a cabo as acções de protecção do património. A este respeito, a compatibilização entre ambas é consistente e ilustra, uma vez mais, algumas considerações teóricas que temos vindo a discutir.

Quadro. 27 Formas de mobilização política para a protecção do património (médias)

Formas de mobilização política para a protecção do património	Média
Organizar reuniões e sessões públicas	2,7
Contactar e pressionar poderes públicos locais/autarquias	3,9
Contactar e pressionar poderes públicos nacionais	2,8
Contactar e pressionar poderes públicos da União Europeia	1,5
Fazer abaixo-assinados	1,7
Escrever nos jornais	3,6
Esclarecer/denunciar situações na rádio/TV	2,6
Distribuir comunicados à população	2,2
Organizar manifestações/ protestos	1,4
Recorrer à Internet, criando fóruns de debate	1,6
Recorrer aos tribunais	1,4

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nunca; 5=frequentemente

¹²² O Documento/Dossier da PP-CULT entregue na Audiência pela Presidência da República pode consultar-se em <http://icomos.fa.utl.pt/>

Na sequência da entrega do referido *dossier*, Raquel Henriques da Silva, Walter Rossa, Cláudio Torres e José Aguiar, em extenso artigo de imprensa, concluíam a propósito do protesto público de que foram participantes:

“A Gestão do Património foi politizada a um nível inadmissível... Situação ainda mais preocupante quando se inicia um processo de alienação de património público de que não havia memória desde a privatização dos bens do clero e da igreja, no século XIX e no início da República”, *Público*, 24/04/2008.

Dada a intensidade dos conflitos locais a propósito da dificuldade de gestão das pressões para o cumprimento de objectivos do desenvolvimento local e da sua compatibilização com imperativos, cada vez mais fortes, de protecção e valorização do património, não surpreende que a pressão sobre os poderes públicos locais seja ainda a forma de intervenção mais frequentemente utilizada pelas associações. Todavia, recorrer à mediatização dos conflitos, nomeadamente à imprensa escrita parece estar a colocar-se como uma das formas preferenciais de mobilização e participação - cerca de 55% das associações utiliza com frequência, ou muita frequência, a imprensa escrita para fazer valer os seus pontos de vista -, enquanto, em simultâneo, as formas convencionais de protesto – tais como as grandes acções de massas, sob a forma de manifestações, ou os abaixo-assinados – se acham em regressão ¹²³.

O padrão clássico dos conflitos da modernidade, para seguirmos Ulrich Beck, centrado em grupos de interesse mais ou menos estáveis como os sindicatos ou os partidos, deu origem a um novo padrão de conflitos centrados em novos e variados temas – que abrangem desde questões globais como a destruição ambiental ou os direitos humanos, até às questões locais da vida quotidiana. Orientando a conflitualidade para a *publicidade nos media*, são sobretudo os grupos profissionais, cientistas, peritos ou as iniciativas de cidadãos com esses estatutos, os agentes protagonistas da nova cultura política (Beck: 1996).

Considerando o grupo que estamos a analisar como integrante da elite que em Portugal fará parte dos *hiper-mobilizados*, bem detectada por Cabral em todos

¹²³ Ironicamente, escreve Eduardo Pitta no seu blogue, a propósito do estatuto que o abaixo-assinado desempenha nas sociedades democráticas, por comparação com as formas de comunicação pública assumidas pelos seus autores:

“Perante situações concretas, podemos fazer uma de três coisas: [a] dizer o que pensamos; [b] assobiar para o lado; [c] subscrever um abaixo-assinado. A primeira tem consequências. A segunda rende. A terceira engrossa o curriculum...O abaixo-assinado é uma instituição de casta. Alguém - com peso em determinada classe corporativa - redige um *paper* e depois telefona a meia dúzia de amigos ou correligionários. Essa meia dúzia telefona a outra meia dúzia e assim sucessivamente. Os jornais fazem uma caixa e a TV um rodapé com três nomes mediáticos (muitos ficam irritados com o descaso; afinal, ‘eles’ também assinaram). Ponto. Nos regimes ditatoriais, sem liberdade de imprensa, são um importante instrumento de afirmação pública. Nesses casos, assinar pode custar a cabeça. Nas democracias servem para quê? Ainda se houvesse nomes novos! [novos no sentido de assinarem pela primeira vez]. O abaixo-assinado é um eco surdo”, in <http://www.daliteratura.blogspot.pt/>, 25/Julho/2006.

os seus estudos, especialmente no último (Cabral, 2008), será pouco surpreendente que tenhamos encontrado um padrão de mobilização em sintonia com os países europeus do Norte e Centro, embora com diferenças no grau de intensidade, que mostra preferência pela conjugação de mecanismos de influência fora do sistema político (*exit*), através da opinião pública nos *media*, com mecanismos de influência formal no sistema político (*voice*), contactando directamente poderes públicos, ao mesmo tempo, desinvestindo noutros canais formais e informais de participação, como as petições (*exit*) ou as manifestações/protestos (*voice*) (Teorell *et al*, 2007: 341).

A percepção sobre o grau de eficácia das diferentes formas de mobilização política adoptadas salienta ainda mais as considerações anteriores e reforça o perfil que temos desenhado sobre os activistas do património cultural.

Quadro. 28 Grau de eficácia das formas de mobilização política para a protecção do património (médias)

Grau de eficácia das formas de mobilização política	Média
Organizar reuniões e sessões públicas	2,9
Contactar e pressionar poderes públicos locais/ autarquias	3,2
Contactar e pressionar poderes públicos nacionais	2,4
Contactar e pressionar poderes públicos da União Europeia	2,5
Fazer abaixo-assinados	2,2
Escrever nos jornais	3,7
Esclarecer/denunciar situações na rádio/TV	3,8
Distribuir comunicados à população	2,6
Organizar manifestações/protestos	2,2
Recorrer à Internet, criando fóruns de debate	2,2
Recorrer aos tribunais	2,4

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nada eficaz; 5=muito eficaz

Como se vê, não é dissociável a estrutura da participação e das formas escolhidas de mobilização (*exit* ou *voice*) da estrutura ou dos contextos de oportunidade de participação e das percepções sociais sobre a sua efectividade e eficácia. Análises sobre a autonomia do sistema político e a sua aplicação à sociedade portuguesa (Mozzicafreddo, 1997; 2001), bem como o registo empírico de que fomos dando conta a propósito da relação do associativismo de defesa do património com os poderes públicos, são demonstrativas do baixo grau de abertura, da opacidade até, das

instituições políticas para acolher sugestões, protestos, propostas, pareceres provenientes do envolvimento cívico, sequer da representatividade nos órgãos consultivos que a própria legislação coarctou. Mesmo ao nível local, onde supostamente os canais institucionais estariam mais próximos das populações:

O activismo associativo, sobretudo o das colectividades, dos grupos recreativos e desportivos, menos os dos meios profissionais, económicos e cívicos, é um trunfo para a ‘encenação institucional’ do poder autárquico ... quando a pressão dos grupos locais organizados implica a participação crítica dos cidadãos às decisões do poder local, a reacção deste é normalmente adversa (Silva, 2004: 30/s).

Estranho seria, então, que a distribuição regional das médias sobre o grau de eficácia atribuído às formas de mobilização política orientadas para a mediatização dos conflitos não demonstrasse, de novo, a extensão deste tipo de intervenção a todo o país, sugerindo modificações substantivas nas formas de exercício da cidadania ¹²⁴.

Quadro. 29 Grau de eficácia das formas de mobilização política para a protecção do património (médias dos índices)

	Local de origem (Região)					
	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores
Pressão política sobre os poderes públicos	2,5	2,9	2,6	2,8	3,0	3,0
Protesto político clássico	2,1	2,6	2,3	2,5	2,3	2,0
Mediatização dos conflitos	3,0	3,2	3,3	3,0	3,6	4,0

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Escala: 1=nada eficaz; 5=muito eficaz

¹²⁴ “Sempre que há litígios a propósito do património com o poder central, nada mais eficaz do que a denúncia nos jornais ou na TV. Aí sim, o medo dos jornais é o que ainda faz desencadear alguns processos” (comunicação pessoal de Quadro Superior da Administração Central do património).

Todavia, não é demais sublinhar que estamos em presença de modalidades de acção política percebidas como eficazes por quem tem a competência comunicacional para as praticar. Os seus efeitos políticos globais estão longe de se acharem avaliados, dada a necessidade de mais investigação empírica nas diversas dimensões a que é analisável (Axford, 2001). Sabemos, por exemplo, que “a expansão dos *media* contribui para o alargamento da esfera pública, mas também para a sua fragmentação, talvez por isso se não tenha produzido o equivalente crescimento do activismo político” (Sassi, 2001: 106). De resto, nada que Habermas não tenha alertado, no seu próprio contributo, ao longo de anos, para o tema:

Os debates não governam. Apenas produzem um poder comunicativo que não pode tomar o lugar da administração, embora possa influenciá-lo (Habermas, 1996b: 452).

4 PÚBLICOS DO PATRIMÓNIO: PERFIS E ATITUDES

4.1. Visitantes ou participantes?

A democratização da alta cultura – causada por uma crise interna à própria cultura e por transformações revolucionárias da sociedade – engendrou um híbrido absurdo. Lançados no mercado, os produtos da formação cultural clássica diluem-se e degradam-se. No extremo oposto do espectro, esses mesmos produtos são arrancados à vida e postos ao abrigo das paredes dos museus.

George Steiner, *No Castelo do Barba Azul* ¹²⁵

Parte das inquietações culturais enunciadas há mais de 40 anos por George Steiner, se não foram até hoje superadas, nem poderão em definitivo sê-lo, souberam pelo menos encontrar caminhos intermédios entre o refúgio elitista na alta cultura, de cuja decifração poucos retiram proveito, ou a cedência à mercantilização dos seus produtos, como se a sua fruição alargada, banalizada e acrítica, fosse a única consequência da democratização cultural ou o preço a pagar por ela.

Vários anos de políticas culturais europeias, concertadas internacionalmente, expandidas a vários lugares no mundo, alargaram a visibilidade dos recursos culturais, activando a sua diversidade e promovendo melhores acessos a esses recursos. A recuperação e disponibilização de mais espaços públicos para a cultura, alguns resgatados a tecidos urbanos envelhecidos e desvitalizados, a criação de novas lógicas de difusão e mediação cultural, a atenção às formas de recepção e uso das actividades culturais, a par do desenvolvimento dos níveis de instrução, eis alguns dos

¹²⁵ George Steiner, 1992, *No Castelo do Barba Azul. Alguma Notas para a Redefinição da Cultura*, Lisboa: Relógio d'Água, p.113 (publicação original em 1971).

factores habitualmente referidos para identificar o quadro das condições sociais que cada vez mais moldam as práticas culturais modernas. Práticas, gostos e consumos que se diferenciam, mas também se diversificam e globalizam, ao mesmo tempo que se exercem em cumulatividade e não em exclusão, tornam repetitiva e desinteressante a persistência no olhar bipolarizado sobre os públicos do sector cultural, presumidamente dividido entre apreciadores legítimos e consumidores de vulgaridades, alimentados pelas indústrias de entretenimento.

O património, largos anos definido e identificado pelas obras de arquitectura monumental e obras-primas da arte visual, não escapa à classificação simplificada dos seus públicos, sobretudo quando o alargamento do seu campo - tipológico, cronológico e geográfico -, nas últimas décadas, tem feito crescer, por vezes até de forma insustentada, o turismo cultural em torno de cidades, museus e monumentos.

Vozes críticas com o furor patrimonialista que tomou conta do mundo moderno não deixaram de se fazer ouvir. Uns, para quem a conservação patrimonial não passa de uma ficção sobre o passado, forjada em sociedades que nasceram da própria ruptura com esse passado e precisam de referentes materiais para se oporem simbolicamente à destruição e obsolescência permanentes da modernidade; nesta acepção, o poder usa então o património como uma arma política para “domesticar” o passado, e do mesmo passo, a própria sociedade, quer através da produção de “memórias autorizadas”, embora nelas procurando fazer participar os cidadãos, quer fomentando o turismo em larga escala como forma de financiamento dissimulado à conservação patrimonial que o Estado assume como sua função (Guillaume, 2003).

Igualmente pouco benévolos para com a “indústria do património” são os autores que vêem nesta actividade uma forma de despolitização do passado, de produção de “amnésia histórica” e estetização do espaço que promove mais o consumo visual do que a percepção estética ou histórica (Walsh, 1995; Urry, 1998; Lowenthal, 2002). Outros, porém, mais condescendentes com a dimensão mítica e “falsificada” que a musealização e o património reconstroem - “Podem os museus ser outra coisa?” (Rasse e Necker, 1997: 48), - sublinham como benéficas não só a renovação na estratégia comunicacional dos sectores do património, como também a selecção de novos objectos patrimoniais em função da “sua capacidade de objectivar práticas sociais e não [em função] da sua singularidade ou raridade” (Rasse e Necker, 1997: 46), como é apanágio dos museus tradicionais ou das arquitecturas e dos edifícios cuja valorização se atem apenas à sua monumentalidade.

Cerca de 20 anos depois de *A Política do Património* (Guillaume, 2003), Daniel Fabre vem agora confrontar o seu autor, afirmando em tese que o significado do actual interesse pelo património se explica, no fundamental, pelo facto de a sua monumentalidade ou excepcionalidade, em geral, ter perdido o seu carácter de *concepção oficial da História* e deixado de estar associada a um *destino imaginado da Nação* para, ao contrário, integrar a reapropriação de outros territórios sociais e monumentos, “domesticando” agora as concepções que o poder tinha sobre eles (2000a: 3). De forma minuciosa, Nathalie Heinich descreve-nos como este processo se desenrolou na sociedade francesa e se foi construindo naquilo que designa por cadeia patrimonial, envolvendo uma cadeia de actores que protagoniza sucessivamente a transformação da perspectiva elitista dos monumentos históricos em perspectiva etnológica do património. Da obra-de-arte ao património, da Histórica da Arte às Ciências Sociais, dos Monumentos Históricos ao Inventário, eis as três formas que, na síntese da autora, poderiam simbolizar a mudança de protagonistas nos modos de definição e conservação patrimonial (2009: 96/ss).

Conforme fomos dando conta nos capítulos precedentes e aqui, de novo, sublinhamos, embora discordantes, abundam os entendimentos e os estudos sobre os critérios de selecção e protecção do património, bem como sobre os dispositivos para a sua disponibilização e divulgação. O que parece faltar às mais destacadas perspectivas sobre a análise da patrimonialização das sociedades modernas é, sem dúvida, o conhecimento sistemático das práticas culturais, e dos reais efeitos sociais e políticos dessas práticas, que envolvem a visita de monumentos, museus, cidades, centros históricos, paisagens, por um lado, mas também as exposições, os festivais de música, teatro e artes performativas, as festas populares, as feiras, os mercados, a gastronomia que, em deambulações mais descontraídas, têm por cenário, e tantas vezes por pretexto, contextos de elevada “carga patrimonial”. Além do facto de, em certas circunstâncias, estas últimas práticas se perfilarem, elas próprias, como novas vertentes do património.

A clássica sociologia dos públicos, concentrada no “subdomínio” da recepção dos bens culturais, para usar a terminologia consagrada da economia das trocas simbólicas de Bourdieu, esforçando-se por encontrar homologias entre o espaço cultural e o espaço social das práticas de classe também não tem contribuído para identificar melhor esses efeitos sociais e políticos, para além dos individuais, certamente resultantes da reconfiguração dos públicos que se envolvem em práticas de visitação patrimonial cada vez mais diversificadas. Acresce que, estudos no campo cultural das

últimas décadas têm vindo a comprovar que a lógica da distinção, *ex-libris* da teoria da legitimidade cultural, ainda que mantenha poder explicativo não arrola, contudo, todas as lógicas e formas de expressividade presentes nos comportamentos culturais (Lahire, 2004; 2008), muito menos os que especificamente são dirigidos para o património (Davallon, 2003; Eidelman *et al*, 2014), e, sobretudo, quando analisados na perspectiva da globalização cultural (Appadurai, 1996; Canclini, 2010).

Impõe-se, de facto, perguntar, o que move os actuais praticantes do turismo cultural a visitar em presença monumentos, museus, sítios, ruínas, exposições por todo o mundo?

A resposta ainda pode ter as ressonâncias, tantas vezes replicadas, da primeira geração de autores da Escola de Frankfurt. As indústrias culturais e as respectivas máquinas de criação de *falsas necessidades* (Marcuse, 1941) padronizariam os comportamentos culturais em conformidade com o mercado, agora à escala global, dos bens patrimoniais. Plausível, mas insuficiente, a explicação. É, por exemplo, possível que o poder da indústria e da tecnologia, ou da *reprodutibilidade técnica*, para citar outro autor da mesma escola de pensamento (Benjamim, 1936), não atinja de igual modo a variedade das obras culturais tornando certas categorias de património - pela sua fisicalidade, pela evocação do lugar a que pertencem ou pelas práticas sociais ainda em exercício - imunes ao artificialismo da sua reprodução e exigindo, por conseguinte, o seu consumo público, *in loco*. Além do *marketing*, é possível que exista também o poder da *emoção patrimonial*, como salienta Heinich, e explique a adesão a certas categorias de património, emoção tanto mais intensa quanto mais expressivo for o valor de autenticidade ou a proximidade cultural do objecto em jogo. Com as emoções que emanam do património se constrói também o primeiro olhar do especialista, e, a par do trabalho deste, outras vezes com ele em conflito, se pode passar à mobilização e pressão social para fazer entrar bens culturais na *cadeia patrimonial* (2009: 66-72).

Que tipo de interesses revela ou retira o visitante da sua caminhada turístico-cultural? Que valores estão presentes na escolha e na apreciação do objecto patrimonial? Que tipo de património é objecto de preferências? Quais os percursos de visita seleccionados? Que memória se guarda da visita e como é utilizada em futuras actividades culturais ou outras? Que experiência cultural, social, afinal se retira da visita?

As interrogações poderiam multiplicar-se.

O objectivo é, porém, tornar claro que, de acordo com a literatura existente, não sabemos muito sobre qual o impacto ou quais as transformações que as práticas de consumo de produtos culturais gerados pela conservação e divulgação do património induzem nas práticas sociais e políticas. Mas, perante a sua generalização e as próprias transformações ocorridas no paradigma da conservação patrimonial, não é suficiente continuar a pensar que tudo se reduzirá à inevitabilidade de comportamentos apenas instigados pela abertura de mais um filão de consumo que, ao mesmo tempo, garante uma oportunidade de distinção social através da imitação do comportamento cultural das elites.

Da mesma forma que as ciências sociais em geral foram incorporando a importância da exposição aos *media*, nas suas diferentes vertentes, como indicador indirecto de qualidade da democracia, potenciadora de cidadãos críticos, participativos, envolvidos na vida pública e autónomos na vida pessoal, por que razões não podemos esperar da exposição ao património, ao menos como hipótese, igualmente atitudes de reflexividade para com a sociedade, o país, o mundo?

Ecos destas preocupações encontram-se numa geração mais recente de pesquisas em torno dos públicos do património, iniciadas no final da década de 90, e que procuraram reorientar o campo de análise a partir da fórmula lançada por Dévallon segundo a qual importa, no campo museológico e do património em geral, compreender tanto o que “faz a exposição ao visitante”, quanto o que “o visitante faz da exposição” (*apud* Eidelman et al, 2014: 18). A década assinalada, bem como as seguintes, especialmente em França, viu afirmarem-se correntes da nova museologia, cujos mentores colocaram ao contexto museológico uma agenda de pesquisa para inventariar e incentivar práticas distintas das realizadas pelo museu tradicional, procurando converter o património em instrumento de desenvolvimento social e cultural apoiado nas populações e comunidades. Ao mesmo tempo, foram confirmando essas pesquisas que a aproximação dos museus aos vários públicos também promove positivamente a sua aproximação a outras instituições culturais (Davallon, 2003; Desvallées (2010) ¹²⁶.

¹²⁶ É precisamente essa a justificação dada por Jean Davallon, que participou e dirigiu alguns números da revista *Publics et Musées*, entre 1992-2003, ano a partir do qual mudou a sua designação para *Culture et Musées*. A mudança no alargamento das temáticas, subsumida na nova designação, diz-nos o autor no seu primeiro editorial de 2003, deveu-se não ao facto de a revista ter perdido a sua vocação pela pesquisa e análise museológicas centradas na

O interesse pelos públicos do património tem-se transformado à medida do reconhecimento da infinita diversidade que a ambos se estendeu e da necessidade de trocar as funções clássicas de conservação e exposição por funções comunicativas e educativas, assumindo, por um lado, a heterogeneidade cultural dos visitantes, mas também a capacidade para se conduzirem por si próprios, escolherem os circuitos adequados aos seus interesses, coordenando a sua própria visita.

Passa-se assim do museu que dá a ver o gosto do príncipe, a escolha da *intelligentzia*...a um museu que testemunha a cultura na sua diversidade (Rasse *et al*, 1997: 183).

Na mesma linha de investigação se defende a necessidade de os estudos sobre públicos de museus e lugares de património atenderem aos *dispositivos exógenos* de socialização, no quadro dos quais se destaca cada vez mais a escola como interlocutor privilegiado de iniciação aos conteúdos e dispositivos museológicos e menos a família, mas sobretudo aos *dispositivos endógenos*, i.e., às estratégias de mediação que os profissionais do património accionam com objectivos não só de transmissão de saberes, mas também de inculcação de práticas regulares de visita (Eidelman e Præet, 2000; Eidelman e Routan, 2014). A actual heterogeneidade dos públicos e do património também sugere, por outro lado, a diversificação de lógicas diferenciadas de apropriação cultural por parte dos visitantes. Há certamente diferenças substanciais entre o comportamento de visitantes de “cidades com capital cultural”, seja de alta cultura ou cultura de massas, como Florença, Paris, Nova Iorque, (Featherstone, 1998), de visitantes de pequenas cidades históricas, como Évora e Coimbra (Fortuna, 1999) e de visitantes de lugares pré-históricos emblemáticos, fora dos grandes centros urbanos, como Foz Côa (Lima e Reis, 2001). E tudo indica, por outro lado, que possa haver visitantes comuns aos três tipos de lugares.

Em Portugal, à semelhança do que alguns autores denunciam para outras sociedades, até recentemente muito devedoras do modelo sociológico da abordagem quantitativa das práticas culturais iniciado por Bourdieu (Merriman, 1989; Eidelman e

“entrada” do público no património, mas por esse tópico de investigação ter demonstrado a relação estreita entre os públicos do património e os públicos de outras instituições culturais (Davallon *et al*, 2003).

Roustan, 2014), estribado na teoria da legitimidade cultural, também se tem privilegiado esse eixo de pesquisa, deixando mais obscurecido, por falta de análise, o heterogéneo mundo dos visitantes. Não dispomos hoje, como, por maioria de razão, não dispúnhamos em momentos anteriores - quando lançámos os *Inquéritos aos visitantes do Parque Arqueológico de Foz Côa* (Lima e Reis, 2001), às *Atitudes dos Portugueses sobre o Património* (Reis, 2004) e *aos visitantes da Fortaleza de Sagres* (Reis, 2005) - de um acervo de pesquisas especificamente orientadas para as estratégias de visita e motivações dos visitantes, explorando eixos e categorias de análise correlativas.

Conhecer não só fluxos de visitantes por tipos de património visitado, mas a sua distribuição sociográfica pelo património arqueológico, monumental, histórico, artístico, científico, etnológico, científico, natural. Conhecer e comparar os visitantes de património nacional ou local e internacional; a segmentação dos públicos – turistas, jovens, deficientes, públicos assíduos, ocasionais e até não-visitantes¹²⁷. Conhecer os resultados da avaliação dos dispositivos comunicacionais, e respectiva recepção, utilizados nos diferentes espaços patrimoniais. Dispor, enfim, de uma cartografia social e nacional dos públicos do património, a partir de estudos diferenciados - *estudos de caso* e de natureza extensiva -, tal como, por exemplo, a que vai estando disponível em outros países (Eidelman e Routan, 2014), seria sem dúvida fundamental para apurar os perfis e as disposições sociais dos visitantes, esclarecendo melhor os efeitos político-sociais decorrentes do aumento das práticas culturais dirigidas ao património.

Com estas preocupações em mente, cientes da ausência de informação sistemática e específica sobre os visitantes de lugares de património em Portugal, e com

¹²⁷ De acordo com o estudo que vimos referindo (Eidelman *et al*, 2014), cerca de 1/3 da população francesa declarou “não ter visitado museus no último ano”; desses, perante hipóteses de resposta, entre as quais, “é caro”, “não tive tempo”, “os horários de funcionamento não são convenientes”, “não há museus perto”, “os museus não lhe interessam”, 43% escolheram, sem complexos ou respostas convenientes, a última hipótese. Com apenas 16%, recolheu-se a segunda resposta mais referida - “não há museus perto” (Godstein e Bigot 2014: 51).

“Irredutíveis gauleses” (parafrazeando a famosa banda desenhada), imunes quer à democratização cultural, quer à mercantilização da cultura, eis uma realidade provável que também terá que passar a fazer parte das análises e dos estudos culturais. Fazer a sociologia dos não-visitantes ajudará certamente a equilibrar as perspectivas sobre os públicos da cultura, que tantas vezes se colocam elas próprias em planos irredutíveis.

recursos limitados de financiamento, desenvolvemos alguns dispositivos metodológicos que nos permitissem, a respeito destas matérias, ter uma visão de conjunto dos processos de patrimonialização na sociedade portuguesa e, ao mesmo tempo, obter quadros mais singularizados desses espaços de património e dos seus visitantes. Os três inquéritos acima referidos surgiram como oportunidades de investigação que permitiam cumprir esses objectivos.

Com efeito, um dos elementos essenciais de aferição dos efeitos da patrimonialização na sociedade, que também coloca questões aos modos de protecção e valorização, em correspondência directa com a sua reconceptualização e respectivo alargamento, reporta-se ao comportamento dos públicos do património e ao grau de incorporação de disposições culturais favoráveis, indiferentes ou desfavoráveis à sua fruição. A frequência de visitantes em lugares de património e as percepções sociais que a expressam traduzem, em certa medida, o interesse que lhes é socialmente consagrado, podendo tomar-se como medida indirecta de comportamentos de adesão ou dissentimento em relação à sua preservação e valorização. Estamos, pois, no “subdomínio” da apropriação e consumo dos bens culturais que constituem o património, embora igualmente em terreno a partir do qual, dependendo da inquirição adequada, se podem deduzir atitudes políticas face à patrimonialização e prospectivar acerca dos seus efeitos nas práticas de cidadania.

Por agora, a respeito da primeira dimensão de questões, há evoluções significativas nas últimas quatro décadas, quer quanto à inclusão da fruição do património nas práticas culturais dos portugueses, quer quanto ao seu registo. Um dos factores que está na dependência directa do crescimento dos públicos é, sem dúvida, como terá ficado perceptível, o esforço não só de manutenção e melhoramento do património nacional tradicionalmente consagrado, como também a abertura de novos espaços patrimoniais no país, ou a recuperação de outros existentes, dotando-os de condições e serviços de acolhimento aos visitantes, desde os acessos, as lojas e o *merchandising*, o aluguer para eventos culturais específicos (IPPAR, 2000). O conjunto de dispositivos que acompanha esses melhoramentos, inestimáveis para a nova museologia, para os analistas da democratização cultural e ainda para os agentes da mercantilização, tais como os centros interpretativos, a cenografia, a abordagem comunicacional, o envolvimento do visitante, que pode ir até à participação deste na concepção de exposições, acha-se, porém, menos divulgado. Em suma, aquilo que pode fazer do visitante, ora um consumidor-utente, ora um visitante-agente, não tem sido

distinguido nem abordado empiricamente, embora, como veremos, seja frequentemente enunciado por alguns profissionais do património em Portugal.

A disponibilização, sob as várias formas identificadas, para a apropriação do património valorizado é determinante para a explicação do crescimento dos seus públicos. Fundamental, não só para a quantificação dos visitantes, mas também para os qualificar socialmente, é o seu registo estatístico. Acontece que, se é certo existir um conhecimento acumulado, cada vez mais consistente, no seio das ciências sociais em Portugal, da sociologia em particular, sobre as práticas culturais – a que não é alheia certamente a assunção da centralidade das dinâmicas culturais como paradigma de análise da contemporaneidade –, já é menos óbvia, senão mesmo escassa e irregular, também neste domínio, a documentação estatística, uniformizada e sistemática, sobre as práticas patrimoniais. Acresce que as melhores estatísticas nesse campo são acervo do Observatório das Actividades Culturais, em funções desde 1996 e em parceria com o Instituto Nacional de Estatística, mas produzem principalmente informação sobre a oferta cultural de bens patrimoniais, com vista ao desenho das políticas culturais, limitando-se, do lado dos públicos desta área, a informação estrita e generalista sobre algumas variáveis clássicas de caracterização sociográfica (Santos, 2005; Neves e Santos, 2006). Exceptuam-se os trabalhos pioneiros de Fortuna (1999), (Fortuna e Silva, 2002) e mais recentes, dos mesmos autores (Fortuna e Leite, 2013), (Silva e Santos, 2010), desenvolvendo linhas de investigação sobre dinâmicas culturais em espaços urbanos de média dimensão, referentes empíricos a partir dos quais reconstituem a trajetória de modernização cultural de algumas cidades portuguesas através da relação com o seu património. Acompanhando localmente processos de patrimonialização, os autores devolvem-nos a imagem sincrética de microcosmos sociais onde se interceptam e combinam, de forma diferenciada, os efeitos locais, nacionais e globais, de políticas culturais públicas, fenómenos associados ao turismo cultural, recomposições sociais na estrutura de classes, processos de legitimação dos poderes locais através da revitalização urbana, transformação identitária de imagens e símbolos associados aos territórios, efeitos provenientes da revalorização patrimonial das cidades ou por si suscitados.

Quanto ao nosso contributo sobre a questão, uma vez que dispomos de um inquérito nacional por questionário às práticas e atitudes da população portuguesa perante o seu património, realizado em 2000, que vai mais além da sociografia generalista dos públicos e visa captar as motivações, os valores, as representações, os habitus, em suma, o quadro de disposições através do qual os portugueses se relacionam

com a sua herança cultural, torna-se imprescindível mobilizar alguns resultados desse âmbito para que outras dimensões sociais intrínsecas aos processos de patrimonialização da sociedade portuguesa possam ser desvendadas.

Boa parte dos resultados do inquérito referido foram discutidos em (Reis, 2004) e retomam-se aqui por dois motivos. Em primeiro lugar, por não existir sobre os assuntos inquiridos informação com base em amostra estatística representativa da população portuguesa. Em virtude da dinâmica de crescimento continuado dos museus e lugares de património, desde a “explosão museológica” das décadas de 80 e 90 (Neves e Santos, 2006: 22) ¹²⁸, existem hoje, conforme temos vindo a referenciar, mais estudos de museologia e património na sociedade portuguesa, explorando as mais variadas vertentes analíticas sobre as colecções, as metodologias de inventário, os processos de conservação e classificação, os modelos de gestão, o modelo comunicacional e as estratégias de captação de públicos, as políticas culturais sectoriais do património, o desenvolvimento e o papel do turismo cultural.

Existem hoje, mas não no período em que o inquérito foi realizado, mas não em estudos que visassem compreender a especificidade da afirmação cultural de práticas relativas ao património, mas não no momento em que tivemos que construir indicadores para uma realidade emergente na esfera pública, como foi o primeiro grande debate nacional a propósito da descoberta das gravuras rupestres no Vale do Côa (Gonçalves, 2001; Lima e Reis, 2001), porém com pouca visibilidade teórica nos meios académicos mais distanciados da História e da Arqueologia. Em segundo lugar, porque, apesar de não dispormos de indicadores comparativos, e, apesar da distância temporal que separa os dados então recolhidos das transformações que o sector do património entretanto acolheu – o crescimento do património imaterial e o desenvolvimento do seu normativo não serão das menores –, ainda é possível reconhecer a pertinência das questões que o inquérito então permitiu levantar, nelas reconhecendo tendências que hoje vemos confirmadas por análises e estudos posteriores que perseguiram outras metodologias.

¹²⁸ O mesmo estudo confirma essa evolução para os anos seguintes, entre 2000-2005, com um crescimento de 40% (Neves e Santos, 2005: 6). Dados mais recentes mostram ainda que é sob a década de 2001-2011 que mais aumentam os equipamentos culturais, tais como Museus, Galerias de Arte e Exposições, embora com disparidades regionais notórias (Garcia, 2014: 77/ss).

Duas últimas notas, ainda, sobre outro corpo de dados que utilizaremos neste capítulo e que fará recurso aos inquéritos referidos sobre os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Lima e Reis, 2001) e da Fortaleza de Sagres. Partilhando, com ligeiras modificações, os principais indicadores construídos, caber-lhes-á a função de contraponto ao inquérito nacional, pela especificidade de se concentrarem em visitantes bem delimitados, quer quanto ao interesse por objectos patrimoniais concretos, quer quanto à significação que os mesmos podem suscitar. O inquérito à Fortaleza de Sagres incidiu sobre uma amostra não representativa, de 315 visitantes, recolhida durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2005.

4.2. Visitantes de lugares de património

Conhecidos os principais resultados sobre o cenário cultural da época, final dos anos 90, no que tange aos hábitos da população portuguesa (Conde, 1998, Freitas *et al*, 1997; Lopes, 1988; Pais *et al*, 1994), dominados pelo consumo da cultura mediática, em particular da TV, cada vez mais distanciados da leitura, embora nem tanto de jornais e periódicos, divididos pela selectividade no acesso aos géneros da cultura erudita, embora o aumento e a extensão do capital escolar viesse esbatendo essa selectividade quer no “efeito classe social”, quer “no efeito idade”, a leitura do Quadro 1 sobre a regularidade das visitas a monumentos, museus ou lugares históricos é, até certo ponto, surpreendente.

Em primeiro lugar, é desde logo reconhecível, entre a população portuguesa, a atracção pelo património, em sintonia com o que vem acontecendo há mais tempo em vários países da Europa. Com efeito, a percentagem de não-visitantes, i.e., daqueles que declaram nunca visitar, é de 27,8%, sendo, pois, que cerca de 72% da população tem contacto, com maior ou menor frequência, com esses lugares.

Quadro.1 Frequência das visitas a monumentos/lugares históricos

	Frequentemente		As vezes		Raramente		Nao costuma visitar	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Frequência de visitas a monumentos/lugares históricos	49	4.9%	318	31.9%	354	35.5%	277	27.8%

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Simultaneamente, ponderando estes resultados pela contabilização do número de monumentos, museus ou lugares históricos visitados nos últimos 3 anos, verifica-se que 57,5% visitam entre 1 e 9 monumentos, enquanto 9,4% da população portuguesa, à luz destes critérios, pode ser considerada como visitante frequente (visita 3 ou mais lugares de património por ano). À primeira vista, dir-se-ia estarmos longe de uma prática cultural elitista, no sentido dos trabalhos de Bourdieu sobre os visitantes de museus e galerias de arte (1968; 1985), para estarmos em presença de uma espécie de fenómeno de massas, ou, pelo menos, ilustrativo desta tendência. Sem dúvida que estes primeiros dados reflectem a relação positiva de boa parte dos portugueses com as apresentações da sua cultura, através dos monumentos ou da musealização de lugares e objectos. Isso mesmo parece, de resto, estar em concordância com os dados do primeiro estudo, pós-25 de Abril, sobre o tecido museológico nacional que confirmava o crescimento acentuado de museus em Portugal até ao início do século XXI, período durante o qual nasceram 59% dos museus existentes (Silva e Santos, 2000: 51).

Quadro. 2 Monumentos/ lugares históricos visitados nos últimos 3 anos

Monumentos/lugares históricos visitados		
	Frequência	%
Não visitantes	310	33.1
Ocasionais	235	25.1
Regulares	303	32.4
Frequentes	88	9.4
Total	936	100.0
Não respostas	64	
Total	1000	

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Não visitantes = 0; Ocasionais = 1-2/Ano; Regulares = 3-9/Ano; Frequentes = 10+/Ano

Embora mais tardiamente, na sua institucionalização em Portugal, este movimento revela forte correspondência com o ritmo de crescimento de museus em vários países da Europa, a atestar o actual interesse social pela preservação do património (Vergo, 1989; Walsh, 1995; Andrieux, 1997). Também está certamente associado ao desenvolvimento do turismo cultural internacional, no qual participam cada vez mais portugueses, que inclui nos seus itinerários a visita aos monumentos e museus mais emblemáticos das cidades e países que os designam nos seus roteiros. Recordemos a elevada percentagem de 75% de estrangeiros, referida em capítulo anterior, apurada para os principais monumentos nacionais¹²⁹. Embora no inquérito nacional não o possamos confirmar, a verdade é que, através dos dois outros inquéritos que realizámos e acompanhámos directamente, em 1999, aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Lima e Reis, 2001) e, em 2005, aos visitantes da Fortaleza de Sagres, as percentagens de “visitantes frequentes” são ainda mais elevadas,

¹²⁹ De acordo com Abreu (2013: 58-66), essa percentagem eleva-se, por exemplo, para a área monumental de Belém, zona de grande densidade de oferta cultural patrimonial, em que “o número total de visitantes, entre 2008-2012, atingiu os valores mais elevados no Mosteiro dos Jerónimos e no Museu Colecção Berardo, totalizando cerca de 3.400.000”; ainda segundo a mesma autora, os três espaços culturais mais visitados por estrangeiros foram, além dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Padrão dos Descobrimentos, por um grupo relativamente jovem (73% tem menos de 45 anos, dos quais 58% tem idade entre 15-35 anos).

sobretudo entre os primeiros, e relacionam-se claramente com hábitos de visita cultural no estrangeiro, o que faz elevar a categoria de “visitantes frequentes”¹³⁰.

Vários factores sociais, culturais e político-ideológicos condicionam, como se sabe, o interesse pelo património e a probabilidade de este bem cultural atrair públicos com graus diferenciados de adesão. Assim, observando a distribuição dos visitantes (de acordo com a frequência das visitas) pelos indicadores sociais mais relevantes, habitualmente traduzidos pelas variáveis idade, instrução, profissão, classe social¹³¹, verifica-se que, apesar de se constatar dependência significativa, não existe forte associação entre cada uma destas variáveis e o acto de visitar lugares históricos, à excepção da socialização cultural, medida pelo indicador “frequência de visitas a monumentos/lugares históricos na infância”, ainda que de forma bastante moderada.

Quadro. 3 Idade e tipo de visitante

			Tipo de visitante				
			Regular	Ocasional	Raro	Não visitante	Total
Grupos de idade	18 a 30 anos	Nº	13	73	68	28	182
		%	7.1	40.1	37.4	15.4	100.0
	31 a 40 anos	Nº	9	62	67	37	175
		%	5.1	35.4	38.3	21.1	100.0
	41 a 50 anos	Nº	13	61	72	48	194
		%	6.7	31.4	37.1	24.7	100.0
	51 a 60 anos	Nº	7	44	48	31	130
		%	5.4	33.8	36.9	23.8	100.0
	Mais de 60 anos	Nº	7	76	99	132	314
		%	2.2	24.2	31.5	42.0	100.0

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

¹³⁰ No Parque Arqueológico de Foz Côa, sendo que os critérios foram aqui mais exigentes, é de 28% a percentagem de visitantes frequentes, (com mais de 40 lugares de património visitados nos últimos três anos), e de 36% a dos visitantes regulares (com 10-40 lugares de património visitado nos últimos três anos).

¹³¹ Dado que a variável “sexo” não se mostrou estatisticamente significativa na diferenciação dos visitantes, não foi utilizada na análise.

Com efeito, são os mais velhos que menos visitam e mais engrossam a categoria de não-visitantes, sendo a média de idades dos visitantes regulares ou frequentes moderadamente jovem (43 anos). Simultaneamente, as medidas de associação utilizadas revelam que a idade não se mostra como uma variável fortemente diferenciadora no que respeita à frequência das visitas a monumentos ou lugares históricos ($\text{Eta}=0.221$)¹³². Apesar de tudo, podemos afirmar, quer no Còa, quer em Sagres, que as maiores percentagens de visitantes regulares e frequentes recaem sobretudo nos adultos jovens (18-40 anos), apresentando-se a faixa de idade entre os 30-40 anos ainda mais expressiva no segundo caso.

Previsivelmente, o grau de instrução apresenta-se como um forte indicador de avaliação da propensão para este tipo de consumo cultural. De facto, 71% dos diplomados com ensino superior são visitantes regulares/frequentes ou ocasionais, enquanto, simetricamente, 70.5% dos que não vão além da instrução primária se repartem entre os não visitantes ou os que raramente visitam monumentos ou lugares de património. Também não é negligenciável o facto de podermos registar que outros níveis intermédios de escolaridade contribuam para a existência de taxas de frequência regular ou ocasional da ordem dos 38,6% e 40% para, respectivamente, graus de instrução relativos ao ensino secundário incompleto e completo, para além de cerca de 1/3 dos que apenas possuem instrução primária se apresentarem, ainda assim, como visitantes ocasionais (1 a 2 sítios históricos/ano). Existe, pois, uma associação moderada ($\text{Coef. Spearman}= -0.358$) entre o nível de instrução e a propensão para este tipo de consumo cultural (Quadro 4)¹³³, que não pode ser explicada, como veremos, fazendo economia de outros factores que consigo entram em interacção.

¹³² Valor do t Kruskal-Wallis=54.475; $p<0.01$

¹³³ Valor do t Qui-quadrado Pearson= 174.779^a; $p < 0.01$

Quadro. 4 Instrução e tipo visitante

		Tipo de visitante				
		Regular	Ocasional	Raro	Não visitante	Total
Nível de instrução	Nenhum	Nº	6	26	49	81
		%	7.4%	32.1%	60.5%	100.0%
Ens. primário		Nº	10	129	170	470
		%	2.1%	27.4%	36.2%	34.3%
Ens. secundário incompleto		Nº	12	105	104	272
		%	4.4%	38.6%	38.2%	18.8%
Ens. secundário		Nº	7	34	34	85
		%	8.2%	40.0%	40.0%	11.8%
Ens. superior		Nº	20	44	20	90
		%	22.2%	48.9%	22.2%	6.7%

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Atendendo aos efeitos do grau de instrução na profissão e na classe social, verifica-se, como seria de esperar, que são as profissões intelectuais e científicas ou técnico-profissionais de nível intermédio a contribuir com as mais elevadas percentagens (66% e 52.6%) para as categorias de visitantes regulares/frequentes e ocasionais (Quadro 5). Inversamente, são os trabalhadores manuais não qualificados que tipificam os não-visitantes ou os que raramente visitam¹³⁴. Os assalariados não qualificados do sector terciário demonstram também interesse por este tipo de bens culturais, apresentando uma taxa de cerca de 40% de visitantes ocasionais. Ao mesmo tempo, consistentemente com estes dados objectivos, verifica-se que os visitantes regulares/frequentes e ocasionais se recrutam fundamentalmente entre os que se auto-classificam como classe média/alta e classe alta (57.3%), mas é também verdade que os que se auto-classificam como classe média-baixa estão expressivamente representados, em cerca de 37%, nos dois tipos de visitantes que revelam maior frequência (Anexo 1. Classe social subjectiva e tipo de visitante).

¹³⁴ A construção desta grelha de classes resultou da combinação de duas variáveis, a profissão e a situação na profissão, de acordo com os procedimentos utilizados por Cabral (1998), a partir da conversão das categorias socioprofissionais em classes desenvolvida por Golthorpe (1993).

Quadro. 5 Classe social e tipo de visitante

		Tipo de visitante				Total	
		Regular	Ocasional	Raro	Não visitante		
Classes sociais	Grande/média burguesia	Nº	8	27	12	6	53
		%	15.1	50.9	22.6	11.3	100.0
	Nova burguesia assalariada	Nº	12	39	29	17	97
		%	12.4	40.2	29.9	17.5	100.0
	Salariato terciário	Nº	12	100	86	57	255
		%	4.7	39.2	33.7	22.4	100.0
	Pequena burguesia tradicional	Nº	1	18	20	12	51
		%	2.0	35.3	39.2	23.5	100.0
	Trab. manuais independ	Nº	3	23	33	27	86
		%	3.5	26.7	38.4	31.4	100.0
	Salariato manual	Nº	12	94	149	127	382
		%	3.1	24.6	39.0	33.2	100.0

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Embora estatisticamente significativa, a relação entre classe social e frequência de visitas a lugares históricos revela um grau de associação relativamente moderado (Coef. *Spearman*: .230)¹³⁵.

A mesma tendência se manifesta em Foz Côa, sendo igualmente nas classes associadas às profissões técnicas e científicas que se concentram mais de 60% dos visitantes, a quem se deve as mais altas taxas de visitantes regulares/frequentes naquele lugar histórico. Em Sagres, recorde-se, onde as percentagens de visitantes regulares/frequentes, embora mais baixas do que em Foz Côa, são todavia mais elevadas do que a nível nacional, apenas aplicámos o indicador da classe social subjectiva, auto-classificando-se metade dos visitantes (50,5%) como classe média-baixa.

Finalmente, o único indicador que revela o grau de associação mais forte com a frequência de visitas a lugares de património reporta-se à transmissão cultural geracional e dá conta, em certa medida, da socialização cultural através da familiarização ou incorporação, durante a infância, de hábitos de visita cultural: cerca de 68% dos que revelaram não visitar monumentos na infância são actualmente não-

¹³⁵ Valor t Kruskal-Wallis: 53.091; p<0.01

visitantes, enquanto cerca de 79% dos que na infância revelaram hábitos regulares de visita prefiguram os actuais visitantes regulares/frequentes e ocasionais (Quadro 6).

A origem social, como Bourdieu deixou assinalado nos anos 70, afinal ainda tem peso explicativo determinante nos factores de *distinção* cultural, podendo mesmo sobrepor-se ao peso do capital escolar generalizadamente em crescimento?

Quadro. 6 Frequência das visitas a monumentos/lugares históricos na infância e tipo de visitante

			Tipo de visitante				
			Regular	Ocasional	Raro	Não visitante	Total
Frequência de visitas a monumentos/lugares históricos na infância	Frequentemente	Nº	27	32	15	1	75
		%	36.0%	42.7%	20.0%	1.3%	100.0%
	As vezes	Nº	10	174	50	19	253
		%	4.0%	68.8%	19.8%	7.5%	100.0%
	Raramente	Nº	7	72	224	36	339
		%	2.1%	21.2%	66.1%	10.6%	100.0%
	Não costuma visitar	Nº	5	39	61	219	324
		%	1.5%	12.0%	18.8%	67.6%	100.0%

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

A resposta não é linear e exige a conjugação de vários factores. Em primeiro lugar, os de natureza metodológica. Por um lado, trata-se de um grau de associação médio (Coef.Spearman: =.621) ¹³⁶, por outro lado, a pergunta utilizada como indicador de medida não é satisfatória, sem outros elementos, para apurar o grau de socialização familiar na sua relação com outras variáveis da trajectória social (escola, profissão, amigos), além de o seu registo não ser isento de enviesamentos ¹³⁷.

Efeitos das trajectórias de mobilidade social e profissional, até geocultural, podem inverter ou modificar o sentido da socialização primária. Na

¹³⁶Valor do t Qui-quadrado Pearson= 737.808^a; p <0.01

¹³⁷ Os inquéritos em Foz Côa e Fortaleza de Sagres, por nós directamente supervisionados, mostraram, quantas vezes, hesitação na resposta a esta pergunta. Alguns diziam, sem complexos, mostrando até perplexidade com a pergunta, “ter estudado em casas sem livros ou visitas a museus” e acrescentando que tal os não impedia de apreciar ambos; respostas vagas como “não me recordo bem”, “julgo que visitava algumas vezes”, mostrar embaraço perante o entrevistador ou responder sem convicção, eram outras tantas respostas possíveis.

explicação das práticas culturais, como de resto das práticas sociais em geral, são diversos os meandros por onde passa, a sua latência, o seu abandono ou a sua activação:

(...) a prática por obrigação escolar ou profissional, ou por constrangimento de situação excepcional, a prática habitual sem gosto particular, o acompanhamento mais ou menos satisfeito de outros (crianças, cônjuge, amigos), a prática por cortesia ou por delicadeza (para agradar ou não melindrar pessoas de quem gostamos), o desejo de relaxamento ou de catarse pessoais pelo consumo de bens culturais ou pela prática de actividades culturais que não situamos no topo da hierarquia das nossas preferências, a estrita delimitação temporal (tempo de férias, tempo de uma festa, etc.) de uma liberdade que nos concedemos a nós mesmos, a ‘simples’ curiosidade ou boa vontade sem entusiasmo, o consumo irónico (‘segundo grau’) ou ainda o consumo em contexto de gratuidade do acesso à oferta (Lahire, 2008: 16).

Ao facto de variáveis clássicas, como a idade, o grau de instrução, a classe, a socialização familiar, se revelarem moderadamente diferenciadoras não serão certamente alheias também as condições e os processos de patrimonialização das últimas décadas.

No que respeita a idade dos visitantes, os dados permitem concluir que, sobretudo, os adultos jovens manifestam sensibilização aos valores de preservação do património e, como estudos anteriores a este inquérito afirmavam (Pais, 1999), convertem-na em hábitos de visita a lugares de património. O *Inquérito sobre a Consciência Histórica dos Jovens Europeus* revela que os jovens portugueses atribuem, em oito categorias de património consideradas, valores que traduzem “uma consciência histórica da necessidade de preservação do património acima da média europeia” (Pais, 1999: 130). Outros dados disponíveis mostram, por exemplo, no que respeita aos sítios arqueológicos, que são os grupos etários dos 11-18 e dos 31-40 anos ¹³⁸, os que possuem grau de ensino superior e os que desempenham profissões de natureza técnico-científica quem constitui as principais categorias de visitantes desses lugares. Todavia, como assinalávamos em pontos anteriores, o súbito desenvolvimento da arqueologia no

¹³⁸ *Inquérito às Estações Arqueológicas*, 1995-96-97, Direcção-Geral de Turismo.

país, nos últimos anos, em termos de investigação ou de profissão, ou mesmo de valorização dos sítios descobertos, se atraiu idades mais jovens pela sua novidade e pela exigência de maior escolarização, também é verdade que se expôs à maior familiaridade de segmentos sociais menos especializados ou conhecedores dessa área. Para além da descoberta das gravuras rupestres no Vale do Côa e da polémica pública que as envolveu, o facto de a arqueologia ter sido uma das fortes opções de política cultural durante a década de 90, nomeadamente através do lançamento dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*¹³⁹, terá progressivamente contribuído para atrair outros grupos de idade, nem sempre com interesses, ou conhecimentos, científicos desses lugares. O entrelaçamento peculiar desta área do património com “o governo da paisagem” e a “disciplina urbana” (Pereira, 2010: 271), não será, por certo, menos relevante na capacidade de atracção dos sítios arqueológicos, aliando-os à aventura, ao contacto com o campo e a natureza, também ao passado longínquo das cidades, em fusão perfeita com os valores pós-materialistas de preservação ambiental e patrimonial que vão organizando algumas orientações políticas das sociedades modernas. Diz-nos a responsável por um dos mais isolados e inacessíveis desses sítios:

No circuito arqueológico do Castro da Cola, Ourique, há 14 sítios que se espalham pelo terreno, não se cobram bilhetes, nem se acompanham os visitantes, mesmo assim atraindo visitantes, o circuito tem dois mil visitantes anuais, mas já chegou aos quatro mil¹⁴⁰.

Quanto ao grau de instrução e à classe social, embora sem dúvida associados à prática de visita, não esgotam outros factores explicativos. Como acentua Merriman, “ainda que a visita a museus revele uma função de distinção entre grupos sociais, a este modelo falta a flexibilidade para compreender o fenómeno ‘heritage

¹³⁹ Em articulação com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo Fundo de Turismo, de 1992 a 2006, foram estudados, recuperados ou inaugurados pelo IPPAR, cerca de 11 sítios arqueológicos pré-históricos, romanos e islâmicos, a saber, *Villa* romana de S. Cucufate, Ruínas de Miróbriga, Ruínas de Milreu, Circuito Arqueológico do Castro da Cola, Conjunto Arqueológico do Escoural, Conjunto Monumental de Mértola, Povoado pré-histórico de Santa Vitória de Campo Maior, *Villas* romanas de Pisões, Torre de Palma, Cerro da Vila, e Monumentos Megalíticos de Alcalar (Pereira, 2010: 273).

¹⁴⁰ Deolinda Tavares, conservadora-restauradora da Direcção-regional da Cultura do Alentejo, *Encontros com o Património*, TSF, 4 de Maio 2013.

boom´ ocorrido depois da análise de Bourdieu” (1989: 168). Com efeito, a par do aumento da escolarização, o que de *per si* tem efeitos de classe na recomposição social, e portanto impactos dos mais significativos nos consumos culturais e lúdicos, como de há muito vem sendo demonstrado (Costa *et al*, 2000) ¹⁴¹, a maior indiferenciação etária e social dos visitantes provirá certamente do *heritage boom*. Fenómeno que trouxe a dessacralização, em parte devido à integração e reconhecimento dos patrimónios vernaculares ou dos pequenos patrimónios representativos, sob vários suportes, das culturas marginalizadas, em parte pela maior convivência e familiarização com objectos e actividades da alta cultura, atribuíveis em conjunto, embora com graus diferenciados de responsabilidade, ao desenvolvimento do turismo e ao esforço, ainda que moderado, das estratégias comunicacionais dos sectores do património institucional.

Sigamos, a propósito, a perspectiva de um dos agentes culturais da área patrimonial que vimos referindo:

A complexidade dos monumentos megalíticos de Alcalar - só três monumentos são visitáveis em espaço público, os outros doze estão em propriedade privada - [exige] centros de interpretação. Mas, o mais importante é como explicar este sítio complexo aos visitantes e como levar a que eles tenham curiosidade em conhecer o processo de produção de conhecimento sobre o sítio, porque a informação que está no centro interpretativo já é informação cozinhada, mastigada pelos arqueólogos, o mais importante é perceber o processo que permitiu chegar a essa informação ... se quisermos abordar o Calcolítico, o Terceiro Milénio antes da nossa era, vamos encontrar leituras muito diferentes, os arqueólogos produzem não uma verdade mas diversas formas de olhar o passado, é importante que os visitantes destes sítios se apercebam deste processo de criação dos conhecimentos e isso só pode ser transmitido com um programa educativo em conjunto com os museus ... Nós temos a sorte de ter programas educativos com o

¹⁴¹ Embora, como os próprios autores salientam, devamos ser prudentes, na comparação de Portugal com outros países europeus, no que respeita ao crescimento das novas classes médias, um dos principais suportes da mudança cultural dos estilos de vida, bem como da abrangência da escolarização em níveis mais elevados de instrução (Costa *et al*, 2000).

Museu de Portimão – não é serviços de educação, esses deviam ser extintos porque formatam negativamente o visitante (...) ¹⁴².

De uma assentada, estão contidos nesta longa transcrição os elementos de mudança na exposição do património mais exigente, que certamente têm contribuído para o aumento plural dos seus públicos. Dessacralização do património não só no alargamento das suas categorias, dessacralização também do conhecimento científico que o enuncia e lhe confere autenticidade, crítica severa aos centros interpretativos que nada acrescentam ao que se vê na musealização de um sítio patrimonial, sobretudo ao que o visitante de cultura média não vê ou, mesmo, o visitante culto embora não especializado no tema. Por fim, insiste-se na reformulação imperativa da relação dos museus com os públicos, que não se deve limitar a serviços de educação formais, frequentemente, meros duplicadores da exposição existente.

De algum modo, ainda que timidamente, a construção destes novos processos educativos tem animado a sociedade portuguesa relativamente à sua relação com o património, embora, como se tem insistido, não abunde informação extensiva e monográfica que autorize a conclusão sobre a generalização destas práticas. Para todos os efeitos, e retomando a discussão sobre os factores explicativos da maior aproximação dos públicos ao património, também não é suficiente remeter a sua explicação para o papel das indústrias do turismo e da inevitável mercantilização da cultura ou das poderosas acções de *marketing*. Sem dúvida, esse papel existe. Também se exerce, porém, noutras actividades sociais e políticas. Há então que tomar a sério, como acima sugeríamos e ficou claro nas entrevistas de inquérito, as variáveis da trajetória social (Lahire, 2008) e as que respeitam à *socialização endógena* (Eidelman, 2014), ou seja, as que derivam da mediação dos próprios lugares de património ou da capacidade dos seus “programas educativos”, na acepção do interlocutor acima citado. No mesmo sentido vai o depoimento de quem teve experiências profissionais em museus portugueses e nova-iorquinos:

¹⁴² Rui Parreira, arqueólogo, director dos Serviços dos Bens Culturais da Direcção- regional de Cultura do Algarve, *Encontros com o Património*, TSF, 4 de Maio 2013.

Os museus portugueses falham muito na comunicação... nem todos os objectos [têm] a mesma capacidade de suscitar maravilhamento, uma múmia não precisa, é instintivamente interessante, uma custódia de Belém já não tem a mesma capacidade de maravilhamento, de impacto instintivo, tem que haver comunicação, é aí que os museus falham em Portugal, na construção dessa mediação. Dou o exemplo do museu de Brooklyn: as populações afro-americanas e afro-caribenhas...tinham um mito sobre as esfinges, que não tinham narizes... [para essas comunidades] era uma forma de o homem branco negar a origem negra dos faraós. O museu escreveu um enorme painel explicando por que se degradavam as extremidades dos objectos antigos, isto é lidar com o mito ¹⁴³.

A esse respeito, são elucidativos alguns dados dos inquéritos ao Parque Arqueológico do Vale do Côa e à Fortaleza de Sagres.

No primeiro caso, 70% dos visitantes sabe identificar o período histórico a que correspondem as gravuras, $\frac{3}{4}$ (76,5%) visitou outros sítios arqueológicos e 98% faz uma avaliação positiva da visita, demonstrando interesse, entre 77% e 92%, por todos os itens considerados (gravuras a céu aberto, interesse histórico, acompanhamento dos guias, paisagem), à excepção dos centros de acolhimento, que não recolhem mais do que 28% de satisfação (Lima e Reis, 2001).¹⁴⁴

Em Sagres, o programa de valorização deste património, que decorreu entre 1996-1998 ¹⁴⁵, envolveu novas edificações dentro da Fortaleza para acolhimento

¹⁴³ Inês Fialho Brandão, museóloga, historiadora de arte, TSF, *Encontros com o Património*, 17/05/2007.

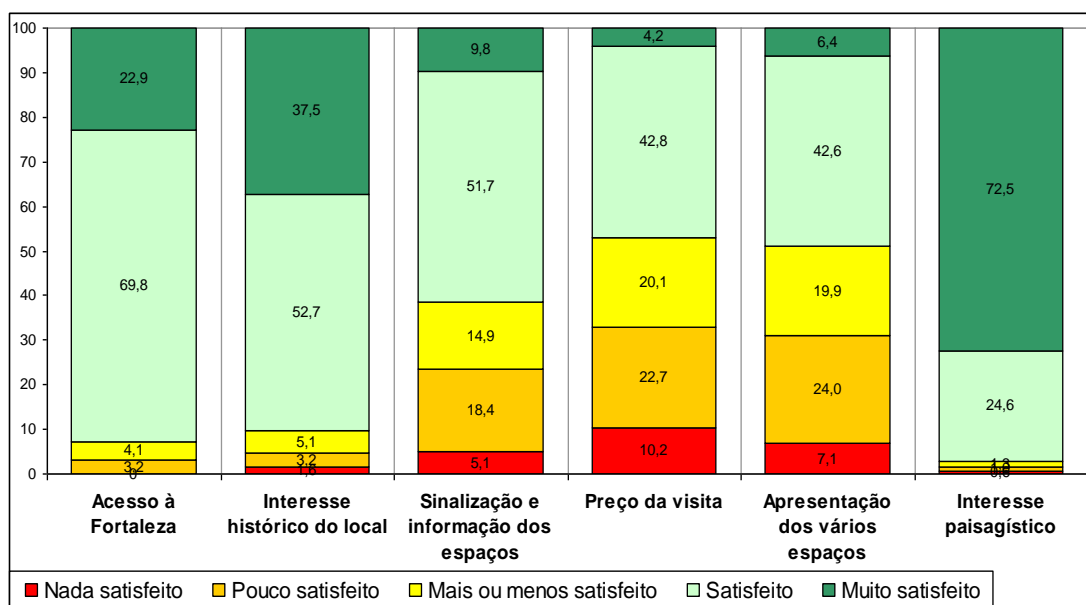
¹⁴⁴ Para evitar a degradação deste património frágil, desde a abertura do Parque Arqueológico, são conhecidas as restrições às visitas, que decorrem sempre sob a orientação de guias, em jipes do Parque e por marcação prévia. Existem três núcleos de gravuras abertos ao público, ocorrendo a duração da visita entre duas a três horas em cada um dos sítios. Fora da entrevista do inquérito, muitos visitantes, sem porem em causa o interesse daquele património e da sua preservação, bem como da competência dos seus guias, manifestaram todavia o seu descontentamento pela organização dos horários e de percursos tão prolongados de informação exaustiva sem possibilidade de zonas ou tempos de relaxamento e fruição da paisagem, o que certamente incluíam no caso de poderem conduzir-se por si próprios.

¹⁴⁵ As obras de recuperação e valorização da Fortaleza de Sagres iniciaram-se nos anos 80, foram suspensas pela polémica gerada em torno de novas construções com base na reutilização de edifícios antigos, retomadas e concluídas entre 1996-98 (Pereira, 2010).

dos visitantes - centro de exposições e centro multimédia, cafetaria, restaurante e loja. Juntando-se aos monumentos e sítios anteriormente existentes, Muralhas da Fortaleza, Promontório, Rosa dos Ventos, Igreja e Torreão Central/Relógio de Sol, o circuito de visita integra, no total, oito sítios e monumentos.

Cerca de 74% visitou mais do que uma vez a Fortaleza e de todos os seus componentes, é o Promontório, a imponência e volúpia da paisagem, que capta 73% dos seus visitantes, aliada, embora em menor grau de satisfação, ao reconhecimento do seu interesse histórico, percentagem que desce para 62% entre os que sabem indicar a figura histórica mais marcante deste sítio e que ali mandou erguer a primeira fortaleza.

Quadro. 7 Satisfação com a visita



Fonte: Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres, 2005

Trata-se, em termos gerais, de públicos socialmente mais diversificados do que os de Foz Côa, que em contexto de férias de praia, conjugam a possibilidade de um passeio recreativo e cultural, em área natural protegida e classificada¹⁴⁶, à qual se alia a evocação de um período importante para a história portuguesa.

¹⁴⁶ Criada a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina em 1988 (Decreto-Lei nº 241/88, de 7 de Julho) e o respectivo Parque Natural (Decreto Regulamentar

A avaliação funcional (orientação do visitante, serviços de acolhimento, *merchandising*) e a avaliação cultural (apresentação dos sítios, incluindo o centro de exposições/centro multimédia, iniciativas/actividades culturais) que os visitantes fazem deste património, exceptuando a área natural e paisagística de que faz parte, não apresentam os elevados níveis recolhidos em Foz Côa. Dir-se-ia que, para os públicos deste património, nem o programa de valorização do monumento, nem as várias polémicas que envolveram essa valorização, tiveram efeitos tão positivos como os processos de natureza semelhante que atravessaram o Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Desta vez, a polémica parece ter interessado apenas aos especialistas que a protagonizaram ¹⁴⁷, não tendo interferido na preferência que os visitantes deste sítio acabam por votar à dimensão ambiental deste património e levando-os a avaliar de forma menos positiva (desinteressada?) os melhoramentos introduzidos.

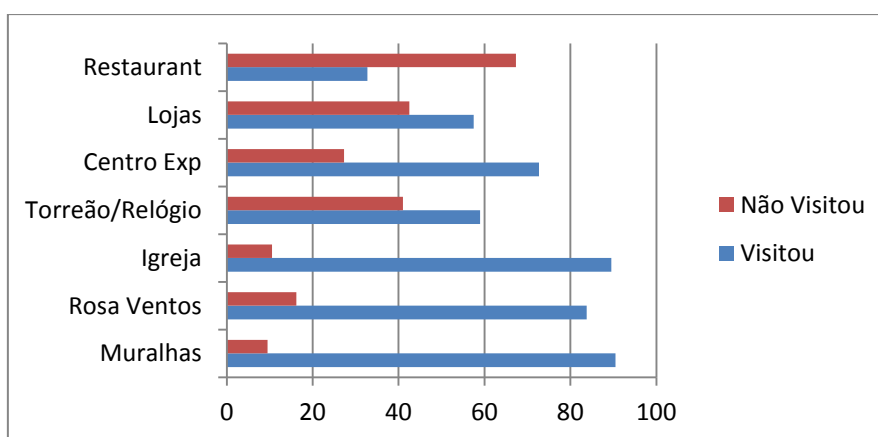
É provável, como acontece com os visitantes das cidades de Évora e Coimbra, que se comportem “como *flâneus* sem destino”, indiciando que o turismo cultural, de uma forma geral, apela a “uma fraquíssima incorporação do significado e da mensagem histórica das ruínas e monumentos visitados” (Fortuna, 1999: 35). Admitamos essa explicação, tanto quanto a de que, neste caso, o património natural se sobrepõe claramente pela sua imagem poderosa ao património material recuperado. É difícil afirmar, contudo, estarmos em presença de visitantes culturalmente supérfluos ou desinteressados, na sua totalidade. Olhando para a forma como estes se distribuem no espaço, verifica-se que a maioria dos sítios históricos não passou despercebida e foi visitada, e são precisamente os espaços que integram as novas edificações, destinadas ao conforto e acolhimento dos turistas, ou à comercialização da própria área monumental, que recebem menos atenção no contexto do percurso. Ainda assim, cerca de 73%

nº 26/95, de 21 de Setembro), a zona do Promontório de Sagres, para além de ser Monumento Nacional desde 1910, foi sucessivamente objecto de protecção, acumulando várias classificações referentes aos recursos paisagísticos, marinhos, faunísticos e florísticos (ICNB-Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade: 2007). Em 2002, foi submetida à UNESCO a sua candidatura a Paisagem Cultural da Humanidade, não tendo obtido aprovação. Desde 2013, prepara-se nova candidatura.

¹⁴⁷ Cf. Recorde-se a discussão, no Capítulo 2 deste trabalho, sobre as três grandes polémicas sociais que, segundo Pereira, “abalaram” pela primeira vez a sociedade portuguesa em termos de reflexão e discussão públicas sobre o património, a saber, o restauro da Casa dos Bicos, em 1983, a valorização do monumento de Sagres, em 1996, e as gravuras paleolíticas do Côa, em 1995, cf. (Pereira, 2010).

mostra interesse pelo novo centro de exposições, embora, em geral, se sintam relativamente insatisfeitos com a orientação dos percursos e dos conteúdos comunicados (Quadro 8).

Quadro. 8 Espaços visitados



Fonte: Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres, 2005

Em conclusão, os lugares de património são hoje tão responsáveis pelo *Amour de l'Art* que difundem como pela própria “Arte” que guardam. São-no tanto, ou mais ainda, quanto os indicadores clássicos de socialização cultural ou outros *dispositivos exógenos* como a escolarização. Em campos culturais mais distanciados do património, embora com ele se cruzem, não falta quem advirta:

É necessário interromper o ciclo viciado e vicioso que aparece sempre a justificar ao nível da escola a falta de uma participação moderna dos cidadãos na vida cultural. Ou seja, é necessário pensar que parte substancial da vida cultural moderna implica novas abordagens e temas novos no interior das culturas. São exemplos: a relação da arte com a paisagem contemporânea, a cultura actual que decorre das preocupações ecológicas e ambientais, o multiculturalismo... todas estas novas formas (...) surgem fora da escola...o ensino escolar tradicional não tem utensílios capazes de as abordar... espera-se, então, que seja no espaço exterior à escola que ‘isto’ aconteça (Ribeiro, 1998: 5).

É certo que “nesse espaço exterior”, outras lógicas, umas económicas, outras mediáticas, políticas também, confluem no campo de acção do património.

Inspirados nas teorias da estetização do quotidiano urbano contemporâneo (Featherstone, 1988; Lash, 2000), vários estudos em Portugal têm procurado dar conta dessas lógicas, mostrando como o processo de expansão das actividades culturais nos estilos de vida encontra no património um dos mais preciosos veículos para a expressão desse movimento de estetização (Fortuna, 1999; 2002; 2013; Silva e Santos, 2010).

Exposto à concorrência da cultura de massas, o património não teria resistido aos poderosos meios de manipulação comercial daquela, que, através da publicidade, dos *media*, da voracidade das imagens e dos símbolos, o prepara para ser consumido sob a forma de deambulações turísticas e experiências lúdicas, à procura de novidade, tendentes a fixar mal outras mensagens, além da estética, que o património pode transmitir. Explorando a abordagem comunicacional do património, outro autor resume bem as lógicas contra (ou com) as quais aquele tem de enfrentar-se - a económica “que tudo absorve e dissolve” e a mediática “que tudo expõe e, por isso, desgasta” (Esperança, 2014: 10).

Já o afirmámos acima: para além destas, as experiências patrimoniais também comportam conhecimento e reflexividade. Desde logo, espelhado no associativismo de defesa do património que abordámos noutro capítulo. Mas também nos seus consumidores directos, os visitantes, que diversificando as suas experiências patrimoniais, agem consoante os contextos culturais em presença. Vários tipos de interesse pelo património, consubstanciando-se em diversos modos de turismo cultural podem, pois, coexistir, contrabalançando-se, tal como, de resto, é hoje apanágio das práticas culturais em geral e tem sido demonstrado abundantemente (Garcia, 2014; Lahire, 2004; Lopes, 1988; Santos e Pais, 2010).

O “rasto patrimonial” dos visitantes, captado através dos dois inquéritos locais que orientámos, é marcado por “encontros com o património” que evidenciam bem experiências diversificadas, familiarização com vários tipos de património (histórico-monumental, museológico, industrial, rural), quer localizado em cidades ou espaços rurais, quer isolado, como é o caso de algum património arqueológico. Junto dos visitantes do Parque Arqueológico de Foz Côa, por exemplo, detectou-se grande dispersão por tipos de património visitado, indiciador dessa familiarização, embora percentualmente mais representados estivessem os sítios arqueológicos (76%) e, em geral, o património

monumental das cidades (56%), ao todo, tendo sido enumerados por estes visitantes 700 lugares de património de todos os tipos e lugares (Lima e Reis, 2001)¹⁴⁸.

Quanto aos visitantes da Fortaleza de Sagres, cerca de 1/3 refugia-se na “não resposta”, talvez, diria Goffman, para preservar *a fachada social* que imaginam dever representar naquele lugar e perante quem, interrogando-os, fica ao alcance da sua performance (Quadro 9). A menor regularidade nas suas práticas de visita ao património indicia hábitos de visita esporádicos, menos consolidados e que, neste caso, se conjugam com o período de férias de praia, aliando motivos tais como, em 70,4% dos casos, fruição “de uma paisagem única” ou, em 60,6%, “visitar um lugar histórico importante”. Esta é, aliás, segundo os responsáveis pela gestão do monumento, a faixa de visitantes nacionais e estrangeiros, maioritária durante o período de Verão.

Quadro. 9 Monumentos, museus, ou lugares históricos visitados no último ano

	N	%
Não visitante	7	2,2
Visitante ocasional	44	13,9
Visitante regular	109	34,7
Visitante frequente	44	13,9
Não sabe/Não resp	111	35,2
TOTAL	315	100,0

Fonte: *Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres, 2005*
Ocasional=1 a 3; Regular=4 a 10; Frequente=mais de 10

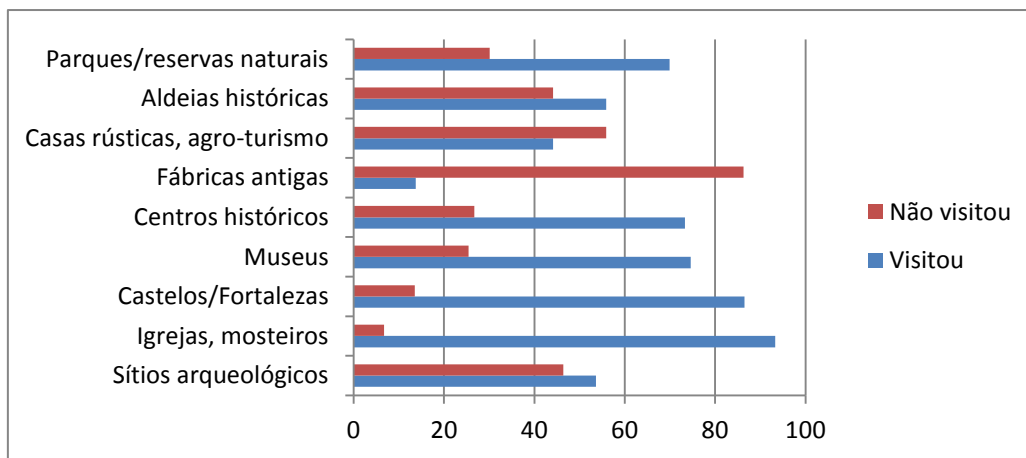
Ainda assim, os restantes visitantes (63%) apresentam taxas elevadas de contacto directo com outros bens patrimoniais (Quadro 10): acima de 70% para o património monumental e ambiental, abaixo, ou à volta de 50%, concentrando-se no património rural. A baixíssima percentagem de 13,7% relativa ao património industrial está em consonância com a oferta cultural do país nesse campo, traduzindo, como avançámos anteriormente, o desinteresse da Administração pela sua valorização, pelo menos, até período recente.

Embora não saibamos, com rigor, as motivações que conduzem os visitantes ao património, nem os significados que lhe atribuem – históricos, estéticos,

¹⁴⁸ Refira-se que o inquérito não apresentava uma grelha com categorias patrimoniais pré-definidas, deixando em aberto a resposta para que os inquiridos nomeassem eles próprios o património visitado.

identitários, distintivos, turísticos, ”efeito de moda”?¹⁴⁹ - nem sabemos, principalmente, o que guardam na sua memória de visitantes, o que apropriaram e seleccionaram, talvez possamos suspeitar que a acumulação de experiências patrimoniais revelada corresponderá ao despertar do interesse e da integração de mais camadas sociais, aumentando a pouco e pouco as capacidades culturais e de exigência no acesso a esses bens na sociedade portuguesa.

Quadro. 10 Tipo de bens patrimoniais visitados no último ano



Fonte: Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres, 2005

Se as percentagens de visitantes são relevantes, como mostra o inquérito nacional, se os visitantes de dois lugares de património distintos, como mostram os inquéritos locais, sabem construir conhecimentos a partir da exposição desses lugares, identificando o período ou as figuras históricas que os tornam emblemáticos, reconhecendo ou distinguindo espaços diferenciados no contexto expositivo, produzindo avaliações críticas sobre o interesse do lugar que se visita e da sua musealização, revelando, além disso, hábitos de visita regular, então parece claro, sem ficar cabalmente demonstrado, que a actual atracção pelo património, possa embora fazer apelo a componentes de entretenimento, a eles não é redutível.

Instigadas pelo turismo, pela cultura de consumo ou pelas estratégias comunicacionais na apresentação e divulgação, o certo é que as experiências

¹⁴⁹ No último ponto deste capítulo ensaiar-se-á, apesar de tudo, o esboço de definição do quadro de valores que orienta as preferências patrimoniais dos visitantes e da população portuguesa.

patrimoniais parecem testemunhar, tanto no seu volume quanto na sua diversidade, que a “aliança” entre indústrias culturais e formas culturais mais exigentes de fruição estético-cognitiva não é de todo incompatível com requisitos da democracia cultural. Se a indústria cultural do património significa mais e diversificados suportes de informação e divulgação no espaço público, que põem em contacto cidadãos de todo o mundo, promovendo patrimónios culturais menos conhecidos ou reconhecidos, tal não contribuirá para o melhor conhecimento das sociedades, na comparação que estabelecem consigo próprias e com as outras?

Quantos residentes das nossas cidades não reconhecerão que a atenção dada a este ou aquele elemento urbano... que o modo como hoje olha a cidade, não foram ... suscitados pelo comportamento dos turistas, observadores e comparatistas, ainda que distraídos na sua concentração? (Fortuna, 1999: 56).

Se admitimos que “o turismo é um barómetro e opera como um instrumento da auto-compreensão local e nacional” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 141), por outro lado, uma das atractividades do património nas sociedades contemporâneas reside, sem dúvida, na irredutibilidade da singularidade cultural que emana, por mais padronização que os “pacotes turísticos” ou os fluxos de turistas e visitantes possam gerar. A reprodutibilidade de alguns dos seus fragmentos como forma de captar a atenção do espaço público não desvanece por completo a *emoção* da contemplação do original (Guillaume, 2003); Heinich, 2009). Ao mesmo tempo, a necessidade do contacto directo com o património, com a sua fisicalidade, mesmo que possa tratar-se de representações do património imaterial, etnológico, de modo mais ou menos descontraído, será talvez até uma forma de contrariar proporcionalmente o crescimento da sociedade virtual¹⁵⁰ e o sentimento de impotência perante o domínio de relações e vínculos sociais cada vez mais abstractos, gerados à distância (Canclini, 2010).

Tornou-se clássica na sociologia da cultura em Portugal a tese, segundo a qual, na relação entre os “espaços sociais de afirmação cultural” erudita, de massas ou

¹⁵⁰ Vale a pena recordar, a este propósito, o exemplo de Paul Veyne sobre os milhares de turistas que se acumulam para apreciar a coluna de Trajano, em Roma, se, a qualquer distância a que se esteja, ninguém consegue ver, a não ser através de fotografia ou gravura, a história que é contada nos seus pormenores esculpidos e ilustra a conquista da Dácia pelo imperador romano (*apud* Fabre, 2000b: 207). O mesmo acontece, precisamente, com as grandes catedrais medievais, ícones europeus do turismo cultural mundial.

popular e os “modos de relação com (esses) bens culturais” devem existir cruzamentos ou combinações suficientemente diferenciadas para permitir a vastas camadas sociais a possibilidade de se confrontarem com os produtos culturais mais exigentes, a eles terem acesso e neles participarem (Pinto, 1994). Deste modo, ainda que falte investigação no campo específico do património, como temos repetido, à luz da referida tese que também subscrevemos, não é razoável nem justo, ora denunciar as baixas práticas culturais relativamente ao património mais exigente, ora interpretar o seu crescimento apenas em função da “indústria do património”, quer esta esteja ao serviço das lógicas económicas, quer ao serviço do poder e das “suas máquinas de memória autorizada” (Guillaume, 2003: 42).

Da interpretação que vimos fazendo sobre os visitantes de património em Portugal, a partir dos três inquéritos que lançámos, sobram algumas conclusões que importa realçar.

A primeira é a de que a sociedade portuguesa participa plenamente dos efeitos do processo de patrimonialização que tem caracterizado as sociedades contemporâneas, quer em termos da conservação e disponibilização de mais categorias de bens patrimoniais, quer em termos da recepção cultural desse processo, visível no aumento dos seus públicos.

A explosão museológica dos anos 80 e 90, em que foram criados 58% dos museus existentes, num processo de crescimento continuado nos anos seguintes, 2000-2005 (Neves e Santos, 2005: 22), acompanha o aumento gradual, para o mesmo período, do universo do património material, natural e imaterial, concretizando uma série de iniciativas que vão desde a criação de programas para integrar novos bens, como os *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* (1994-2003), além do património arqueológico do Vale do Côa (1995), e o programa das *Aldeias Históricas* (1995-2002), até à intervenção em museus, mosteiros, monumentos e pousadas por todo o país (Pereira, 2010: 268-273). A Administração local, como forma de legitimação do seu poder ou sob pressão dos munícipes, assumiu-se igualmente como intérprete desse movimento patrimonialista (Fortuna e Peixoto, 2002; Mozzicafreddo, 1989; Silva e Santos, 2010).

A sociedade portuguesa participa, assim, no movimento que coloca o património no centro das *ficções contemporâneas*, ou seja, em um dos mais “importantes processos de atribuição de significado na contemporaneidade” (Peralta e Anico, 2006).

A segunda conclusão diz respeito à concepção de visitante que podemos formular, em função da forma como os públicos se comportam perante o património que visitam. Entre simples receptores ou espectadores da musealização proposta ou, pelo contrário, enquanto visitantes-participantes, na medida em que fazendo uma releitura do património que visitam se assumirão como visitantes esclarecidos e críticos, criando disposições para se tornarem não só visitantes regulares, como também cidadãos mobilizados e mobilizáveis para a defesa do património, arriscamos que a segunda perspectiva convive com a primeira, não é negligenciável e tem condições para se afirmar cada vez mais na sociedade portuguesa.

É certa a fragilidade da investigação a este nível, de modo algum colmatada pelo modesto contributo do nosso trabalho nesse campo. Sabe-se, por outro lado, através de estudos mais abrangentes, que Portugal, comparativamente a outros países europeus, regista sistematicamente valores baixíssimos no índice de prática cultural (Garcia, 2014), embora análises, igualmente recentes, apresentem a sociedade portuguesa na senda de “novos trilhos culturais” marcados por práticas que, nesse sentido, não a afastam substantivamente dos modelos europeus (Santos e Pais, 2010).

A respeito dessa dissensão, e à semelhança do que já havíamos sublinhado no capítulo sobre o tema do associativismo e cidadania cultural, vale a pena insistir na relativização das discrepâncias entre os dados dos inquéritos internacionais sobre a realidade cultural nacional e os dados construídos a partir de perspectivas monográficas sobre as políticas, práticas, estruturas, dispositivos e agentes culturais do país. Vale a pena, simultaneamente, assumir que, no quadro da participação política, como no quadro da participação cultural, para além de os indicadores internacionais reflectirem grosseiramente as especificidades nacionais, “facilmente reconhecemos, nas diferenças de acesso e participação culturais entre países, efeitos decisivos dos níveis médios de escolaridade e qualificação das respectivas populações, assim como dos respectivos níveis de desenvolvimento socioeconómico” (Fortuna, 2014: 87). Espantoso (e duvidoso) seria que a sociedade portuguesa apresentasse, quantitativamente, níveis e índices de práticas culturais, ou outras, próximos dos países que historicamente foram pioneiros na sua democratização e generalização.

A brutalidade, pois, com que as estatísticas internacionais nos informam sobre a participação cultural dos portugueses não nos deve fazer perder de vista que há públicos em Portugal para o património. Diferenciados, é certo, como certa é a diferenciação valorativa que atribuem, quer às suas categorias e classificações, quer ao

impacto dos métodos de exposição praticados pelos profissionais do património, quer ainda relativos à acessibilidade no território ou às condições de proximidade social com que se envolvem na sua defesa e fruição.

Flexibilidade para novas formas de comunicação com os públicos parece não faltar a alguns profissionais em Portugal. Rigidez institucional para a desenvolver é, contudo, ainda feição dominante ¹⁵¹. E não será inoportuno salientar um campo afim de investigação, que não explorámos, mas se afigura como uma área fundamental para a compreensão da relação das populações com o património cultural e as transformações pelas quais passam os seus públicos. Referimo-nos às plataformas digitais que, na blogosfera, mantêm informação actualizada sobre várias temáticas, nacionais e internacionais, respeitantes ao património cultural. É com base nessa experiência que a autora de um desses blogues pode afirmar:

Os públicos assumem-se, cada vez mais, como intervenientes, capazes de seleccionar informação e difundi-la junto dos seus pares, numa perspectiva crítica e construtiva, partilhando opiniões e apresentando sugestões, num espaço de partilha e interacção cujas potencialidades são imensuráveis, cumprindo, também, uma função que deixou de ser exclusiva de alguns para estar ao alcance de todos (Remelgado, 2011: 13) ¹⁵².

¹⁵¹ “Os museus não se podem ficar pela prática dentro de portas. O museu existe numa sociedade em que tudo muda permanentemente. O museu tem que se articular com a sociedade e lidar também com o que são hoje as circunstâncias das pessoas. No caso dos museus de arte muitos dos dilemas humanos podiam ser abordados através das colecções: a traição, a paixão, a morte, o sacrifício, a comida, a riqueza, a pobreza, o abuso, etc. No entanto, isso não acontece”, Inês Fialho Brandão, historiadora de arte e museóloga, entrevista ao blogue *No mundo dos museus*, 18-07-2013 (<http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/>).

¹⁵² Patrícia Remelgado, autora do blogue <http://www.pportodosmuseus.pt/>, online desde 1997, escreve na sua página de apresentação:

“Mais de 12 000 notícias publicadas, mais de 10 000 subscritores/ seguidores/amigos/fans no serviço de *newsletter* e nas principais redes sociais em que está presente... uma base de dados actualizadas de contactos do sector actualmente com 40 000 registos... Em Dezembro de 2010, foi distinguido com o Prémio Menção Honrosa “Melhor Comunicação Online”, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia”.

Por outro lado, o blogue *O mundo dos Museus* (<http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/>), desde 2006, *Musing on Culture* (<http://musingonculture-pt.blogspot.pt/>) e *Património* (<http://www.patrimonio.pt/>) são apenas exemplos de outras redes com seguidores significativos.

Mas, os públicos não dependem apenas das estratégias comunicacionais forjadas nas instituições patrimoniais, comerciais ou mediáticas. Há outros valores e factores em jogo que concorrem para explicar as atitudes e os comportamentos culturais perante o património. Deles nos ocuparemos nos próximos pontos.

4. 3. Tipos de património. Da heterotopia do tempo à heterotopia do espaço.

Sugerimos, anteriormente, que o hábito de visitar lugares de património, acumulando experiências culturais que vão dotando os visitantes de instrumentos de descodificação simbólica, constitui um bom indicador de avaliação do interesse pelo património e pela sua preservação. Não é contudo suficiente para completar a percepção das atitudes e disposições que podem conduzir à defesa da sua salvaguarda ou à indiferença da sua existência ou até do seu desaparecimento. Saber a que tipos de património os portugueses associam mais as suas preocupações é, então, outro passo na compreensão de tais atitudes.

Assim, confrontados os inquiridos com sete categorias de bens patrimoniais ¹⁵³ em risco de destruição, verifica-se para o conjunto da população

¹⁵³ A tipologia que apresentamos não decorre do regime jurídico para a salvaguarda do património cultural português, segundo a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001) que a sustenta, embora deva estar presente para analisar as afinidades ou discrepâncias entre os critérios de valoração administrativa e os critérios de valoração social. De acordo com a referida lei, o IGESPAR classificou o património cultural imóvel em três categorias - monumentos, conjuntos e sítios - que se distribuem por uma hierarquização de valores, ou categorias de protecção, em monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de interesse municipal, ficando definidas sete tipologias: Arqueologia, Arquitectura Civil, Arquitectura Militar, Arquitectura Mista, Arquitectura Religiosa, Não Definida (Centro Histórico, Conjunto) e Património Industrial.

No que se refere ao Património Cultural Imaterial, fundamentado nos artigos 91.º e 92.º, dedicados aos *bens imateriais* da Lei de Bases, e no Decreto-Lei n.º 139/2009, decorrente da Convenção da UNESCO de 2003, não está contemplada qualquer hierarquização valorativa, pelo que todas as manifestações culturais de carácter imaterial não são diferenciadas por graus de prestígio como acontece com o património material, basta que tenham significado para as comunidades suas detentoras e que estas manifestem vontade de as salvaguardar.

portuguesa, à semelhança do que fora encontrado para os visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa, que o património mais valorizado a proteger, por exemplo, da ameaça de certas opções de desenvolvimento, é o património histórico-monumental, representado pelo “lugar pré-histórico” e pela “igreja medieval”, em paralelo, em grau de importância, com o património ambiental, representado pela “formação geológica rara” e pelo “lugar de ninhos de aves em extinção”. Com efeito, mais de 80% dos portugueses atribuí respectivamente muita/alguma importância às quatro categorias de património referidas.

Recolhendo menores valores de importância mas, ainda assim, significativos (as percentagens dos que atribuem muita importância colocam-se entre 58% e 77%) são os tipos de património que designamos por “lugares de memória” recente por corresponderem, em geral, a bens patrimoniais ou patrimonializáveis representativos do passado recente, como o espaço rural essencialmente agrícola, simbolizado pela casa “rústica com cerca de 300 anos”, as fases mais antigas da industrialização, representadas pela “velha fábrica de destilação” ou o património imaterial, histórico-literário, simbolizado pela “casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos”.

Quadro. 11 Tipos de património valorizado

	Muita/alguma importancia		Pouca/nenhuma importancia	
	Nº	%	Nº	%
Um lugar pré-histórico	845	87.0%	126	13.0%
Uma igreja medieval	865	89.0%	107	11.0%
Uma casa rústica com cerca de 300 anos	739	76.7%	225	23.3%
Uma velha fábrica de destilação	552	58.2%	396	41.8%
A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos	741	76.5%	228	23.5%
Uma formação geológica rara	801	85.3%	138	14.7%
Um lugar de ninhos de aves em extinção	849	86.3%	135	13.7%

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

São estes lugares de memória ¹⁵⁴, não monumentais, vernaculares, ou imateriais, evocando saberes e práticas desaparecidos ou em extinção, em conjunto com o património ambiental - este há mais tempo e largamente consagrado em convenções internacionais que classificam paisagens e paisagens culturais, aquele recentemente considerado sob a designação de património imaterial - que contribuem, em boa parte, para a explosão do património nas sociedades contemporâneas, numa extensão quase infinita da sua noção a edifícios, lugares, objectos, actividades, práticas e representações.

Como referimos anteriormente, vários autores destacam esta vertente do processo de patrimonialização das sociedades contemporâneas, mostrando como em vários países, a nível mundial, em alguns casos suplantando os monumentos históricos, crescem a bom ritmo os visitantes de museus etnográficos, eco-museus, bairros antigos, casas rústicas, antigos edifícios industriais reabilitados, parques e jardins (Andrieux, 1997; Choay, 1996; Walsh, 1995). Relembremos também que o termo património foi introduzido por Chastel nos anos 60, no quadro da reorganização das políticas culturais de Malraux, com a intenção, precisamente, de estender as políticas de salvaguarda, reabilitação e valorização a outros bens culturais para além dos monumentos históricos (Heinich, 2009). E é Heinich quem mostra exemplarmente como na “fabricação” do património em França se vão criando sucessivamente cadeias administrativas de protecção e classificação patrimonial para englobar esses novos patrimónios. A mais notável terá sido, justamente, a criação de um serviço de Inventário, nos anos 60, que teve como primeiro responsável Chastel e como função o registo de todos os “monumentos e riquezas artísticas de França” (abrangendo o património vernacular), demarcando-se do serviço dos monumentos históricos e das suas filosofias de registo e

¹⁵⁴ Tomada de empréstimo de Pierre Nora, a expressão *lieux de mémoire* não tem aqui o mesmo sentido que lhe deu o seu autor, para quem o conceito compreende os símbolos, monumentos, comemorações, lugares que permanecem na memória colectiva e, por força de intenções memorialistas ou do investimento afectivo de comunidades, se foram tornando parte da identidade francesa (Nora: 1984).

A expressão que aqui usamos está mais próxima da oposição aos *não-lugares* definidos por Marc Augé (1994) e que, segundo este autor, a sobremodernidade produz - auto-estradas, aeroportos, centros comerciais – lugares de passagem, desprovidos de relações sociais e espaciais sólidas. “Lugares de memória” são então, para nós, “lugares identitários, relacionais e históricos”, ainda que possam não ter atingido o estatuto de lugares de património nacional. Para outras leituras sobre o mesmo conceito, cf. (Sobral (2006: 7).

recuperação do património edificado, herdado da revolução francesa, embora sucessivamente reformulado (Heinich, 2009).

Dir-se-ia estar instalada, de facto, a óptica que tende a afastar os lugares de património, progressivamente, de espaços de *heterotopias do tempo*, e a aproximá-los de “heterotopias do espaço”. O notável ensaio de Foucault de 1967 sobre a oposição espaço-tempo que para si tão bem definia o presente, parece poder aplicar-se às actuais concepções do património, cujo referente fundamental já não é o tempo e o passado, mas o espaço e o presente:

A grande obsessão do séc. XIX foi a história...a presente época será talvez a do espaço...Estamos na época da simultaneidade, da justaposição, na época do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento no qual o mundo se faz sentir, creio, menos como uma grande vida que se desenvolverá ao longo do tempo do que como uma rede que religa pontos e vai urdindo os seus laços (Foucault, 1967: 12).

Efectivamente, é hoje o espaço, no sentido da diversidade cultural que se pretende preservar, ainda que sob a forma de sobrevivências, e não o tempo, no sentido da estabilidade conferida pelo passado, que organiza a maior parte dos novos museus e do pequeno património. É o património social, sustentado por uma lógica de reconhecimento de grupos sociais, comunidades ou territórios que com ele mantêm uma relação simbólica *versus* o património institucional, baseado nos critérios da excepcionalidade que o tempo confirma e eterniza (Lowenthal, 2003; Rautenberg, 2003). Davallon é peremptório:

(...) o erro mais comum sobre o património consiste na crença de que o passado representado pelo objecto se limita a factos históricos” (Davallon, 2006: 123).

Em Portugal, a atestar “a ânsia de salvaguardar memórias recentes das sociedades tradicionais em rápido processo de normalização” (Silva e Santos, 2000: 14), também se ia confirmando, sobretudo fora das grandes cidades, o crescimento de museus etnográficos, de sítio, de artes populares, “mistos pluridisciplinares”,

“especializados”, referenciados desde o primeiro *Inquérito aos Museus em Portugal* (Santos *et al*, 2000) e cuja expansão se manteve nos anos seguintes, conforme acima referenciado. O associativismo de base local, as políticas culturais dos municípios, com objectivos de dinamização turística e de desenvolvimento, em conjugação com as primeiras campanhas nacionais de defesa do património, também já o afirmámos, estão definitivamente no caminho da integração dos patrimónios locais. Foi o dinamismo do contexto cultural e político dos anos 80/90 que retomou e reavivou antigos campos patrimoniais, como o urbanismo, a arquitectura, a arqueologia, a etnologia, que fez eclodir a expansão de novos patrimónios, como o industrial, o rural, a tradição oral, que operacionalizou metodologias de reabilitação, reanimação e reutilização do património (Custódio, 2010). Foi a partir daqui, diz-nos ainda o autor, “que em Portugal se impôs o léxico ‘património’ para substituir a linguagem dos monumentos nacionais do Estado Novo” (2010: 299).

Do que sabemos menos hoje é da sustentabilidade do tecido museológico e patrimonial e das transformações a esse respeito induzidas pelo *heritage boom*. Que a evolução não terá sido inteiramente positiva é o que revelam as preocupações da maioria dos profissionais do património e das principais associações do sector que, em 2008, se manifestaram publicamente para contestar com veemência a inoperante distribuição de recursos humanos e financeiros, a necessidade de requalificação e manutenção de equipas multidisciplinares, o encerramento de sítios e museus, em favor da espectacularidade de novas arquitecturas museológicas, como o novo Museu dos Coches, o desaparecimento da gestão da arqueologia no território, no fundo, a “desordem institucional”, como é designada pelos subscritores do protesto, instalada pelas reformulações administrativas e legislativas desde 2006 ¹⁵⁵.

“Sob o signo de Sísifo” é assim a metáfora usada por outro autor que reflecte sobre as políticas do património, aproximadamente na mesma época, para qualificar a desordem institucional que, como Sísifo, conduzirá a incessantes reformulações na organização do património, sem resultados nem benefícios para a sua gestão (Pereira: 2010). Ligeiramente diferente é, no entanto, o ponto de vista de quem olha o património com mais flexibilidade, quer quanto à sua tutela, quer quanto ao seu

¹⁵⁵ Cf. Raquel Henriques da Silva, Walter Rossa, Cláudio Torres e José Aguiar, *Público*, 24-04-2008, e artigo mais extenso, dos mesmos autores, disponível na página do ICOMOS (<http://icomos.fa.utl.pt/>), comentado no capítulo anterior.

entrosamento social, para quem, afinal, os suportes institucionais ou normativos não se apresentam como espartilhos à imaginação museológica:

Há museus a mais em Portugal? A minha opinião é que há museus a mais para os recursos de que dispõem. Nós temos o mesmo problema que Itália, ou seja, uma abundância de património ou daquilo que consideramos património e cuja protecção não é negociável. Temos também alguns tabus quanto ao que é uma utilização apropriada desse património. Podemos transformar património em centros comunitários, centros de dia, espaço visitável ou centro de interpretação, mas se for uma concessão já é problemático. E, portanto, também nos limitamos relativamente à utilização do património que temos ¹⁵⁶.

Mais próxima, esta concepção, da “operacionalização” dos novos patrimónios ou do que designámos por “lugares de memória”, o que acima de tudo transparece das atitudes da população portuguesa captadas no inquérito nacional e nos inquéritos locais, relativamente à forma como hierarquizam e valorizam as categorias patrimoniais, é talvez, mais do que a própria “juventude” do processo de explosão patrimonial na sociedade portuguesa, o débil e tardio apoio institucional a esse movimento.

De facto, da análise factorial em componentes principais das sete categorias de património (Quadro 12) surgem dois factores consistentes que estruturam, de acordo com o grau de importância, em dois tipos de património as percepções do património consagrado mas, também de bens culturais mais vulneráveis ao desaparecimento se não forem protegidos: o património histórico-monumental e ambiental (factor 1) e o património designado por lugares de memória recente (factor 2). Saliente-se ainda que a consistência desta distinção entre categorias de património, e respectiva hierarquização, foi obtida junto de outros segmentos da população portuguesa, em momentos diferentes, como os estudantes do ensino secundário (Pais, 1999), os visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Lima e Reis, 2001), os visitantes da Fortaleza de Sagres, em 2005, e os dirigentes de associações de defesa do património em 2003, ainda que se

¹⁵⁶ Entrevista de Inês Fialho Brandão, museóloga, 18-07-2013, ao blogue *No mundo dos museus*, <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5701>

destaquem diferenças entre aqueles universos quanto ao grau de importância atribuído às categorias específicas de património.

O interesse pela cultura, sob a forma de monumentos ou edifícios monumentais, em associação com a preocupação de salvaguarda de bens ambientais em risco de extinção, bem como o interesse manifestado pelo património rural, acham-se bem presentes na sociedade portuguesa. Porém, os menores valores reservados a outros patrimónios estarão sobretudo relacionados com o carácter recente da sua consagração institucional, entregue ao voluntarismo das associações locais e às dificuldades por estas experimentadas para manter com sucesso iniciativas e projectos de salvaguarda e valorização de patrimónios a que a Administração Central, ocupada nas duas primeiras décadas de democracia com a recuperação do património monumental e do seu novo enquadramento identitário na Europa, votou menos consideração.

Quadro. 12 Factorial em componentes principais das categorias de património

	Património histórico-monumental e ambiental (Factor 1)	Lugares de memória recente (Factor 2)
Um lugar pré-histórico	.838	
Uma igreja medieval	.801	
Uma formação geológica rara	.716	
Um lugar de ninhos de aves em extinção	.723	
Uma casa rústica com cerca de 300 anos		.757
Uma velha fábrica de destilação		.911
A casa de um poeta famoso que morreu há 100 anos		.774

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000
 % Variância factor 1: 38,73; *Alpha Cronbach*=0.85
 % Variância factor 2: 34,04; *Alpha Cronbach*=0.84
 Total variância explicada: 73,47%

Com base nos factores extraídos e na respectiva análise de variância, podemos equacionar melhor o quadro sócio-cultural que predispõe para atitudes tendencialmente favoráveis à preservação em função dos dois tipos de património considerados.

A idade, já se havia constatado para outras variáveis, não revela qualquer relação estatisticamente significativa nem com a conservação de lugares de memória recente nem com o outro tipo de património, isto é, com o património histórico-monumental e ambiental.

No que respeita ao património histórico-monumental e ambiental, e considerando a sua relação com outras variáveis independentes, registam-se as seguintes diferenças: são os mais escolarizados, com ensino superior, quem maior importância atribui a este tipo de património, por oposição aos menos escolarizados, com ensino primário ou sem grau de instrução (Quadro. 13); também os membros de profissões técnico-científicas e quadros superiores lhe concedem maior importância, em contraste com as profissões mais desqualificadas do sector dos serviços.

Quadro. 13 Nível de instrução e tipos de património (médias dos factores)

		Património histórico-monumental e ambiental	Lugares de memória recente
Nível de instrução	Nenhum	3.24	2.89
	Ens. primário	3.26	2.94
	Ens. secundário incompleto	3.34	2.82
	Ens. secundário	3.43	2.95
	Ens. superior	3.48	2.91

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=nenhuma importância; 4=muita importância

O nível de instrução acha-se, por outro lado, apenas correlacionado com o factor 1, ou seja, com os lugares de património histórico-monumental e ambiental ¹⁵⁷.

Outras diferenças são, porém, visíveis na relação dos tipos de património com as classes sociais. São os lugares de topo da estrutura social, empresários e

¹⁵⁷ Valor t Kruskal-Wallis: 10.624; p<0.05

dirigentes, e profissionais técnicos e de enquadramento com maiores qualificações, quem maior importância atribui à preservação do património monumental e ambiental, constituindo os pequenos proprietários dos sectores económicos tradicionais o grupo que mais se distancia da importância conferida a este tipo de património ¹⁵⁸.

Simultaneamente, este tipo de património é ainda mais importante para quem vive em meio urbano e se identifica geo-culturalmente com o mundo, por oposição aos que habitam o espaço rural e se identificam com a localidade ou região onde habitam (Quadro 15 e Quadro 16), embora só exista correlação significativa com os indicadores que compõem a identidade geo-cultural ¹⁵⁹.

Quadro. 14 Classe social e tipos de património (médias dos factores)

		Património	
		histórico-monumental e ambiental	Lugares de memória recente
Classes sociais	Grande/média burguesia	3.50	2.95
	Nova burguesia assalariada	3.49	2.93
	Salariação terciário	3.31	2.92
	Pequena burguesia tradicional	3.18	2.73
	Trab. manuais independ	3.36	3.13
	Salariação manual	3.27	2.85

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=nenhuma importância; 4=muita importância

Quanto aos lugares de memória recente, verificam-se também as seguintes diferenças (Quadros. 13, 14, 15 e 16): são os que possuem uma escolaridade média e até os pouco escolarizados (ensino primário) quem mais valoriza este tipo de património, também os trabalhadores manuais independentes (e os agricultores e trabalhadores qualificados deste sector) concedem maior importância em oposição a segmentos do operariado industrial. Este novo tipo de património reveste-se, igualmente, de maior importância para quem vive em meio rural, desta vez, em oposição aos que habitam em zona suburbana, sendo também mais importante para

¹⁵⁸ Valor t Kruskal-Wallis: 15.134; p<0.01

¹⁵⁹ Valor t Kruskal-Wallis: 18.479; p<0.01

quem se sente mais identificado com a Europa, em oposição àqueles que se identificam com a localidade onde vivem.

Quadro. 15 Habitat e tipos de património (médias dos factores)

		Património histórico-monumental e ambiental	Lugares de memória recente
Habitat	Urbano	3.36	2.87
	Suburbana	3.29	2.71
	Rural	3.28	2.97

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=nenhuma importância; 4=muita importância

Quadro. 16 Identidade geo-cultural (médias dos factores)

		Património histórico-monumental e ambiental	Lugares de memória recente
Identidade geo-cultural	A localidade ou cidade onde vive	3.24	2.76
	A região do país onde vive	3.26	2.98
	Portugal	3.40	3.00
	Europa	3.50	3.41
	Mundo	3.55	2.88

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=nenhuma importância; 4=muita importância

Se o último conjunto de informações não proporciona uma ideia clara acerca de processos de identificação simbólica que possam estar na base da formação de atitudes de valorização do património, tal não nos inibe de as interpretar, condicionados embora pelas pequenas variações estatísticas encontradas. Sabe-se como na literatura sobre o património o tema da memória e das identidades é por demais glosado. Seriam infundáveis as referências à identidade nacional, às identidades locais, sociais, imaginadas e ao seu processo de formação, incorporação ou imposição. Mas, não foi esse o propósito principal neste trabalho. Além de muitas outras dimensões a que o fenómeno da expansão do património pode ser analisado, apenas quisemos averiguar de

que forma os lugares, reais ou imaginados, onde se estruturam e incorporam habitus, condiciona perspectivas sobre o património. Sobretudo, tendo em conta a desterritorialização contemporânea trazida pela globalização:

A que lugar eu pertença? A globalização leva-nos a re-imaginar a nossa localização geográfica e geocultural. As cidades, sobretudo as megacidades, são lugares onde essa questão se torna intrigante...espaços onde se apaga e se torna incerto o que antes se entendia por 'lugar'. Não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interacção em que as identidades e os sentimentos de pertença são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional (Canclini, 2010: 153).

A “presente época será talvez a do espaço...”, não a do tempo, relembremos Foucault. Um espaço que por poder conter muitos lugares transforma a memória do tempo.

Esta é talvez uma das razões da incompreensão ou visão crítica (e céptica) que alguns autores nutrem pelo súbito interesse social que a extensão do património tem suscitado (Choey, 1996; Urry, 1998; Lowenthal, 2003). Visão crítica expressa na ideia de que se trata de uma atitude conservadora, passadista, que deforma a história, tornando-a populista para ser comercializável (2003: 87). “Não será o património História de má qualidade?”, pergunta Lowenthal na tentativa de explicar o que designa por actual “obsessão” pelo património, que identifica com “obsessão” pelo passado (2003: 3).

Assim é, se persistirmos na consideração apenas do património material e das categorias classificatórias com que a perspectiva institucional o consagrou.

[A] definição de um património centrado nos objectos pode ser vista como um processo de reificação, na medida em que se oculta a realidade social da sua produção. Existe uma dominação do ‘tempo monumental’ – o da história oficial feita monumento e fixa no património – sobre o ‘tempo social’, o tempo da experiência quotidiana (Sobral, 2004: 262).

Ora, o património imaterial e o património não monumental, dos lugares e dos territórios, vem alterar a perspectiva. Precisamente, é a espacialização das culturas ou dos objectos *in situ* que se trata de patrimonializar, o que significa no mundo de hoje, para seguirmos Canclini, que o local perde o seu isolamento, sem perder a sua singularidade, e “os estereótipos com que representávamos o distante decompõem-se na medida em que o encontramos com frequência” (2010: 28). Residirá nestas mudanças, uma das razões do interesse social pelo património?

Voltemos à estatística (Quadros 15 e 16). Em primeiro lugar, todos, independentemente do lugar onde habitam ou do lugar com o qual se identificam, conferem mais importância ao património monumental e ambiental. Não surpreende, dada a dispersão e a “juventude”, a que aludimos, da patrimonialização dos lugares de memória recente. Como avançámos em capítulos anteriores, as políticas do património em Portugal privilegiaram, desde o Estado Novo, o património material, sobretudo monumental, apesar da mobilização associativa pelo seu alargamento que se verificou no regime democrático.

Outra interpretação possível, embora não a possamos cabalmente demonstrar, situa-se no domínio simbólico. Sabendo que é o património rural que mais peso tem na categoria “lugares de memória”, por estar culturalmente mais próximo da população portuguesa, em comparação com os artefactos do património industrial, é plausível que a sua conservação possa assumir o que Guillaume (2003) designa de natureza *simbólica* por oposição à natureza da conservação *heterológica*, presente no património monumental.

A primeira diz respeito ao envolvimento emocional de objectos, histórias, memórias que ainda fazem parte do quotidiano, portanto, não precisam de conservação material, acham-se simbolicamente conservados; a segunda, a conservação ou o património “heterológico”, diz respeito ao processo de distanciação dos objectos pelo saber especializado e legitimado pelo poder ¹⁶⁰. De facto, o património “heterológico”, para prosseguirmos com a terminologia deste autor, é o mais enraizado na sociedade portuguesa, contudo, são os que possuem maior capital escolar e detêm melhores posições sociais aqueles que também mais valorizam o património monumental. Não

¹⁶⁰ Nesse sentido, o autor refere que nas “sociedades simbólicas do passado” não existe preocupação com a preservação de monumentos ou objectos que “deixaram de ser portadores de aparição, de emoção ...o que importa do passado não pertence à ordem das coisas e do visível” (Guillaume, 2003: 34).

surpreende a relevância que este tipo de património assume para as elites intelectuais e políticas, dada a correlação entre a sua simbologia e os processos de reconstrução da identidade nacional, eles próprios protagonizados, entre outros actores, por essas elites

161.

No entanto, discriminando melhor os indicadores da identificação geocultural (Quadro. 16), verifica-se que, à excepção dos mais cosmopolitas, que se sentem cidadãos do mundo e valorizam menos o novo património, à medida que se “sai” da localidade para espaços globais, aumenta a importância em todas as categorias de património, e quem mais se identifica com o país e a Europa, mais importância vota ao património recente. Por outras palavras, é a identificação com o espaço nacional e europeu, e não a identificação com o espaço local, que faz aumentar a valorização de todos os tipos de património, incluindo o dos “lugares de memória recente” que na sociedade portuguesa, repita-se, corresponderão maioritariamente às “sobrevivências” do mundo rural. Inversamente, a maior identificação com o espaço local é também a que menos valoriza as categorias que compõem as heranças culturais recentes.

Talvez se possa completar a leitura destes dados, retomando as considerações de Guillaume (2003). Com efeito, se o património *heterológico*, característico da modernidade ocidental no seu momento de ruptura com a tradição, torna essa tradição um outro passado que deixou de fazer parte do presente, já o património *simbólico*, das sociedades arcaicas ou pré-modernas, existindo no espírito dos lugares e das coisas, dispensa a conservação material. Similarmente, talvez o ethos ainda presente nas práticas do quotidiano de tantos espaços rurais portugueses não produza a distanciação suficiente para erigir tais passados recentes em património. Interessante, e inevitável sublinhar, é, todavia, a renitência de autores como o que vimos seguindo, que tão bem captam o processo de transformação do património nas sociedades modernas, em reconhecer autenticidade a práticas patrimoniais que ainda fazem parte das experiências de certos espaços sociais. Como defende Macdonald, não há inautenticidade na revitalização do património imaterial, se nos referimos à

¹⁶¹ Sobre o papel primordial das elites no discurso da identidade nacional, embora com posições diferenciadas acerca da relevância cultural e política que aquela desempenha na sociedade portuguesa, cf. (Cabral, 2003) e (Sobral, 2006).

musealização de *disposições* que fazem parte do habitus de grupos sociais (2013: 115). Questão que voltaremos a confrontar no próximo ponto do trabalho.

4.4. Valores estruturantes na construção social do património

Temo-nos esforçado, ao longo das secções que estruturam este capítulo do trabalho, por não restringir a análise a uma clássica sociologia dos públicos que se atenha à sua distribuição pela hierarquia dos bens patrimoniais, procurando, pelo contrário, dar conta da multiplicidade e combinação de interesses e experiências culturais que partilham a cada vez mais diversificada “cadeia patrimonial”. A preferência por determinados objectos patrimoniais ou, antes, o que parece estar a afirmar-se como a diluição dessa preferência por mais lugares de património disponíveis encontra parte da explicação nas políticas culturais respeitantes ao património, outra parte nos valores que se foram estruturando em torno do seu processo de construção social. Vejamos então, em síntese, o quadro de valores que parece orientar a adesão às categorias de património e torna mais claro o significado das atitudes e das formas de organização favoráveis à sua protecção.

Por um lado, o património histórico-monumental revela-se objecto da máxima importância para a generalidade dos portugueses, embora a sua valorização apareça ligeiramente associada aos segmentos sociais urbanos mais escolarizados. Sabe-se, desde Bourdieu, quanto o acesso aos bens culturais mais legitimados, assim como à generalidade das práticas culturais, é dependente da posse de capital escolar elevado. Contudo, não é evidente, no caso do património, que essa relação se mantenha determinante.

Se estão cada vez mais diversificadas e generalizadas as formas de participação cultural, por via do esbatimento das fronteiras entre cultura erudita, cultura popular e cultura de massas, movimento que obviamente também atinge o património não só em virtude da extensão das suas categorias, como também principalmente pela dessacralização dos seus núcleos mais legitimados, a percepção valorativa do património radicar-se-á, ainda que não exclusivamente, na própria experiência patrimonial.

O modo como se visita um museu de arte não é similar do modo como se visita o centro histórico de uma cidade ou como se aprecia um lugar de memória com forte componente ambiental e paisagística. As percepções são igualmente diferenciadas. Bom exemplo do que se afirma, pode ser colhido no estudo citado sobre a zona monumental de Belém. Com efeito, conforme referido, os objectos de visita são preferencialmente os monumentos históricos ou os que permitem um olhar sobre a cidade e a paisagem, preterindo-se os museus (Abreu, 2013: 80) que, além de diversificados nas suas colecções - etnologia, arqueologia, marinha, planetário, arte contemporânea, coches - se acham em proximidade e dentro do circuito que comporta diariamente um volumoso caudal de visitantes nacionais e estrangeiros. Todavia, há excepções para o museu de arte contemporânea (Museu Colecção Berardo), pelas peças artísticas contemporâneas de prestígio internacional, e para o Museu dos Coches, que também compensa a sua singularidade europeia com maior número de visitantes. Os visitantes dos lugares de património que mais contribuem para o aumento do turismo, a nível nacional e mundial, não dissociam, ao que parece, as práticas culturais propriamente ditas das práticas culturais de lazer, lúdicas, que possam combinar-se num cenário de evasão às experiências do quotidiano. Porém, aos níveis de instrução média e superior detidos pelos segmentos sociais que mais se associam à visita destes lugares não deixará certamente de corresponder a consciência da importância da herança cultural que através dos monumentos transmite conhecimento histórico, artístico e simbólico, quiçá reconhecido como útil à reflexividade sobre a própria sociedade em que se vive.

No caso dos visitantes portugueses, é ainda possível que tais práticas e sentidos de visita estejam associados à própria valorização hierárquica que as instâncias de classificação nacional e internacional lhe concederam e que em Portugal se traduziu, durante longo período, pela sobrevalorização dos monumentos nacionais em relação a outros patrimónios. Relembre-se que, à data do inquérito nacional que temos vindo a analisar, todo o esforço de preservação havia sido posto no património monumental, de tal modo que, apesar de só ter ratificado a Convenção do Património Mundial (1972) em 1981, Portugal conseguiu classificar de uma só vez, em 1983, nas listas do património mundial, quatro monumentos nacionais, por sinal, os mais emblemáticos desde sempre da identidade do país, e que tinham sido também objecto preferencial de valorização

durante o Estado Novo ¹⁶². A “dissipação da visão monumentalista do património” (Pereira, 1997) pode bem, de facto, não se ter ainda desvanecido, nem do espírito dos seus mediadores mais legítimos, nem dos que procuram através do património diversificar as suas práticas culturais. Simultaneamente, como temos sublinhado, à menor atractividade dos museus relativamente a outros tipos de património estarão ainda associadas estratégias de valorização tradicionalistas, revelando incapacidade de compatibilização entre as funções culturais e educativas e as funções comunicacionais:

Na prática dos museus, continuamos a ver formas de comunicação entre peritos, entre entendidos numa linguagem que o público não domina. E não estou a falar de pessoas sem formação, mas se a sua área de especialização não for aquela, para esses visitantes [o museu] é uma língua estrangeira ¹⁶³.

De todo o modo, os segmentos da população mais escolarizados também valorizam o património ambiental que conjugam, como vimos, em importância, com o monumental. E são, igualmente, os mais escolarizados quem maior representação tem no activismo político quer nas associações de defesa do ambiente e na dinamização do debate no espaço público (Nave, 2000), quer nas associações de defesa do património, como se deu conta no capítulo anterior. Por outras palavras, à medida que aumentam os níveis de instrução na sociedade portuguesa, aumentam as práticas culturais em torno do património histórico e ambiental, aumentando também o interesse político pela sua preservação.

Neste quadro, haverá alguma sensibilidade de esquerda ou de direita perante os dois tipos de património e os valores que representa? Terão os valores sociopolíticos, nomeadamente pós-materialistas, interferência na valorização dos tipos de património?

Há, de facto, uma relação linear negativa entre a importância dada ao património histórico-monumental e ambiental e a posição política ($r=-.137$) e entre esta e a importância concedida aos lugares de memória recente ($r=-.112$). Quanto mais à direita menor a importância concedida à segunda categoria de bens patrimoniais. Trata-

¹⁶² Além de Angra do Heroísmo, recorde-se, foram classificados nesse ano o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, o Convento de Cristo e o Mosteiro de Santa Vitória na Batalha.

¹⁶³ Maria Vlachou, arqueóloga, directora do ICOM-Portugal, consultora em gestão e comunicação cultural, TSF, *Encontros com o Património*, 17/05/2014.

se, no entanto, de uma correlação bastante ténue ¹⁶⁴, a atestar certamente a emergência da nova cultura política que dirige os seus objectivos para o campo cultural das novas causas, de que o património e o ambiente são apenas dois dos exemplos. É essa também a visão de quem está no terreno e, enquanto programador cultural, lida com ambas as sensibilidades ¹⁶⁵:

[A distinção entre a direita e a esquerda] ainda faz sentido em Portugal. É dos poucos lugares do mundo em que isso acontece. Há actividades e orientações de natureza ideológica que têm a ver com a cultura e com a arte que, de facto, pertencem à direita ou à esquerda. Que não têm a ver, é certo, com o que eram há 15 ou 20 anos... a associação da esquerda à arte contemporânea e da direita ao património, esta oposição esbateu-se nos últimos anos por completo (...) Hoje há uma esquerda que dá grande importância ao património (...) De igual modo, há uma direita que olha mais para a criação. Estas coisas são agora mais complexas

¹⁶⁶

No que respeita à relação entre os valores políticos, medidos pela escala inspirada em Inglehart, e a valorização dos tipos de património, verificam-se também diferenças que tornam mais clara a configuração dos grupos sociais em que se apoia o interesse actual pelo património. Os pós-materialistas são os que mais importância atribuem a ambos os tipos de património, quer se trate do património histórico-monumental e ambiental, quer do património representado pelos lugares de memória

¹⁶⁴ Para $p < 0.01$

¹⁶⁵ António Pinto Ribeiro, consultor cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, entrevista ao *Público*, 15-12-2011.

¹⁶⁶ Atente-se ainda na seguinte declaração, colhida no *Manifesto* apresentado por 21 Associações de Defesa do Património que, em 2008, deram origem à nova Plataforma associativa do património PP-CULT, analisada no capítulo anterior:

“Cuidar e desenvolver o Património Cultural, muito mais do que uma decorrência da lei, nacional, europeia ou universal constitui, pois, um imperativo civilizacional e de cidadania. Em mais de trinta anos de vida democrática recente deram-se passos importantes para que o Património Cultural português começasse a adquirir na sociedade o lugar central, progressivo e moderno que lhe compete. Libertámo-nos de fantasmas; somos unânimes na consideração de que as políticas de Património Cultural constituem o desígnio central do Estado na área da Cultura”, *Público* 16/10/2008.

recente. No essencial, são os materialistas que valorizam menos qualquer dos tipos de património (Quadro 17) ¹⁶⁷. E, se os valores políticos têm alguma influência na decisão de conhecer o património nas diversas vertentes em que se apresenta, o facto é que 71% dos materialistas são não visitantes ou são visitantes pouco frequentes, enquanto 53.5% dos pós-materialistas são visitantes regulares/frequentes ou ocasionais, embora, deve ter-se em atenção, seja baixo o seu grau de associação ($V_{Cramer}=0.134$). (Anexo 2. Valores sociopolíticos e tipo de visitante).

Quadro. 17 Valores sociopolíticos e tipos de património

		Património	
		histórico-monumental e ambiental	Lugares de memória recente
Valores sociopolíticos	Materialistas	3.24	2.79
	Pós-materialistas	3.54	2.98
	Mistos	3.35	2.96

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Embora sabendo que da cultura política fazem parte outras variáveis, além do posicionamento esquerda-direita e dos valores sociopolíticos, a verdade é que encontramos consistência na relação entre as mesmas tipologias de valores sociopolíticos e de categorias de património nos quatro inquéritos realizados (à população portuguesa, às associações de defesa do património e aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa e Fortaleza de Sagres). Em todas as amostras, é notável o ligeiro posicionamento à esquerda, a desidentificação partidária e a correspondente saliência dos grupos “sem simpatia partidária”, a relevância dos valores pós-materialistas e a importância votada quer ao património consagrado quer aos

¹⁶⁷ A relação de ambos os tipos de património com os valores sociopolíticos revelou-se estatisticamente significativa:

Valor t Kruskal-Wallis para o património histórico-monumental e ambiental: 12.746; $p < 0.01$.

Valor t Kruskal-Wallis para o património lugares de memória recente: 11.028; $p < 0.01$.

“novos patrimónios”, atributos que mais se acentuam no campo dos valores que orientam as acções dos dirigentes das associações de defesa do património.

No âmbito dos processos de patrimonialização que se vêm analisando na sociedade portuguesa, outra linha separa os últimos 40 anos do período antecedente, que com igual duração percorreu o regime do Estado Novo. Dos juízos valorativos que os portugueses expressam a propósito das preocupações com a conservação do seu património não parece, na sua maioria, projectarem-se traços nacionalistas tendentes a reproduzir os que incorporavam o quadro político-ideológico em que se exerceu a protecção do património histórico-monumental durante o Estado Novo (Custódio, 1993; Rodrigues, 1993). É certo também, por outro lado, como bem chama a atenção Sobral (2006), que se são melhor conhecidos os mecanismos através dos quais as elites vão ajustando os conteúdos da identidade nacional, desconhecemos com precisão o que possam ser esses processos de identificação para a população em geral ¹⁶⁸. O nosso modesto contributo para o tema expressar-se-á mais adiante quando ensaiarmos a interpretação dos valores que os inquiridos - visitantes, dirigentes associativos e população -, mais associaram ao património e aos quais votaram mais importância.

No que respeita ao inquirido a nível nacional, embora, por economia de meios, tivéssemos que ter prescindido de perguntas que poderiam permitir identificar e medir os elementos que concorrem para a expressão da identidade nacional no quadro do sistema político democrático, os indicadores relativos ao habitat (Quadro. 15) e à identidade geo-cultural (Quadro. 16) podem prestar-se a tirar algumas ilacções sobre a questão.

Os que mais valorizam o património monumental e ambiental, recorde-se, são os que habitam em contexto urbano, embora também sejam os que mais valorizam os outros tipos de património. A identificação geo-cultural desta faixa da população com o Mundo e a Europa, ao mesmo tempo que partilha de valores pós-materialistas, denuncia atitudes face ao património que se integram plenamente nas actuais concepções e práticas culturais em torno de um dos instrumentos de

¹⁶⁸ “Esta questão de ausência de informação sobre as classes populares é de grande importância para a investigação da problemática da identidade nacional. Por um lado, porque, se encontramos sinais (testemunhos escritos de carácter bastante explícito) de a mesma ser assumida por parte de grupos da elite, não podemos presumir que ela é partilhada pela maioria, ou que ela o faz nos mesmos termos. Mas também não podemos presumir o contrário” (Sobral, 2006:15).

identificação e representação das sociedades contemporâneas que consiste, precisamente, na preservação da diversidade de referências históricas, culturais e ambientais, procurando inverter simbolicamente processos de desenraizamento e homogeneização característicos da modernização.

Mas, não só. Como avançávamos no capítulo 2 deste trabalho, com alguns anos de atraso, devidos mais à natureza das políticas do património do que à demora na adesão da sociedade, Portugal não ficou à margem dos processos de patrimonialização que as instâncias europeias e internacionais consagravam desde os anos 90 para a promoção da heterogeneidade e diversidade culturais e ambientais, enquanto referências e valores de (e para) toda a humanidade, a preservar pela comunidade mundial. A descentralização política e cultural aproveitada por algumas políticas municipais, suportadas ora na aliança com associativismos locais, ora forçadas pela sua pressão, ao lograr inscrever na cartografia do património nacional singularidades, ou novas paisagens culturais, que agora se lhe vinham juntar, terá contribuído para o processo de “desnacionalização” do património (Karnouh, 2003), desvanecendo a noção daquele como símbolo apenas da identidade nacional.

Por outro lado, tem-se levantado objecções, a propósito sobretudo dos conteúdos do património imaterial e dos efeitos prováveis da sua normalização mundial, sobre o perigo que o empolamento da diversidade cultural representa para o fechamento provável das comunidades sobre as suas próprias experiências culturais (Calderón, 2013) que não parecem adequadas à realidade social portuguesa.

Se pode ser razoável invocar as teorias sobre os nacionalismos de Gellner e interrogar-se, como faz aquele autor, sobre “como se pode respeitar toda a diversidade cultural... num contexto da cultura actual de nações, em que por definição cada cultura não respeita as demais?” (Calderón, 2013: 24), não podemos esquecer, por outro lado, que o temor da fragmentação cultural foi desde cedo acautelado pela ideia que preside à fundamentação do conceito património-diversidade como “regionalização”, i.e., “descobrir o maior número de denominadores comuns, [a partir] do maior número de diferenças” (Karnouh, 2003: 37/ss) e salvaguardado pelo enquadramento nos valores universais dos direitos do homem (Wagner, 2003; UNESCO, 2003). Conforme sublinhámos, por diversas vezes neste trabalho, a Declaração Universal dos Direitos do Homem parece de facto estar na base e na origem do desenvolvimento posterior dos direitos culturais, entre os quais, o direito de erigir em património expressões culturais de contextos, grupos ou indivíduos nelas envolvidos e que comunidades mais vastas

podem também reconhecer. A celebração da diferença não tem, pois, de ser irreduzível a referências comuns. Também não tem de dissolver-se num mundo cada vez mais global e homogeneizante.

Deste modo, uma primeira abordagem à relação entre património e identidade nacional, medida pela importância que é votada às várias categorias de património e a identificação geo-cultural dos seus defensores, parece dizer-nos que a sociedade portuguesa não associa predominantemente a importância do seu património à identidade nacional, principalmente subsumida na vertente monumentalista, do mesmo passo que a importância conferida aos “lugares de memória” recente não aparenta ser localista, nem paroquial ou revelar acentuados regionalismos.

Em estudo anterior, limitado aos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa, dispondo de uma bateria de indicadores, baseados em inquéritos internacionais, que permitiu construir uma tipologia da identidade nacional, mostrou-se que são os *supra-nacionalistas* – os que apresentam simultaneamente um baixo sentimento nacional e uma elevada abertura ao exterior - quem protagoniza os mais altos índices de interesse por todos os tipos de património, sendo que são os *nacionalistas* e os *patriotas* quem mais se interessa pelo património monumental, embora no universo estudado estivessem claramente sub-representados em relação aos *supra-nacionalistas* que foram os visitantes maioritariamente detectados nesta categoria (Lima e Reis, 2001: 165/ss) ¹⁶⁹. Em 2003, outro autor usou os mesmos indicadores, desta vez para a totalidade da população portuguesa, para, em sentido semelhante, concluir o seguinte:

(...) estaremos a entrar numa nova era pós-nacional, cosmopolita, que tornaria em algo do passado estas identidades circunscritas (...) se as dinâmicas cosmopolitas são uma parte do presente, as identidades nacionais e os nacionalismos estão longe de desaparecer, embora o cenário esteja em rápida mudança (Sobral, 2012: 98).

No que às atitudes sobre o património diz respeito, a componente nacionalista, que existe, estará mais próxima do entendimento anteriormente referido a

¹⁶⁹ *Nacionalistas* (alto sentimento nacional + fechamento ao exterior); *Patriotas* (alto sentimento nacional + abertura ao exterior); *Egocêntricos* (fraco sentimento nacional + fechamento ao exterior).

propósito de Habermas e da sua percepção sobre o sentido de uma identidade pós-nacional, baseada em princípios universalistas do Estado de Direito e da Democracia, onde se exprimem e reconhecem tradições culturais diferenciadas (1994; 2005).

Noutro plano de análise, a menor saliência da identidade nacional não andarão longe, podendo aí encontrar-se diluída, do “efeito da metropolização”, decorrente da intensa mobilidade social e cultural inerente ao aprofundamento dos processos de urbanização e da sua generalização aos contextos e estilos de vida urbanos. Geradora de predisposições e práticas culturais e de cidadania variadas, não convencionais, oriundas de múltiplas referências, nacionais e internacionais, a metropolização (Cabral *et al*, 2008) perfila-se certamente como um dos factores que, pelo menos em contexto europeu, contribui para o desvanecimento das identidades nacionais. Como dizíamos, em 2001, noutro lugar:

Não perdendo por completo a sua função memorial de ligação à identidade nacional, os monumentos, sítios e lugares de memória, à semelhança do que acontece com o ambiente, tendem a ser cada vez mais sentidos como um bem comum que transcende o património nacional para integrar um património mundial sobre as origens comuns ou as diferenças a conservar (Lima e Reis, 2001: 187).

Espelhado nos vários normativos internacionais de defesa do património que fomos comentando, em particular na Convenção do Património Mundial de 1972, a qual dá origem a sucessivas orientações técnicas que vão revendo e actualizando a sua aplicação até chegar à Convenção do Património Imaterial de 2003, o conceito de *bem comum*, vê-se uma vez mais reforçado num dos últimos instrumentos adoptados pelo Conselho da Europa, em 2005 - a Convenção de Faro, ratificada por Portugal em 2011. No entender de um dos seus mentores, traz renovado entendimento sobre o património não só ao consagrá-lo nas suas dimensões materiais e imateriais, mas também procurando, ao mesmo tempo, integrar o seu significado na vida quotidiana, articulando-o quer com a criação contemporânea, quer com as referências culturais diferenciadas que sobre ele possam existir, de modo a ser possível nele reconhecer uma herança cultural comum ¹⁷⁰.

¹⁷⁰ “ [A Convenção de Faro] ultrapassa uma lógica meramente conservacionista do património para uma concepção em que é indispensável percebê-lo em ligação directa com a própria sociedade... [mas só] tornaremos vivos os monumentos, as pedras mortas se as ligarmos à

O património que designámos por lugares de memória recente vem, assim, de certo modo, na medida da sua extensão na sociedade portuguesa e da importância que lhe confere o universo dos inquiridos, colocar-se em contraponto à identidade nacional. Não em oposição a esta, mas como mais uma voz na polifonia dos sentidos que o património vai adquirindo. Patrimónios que podem ser ou não lugares físicos, estar mais ou menos conservados, ou em ruína e degradação, pertencerem ao passado mais distante ou mais recente, mas acima de tudo desempenham uma função simbólica por representarem memórias rurais, industriais, literárias ou outras que a sociedade quer guardar ¹⁷¹. Ganham então *valor* na cadeia de quem os classifica ou enuncia como património (Riegl, 1984), hoje, cada vez mais, também de quem os reconhece como tal e neles revela interesse, visitando-os.

Apesar de comparativamente menos valorizado, este tipo de património não deixa de ser também, como mostram os resultados analisados, significativo para a maioria da população portuguesa. O facto de a importância concedida mostrar valores mais elevados para os menos escolarizados e para os que vivem em meio rural apenas enfatiza, certamente, a maior proximidade que algumas categorias deste tipo de património mantém em certas comunidades, ao mesmo tempo que traduz a adesão das populações locais ao processo de patrimonialização dos seus modos de vida, assim devolvendo ao património capacidade de representação de mais camadas e grupos sociais. No entanto, o facto de os que atribuem maior importância aos lugares de memória recente se identificarem mais com a Europa e demonstrarem adesão a valores pós-materialistas (Quadros 16 e 17) também testemunha a tendência para a salvaguarda e valorização, em ascensão nas sociedades contemporâneas, dos pequenos patrimónios

própria criação artística contemporânea, à arte, à música, à escultura (...) no processo de elaboração desta Convenção, vivíamos as consequências da crise dos Balcãs e tínhamos problemas concretos - a ponte de Mostar, tinha referências múltiplas: referências à religião judaica, ao catolicismo, cristianismo ortodoxo, islão e perguntava-se que comunidade afinal se pode reivindicar desta memória? Estamos perante o *património comum*, então temos que encontrar mecanismos que permitam a todos rever-se nesse património, nessa memória”, Guilherme de Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas e presidente da Comissão Nacional da UNESCO, TSF, *Encontros com o Património*, 14/11/2009.

¹⁷¹ É a função simbólica, e não o tempo, que permite afirmar:

“É por isso que para um francês (e não só) a Bastilha é um lugar de memória, ainda que não exista há mais de um século, enquanto para um alemão (e não só) o Muro de Berlim é igualmente um lugar de memória, apesar de ter deixado de existir apenas há uma década” (Tomaszewski, 2003: 5).

locais, das memórias de um passado não distante, cujo sentido o processo de modernização desarticula ou pode vir a degradar rapidamente, e que o conceito político de património imaterial veio definitivamente consagrar.

Representativa das memórias associadas à ruralidade e à sua sobrevivência tardia em Portugal, é, sem dúvida, a importância que a preservação do património rural, simbolizado na “casa rústica com mais de 300 anos”, apresenta no conjunto das categorias que compõem os lugares de memória recente. Tal facto é tanto mais interessante quanto é também representativo das metamorfoses com que a sociedade portuguesa se vai inscrevendo no processo de modernização. Dito de outra maneira, em virtude da actual identificação dos conceitos de natureza e paisagem com o mundo rural, a sobrevivência do rural em Portugal vai estando cada vez mais associada à noção de reserva de qualificação ambiental, a que se juntam dimensões de defesa do património e da cultura rurais (Lima, 2004a; Lima, 2006; Reis e Lima, 1998). A atracção pelo rural é assim representada pela especificidade que este revela na fusão entre o património ambiental, conservado graças à desertificação induzida pelos processos de modernização em alguns territórios, e a singularidade do seu património imaterial ¹⁷².

Inversamente, a importância votada à preservação do património rural contrasta com o menor entusiasmo demonstrado pela conservação do património industrial. Não mais do que 58% dos portugueses atribui importância à “velha fábrica de destilação”, em comparação com as percentagens, entre os 76% e os 89%, obtidas para as outras categorias de património. Mais forte, na sociedade portuguesa, o imaginário rural sobrepõe-se à representação da memória industrial nas suas fases mais recuadas. Em comparação com outros países, a escassez do património industrial testemunha, entre nós, de acordo com os especialistas, não o atraso de Portugal no processo de industrialização - quando muito diferenças no grau de intensidade do desenvolvimento (Folgado e Custódio, 1999; Mendes, 2010) -, mas a especificidade

¹⁷² Recorde-se as palavras do vereador da cultura da Câmara Municipal do Fundão, a propósito do projecto de desenvolvimento regional das *Aldeias de Xisto*:

“As pessoas sentem em discurso directo, naquilo que comem, que vêem, sentem, têm acesso às fontes originais e isso faz com que tenham uma experiência que vai para além do turista (...) quer numa óptica de turismo da natureza, quer na óptica de turismo cultural, [o rural] pode conseguir o seu espaço de manobra”, TSF, *Encontros com o património*, 16/01/2010.

quanto à sua escala e aos seus materiais, por exemplo, o que contribui para a dificuldade da sua conservação (IHRU, IGESPAR, 2010)¹⁷³.

Ao contrário das culturas populares ou dos patrimónios inseridos em contexto rural que podem ser mobilizados ou abandonados pelas populações que os protagonizam, o património industrial, pelas dimensões do edificado ou da complexidade tecnológica associadas, requer medidas de preservação que só as políticas públicas têm capacidade de levar a cabo. Se o seu estudo em Portugal se iniciou a partir dos anos de 80, nomeadamente na área da museologia, (Mendes, 2012; Folgado e Custódio, 1999), a verdade é que a salvaguarda e recuperação de espólios industriais de modo a perpetuar essa memória do país, particularmente em zonas onde revela a face do seu maior dinamismo, como Lisboa ou Porto, não mereceram dos poderes públicos a atenção adequada. A desvalorização da memória fabril, tal como se verificou para outras categorias de património, é visível nas medidas de defesa e valorização tardias ou insuficientes por comparação com os sectores do património arquitectónico mais consagrado dos monumentos, palácios, igrejas e conventos:

O alheamento público face ao património industrial e à sua valorização moderna, segundo critérios europeus e determinados pelo Conselho da Europa, faz com que Portugal seja o país onde os imóveis industriais são menos contemplados com medidas cautelares de protecção. Este alheamento tem motivações na mentalidade da população, no obscurantismo das instituições e nas condições económicas do país, onde os próprios empresários, só com raras excepções, se envolveram em acções de preservação e salvaguarda da sua identidade industrial (Folgado e Custódio, 1999: 11).

¹⁷³ Ao contrário, o património industrial Britânico é uma das áreas mais dinâmicas da museologia e da intervenção no património na Grã-Bretanha. No final dos anos 80, existiam cerca de 500 museus dedicados a esse tipo de património, 1/3 dos quais constituídos na década anterior (Walsh, 1995: 97). Como vimos anteriormente, a explosão do património industrial neste período foi o fenómeno que esteve na origem das críticas de alguns historiadores britânicos ao que consideraram ora como *heritage industry* (Hewison, 1987), ora como *heritage crusade* (Lowenthal, 2003) e que incidiu sobre os processos de reabilitação social de zonas desindustrializadas com base precisamente na sua decadência económica expressa nas “ruínas” industriais dos edifícios e das tecnologias.

Das sucessivas indagações que fomos construindo para apurar a atribuição de sentido aos processos de significação envolvidos no património, em situações de visita, de participação associada para a sua defesa ou de atitudes da população em geral, expressas nos três inquéritos que servem de suporte empírico a este trabalho, duas conclusões parecem desde já evidentes. Nem a identidade nacional, nem tão-pouco as identidades locais, no sentido paroquialista tantas vezes subsumido naquele conceito, parecem emergir dos resultados como valores estruturantes no processo de construção social do património das últimas quatro décadas em Portugal.

Apesar de grande parte da literatura sobre as matérias do património não dispensar as identidades como arquétipo da explosão deste bem cultural nas sociedades contemporâneas, não cremos que a questão identitária, significativa mas não estruturante, possa ter o papel mais relevante na hierarquia de valores em que a sociedade portuguesa, ou alguns dos seus segmentos, se revê. No actual contexto de globalização cultural, parece impor-se o ponto de vista, que partilhamos, segundo o qual, mais interessante do que abordar as diferenças culturais como resistências ao global homogeneizante, sob a forma de identidades nacionais ou locais inamovíveis, nomeadamente as que concorrem para a emergência e globalização do património nas sociedades contemporâneas, será perceber o modo como a diversidade cultural inerente aos fluxos provenientes dos movimentos migratórios e da comunicação mediática se foi instituindo como um valor em si mesmo, hoje largamente partilhado:

Um mundo onde as certezas locais perdem a sua exclusividade e podem, por isso, ser menos mesquinhas, onde os estereótipos com que representávamos o distante se decompõem na medida em que o encontramos com frequência, um mundo que oferece a chance (sem muitas garantias) de que a convivência global seja menos incompreensiva, com menos mal-entendidos, do que nos tempos da colonização e do imperialismo (...) Mais do que contrapor identidades essencializadas à globalização, trata-se de indagar se é possível instituir sujeitos em estruturas mais ampliadas (Canclini, 2010: 28) ¹⁷⁴.

¹⁷⁴ O mesmo autor, reconhecendo que a globalização cultural é claramente visível na indústria do audiovisual (música, cinema, TV, informática), não deixa de sublinhar o facto de no campo artístico, nas artes visuais, por exemplo, o conceito de vanguardas nacionais ter regredido e ser agora substituído por “estéticas originárias das metrópoles” que, em conjunto com redes de museus, revistas e outros dispositivos editoriais, se tornam sedes de grandes

De certa forma, embora careça de maior aprofundamento com vista à sua demonstração, é o que transparece dos resultados obtidos sobre os valores ou campos de significado que estruturam as percepções mais salientes da sociedade portuguesa sobre o seu património (Quadros 18 e 19).

Com diferenças de grau não acentuadas, os valores a que os portugueses atribuem mais importância parecem bastante próximos dos que Riegl, na sua visão precocemente antecipadora, previra como fundacionais do que designava como *o culto moderno dos monumentos* – o valor de rememoração intencional, o valor histórico e o valor de antiguidade.

O valor comemorativo ou de rememoração intencional, subjacente à intenção de inscrever na memória factos ou crenças, é o fundamento de todos os monumentos intencionais, existe nas mais variadas formas em todas as sociedades, sendo, por essa mesma razão, protegidos por legislação ou pelos meios adequados que garantam “a imortalidade, o eterno presente, a perenidade do estado original” (1984: 85). É, todavia, aos dois últimos valores, sobretudo ao valor de antiguidade, que o autor confere importância decisiva para definir o culto moderno dos monumentos. Nessa reflexão, quanto a nós, abre perspectivas para ir além dos monumentos e repensar não só o lugar que o património vem desempenhando nas sociedades modernas, mas também as ressinificações de que se vem alimentando.

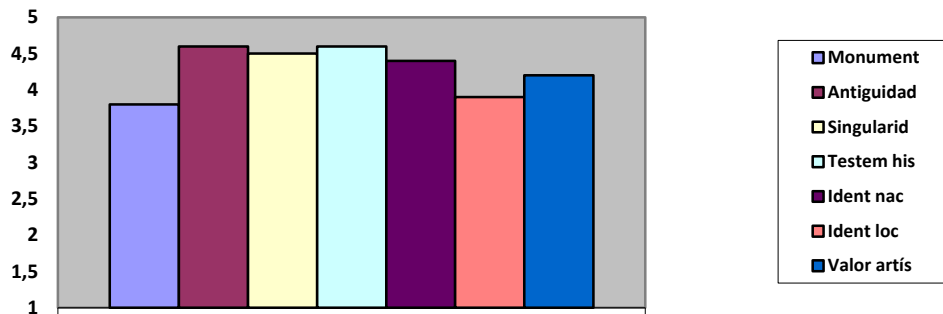
Quadro.18 Valores associados ao património por ordem de importância (1ª importância)

	Atitudes dos Portugueses	Associações Defesa Património
	%	%
Monumentalidade	-	1,9
Antiguidade	26,2	13,7
Singularidade	5,1	17,3
Autenticidade	-	11,5
Testemunho histórico	42,2	15,4
Identidade nacional	-	19,2
Identidades locais	-	3,8
Valor artístico	20,3	3,8

Fonte: *Inquérito às Atitudes dos Portugueses*, ISSP, 2000; *Inquérito às Associações Defesa do Património*, 2003

exposições internacionais, cada vez menos pautadas por imaginários nacionais (Canclini:138/ss).

Quadro. 19 Valores associados ao património por grau de importância



Fonte: *Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres, 2005*

Escala: 1=Nada importante; 5=Muito importante

Se o valor comemorativo (monumento intencional) é universal, já o valor histórico (monumento histórico), dirigido precisamente não aos monumentos intencionais mas aos edifícios que, tendo perdido valor de uso e capacidade de reprodução, integram “um elo insubstituível e irremovível na cadeia de desenvolvimento” (Riegl, 1984: 37), é marcadamente ocidental e constitutivo da própria noção de património nascida com a modernidade e o sentido de preservação de obras culturais representativas de uma época ou de um estilo.

Finalmente, o valor de antiguidade, atributo relativo à percepção do tempo que não requer a intermediação de especialistas, independente do valor artístico ou histórico que nem todos sabem reconhecer, é o que Riegl qualifica como o verdadeiro “valor moderno”:

(...) não implica abordagem científica, nem é tributário de cultura histórica; apenas envolve a sensibilidade e afectividade e pretende dirigir-se, não apenas aos especialistas que se ocupam da conservação histórica dos monumentos, mas às massas, a todos os indivíduos sem distinção do nível cultural. É nesta pretensão de validade universal, compartilhada com os valores sentimentais da religião, que reside o significado profundo – cujas consequências ainda não é possível medir - deste novo valor de rememoração a que chamo ‘valor de antiguidade’ (Riegl, 1984: 46).

Convém deixar claro que a reflexão de Riegl sobre o quadro de valores que opera na conservação foi orientada somente para a arquitectura cuja manutenção releva de especificidades nem sempre transponíveis para outras categorias, nomeadamente, as que prefiguram o património imaterial. Nem por isso, todavia, tem deixado de entusiasmar a comunidade académica que, em sucessivas revisões interpretativas daquela tipologia de valores, não dispensa a sua referência na análise das condições actuais da expansão do património (Choay, 1984; Fabre, 2000b; Heinich, 2009; Karnooh, 2003; MacDonald, 2013). Tendo sido historiador de arte há mais de um século, o melhor contributo de Riegl, relembra Fabre (2000b), é o facto de ter abandonado a predominância do “valor artístico” como critério absoluto de definição e preservação, mas, acima de tudo, ter transferido o valor do objecto para o acto de valorização, mostrando que o valor dos monumentos não é intrínseco, antes provém de quem os qualifica.

Ora, à medida que mais intervenientes entram no circuito do património – cidadãos, visitantes, associações de defesa, para além dos especialistas e do poder político que intervém no património nacional – alarga-se, também, transformando-o, o quadro de valores que o enuncia. O processo de *des-artificalização* do património, anteriormente abordado, testemunha essa transferência de valores (Heinich, 2009; Shapiro e Heinich, 2012). O facto de o valor de antiguidade ser facilmente identificado e reconhecido sem o olhar do especialista, eis o que explicará a “emoção” (Heinich, 2009) generalizada pelo património, coadjuvada pelo desejo de contacto directo com os objectos “autênticos” (Fabre, 2000b). Ainda que Riegl nem sempre seja claro na distinção dos valores e no conflito que os relaciona, podemos afirmar que o valor de antiguidade parece de facto associar-se, por razões diferentes entre especialistas e leigos, aos valores da singularidade e da autenticidade, igualmente reconhecidos, com peso similar, pelas categorias de visitantes (Quadro 19) e, sobretudo, pelas associações de defesa, que também contam, como vimos, com especialistas do património (Quadro 18). Se para o especialista não basta ser antigo, o património tem que ser autêntico (Heinich, 2009: 256), é razoável aceitar, segundo a mesma autora:

É o acesso a este valor [de autenticidade] que se paga à entrada [da catedral ou do museu], o que aí vão à procura os visitantes não é o espectáculo de uma coisa grandiosa, de uma arte excepcional: é o contacto com ‘a própria pessoa’ do artista

ou melhor ainda com ‘o antigo verdadeiro’ (véritable ancien) – o sentimento de que estamos mesmo no lugar de há três séculos, dez séculos (...) É o valor de autenticidade que une profanos e especialistas, mesmo que possa haver ingenuidade nos primeiros e distância nos segundos (Heinich, 2009: 256).

O valor de antiguidade associado à singularidade que agora impõe a sua valia não no sentido artístico da raridade ou da aura, mas no sentido da raridade como sobrevivência ao tempo, à história, faz emergir, por sua vez, a significância da diversidade cultural como um bem comum para o qual as identidades locais são pouco relevantes, como vimos anteriormente e mais uma vez se confirma, mesmo para as associações de defesa do património que podem actuar a esse nível.

“Biodiversidade cultural”, comparável à biodiversidade defendida pelos valores ambientais, é então o que parece guiar parte substancial do interesse pelo património, com a diferença de aquela poder ser medida objectivamente, em termos ambientais, enquanto culturalmente a sua avaliação só pode aferir-se a partir da atribuição dos significados que vão configurando o quadro de valores subjacente, neste caso, ao património. A dificuldade de consenso é notória, mesmo entre aqueles que tomam como referência a proposta de Riegl. Haverá quem permaneça na desconfiança do alcance cultural subsumido no valor de antiguidade e nos valores que se lhe associam (Karnooth, 2003)¹⁷⁵, haverá quem defenda o valor de autenticidade presente na celebração do património, mesmo em práticas de recriação ou reabilitação de rituais que ainda fazem parte de habitus e disposições, desde que, para decifrar criticamente a forma como a Europa se tornou numa *memoryland*, convivendo com a diversidade cultural de memórias nacionais, europeias e cosmopolitas, se exija, em primeiro lugar, desmontar o “complexo de memória europeu” que tem sistematicamente analisado a

¹⁷⁵ “Nivelar as obras culturais pela égide do valor de antiguidade, eis o pensamento dirigido pela patrimonialização moderna, que aí inclui as obras do passado recente (...) Percorrer no mesmo e único dia o Monte Saint-Michel e as praias normandas do Desembarque, o templo (Maison Carrée) e o anfiteatro romanos (arènes) de Nîmes e o éco-museu de Camargue, os sítios de arqueologia industrial e os sítios arqueológicos antigos, a Torre Eiffel et Notre-Dame de Paris, etc., permite avaliar quanto o valor de antiguidade, que a modernidade encarna perfeitamente, se mede pela simultaneidade e rotação (permutation)” (Karnooth, 2003 : 43).

relação património-mercado através da oposição autenticidade-inautenticidade (MacDonald, 2013) ¹⁷⁶.

A solução, senão para o consenso sobre os valores que estruturam o interesse pelo património, pelo menos para o seu aprofundamento, é melhorar os instrumentos de observação sociológica que permitam apurar as percepções e motivações dos que se envolvem nas questões do património, seja na qualidade de visitantes, desvendando o impacto das visitas, independentemente das formas de recolhimento ou de distração com que na aparência é consumido, seja na forma mais ou menos “militante” da sua defesa, contabilizando e qualificando os ganhos de cidadania cultural a esse respeito alcançados.

¹⁷⁶ “A presença do mercado não traz por si só a perda de autenticidade...o que o património apresenta é afinal a promessa paradoxal de um mundo que pode ir além da economia e ao mesmo tempo de uma oportunidade económica de ouro” (MacDonald, 2013: 136).

5 A POLÍTICA DO PATRIMÓNIO: O LUGAR DO PATRIMÓNIO NA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

5.1. Atitudes e disposições

O património tem-se revelado como paradigma de análise pertinente para testar valores, atitudes, comportamentos e práticas de natureza cultural e política das sociedades contemporâneas. Através da abordagem dos processos de patrimonialização mais salientes na sociedade portuguesa aos visitantes de lugares de património e aos quadros de acção das associações de defesa fomos desvendando alguns contextos e sectores sociais que mostram ter o património, nas suas mais variadas vertentes, como objecto através do qual exprimem e desenham interesses que transcendem a exclusiva preocupação com a salvaguarda ou o proveito turístico-cultural.

O último conjunto de informações destina-se a detectar de que modo, ao nível da população portuguesa no seu conjunto, estão presentes, e com que intensidade, as atitudes e percepções sobre o património reveladas pelos sectores e segmentos sociais a ele mais devotados.

Frequentemente, como vimos, a conservação e valorização do património colide com actividades económicas, ou com elas se encadeia em demasia, contende com estilos, gostos e hábitos culturais, para além das controvérsias científicas e políticas quanto às soluções para a sua salvaguarda, bem como quanto à própria legitimidade da salvaguarda. Custos, desde logo financeiros, para a recuperação, mas também relativos às prioridades e opções sobre o que e como preservar. Neste sentido, como vimos, o património mobiliza a intervenção de alguns sectores sociais prontos a defender a sua importância e manutenção, enquanto outros sustentam, pelo menos, representações favoráveis e positivas sobre a sua função na sociedade, não se distanciando do interesse, dos debates e das práticas que generalizadamente têm contribuído para o seu florescimento a nível mundial.

Em que medida, no entanto, encontramos replicado tal perfil de forma generalizada na sociedade portuguesa? Em que lugar é colocado o património na hierarquia de prioridades do desenvolvimento ou das etapas económico-sociais e

políticas que a esse respeito ainda faltará cumprir (Santos, 1994a)? Que formas de cidadania, e com que grau de intensidade, está a sociedade portuguesa disposta a praticar em benefício da herança cultural comum?

Para além dos hábitos de visitação que abordámos em capítulo anterior, quisemos identificar outro complexo de atitudes e disposições, clivagens plausíveis em torno de opções sobre o património que pudessem entrar em conflito com sectores, actividades e representações sociais. Clivagens, por exemplo, entre concepções que restringem a importância do património à sua monumentalidade ou à sua (i)materialidade, ou a condicionam ao grau de modernização e desenvolvimento, e as que revelam sensibilidade à importância da “biodiversidade cultural”, posicionando-se a favor da preservação do património diferenciado pela sua natureza, período e significado respectivos. Quisemos captar, no fundo, alguns eixos avaliativos que permitam perceber, para além do interesse revelado nas práticas culturais de visita e junto dos “hiper-mobilizados” pela causa do património que dão robustez ao associativismo nessa área, que atitudes e disposições, favoráveis ou desfavoráveis, se estruturam junto da população portuguesa perante o seu património cultural.

O traço mais saliente do conjunto de dados obtidos a este respeito (Quadro. 1) é o facto de os maiores graus de concordância se distribuírem por quatro níveis de opinião cujos conteúdos e âmbito de exigência imputam directamente ao Estado a responsabilidade determinante na conservação patrimonial. De facto, para além do Estado recolher o maior grau de concordância, a obrigação de conservação de todos os tipos de património, a exigência da sua protecção sempre que actividades económicas o colocam em risco e o desígnio de ser uma prioridade nacional (neste último caso, estão 61.4% dos que concordam com esta afirmação) (Anexo 3. atitudes relativas ao património) são tarefas que apelam abertamente a actos de regulação, encargos financeiros ou compromissos culturais sobre bens públicos que só a Administração, ou esta primacialmente, pode desempenhar.

Quadro. 1 Atitudes sobre a protecção do património

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Conservar o património é responsabilidade do Estado	977	1	5	4.11	.834
Conservar todos os tipos de património	977	1	5	3.99	.849
Conservar o património em detrimento de algumas actividades económicas	961	1	5	3.75	.889
Conservar o património devia ser uma prioridade nacional	953	1	5	3.63	.985
Conservar o património é hoje uma preocupação excessiva face aos problemas que afectam a vida das pessoas	935	1	5	3.41	1.102
Conservar o património ainda que pagando mais impostos	946	1	5	3.31	1.076
Conservar o património que apenas simboliza períodos de maior glória no país	968	1	5	3.14	1.267
Conservar o património é um luxo dos países mais ricos	947	1	5	3.04	1.183

Fonte: Inquérito *Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

Outros quatro indicadores de opinião, dois dos quais respeitantes aos custos da protecção do património mediante a necessidade do esforço global exigido, por comparação com os países economicamente mais avançados, nomeadamente a possibilidade de aumento de impostos, identificam menores níveis de concordância, com maior dispersão de respostas. Por outro lado, a concepção do património enquanto símbolo de representações nacionalistas, baseadas em períodos considerados de maior grandeza histórica, envolvendo graus menores de concordância, mas também a maior dispersão de respostas, não deixa de poder apresentar-se como um modo de relação com o património ainda significativo para certas faixas da população portuguesa. Recorde-se que no capítulo anterior, a propósito da análise sobre os valores estruturantes do património, não dispúnhamos no inquérito nacional, ao contrário do inquérito às associações, à Fortaleza de Sagres e ao Parque Arqueológico do Côa, de indicadores sobre a identidade nacional. Apenas podemos pressupor, com bastantes reservas, que a significativa percentagem de 42,2% concedida ao valor de “testemunho histórico” possa

englobar representações relativas aos períodos históricos mais valorizados no discurso da patrimonialização do Estado Novo, que o regime democrático não elidiu, embora adequasse ao contexto da integração europeia.

Da factorização em componentes principais destes indicadores, extraíram-se três factores (Quadro 2) que designam três grupos de atitudes relativas ao património cultural: como “prioridade nacional” (factor 1), como “luxo dos países ricos” (factor 2), como “responsabilidade do Estado” (factor 3).

Obtém-se um quadro de atitudes para com a protecção do património que corrobora, em termos gerais, as tendências que vêm sendo observadas, embora, como seria de esperar, manifestando adesão mais distanciada dos níveis encontrados para os visitantes e as associações. Globalmente, a população portuguesa, para além de incorporar hábitos de visita a lugares históricos mais significativos do que se esperava, denuncia uma matriz de disposições que incorpora não só sensibilidade e abertura às questões do património, mas também hierarquiza prioridades e estabelece responsabilidades políticas nesse campo.

Se não se encontram oposições radicais relativamente à avaliação do património como uma componente a salvaguardar no quadro das orientações de desenvolvimento do país, detectam-se, no entanto, algumas diferenças de grau, relativamente à intensidade com que a sua importância é percebida. Uma vez mais, a idade não diferencia atitudes sobre o património (Anexo 4. Idade e atitudes sobre a protecção do património) e o nível de instrução só tem correlação com o factor 2 que reúne as avaliações sobre a ideia de conservação do património como um “luxo dos países ricos”. Sem surpresas, quanto mais alto o nível de instrução, maior o grau de discordância, sendo a oposição precisamente entre os que têm grau de instrução superior, os mais discordantes, e os que não têm instrução ou não vão além do ensino primário, os mais concordantes (Quadro 3) ¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Valor do t Kruskal-Wallis para Património como prioridade nacional=8.539; p> 0.05

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como luxo=37.257 ; p <0.01

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como responsabilidade Estado=4.709; p> 0.05

Quadro 2. Factorial em componentes principais das atitudes sobre a protecção do património

	Património histórico como prioridade nacional (factor 1)	Património histórico como luxo (factor 2)	Património histórico como responsabilidade do Estado (factor 3)
Conservar o património em detrimento de algumas actividades económicas	.733		
Conservar o património ainda que pagando mais impostos	.732		
Conservar o património devia ser uma prioridade nacional	.817		
Conservar o património que apenas simboliza períodos de maior glória no país		.746	
Conservar o património é um luxo dos países mais ricos		.817	
Conservar o património é hoje uma preocupação excessiva face aos problemas que afectam a vida das pessoas		.744	
Conservar o património é responsabilidade do Estado			.860
Deve-se conservar todos os tipos de património			.665

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

% Variância factor 1: 24,69 Alpha Cronbach=0.65

% Variância factor 2: 23,31 Alpha Cronbach=0.67

% Variância factor 3: 16,49 Alpha Cronbach=0.45

Total variância explicada: 64,49%

Quadro 3. Nível de instrução e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)

		O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Nível de instrução	Nenhum	3.44	3.32	3.98
	Ens. primário	3.55	3.30	4.06
	Ens. secundário incompleto	3.48	3.18	4.02
	Ens. secundário	3.63	3.02	4.14
	Ens. superior	3.74	2.67	4.05

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

Quanto às presumíveis diferenças de classe nas atitudes sobre a protecção do património, apenas o factor 2, como já se havia detectado para o grau de instrução, apresenta associação significativa, mostrando que são os grupos do topo da hierarquia social – grande/média burguesia e nova burguesia assalariada – os mais discordantes com a ideia de que a preservação do património possa ser considerada apenas como uma preocupação dos países mais avançados, em oposição aos grupos profissionais mais desqualificados que revelam maior concordância com o mesmo factor¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Valor do t Kruskal-Wallis para Património como prioridade nacional=6.750; p> 0.05

Valor do t Kruskal-Wallis para Património luxo=25.136; p <0.01

Valor t Kruskal-Wallis para Património como responsabilidade Estado=2.590; p> 0.05

Quadro 4. Classes sociais e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)

		O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Classes sociais	Grande/média burguesia	3.74	2.72	4.09
	Nova burguesia assalariada	3.63	2.95	4.13
	Salariado terciário	3.54	3.25	4.01
	Pequena burguesia tradicional	3.41	3.21	4.02
	Trab. manuais independentes	3.63	3.45	4.06
	Salariado manual	3.51	3.23	4.07

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

Prosseguindo a comparação dos factores com o habitat e a identidade geo-cultural, verifica-se que são os habitantes do espaço rural que mais tendem a concordar com a ideia de que só os países mais desenvolvidos têm condições para preservar o património, por comparação com os habitantes urbanos, embora concordem, mais que os classificados em zona suburbana, que este possa ser uma prioridade nacional (Quadro 5)¹⁷⁹. Já no que respeita à identidade geo-cultural, os mais concordantes com a ideia do património como prioridade nacional são os que se identificam com o país e o espaço europeu, comparativamente com os que se sentem mais perto do lugar em que habitam, revelando-se o grupo mais cosmopolita (identificando-se com o “Mundo”), o mais discordante com a ideia de que a preservação do património possa apenas dizer respeito aos países mais desenvolvidos (Quadro 6)¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Embora só o factor 2 assumia significância com a variável habitat:

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como prioridade nacional=9.836; p <0.01

Valor do t Kruskal-Wallis para Património luxo=14.975; p <0.01

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como responsabilidade Estado=7.226; p <0.05

¹⁸⁰ Valor do t Kruskal-Wallis para Património como prioridade nacional=17.464; p <0.05

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como luxo=25.608; p <0.01

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como responsabilidade do Estado=4.293; p > 0.05

Quadro 5. Habitat e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)

		O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Habitat	Urbano	3.60	3.04	3.99
	Suburbana	3.26	3.24	4.15
	Rural	3.58	3.29	4.07

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

Quadro 6. Identidade geo-cultural e atitudes sobre a protecção do património

		O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Identidade geo-cultural...1º lugar	A localidade ou cidade onde vive	3.42	3.14	4.05
	A região do país onde vive	3.49	3.29	3.95
	Portugal	3.70	3.23	4.09
	Europa	3.69	3.67	4.08
	Mundo	3.64	2.60	3.97

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

Se os valores pós-materialistas exprimem bem parte das transformações sócio-culturais e políticas das sociedades modernas contemporâneas, operando recomposições tão fundamentais quanto a da clivagem classista e da tradicional divisão esquerda-direita, estamos, uma vez mais, perante indícios de confirmação dessas teses. Com efeito, são pós-materialistas os mais discordantes de que o património deva ser questão deixada para os países mais desenvolvidos (Quadro 7)¹⁸¹, a posição política,

¹⁸¹ Os valores sociopolíticos apenas apresentam significância com o factor 2:

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como prioridade nacional=4.610; p> 0.05

Valor do t Kruskal-Wallis para Património luxo=16.802; p <0.01

Valor do t Kruskal-Wallis para Património como responsabilidade Estado=2.202; p> 0.05

medida pela escala esquerda-direita é, correlacionalmente, irrelevante com todos os factores, excepto com alguns dos indicadores desses factores e sempre com correlações muito baixas.

Quadro. 7 Valores sociopolíticos e atitudes sobre a protecção do património (médias dos factores)

		O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Valores socioplíticos	Materialistas	3.55	3.05	4.06
	Pós-materialistas	3.84	2.96	4.16
	Mistos	3.52	3.28	4.03

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

Escala: 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente

De facto, quanto mais à direita, maior a discordância em pagar mais impostos pela conservação do património ($r=-.093$) - o que não diferencia esta posição política por causa do património, mas pela sua aproximação à filosofia liberal sobre o papel do Estado e dos impostos -, maior a discordância também de que o património seja hoje uma preocupação excessiva face aos problemas das pessoas ($r=-.102$) e maior, ainda, a discordância de que o património seja um luxo dos países ricos ($r=-.090$).

Como se discutiu anteriormente, a importância do património na hierarquia dos bens culturais associou-se durante as primeiras décadas da democracia aos sectores da direita política, tendo sido exponenciada, de certo modo, pela prioridade que o Estado democrático lhe concedeu, em continuidade, aliás, com o papel no discurso do património nacional que sempre coube ao poder político desempenhar ¹⁸². Porém, à medida que o património se expande a outras categorias culturais e aumenta a adesão

¹⁸² No *Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000, que estamos a analisar, são os simpatizantes do Bloco de Esquerda quem mais concorda com a visão do património como *luxo dos países ricos*, enquanto os que não têm simpatia partidária são os mais discordantes, seguidos de muito perto, nessa discordância, pelos simpatizantes do CDS/PP.

social a essa patrimonialização, vai-se esbatendo, como vimos, quer a posição política, quer a identificação partidária.

Finalmente, de acordo com argumentos anteriores, tem-se vindo a confirmar a relação de complementaridade entre os valores ambientais e os valores de preservação da diversidade cultural.

Ambos se recortam, recordemos, na assunção dos novos riscos sociais à escala global, produzidos, entre outros, pela velocidade das transformações na comunicação e mobilidade dos fluxos económicos e sociais, que podem traduzir-se na ameaça para os recursos naturais e culturais diversificados. Embora o ambientalismo, em virtude dos bens que defende, considerados vitais e finitos, assumia maior visibilidade social, havendo mesmo quem considere que representa para o mundo contemporâneo o que o sindicalismo representou para as relações de trabalho na era industrial (Eder, 1993), a defesa do património cultural, progredindo embora com menos mediatismo, situa-se na mesma matriz político-cultural. Isso mesmo ficou visível na associação entre o património histórico-monumental e o património ambiental, colocando-se a sua importância no mesmo eixo de preocupações. A relevância do património ambiental volta a aparecer associada ao património rural, subsumida na assunção de que este se sustenta hoje, entre outras qualidades, como reserva natural. Comparados indicadores das atitudes sobre a protecção do ambiente com indicadores das atitudes sobre a protecção do património (Quadro 8), verifica-se ainda mais evidência quanto à comunhão de valores entre ambas as áreas.

A correlação positiva do índice de atitudes sobre o ambiente ¹⁸³ com o indicador “conservar o património é hoje uma preocupação excessiva face aos problemas que afectam a vida das pessoas” ($r=.407$) sugere a discordância, em ambos os sentidos, de que as preocupações com o ambiente e o património estejam a ser excessivas nas sociedades contemporâneas.

¹⁸³ Para a construção do índice de atitudes sobre o ambiente e o desenvolvimento foram incluídos os seguintes indicadores, medidos pela Escala 1=Discordo totalmente; 5=Concordo totalmente: a) “preocupamo-nos demasiado com o futuro do ambiente e não o suficiente com o aumento dos preços e desemprego”; b) “as pessoas preocupam-se demasiado com os efeitos negativos do progresso sobre o ambiente”; c) “o crescimento económico prejudica sempre o ambiente”.

Quadro. 8 Atitudes sobre a protecção do património e do ambiente

Conservar o património é hoje preocupação excessiva face aos problemas que afectam a vida das pessoas	Índice de atitudes face ao ambiente e ao desenvolvimento	R=.407** N = 926
Conservar o património devia ser prioridade nacional	Protecção do ambiente devia ser prioridade nacional	R=.500** N=929
Conservar o património é luxo dos países mais ricos	Os países pobres devem fazer menos esforço do que os países ricos para proteger o ambiente	R=.453** N=905
Conservar o património ainda que pagando mais impostos	Pagar mais impostos em defesa do ambiente	R=.281** N=886

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património*, ISSP, 2000

(r-coeficiente de correlação de Pearson); **. p <0.01

No entanto, existe correlação positiva entre os que discordam de que ambiente e património devam ser prioridades nacionais ($r=.500$), ao mesmo tempo que discordam que a preservação de ambos esteja apenas destinada ao esforço e empenho dos países mais desenvolvidos ($r=.453$). A dependência entre as duas variáveis volta a estar presente na questão dos impostos. A correlação positiva indica a discordância nos dois sentidos, i.e., em pagar mais impostos em defesa do ambiente e do património ($r=.281$).

A leitura destes dados sugere que existe, de facto, uma associação entre as questões do património e as questões ambientais, variando no mesmo sentido as atitudes sobre ambos. No entanto, também parecem revelar que se existe interesse entre a população portuguesa na discussão destas questões, não as considerando como “preocupações excessivas”, nem aceitando que a degradação ambiental ou do património cultural sejam inevitáveis ou incompatíveis com o processo de modernização da sociedade, por outro lado, há relutância em considerar que possam constituir-se em prioridade nacional ou exigir à população maior disponibilidade financeira no esforço da sua preservação.

A correlação entre os dois campos, esconde, apesar de tudo, diferenças relativamente às opções sobre o património cultural, como vimos anteriormente. As questões ambientais confrontam-se, de facto, directamente com o modo de exploração dos recursos naturais inerente ao modelo de desenvolvimento económico, enquanto o

património, possa embora colidir com algumas dessas estratégias, beneficia de consenso social mais alargado, pois, sendo ele próprio um recurso não renovável, não será percebido como vital por algumas camadas sociais. Uma sociedade que não experimentou os mais altos padrões de crescimento, não terá ainda enraizado nos seus hábitos de reflexão os níveis de degradação ambiental a que tal condição pode corresponder. Globalmente, a população portuguesa mostra-se permeável à defesa dos valores de conservação do património e do ambiente, apoiante da adopção de programas e medidas de maximização desses valores, atribuindo ao Estado, no âmbito do património cultural, a principal responsabilidade sobre esses bens comuns, não só por serem recursos comuns e públicos, mas certamente como garantia da sua colocação ao serviço dos cidadãos. Em todo o caso, no que depende do esforço e apoio a ambas as causas, um dos contributos fundamentais tem sido prestado através da participação no debate público e no voluntariado em associações, envolvimento que não se afigura generalizado à população, mas que mobiliza sectores e segmentos sociais decisivos na progressão da cidadania cultural e ambiental.

5.2. Direitos culturais e padrões de participação cívico-política

Ao contrário do quadro de atitudes recolhido para o conjunto da sociedade portuguesa, globalmente positivo e favorável à protecção do património, o exercício dos direitos culturais a respeito de algumas modalidades de intervenção nesse campo evidencia, de facto, fracas capacidades de conversão em acções e comportamentos políticos dirigidos para a sua defesa.

Apenas 1,3% do total da população portuguesa afirma ser membro de associações de defesa do património cultural (Reis, 2004: 234)¹⁸⁴. As percentagens sobem ligeiramente no que respeita à participação em acções concretas relacionadas com a protecção do património (Quadro 9). 2,7% assinou petições, 2,3% participou em

¹⁸⁴ Com base nos indicadores de mobilização política e participação associada, construiu-se o índice de cidadania de defesa do património, seguindo a grelha de Cabral (1997; 2000). O índice revelou resultados insignificantes: numa escala de 0 a 5, a média de participação corresponde a 0.12 (Reis, 2004).

protestos ou manifestações, 2,6% deu dinheiro a grupos, movimentos ou acções de defesa do património, 2,7% fez voluntariado em acções de defesa do património.

Quadro. 9 Mobilização política em defesa do património e do ambiente

	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Assinou petição/abaixo assinado relacionado com a protecção do património	27	2.7%	966	97.3%	993	100.0%
Participou em protestos/manifestações sobre questões relacionadas como património	23	2.3%	970	97.7%	993	100.0%
Deu dinheiro a grupos, movimentos ou acções de defesa do património	26	2.6%	968	97.4%	994	100.0%
Trabalhou gratuitamente em acções de defesa do património	27	2.7%	967	97.3%	994	100.0%
Assinou uma petição/abaixo assinado relacionado com a protecção do ambiente	44	4.4%	949	95.6%	993	100.0%
Deu dinheiro a um grupo ambientalista	23	2.3%	969	97.7%	992	100.0%
Participou em protestos/manifestações sobre questões ambientais	16	1.6%	979	98.4%	995	100.0%

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, ISSP, 2000*

Dir-se-ia não serem surpreendentes os resultados, tendo em consideração os baixos níveis de exercício da cidadania divulgados pelos vários estudos a que temos feito referência, resultados que este Inquérito também confirmou ¹⁸⁵.

Não há, afinal, em Portugal, cidadania cultural e ambiental? Dito de outro modo, a construção social da noção de património que foi incluindo, nos últimos anos, um quadro sócio-cultural e político diversificado em intervenientes, conflitos, polémicas públicas, novos espaços patrimoniais e maior número de visitantes não disseminou pela sociedade portuguesa estruturas e formas de mobilização permanentes e orgânicas, além da adesão social aos valores ambientais e culturais do património, visível nas atitudes favoráveis da população, e de um reduto de associações de defesa alegadamente

¹⁸⁵ Outras áreas de exercício da cidadania revelaram, com base em resultados do mesmo *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, ISSP, 2000*, igual tendência. Com efeito, em 8 categorias de associações, que vão desde associações profissionais a associações de natureza cultural, as percentagens de não filiação situaram-se entre os 92% e os 98%, enquanto, relativamente às formas de mobilização política, em 10 categorias, as percentagens de participação fixaram-se entre 1% e 13%.

confinadas aos interesses de elites culturais e políticas sem capacidade de difusão na sociedade?

Perguntas aparentemente retóricas, uma vez que ao longo deste trabalho nos temos esforçado por demonstrar o contrário. Todavia, o que pretendemos reforçar é a necessidade de explicação e discussão de tão grande e efectiva dissociação entre as disposições e as práticas sociais relativas às dinâmicas culturais associadas a valores de defesa do património.

Na perspectiva, como é a deste trabalho, de explorar dinâmicas culturais passíveis de reconfigurar as práticas de cidadania, os argumentos não se circunscrevem a proposições categóricas. Desde logo por insuficiência de estudos empíricos na área do património dirigidos para a sua relação com as práticas de cidadania, escassez também na sistematização do universo do associativismo (Garcia, 2014; Viegas *et al*, 2010), do associativismo cultural em particular, maior abundância, é certo, de estudos comparativos de âmbito nacional e internacional, mas que a essa escala de observação tornam difícil a discriminação e o escrutínio dos grupos orientados pelos *public issues* ou pela defesa de causas (Viegas, 2010; Cabral *et al*, 2008), como é o caso do património. Deste modo, a discrepância entre os dados apresentados para as atitudes e as práticas, mediada pelas respostas às perguntas que acima colocávamos, não pode resumir-se a interpretações mutuamente exclusivas.

Em segundo lugar, é inevitável reflectir sobre os padrões de envolvimento cívico-político e os respectivos indicadores de recolha de informação, quanto à pertinência da sua generalização a todos os sectores sociais de actividade e às formas de acção colectiva a que podem dar lugar. Atendendo às dinâmicas de transformação social das últimas décadas, sabe-se como nas sociedades contemporâneas regrediu a militância em partidos políticos, sindicatos, associações em geral (Viegas, 2004; Burns, 2004; Teorell *et al*, 2007), mas nem por isso ficou enfraquecida a sua presença na sociedade ou deixámos de observar movimentos e conflitualidades nas áreas respeitantes às suas esferas de acção. Ao contrário, parecem ampliadas as respectivas capacidades de intervenção política através do domínio da comunicação mediática, ao mesmo tempo que se afirmaram também outros grupos de interesse com objectivos apontados para novas causas e cujos meios de pressão preferenciais passam igualmente pela exposição e comunicação nos *media*. De resto, a emergência de novas causas, e o pluralismo dos temas que a caracteriza, gera ela própria oportunidade para o aparecimento de cada vez mais grupos de interesse (Habermas, 2005; Beck, 2000), cuja

fragmentação torna difícil isolar pertenças associativas duradouras. Além de o processo exemplificar a tendência de crescimento dos valores pós-materialistas, é também o que confere às sociedades contemporâneas o elevado grau de individualização e auto-reflexividade que reforça as capacidades de auto-organização e conduz ao esvaziamento das organizações colectivas clássicas (Beck, 2000). É, por exemplo, “através destas formas individualizadas e grupais de auto-mobilização cívica, política e social [de apoio a causas] que os direitos de cidadania são crescentemente exercidos na região metropolitana” (Cabral, 2008: 233).

No quadro desta discussão, reveste-se de especial importância precisamente a compreensão de que a área do património acciona padrões diferenciados de envolvimento e participação adequados às especificidades do campo cultural. Como adiante se desenvolverá, o exercício dos direitos culturais se releva da mesma lógica dos direitos políticos, no sentido em que é necessário exercê-los para serem usufruídos, contrariamente aos segundos, não se rege por qualquer cronologia calendarizada ou por ciclos políticos definidos, como os actos eleitorais, e não coloca em campo, com a mesma frequência, possíveis conflitos de interesse ou corporativos, ainda que também possa ser por eles atravessados. Com a dispersão do património por mais categorias de bens e a perda de monopólio do Estado na sua designação, os processos de patrimonialização tornam-se mais frequentes, mas também incertos, imprevisíveis, tornando contingentes e aleatórios os modos de acção - protesto, denúncia, colaboração, retraimento -, para além de indeterminarem a própria acção quanto à sua abrangência, podendo esta circunscrever-se ao tecido social de que emergiu ou propagar-se a contextos sociais mais alargados. Assim, a mobilização pelo património pode ocorrer entre períodos de grande turbulência política e cultural, como alguns dos que aqui analisámos, e ciclos de maior acalmia, durante os quais o património que eventualmente tenha sido objecto de disputa regressa ao campo apenas da sua divulgação e fruição cultural.

Outra especificidade do exercício dos direitos culturais, possa embora ser partilhada por outras esferas de direitos, todavia com menos vigor, talvez resida na lógica da acção colectiva e sua relação particular com os bens comuns e públicos (Olson, 1978). O património, bem público e comum por excelência, inevitavelmente coloca o problema de todos os cidadãos, sem excepção, poderem usufruir dos bens patrimoniais que são ou se tornam públicos, mesmo que para a sua valorização alguns, ou a maior parte dos cidadãos, não tenham contribuído, materialmente ou sob a forma

de participação democrática. Tal lógica de maximização de benefícios dispensaria a participação massiva em organizações ou acções orientadas para bens culturais generalizadamente estimados, cuja defesa e usufruto podem, no entanto, ser obtidos com base no mínimo esforço colectivo para os alcançar ¹⁸⁶.

Na base destes fundamentos, perante indicadores de participação associativa e mesmo de auto-mobilização para o nível nacional, talvez não possamos esperar encontrar níveis muito altos, atendendo pelo menos às dimensões culturais da cidadania, sem estabelecer relação com outras escalas de análise que, tal como fizemos a partir da observação centralizada nas associações de defesa do património, revelaram dinamismo inesperado, mesmo assim a suscitar mais investigação e confirmação.

Por outro lado, as experiências e as trajectórias mudam os padrões de participação cívico-política. A ausência de sólida tradição de reflexão pública sobre a intervenção no património fora da órbita restrita dos peritos da DGEMN e do autoritarismo cultural do Estado Novo, determinou que, nos primeiros anos da democracia, a consciência social sobre o património se fosse elaborando mais à medida de polémicas reactivas a factos considerados “atentados ao património” por parte de novos peritos, partilhando concepções e directivas europeias e internacionais do património, em ascensão social e pública. No entanto, em virtude dos debates, polémicas, artigos de imprensa, comunicação mediática que se foram generalizando, de forma continuada ¹⁸⁷, acrescidos das experiências políticas de intervenção em causas específicas de defesa do património, algumas bem conflituosas acerca de discordâncias sobre a sua valorização, podemos admitir que a familiaridade com essas causas tenha permitido gradualmente acompanhar os processos de patrimonialização de forma mais

¹⁸⁶ Argumento semelhante é invocado ao destacar-se, nos órgãos da Administração consultiva em Portugal, a sobre-representação das associações patronais e sindicais, em oposição à sub-representação dos “grupos de interesse público”, com excepção da forte presença de associações ambientais (Marques, 1996).

¹⁸⁷ A título de exemplo, refira-se apenas a publicação regular de crónicas de Arqueologia no *Suplemento Cultura do Diário de Notícias*, durante o ano de 1994, mais tarde reunidas em livro (Raposo e Silva, 1996), divulgando questões científicas, museológicas e patrimoniais de uma área menos conhecida e discutida publicamente, bem como, mais tarde, a colaboração regular, desde 1997 e durante os 7 anos seguintes, do arquitecto José Manuel Fernandes no *Expresso*, divulgando e discutindo questões de património e urbanismo sobre temas relativos à (re)qualificação de edifícios, bairros e outros espaços urbanos ameaçados.

negociada, menos votada ao protesto, aparentemente dispensando a mobilização permanente.

Embora Portugal não possua, em quantidade, património monumental como outros países europeus, o certo é que houve investimento nesse campo e em outras categorias de bens, embora com desfasamentos próprios dos ritmos a que foi possível a sociedade portuguesa acompanhar o espaço europeu, os movimentos e as filosofias internacionais. Não se pode dizer que não tenha havido uma substancial renovação do património, visível nos monumentos, na reabilitação urbana de metrópoles e cidades médias, centros históricos, museus e espaços culturais novos ou renovados. O que parece evidente é já não ser possível tomar decisões políticas sobre o património sem contar com públicos atentos que emitem opinião e fazem pressão sobre as mesmas, enquanto no terreno estruturas associativas mais ou menos flexíveis e duradouras vão procedendo aos inventários para intervenção nessa área.

Essas conclusões guardar-se-ão para a próxima síntese acerca do papel das associações de defesa do património na reconfiguração da cidadania e dos seus possíveis efeitos democráticos.

5.3. Associativismo cultural: contributos para a cidadania

Trata-se, nesta secção do trabalho, de ensaiar um balanço sobre os efeitos consistentes e inequívocos das práticas sociais específicas a que a orientação para a defesa do património dá origem, nomeadamente no seu contributo para a maior diversidade e enriquecimento cívicos.

Quais são os efeitos sociais resultantes do interesse pelo património promovido pelas associações para a sua defesa? Terão, por si só, impacto na democracia cultural, estimulando não apenas a informação e o acesso aos bens patrimoniais, mas também infundindo formas criativas de o decifrar, outras tantas de o construir ou preservar, em alternativa ou complementaridade, às das estratégias do turismo e das indústrias criativas à sua volta?

Do ponto de vista político, quais são as consequências da organização associativa, da mobilização e da intervenção pública para a defesa do património na transformação dos padrões de cidadania?

Como se conjuga a leitura globalmente positiva que fazemos da intervenção cultural, cívica e política das associações de defesa do património com o discurso persistentemente negativo sobre a debilidade da sociedade civil em Portugal, para mais apoiado em séries longitudinais e comparativas com os outros países europeus?

Se os resultados dos instrumentos de análise que mobilizámos para este trabalho – sobretudo os Inquéritos - recomendam prudência metodológica, em virtude do alcance limitado do seu universo, mas também da ausência de outros estudos extensivos com os quais se possam comparar, arriscamos, apesar de tudo, que possam trazer contributo à reflexão sobre processos culturais por tantos autores considerados centrais à reconstrução das sociedades contemporâneas, nomeadamente europeias, a saber, as práticas e os discursos políticos sobre a patrimonialização, fundados na ideia de uma herança cultural comum que tem como principal conteúdo a noção de *direitos do homem* (Wagner, 2003). Bens e valores culturais, *stricto sensu* o património, que incorporam formas diferenciadas de adesão em sociedades cada vez mais pluralistas e multiculturais. Como salienta Habermas, poderá, “no futuro, a diferenciação na cultura europeia ... ocorrer entre uma cultura política comum e as tradições nacionais na arte, literatura, historiografia, filosofia, etc.” (1994: 29)? “Tradições”, acrescentemos, igualmente expressas nos monumentos, na arquitectura erudita e vernacular, nos sítios e lugares de memória sobre passados recentes ou em extinção, que também constituem o património diferenciado das sociedades europeias.

Além de fazer parte da satisfação dos novos consumos culturais e da organização dos tempos livres à escala mundial através das redes de turismo mundial, transformando cidades e territórios em espaços de exaltação patrimonial e museológica, o interesse na abordagem do património constituía, para nós, em primeiro lugar, o desafio suplementar de poder ser explorado na óptica da cidadania. Com efeito, o património, na sua dimensão fruível, faz parte dos consumos culturais modernos, mas não se restringe a tal. Por que se mobilizam as pessoas (em graus diferenciados de organização, é certo) em defesa do património?

Uma parte do associativismo cultural andarà próxima da democracia *small-scale* voltada para a integração social, a cooperação e demais atributos que

permitem aos cidadãos melhorar as suas condições no quotidiano (Van Deth, 2007). No entanto, as lutas pelo património conduzidas por associações ou grupos de cidadãos organizados para a sua defesa, distinguem-se daquelas na medida em que, no quadro dos direitos culturais relativos a este campo, se luta por um bem público, do qual se pode beneficiar colectivamente, não apenas obter vantagens pessoais. Acresce que o próprio processo através do qual os bens culturais se tornam públicos – ao serem enunciados como património – pressupõe disposições e competências para agir na esfera pública, podendo converter essa participação democrática em resultados que revertem para o bem comum (Olson, 1978). É o processo que espelha sobretudo as acções em torno das novas categorias de património. Como nos diz Cabral:

(...) tanto a procura de informação como a disposição para intervir no espaço público e para discutir assuntos de carácter político constituem, em si próprias, manifestações potenciadoras do exercício da cidadania (2000: 96) .

Se, como defende o mesmo autor, ao contrário dos direitos sociais, que tendem a ser usufruídos de forma passiva, “...os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma activa...[sendo que] o exercício pleno dos ‘direitos culturais’ está sujeito exactamente aos mesmos constrangimentos sociais que os direitos políticos e por razões muito semelhantes” (2000: 87), torna-se evidente o contributo deste tipo de associativismo para a cidadania, tendo ficado clara a sua capacidade de intervenção no espaço público, como mostram as entrevistas na rádio e na imprensa, os artigos na imprensa e no espaço digital, as revistas de investigação e divulgação, bem como a importância da sua participação na realização de projectos de salvaguarda ou desenvolvimento local que foram ajudando a erguer pelo país.

Diluídos os critérios de singularidade associados à raridade artística no quadro cada vez mais dilatado de bens culturais que adquirem estatuto e valor de património alarga-se, do mesmo passo, o exercício da cidadania. Na exigência de negociação com os poderes públicos, angariação de alianças, e consequente necessidade de exposição pública para defesa das suas propostas, o associativismo de defesa do património não gera apenas dinâmicas culturais, gera igualmente energias, iniciativas e actividades políticas.

Pese embora as dificuldades de estabilização do universo das associações direccionadas para o património, que atingem não só este trabalho mas também, como vimos, outras pesquisas sobre o assunto, tal não impede que se possam retirar consequências sobre o valor das suas práticas para a *política* do património, em particular, e para a qualidade da democracia, em geral. *Non-empirical commitments* também contam no trabalho científico e devem mesmo permitir interpretar as insuficiências da evidência empírica (Alexander, 1996).

Um primeiro nível de debate deve então procurar esclarecer a discrepância entre a apatia política encontrada para a sociedade portuguesa nos principais estudos referidos e o perfil por nós detectado sobre a participação no seio do associativismo cultural de defesa do património. Esse debate é, em primeira instância, metodológico e não andarão longe da natureza dos referentes empíricos utilizados nos grandes inquéritos internacionais e nacionais. Com efeito, a grande sofisticação dos instrumentos de recolha e medida aí utilizados resulta, em parte, das controvérsias sobre as causas determinantes da participação política cujos modelos de explicação têm – à semelhança do conceito de património – integrado cada vez mais modalidades participativas, conforme se pode cotejar em todos os estudos anteriormente referidos. Ora, a nossa pesquisa não tem raízes na Ciência Política, nem pretende desafiar as grelhas e tipologias de classificação que nesse quadro se foram instituindo e o presente trabalho também utilizou. A verdade, porém, é que, como é próprio dos estudos extensivos, repetem-se rotinas de investigação que trazem vantagens comparativas e de análise global mas escondem muitas vezes os contributos de variáveis mais específicas. É, nomeadamente, o caso do património. Globalmente, quando se mede a participação política da população portuguesa os níveis são baixos, comparativamente com outros países europeus, todavia, quando se aborda o associativismo e a participação de forma mais selectiva ou monográfica, os dados parecem contrariar resultados aparentemente mais poderosos (Azevedo, 1997; Caninas, 2010; Figueiredo *et al*, 2003; Mendes *et al*, 2005; Nave, 2001; Raposo, 2014; Silva, 2004).

Por outro lado, os Inquéritos que têm servido para construir quantitativamente o perfil da cidadania associativa em Portugal, certamente em virtude dos baixos valores evidenciados, pouco revelam sobre os efeitos concretos,

sectorialmente considerados, para a qualidade da democracia ou para o funcionamento das instituições ¹⁸⁸.

Por exemplo, no campo do associativismo cultural, que efeitos sociais têm os debates, as conferências, as polémicas, as publicações, os folhetos de informação, as acções de pressão ou cooperação sobre ou com os poderes municipais e centrais, as petições, as entrevistas públicas, etc., promovidos por tantas associações de que aqui fomos dando conta, apesar de os indicadores de participação associativa global revelarem valores iníquos? Em que medida mudanças nos quadros institucionais de regulação do património – tais como, a tradução legislativa de reformulações conceptuais, as reestruturações na orgânica da Administração, a recomposição de carreiras profissionais, a internacionalização das questões do património – se devem a tantas “jornadas pelo património”¹⁸⁹ em que se envolveram as associações, desse modo, contribuindo para alterar ainda que timidamente o consabido centralismo da Administração portuguesa? E que concluir sobre a mais que provável contribuição do papel das associações, através de actos de divulgação variados, na redução da distância entre o saber especializado e o saber do público leigo, assumindo quota-parte na democratização da cultura, expressa no crescente número de visitantes de lugares de património?

Em suma, se os instrumentos de recolha, por razões de padronização, não distinguem tipos de associações de forma mais desagregada, se o critério de pertença (ser sócio) não mede suficientemente os efeitos da participação, há ainda um terceiro factor a ter em consideração no caso das associações do património, mais ainda nas associações do ambiente, em que o critério decisivo não é o número de associados ou o volume de trabalho voluntário que nelas se presta, mas a capacidade de ocupar a esfera

¹⁸⁸ Excepção feita aos últimos trabalhos de Viegas (Viegas *et al*, 2010; Viegas, 2011). Apesar de neles se não discriminar as associações de defesa do património, que se presume fazerem parte do que o autor designa por “associações que expressam os novos movimentos sociais”, admite-se com clareza as “virtualidades cívicas e políticas” do associativismo na medida que este traz ao debate público novos problemas e perspectivas, com eles enriquecendo os processos de decisão ou, mesmo, influenciando políticas públicas.

¹⁸⁹ Cf., por exemplo, *As Jornadas Europeias do Património* que, embora sendo uma iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia com o objectivo de sensibilizar os cidadãos para a importância da protecção do Património, não teriam o mesmo impacto nacional sem o envolvimento local e regional das associações do património. O mesmo se diga para outras datas de celebração do património, como *A Noite dos Museus*, o *Dia Internacional dos Museus*, o *Dia dos Monumentos e Sítios*.

pública, tendo presença regular na imprensa e nas publicações diversas em que se envolvem. Desse ponto de vista, estas associações, pela sua sociografia e pelas redes a que se ligam, “dispensam” a existência de muitos associados, basta terem existência jurídica para que cidadãos comungantes dos mesmos interesses culturais nelas possam participar sempre que for julgado necessário. Acresce que a própria lei das associações, no quadro ambiental, como bem refere Nave (1997), determinou a impossibilidade de, com menos de 500 membros, puderem participar em níveis institucionais de negociação e concertação. A lei das associações do património, menos exigente nesse campo, foi contudo mais restritiva na sua aplicação aos órgãos consultivos do património. Ora, o tecido denso de associações culturais que se entrelaçam com o património e o ambiente torna praticamente impossível, pelo menos numa pesquisa com financiamento muito limitado, como é o caso, a observação sistemática desta realidade. Resultado: como lembra Silva (2004) a propósito das dinâmicas políticas dos processos de desenvolvimento local, também para as associações de defesa do património só ao nível monográfico é possível ir cartografando a rede associativa e apurar com rigor os contributos diferenciados para a democracia. De todo o modo, não sendo rigorosamente monográfica, a nossa pesquisa, baseada no inquérito aplicado às associações do património, foi procurando interceptar outras fontes de informação que complementassem essa leitura, para além de proporcionar evidência empírica que permite, pelo menos, reexaminar algumas dimensões a que o exercício da cidadania em Portugal tem sido equacionado.

Outro nível do debate destina-se a considerar as especificidades do associativismo cultural, porventura extensíveis aos grupos activistas das novas causas, que não se manifesta em permanência, nem sempre da mesma forma, e cuja intensidade dependerá da avaliação dos bens culturais em risco.

Vimos como períodos de convulsão social são propícios a um aumento da acção colectiva. Os anos 80 em Portugal revelaram-se de grande efervescência associativa, marcante para dinâmicas políticas menos presentes na sociedade portuguesa, preparatórias do caminho que em meados de 90 se abriu ao ineditismo do caso de Foz Côa. Os contextos sociais e políticos e os quadros de interacção que suportam o envolvimento associativo também explicam os tipos e as capacidades de intervenção, bem como a natureza das orientações. Por que razão, por exemplo, o Campo Arqueológico de Mértola e as associações culturais e de desenvolvimento a que deu origem se estabeleceram pacificamente, desenvolvendo laços de cooperação entre

si, com a comunidade e os poderes municipais, enquanto o Campo Arqueológico de Braga e a Associação (ASPA) que esteve na sua origem, assumiu até hoje um conflito manifesto com a Câmara Municipal, mantendo vigilância crítica permanente sobre todos os processos de desenvolvimento urbano conflituantes com o património respeitante à sua área de actuação?

A verdade é que sempre que há casos de patrimonialização susceptíveis de desencadear apoio ou discordância, (re)aparecem no terreno associações para os sustentar, ainda que até então a sua visibilidade social possa ter sido discreta. Assim, acontece, por exemplo, com as últimas candidaturas do país a Património Imaterial da Humanidade, o Fado e a Dieta Mediterrânica, em que a consulta e a participação das comunidades e das associações que as representam foram imprescindíveis (Baladroegas, 2013; Queiroz, 2014), sendo previsível que outras candidaturas em preparação, como o Cante Alentejano e a Arte Chocalheira, sigam curso semelhante na consulta e envolvimento de associações decisivas na mediação desses quadros culturais. A primeira como símbolo de comunidades alentejanas, apoiada nos grupos corais que fazem cante, a segunda procurando salvaguardar uma arte em extinção emblemática do mundo rural. Por outro lado, a velocidade e o ritmo a que hoje se produz património – na expressão mordaz de Guillaume, “cada qual [sendo] convidado a assumir o estatuto de conservador-associado para autogerir aquilo que no património local ainda não é controlado centralmente” (2003: 41) - exige organizações flexíveis, não hierarquizadas, acima de tudo, com grande autonomia dos seus membros ou colaboradores cujas competências e rede de relações (universidades, associações, poderes locais e regionais) os tornam disponíveis, como vimos, para intervenções imediatas ou adequadas a circunstâncias de urgência.

O campo do associativismo cultural na área do património, na perspectiva do aprofundamento da cidadania, tem ainda bastantes passos a percorrer para que dele se obtenha um desenho a traços mais finos. Mas, um dos avanços importantes, no plano empírico, para entender as expressões da cidadania moderna centra-se no conceito de auto-mobilização. Com o objectivo de explicar as novas modalidades de participação política associadas aos movimentos sociais de novas causas ou de novos temas, distinguindo-as da participação associada, Cabral (2000, 2008, 2011) tem aplicado esse conceito à sociedade portuguesa para especificar duas modalidades de exercer a cidadania - através da pertença a associações, modalidade que considera passiva e em regressão ou, através da auto-mobilização, “formas

individualizadas e grupais de auto-mobilização cívica” (2008: 233), que considera mais expressivas e típicas da “nova cultura política” (2008: 240), em provável ascensão, ainda que com pouca representatividade em Portugal. A verdade é que se alguns desses indicadores de auto-mobilização, aplicados no nosso inquérito às associações de defesa do património, mostraram a sua pertinência, enquanto tradutores da “nova cultura política” que enforma as práticas dos grupos “militantes” do património, também revelaram que é, precisamente, no seio das organizações associativas em que participam que tal cultura política nasce, desenvolve-se e dá lugar às modalidades de intervenção apresentadas. A função de socialização no âmbito da cidadania desempenhada por estas associações ficou bem patente na pertença múltipla a mais do que uma associação ou na transformação de velhas associações culturais em novas organizações voltadas para a defesa o património, através da trajectória dos seus dirigentes e de actuais ou ex-responsáveis pela gestão do património na Administração Central, que a confirmaram em entrevistas e declarações públicas de que demos conta ao longo do trabalho. Como, de resto, o próprio autor referido reconhece, na conclusão da sua análise:

Associativismo e auto-mobilização não se excluem mutuamente ... a mobilização acaba por revelar mais peso na explicação do associativismo, i.é., o ‘capital de ligação’ que sustenta a auto-mobilização converte-se, frequentemente, em capital social convencional, através da adesão a associações formais ou até da criação de novos tipos de associados como as ONGs, típicas da ‘nova cultura política’ (Cabral, 2008: 239/s).

Assim, também, se afigura necessária a revisão metodológica no registo das associações culturais, com vista a uma tipologia diferenciadora dos seus objectivos, da sua organização e dos seus modos de acção.

O terceiro nível de debate, em ordem a reforçar as conclusões sobre o papel do associativismo cultural na extensão dos direitos de cidadania e na revitalização do seu exercício, diz respeito à necessidade de não restringir o conceito de cidadania ao de participação política.

Se, efectivamente, há especificidade nos direitos políticos e nas modalidades do seu exercício (Cabral, 2000), legitimada como campo autónomo de análise, haverá que considerar outras condições e conteúdos de intervenção na sociedade para aferir da qualidade da democracia e, na óptica deste trabalho, avaliar a

vitalidade da cidadania. Indispensável a tal enquadramento é não só a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento do sistema político (Cabral, 2000), no que respeita à capacidade de recepção e acolhimento das propostas da sociedade civil – o que, no caso do património, não se tem traduzido nas condições mais propícias a tal aceitação - mas também as transformações que se deram no campo da reorganização do Estado democrático em função do crescimento dos direitos. Nesse âmbito, devem ser destacados os fundamentos da necessidade de expansão da regulação para garantir, em condições de igualdade, mais direitos a mais sujeitos de direitos, e a consequente limitação dos direitos de cidadania, em virtude dos processos de burocratização exigíveis à Administração para o cumprimento da universalidade na aplicação das normas (Habermas, 1987c; Habermas, 1996b; Mozzicafreddo, 1998; 2001) ¹⁹⁰. Tal processo, ainda que assuma maior visibilidade na área dos direitos sociais, não deixa de constranger a acção das associações culturais na sua relação com o Estado, sobretudo em domínio, como o do património, onde é necessário confrontar pareceres, processos de classificação, financiamentos, que não reúnem consenso entre os seus proponentes. Questões determinantes, mas que se colocam fora do âmbito deste trabalho.

Resta-nos então retornar a Marshall, precisamente para relembrar a sua tese de que se os direitos apenas dão oportunidade mas não garantia do seu exercício, também a cidadania plena só se realiza no entrelaçamento das três categorias de direitos por si consideradas.

Mais de meio século depois da sua teoria, ainda se comprova que é a escolarização, ou o capital cultural, cujo aumento e alargamento se deve à extensão dos direitos sociais, a variável que mais explica a propensão para o exercício da cidadania política (Cabral, 2000; 2010; Carvalho, 2014) ¹⁹¹. Ora, ainda que Marshall não tenha reflectido sobre os direitos culturais e os grupos de interesse a que dão lugar, cuja centralidade não se colocava na sua época, não custa aceitar, no que respeita às associações de defesa do património, estarmos em presença de grupos altamente escolarizados que, portanto, revelam a maior competência política para o exercício da

¹⁹⁰ Sobre o processo de expansão e densificação do Direito no Estado democrático, que Habermas qualifica como juridicização, dando lugar à interferência crescente de normas jurídicas na vida das pessoas, vd. (Habermas, 1987c).

¹⁹¹ “Confirma-se assim que o atraso do processo de escolarização, que afectou maciçamente todas as gerações nascidas antes do 25 de Abril, tem ainda hoje um peso muito considerável na explicação da baixa propensão da população portuguesa para assumir e exercer os seus direitos de cidadania” (Cabral, 2000: 102).

cidadania. Por outro lado, atenuado o carácter elitista que rodeava o património, quer ao nível dos bens culturais a si circunscritos, quer ao nível dos profissionais e protagonistas envolvidos na sua defesa, interessa apurar, na esteira de Marshall, em que medida se vão cumprindo as aspirações contidas no seu modelo de cidadania, no quadro do qual se conjugam outras dimensões tão importantes quanto as da participação política:

Há uma espécie de igualdade humana básica associada ao conceito de pertença de pleno direito à comunidade (full membership of a community) – o que eu chamo de cidadania – que não é inconsistente com as desigualdades dos vários níveis económicos da sociedade (1992- [1950]: 6).

Ser membro de pleno direito na sociedade, ser cidadão, exige “padrões de vida civilizados” que, para o autor, só a cidadania do século XX, através das políticas sociais, consegue atingir. Prolongando o seu pensamento, o exercício dos direitos culturais não será menos fundamental ao aprofundamento e à revitalização da cidadania.

Com efeito, para além dos argumentos que fomos reunindo no sentido de desvendar o contributo do associativismo de defesa do património para a cidadania, um último conjunto de considerações, suportadas empiricamente no conceito de cidadania que não andarão distante do que Marshall defendeu, vale a pena ser sublinhado. Com base em vasta pesquisa abrangendo 21 países europeus, entre os quais Portugal, uma extensa equipa de investigadores avalia a qualidade da democracia não restringindo a análise da cidadania nem ao exercício dos direitos políticos, nem aos direitos associativos que apenas visam directamente influenciar as decisões políticas, pelo contrário, considerando igualmente relevante a participação social em organizações ou acções destinadas a melhorar a vida colectiva (Van Deth *et al*, 2007). Também outros autores, apoiados em vários contributos, entre os quais os de Habermas que aqui temos destacado, salientam os efeitos benéficos da participação associativa para o funcionamento das sociedades democráticas, independentemente dos níveis a que tal participação é exercida - cívico, institucional ou político - ou dos objectivos que a esses níveis se propõe atingir (Viegas, 2004; Turns, 2004; Warren, 2004).

Para dar conta da multidimensionalidade da participação cidadã, e das modalidades a que a mesma se expressa, outros autores operam uma reformulação nas grelhas de classificação das formas participativas, actualizando a sua tipologia na base de considerações sobre a obsolescência de categorizações que restringem essas

modalidades às práticas dirigidas ao sistema político e sobre a necessidade de contemplar a emergência das dimensões sociais e culturais das práticas participativas (Teorell *et al*, 2007; Van Deth *et al*, 2007).

Pesquisas de natureza extensiva que avaliam a qualidade democrática das sociedades têm, em abono desta tese, incluído na sua bateria de indicadores, por exemplo, as decisões de consumo (não comprar um determinado produto por razões ambientais) como forma de medir a influência de acções colectivas na estrutura do mercado que não passam efectivamente por decisões para pressionar directamente políticas públicas. Trata-se, pois, de não subestimar os efeitos de acções colectivas que podem não ter por objectivo imediato pressionar o poder político, não são, em rigor, práticas políticas, embora possam ter efeitos políticos. Em suma, na definição de participação, estes autores não se restringem às acções dirigidas às instituições políticas, mas consideram também “outros meios alternativos de exercer influência” na sociedade ou na vida individual dos cidadãos (Van Deth, 2007: 8). Neste entendimento, as associações voluntárias de diversos tipos dão um contributo positivo em todas as dimensões da cidadania.

Há, assim, segundo alguns modelos de análise, várias formas de concretização da cidadania com efeitos diferenciados para o nível individual e colectivo, para o nível da esfera pública e para o nível político-institucional. Tal concepção, que explorámos a propósito das associações do património, interessou-nos sobremaneira.

Tal como as organizações do ambiente contribuem para preservar o ambiente e melhorar as condições ambientais, influenciando os comportamentos de consumo, o mesmo acontece com as associações de defesa do património. Promovem estudos, visitas, sessões, alertam para a importância de territórios culturais menos evidentes ou valorizados, procurando defender, preservar e alargar o conhecimento dos bens culturais. Contribuem, em suma, para a democratização cultural, ao mesmo tempo que suscitam capacidades aos cidadãos para exercer competências cívicas e ainda, em muitos casos, como vimos, interferem nas políticas públicas do património. Merecendo melhor aprofundamento no que respeita à sua tipologia, aos seus propósitos, aos contextos de interacção e redes de actuação, também à integração que as instituições políticas fazem das suas dinâmicas, as associações de defesa do património fazem certamente parte dos designados “grupos de interesse público”, que defendem causas públicas, como tal, formam a opinião, especializam-se na formulação de temas,

contribuem definitivamente para enriquecer o espaço público e a qualidade da democracia.

A concluir este capítulo, que é também o último desta dissertação, não podemos deixar de fazer referência ao título que o sintetiza.

Quando, há cerca de quatro décadas, Marc Guillaume publicou o seu livro com o título “A *Política* do Património” pretendeu apresentar o processo de patrimonialização pelo qual passavam as sociedades europeias como uma arma política dos governos ocidentais para se legitimarem num momento de crise económica, social e política, através da “domesticação” do passado. Construir-se-iam consensos através da *política* do património, para o autor, “uma arte de apascentar o rebanho humano, hoje disperso e reconduzido ao campo tranquilizante de uma ficção: a de uma sociedade supostamente capaz de, melhor do que as outras, conciliar continuidade com a mudança, a conservação com a criação” (2003: 41). Se esta visão da “euforia do património” influenciou muitas reflexões sobre a lógica política deste movimento, também nos inspirou, porém, em sentido diverso do autor.

A *política* do património, tal como se desenrolava na sociedade portuguesa, se nunca deixou de ser um instrumento de política cultural através do qual o Estado se refazia, e refazia a sociedade, através dos seus símbolos nacionais, também passou a ser um dispositivo para o aprofundamento da cidadania. Alargando o seu âmbito, e não só sob o impulso do Estado, as questões do património cedo ganharam importância social, envolvendo diversos e dinâmicos sectores da sociedade. A heterotopia dos lugares de património convoca problemas legais, políticos, organizacionais cada vez mais complexos porque abrange perspectivas, sensibilidades e valores controversos, como é controversa, afinal, a matéria cultural. Convida, por isso, cada vez mais operadores à certificação da sua autenticidade, suscita e põe em confronto actores que se localizam em diversos campos sociais e institucionais e promovem acções para a sua defesa. À *política* do património não escapa a luta e o jogo políticos entre visões, discursos, perspectivas e interesses que a tornam em paradigma de análise apropriado para testar valores, atitudes e práticas de cidadania cultural relevantes nas sociedades contemporâneas. Processos, que incontestavelmente também atingiram a sociedade portuguesa.

CONCLUSÃO

Todas as pesquisas, uma vez terminadas, retornariam de bom grado ao princípio, não forçosamente pelos mesmos caminhos. Não fazendo exceção, se pudéssemos, também o faríamos. Não para renunciar aos resultados do que foi alcançado, mas para aprofundar o que foi conseguido.

Mapearíamos, com rigor, os processos de patrimonialização que mais contributos prestaram à revitalização de espaços sociais e à democracia cultural. Identificaríamos os seus principais agentes e a teia de relações construída em benefício desses processos. Estudaríamos espaços patrimoniais, suficientemente diferenciados nos seus fluxos, nas suas “coleções”, nas suas estratégias de comunicação do património. Perguntaríamos: que vínculo, que conexão estabelecem os espaços patrimoniais com os seus visitantes? E, com a população circundante? Como é construída essa relação?

Também monografávamos, com acompanhamento prolongado, associações de defesa do património, observando as suas dinâmicas internas, as suas acções de defesa, valorização e divulgação, os seus interlocutores privilegiados, o impacto imediato e institucional do dinamismo cívico-cultural revelado. Que estratégia metodológica para observar, também, a dispersão dos que se auto-mobilizam através de redes sociais, colaborações esporádicas com associações, disponibilização para o debate público sobre o património?

Estudaríamos os visitantes, com base na tipologia dos espaços patrimoniais e da sua distribuição geográfica, averiguando os motivos, as opções dos seus percursos pelo património, sobretudo, a memória da visita e os impactos na totalidade das experiências patrimoniais, mas também os impactos dessa visita e o de outras experiências patrimoniais nas suas estratégias pessoais. O que muda a visita ao património no olhar sobre si, a sociedade e o mundo?

As perguntas que faríamos nascem, como se vê, das perguntas que fizemos.

A pesquisa que serviu de base a esta dissertação sobre a averiguação das potencialidades de revigoração da cidadania a partir da valorização de bens culturais como o património exigiu esforços para colmatar escassez de informação para a qual não havia, no seu âmbito, formas de superar em todas as suas dimensões, debatendo-se, por outro lado, com o acervo de estudos e análises consistentes quanto à distância da sociedade portuguesa dos padrões de cidadania política e cultural que configuram as suas congéneres europeias.

O mais interessante, porém, na investigação científica é desafiar o que se sabe, imaginar o que se espera saber e confrontar esse percurso, sopesando os contributos que daí derivam. Perante o perfil nacional de baixos níveis de participação cívica e política, o que explica que pudéssemos deparar com níveis de mobilização e envolvimento sociais não desprezáveis, até inesperados, com incidência na esfera pública, em determinadas fases e processos de patrimonialização ocorridos na sociedade portuguesa? O que determinava, por outro lado, o interesse, visível no seu aumento, das visitas aos monumentos, ao património das cidades e dos espaços sociais mais afastados dos grandes centros, numa sociedade onde também as práticas culturais, ainda que objecto de políticas de democratização cultural, não pareciam ter atingido a extensão e a intensidade de outros países europeus?

O património tornava-se, assim, um campo recrutável para a compreensão dos conteúdos da cidadania moderna. Revelou-se como paradigma de análise privilegiado para observar valores, atitudes e práticas culturais e políticas emergentes na sociedade portuguesa, cada vez com maior visibilidade. Poderia o património enquanto objecto de acção colectiva generalizar-se à sociedade? Ou, integrando as novas causas públicas (*public issues*), estaria essa acção pulverizada no seio de outras causas públicas, como o ambiente, as minorias sociais, as subculturas urbanas, os consumidores e outras causas afins, que surgiam também no espaço público? Nesse caso, como contabilizar esses movimentos para o aprofundamento da cidadania, se os grupos que os representam se fragmentam em tantos interesses? Não poderia ser essa uma parte da explicação para a discrepância entre os níveis de participação social e política da população portuguesa apurados e as atitudes que se iam desvendando como favoráveis a novos valores e em sintonia com o espaço europeu? Não seria essa, insistimos, uma das dificuldades em medir algumas dimensões da qualidade da democracia, através das variadas e pouco convencionais formas de

exercício da cidadania perfilhadas pelos grupos sociais ou cidadãos que agora se envolviam em questões como a defesa do património?

Através da abordagem que dirigimos aos processos de patrimonialização mais salientes na sociedade portuguesa, aos visitantes de lugares de património e aos quadros de acção das associações de defesa revelaram-se contextos e actores sociais que fazem das várias categorias patrimoniais objecto através do qual exprimem e desenham interesses que transcendem atitudes de mera preocupação de existência social ou de proveito turístico-cultural. Mais do que isso, organizam-se socialmente para a salvaguarda do património cultural, denunciando casos de degradação ou incúria dos poderes públicos, mobilizam a atenção social, investindo na divulgação pública da sua importância, participam, quantas vezes, na própria investigação, conferindo autenticidade e, portanto, valor de património, sobretudo aos bens culturais mais recentemente certificados pelas instâncias nacionais e internacionais. A contribuição do associativismo cultural para aumentar a cadeia patrimonial e promover o estatuto de alguns bens culturais que se colocam fora do circuito do património monumental ou do património institucionalmente reconhecido, é ineludível e pode considerar-se um dos factores principais que desenhou e fez desencadear o *heritage boom* na sociedade portuguesa.

Mais de duas décadas separam Portugal de outros países europeus, como a Grã-Bretanha, que iniciou o processo através da patrimonialização de edifícios, espólios e espaços industriais desactivados ou, como a França, que beneficiou, antes daquele país, de instrumentos de política para a reabilitação dos pequenos patrimónios locais, sobretudo rurais, graças ao serviço de inventário concebido nos anos 60 que permitiu, desde então, separar esse processo da manutenção dos edifícios monumentais. Apesar de institucionalizado precocemente, o novo património em França não ficou privado do contributo das associações e da participação das populações, tendo contado com especialistas e, simultaneamente também, alguns críticos desse processo. Em Portugal, pese embora a necessidade de mais investigação sobre o assunto, podemos afirmar que as duas faces da patrimonialização correram em separado, assumindo o Estado, desde o início da democracia, o comando na reabilitação do património monumental e transferindo para os municípios, por incapacidade financeira, mas também em virtude da visão monumentalista do património, os encargos e a competência técnica para o património remanescente.

Dispersos pelo território, desiguais na sua matéria, polémicos na sua valia cultural pelo facto de abrangerem património imaterial, vernáculo ou com baixo estatuto nos elos da antiguidade, os novos bens que integraram a fase mais expansiva da patrimonialização cresceram ao sabor do envolvimento social, da capacidade associativa localmente implantada e da perspectiva política dos autarcas nesse domínio. Sem inventário, sem plano de patrimonialização concertado com os detentores ou interlocutores desse património, por meritórios que sejam os contributos para a cidadania cultural, não se sabe, com rigor, discriminar a valia de muitos projectos nascidos desse movimento. Alguns profissionais do património denunciam o excesso de patrimonialização proporcionalmente às possibilidades da sua manutenção, encerrados sítios, anteriormente valorizados para acolher visitantes e dinamizar espaços sociais. Forçoso é também avaliar o universo associativo nesta área, discriminando o papel das associações consoante as finalidades para as quais dirigem a sua acção, os processos de realização desses objectivos, apurando os impactos na valorização do património, na democratização e democracia culturais por essa via, mas também na capacidade geradora ou tonificadora de formas de envolvimento social e participação cívica nas redes e contextos sociais em que actuam.

As associações que estudámos apresentam maioritariamente perfil apoiado em grupos ou cidadãos auto-mobilizáveis, com competências profissionais elevadas na área do património, também competências políticas, se atendermos à rotatividade com que prestam colaboração em associações ou instituições congéneres, e comunicacionais, dirigidas para a intervenção na esfera pública, usando frequentemente os *media* e outros meios de divulgação e debate públicos. Protagonistas da nova cultura política, mas também de questões públicas, como o tema do património, não duvidamos da sua influência na revitalização da cidadania não só pelo seu activismo, como também pelo estímulo à participação cívico-política que induzem na esfera pública. Subscritoras de vários protestos e confrontos com o Estado central e local, ao contrário da área do ambiente, estas associações não beneficiaram de políticas integrativas para participar nos seus órgãos consultivos, estimulando o seu papel na defesa dos valores culturais do património, sendo, pelo contrário, reduzida a sua representação em sucessivas reformas administrativas. Porém, não só o contributo dirigido para a pressão ao sistema político, vigiando políticas de protecção do património ou a ausência delas, legislação e respectiva aplicação, reformulações orgânicas e administrativas, tutelas e parcerias de sítios patrimoniais, se destaca. A acção das associações manifesta-se de forma mais

surda, mas não menos eficaz, nas suas rotinas de divulgação do património e promoção dos valores culturais e ambientais.

Certamente, aos níveis de adesão ao património encontrados na sociedade portuguesa, expressos no complexo de atitudes que coloca a sua defesa entre as prioridades de desenvolvimento e modernização do país, não será alheio o trabalho de socialização permanente exercido pelas associações. Como se sabe, nem entre os partidos políticos na sua acção parlamentar ou programática, nem na trajectória dos sucessivos governos, se destacam iniciativas institucionais para a promoção dos valores de protecção do património, excepto aquelas que se enquadram no discurso político da identidade nacional. As intensas campanhas de divulgação do património que o Estado democrático, logo no início da sua constituição, impulsionou por todo o país não seriam exequíveis sem a colaboração de profissionais na área, cujo voluntarismo e envolvimento político se apoiou reciprocamente no dinamismo de muitas associações de defesa do património que por essa altura se afirmaram no terreno, dando origem aos primeiros congressos sobre associativismo nesta esfera de organização.

Não será alheio, ainda, o papel das associações à afirmação do quadro de valores pelo qual a população orienta as suas preferências em relação às diversas categorias patrimoniais, evidenciando consonância com as actuais concepções e elementos de identificação das sociedades modernas através do seu património, i.e., a preservação da mais ampla diversidade possível de referências históricas, culturais e ambientais. “Biodiversidade cultural”, eis um dos valores que melhor se salienta na hierarquização que a sociedade portuguesa apresenta sobre a importância que confere aos tipos de bens patrimoniais e que transfere com razoável homologia para os sítios visitados. Com efeito, apesar da sobrevalorização que, nas primeiras décadas da democracia, o Estado concedeu aos monumentos nacionais relativamente a outros patrimónios, deixados ao voluntarismo das associações e comunidades, embora com a participação dos municípios, os visitantes e a população em geral apreciam os “lugares de memória” emergentes tanto, quanto os lugares e símbolos do património consagrado.

Em certo sentido, ter-se-á operado, entre a população em geral e os visitantes, a mudança na consciência histórica do património forjada e formalizada por sectores europeus e internacionais e que corresponde à sua “desnacionalização” em benefício da expressão de singularidades culturais que podem ter base social ou regional. De facto, mesmo subsumida na vertente monumentalista, a relação entre património e identidade nacional não assume preeminência na sociedade portuguesa. As

elites, para quem é mais importante, também se destacam, como a maioria da população, sobretudo os que mais se identificam com o país e o espaço europeu, na valorização da diversidade e singularidade patrimoniais, excluindo, dessa forma, localismos acentuados.

Ressalta, com notável clareza, mais uma função importante exercida pelas associações de defesa do património no panorama cultural da sociedade. Alargando, pela sua difusão organizada, informação sobre sítios, culturas, paisagens, certamente as associações contribuem activamente para a democratização cultural no acesso a esses bens. Realizarão, por outro lado, o objectivo primordial da verdadeira democracia cultural. Lidando com patrimónios diferenciados, a que associam valores de preservação e formas não hierarquizadas de os decifrar, as associações constituem provavelmente um dos meios mais eficazes de combinar o acesso e a expressão de bens culturais eruditos e populares.

É certo que falta apurar e retirar as devidas consequências culturais e políticas, como se apelava no início destas considerações finais, da imagem que a sociedade portuguesa foi construindo sobre si própria e sobre a sua relação com o mundo, na comparação que estabelece através do seu património e do que se manifesta noutros lugares.

Na ausência de pesquisas mais aprofundadas, podemos ainda assim retirar conclusões importantes a partir dos visitantes desses lugares. Não é demais reafirmar a importância de conhecer os públicos do património, já que é no quadro de valores que associam ao património, também nas suas motivações culturais, que podemos reconhecer importantes processos de transformação nas sociedades contemporâneas que vão além da memória desses objectos culturais.

Ainda que importante, não parece suficiente explicar a patrimonialização das sociedades e sua adesão social recorrendo à “ditadura” da mercantilização cultural. Se há experiências patrimoniais exponenciadas e formatadas pelo turismo cultural, também não é negligenciável o seu papel nos fluxos que põem em contacto cidadãos do mundo e patrimónios culturais menos (re)conhecidos. Também não é hoje possível ignorar que não há cultura, há transculturalidade, no sentido em que Appadurái identificava, através das migrações, do turismo, das tecnologias, e dos *media*, os quatro elementos do complexo cultural característico das sociedades contemporâneas e que conferem, afinal, a centralidade ao *cultural* na explicação, entre outras, das mudanças na cultura política das sociedades. É no quadro desse complexo cultural e das

consequências que comporta sobre o tempo, o espaço, a memória, a diversidade e a singularidade, a autenticidade e o artificialismo que podemos também ler alguns símbolos relacionados com a atracção dos visitantes pelo património.

A abordagem que realizámos aos visitantes do património, a necessitar de melhor desenvolvimento, confirma que os públicos deste campo não se acham distantes do perfil que aquele complexo cultural pode imprimir às suas práticas. As principais categorias patrimoniais a que a população e os visitantes portugueses se associam, e aí estarão certamente motivações para as conhecer, além do património monumental que não simboliza apenas a identidade nacional, são as que expressam memórias oriundas do mundo rural que não parecem enxertar-se em nostalgias ruralistas, antes na identificação daqueles espaços como futuras reservas ambientais, fruto da combinação de representações sociais sobre as noções de paisagem e natureza. Por outro lado, o quadro de valores em que se estrutura a atractividade do património, residindo em qualidades de singularidade, diversidade e autenticidade, atesta resistência à padronização cultural e às experiências patrimoniais meramente contemplativas, que procuram contrariar experimentando as especificidades dos sítios ou dos modos de vida que só a manutenção da diversidade cultural autoriza. A antiguidade, o verdadeiro valor do *culto moderno dos monumentos*, ao mesmo tempo síntese de todos os outros, igualmente valorizada pelos visitantes, afirma o processo de *des-artificalização* do património, dissociando-o da noção de raridade artística. Mas combina-o com a noção de raridade/singularidade como sobrevivência ao tempo, ainda que este possa não ser longínquo, desligando-o simultaneamente do artificialismo e do efémero emblemáticos das sociedades contemporâneas. Numa palavra, *o culto moderno dos monumentos* é uma forma de recuperar autenticidade.

Fundamentar-se-á nestes valores o interesse social pelo património?

Com esta dissertação pretendemos, acima de tudo, exemplificar como se foram abrindo na sociedade portuguesa mais espaços para o exercício da cidadania, a partir do campo cultural, nomeadamente através dos processos de patrimonialização protagonizados, com grande dinamismo, por associações culturais de defesa do património. O facto de as organizações clássicas, como os partidos políticos e os sindicatos acusarem alguma perda na capacidade de mobilização e representação da sociedade – o que andarão ligado aos défices de cidadania associados – não significa que a ascensão de novos grupos e movimentos voltados para a defesa de causas, como são as associações do património, se substituam a essas organizações. O que afirmamos é

que se alargou o espectro da participação e do exercício da cidadania, com efeitos positivos, como indicia o caso do património, para a participação democrática e a qualidade da democracia.

Neste âmbito, o que parece claro também é o facto de ser a área dos direitos culturais a que se apresenta mais promissora no caminho para o aprofundamento da democracia. Protegendo bens e interesses de carácter público e não particularista, descendendo ou tendo a sua origem e denominador comum nos direitos humanos, os direitos culturais potenciam a acção colectiva, conjugando maior envolvimento e participação cultural com participação política. O substrato dos direitos humanos prevê, entre outros, o direito à expressão cultural independentemente das origens, dos contextos, grupos ou indivíduos nelas envolvidos e que comunidades mais vastas possam reconhecer. Dito de outro modo, reconhece-se a liberdade de celebração da diferença, amarrando-a a referências comuns, todavia, sem ter que dissolvê-las na padronização cultural. Em parte, estará provavelmente aqui a génese da pluralidade de causas e grupos políticos em ascensão. Ao mesmo tempo, é também na base de referências políticas comuns que se tem reflectido sobre o potencial de transformação que pode trazer a formação de uma identidade pós-nacional onde possam coexistir, sem conduzir à fragmentação social, patrimónios culturais diferenciados.

A simbiose entre direitos culturais e direitos políticos parece então constituir-se como terreno apropriado para o aprofundamento da cidadania. Só a efectividade do seu exercício permite realizar e aprofundar o conteúdo de ambos e aceder à plena cidadania, a qual exige cada vez mais o acesso a padrões culturais para ser atingida.

O património ergue-se como campo de análise apropriado para a visualização dos potenciais de mudança que vimos referindo, na medida em que, sendo bem público, a mobilização se faz para benefício colectivo, estimulando a acção colectiva e incitando a maior participação democrática para atingir esse objectivo. As exigências de competência comunicacional e política para se negociar no quadro de uma vasta cadeia de actores faz dos grupos de defesa do património núcleos que geram não só dinâmicas culturais importantes para as sociedades modernas, mas também energias políticas vitais para as democracias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (2014), *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*, Faro: Universidade do Algarve (Ciclo de Seminários sobre Dieta Mediterrânica), 336p. [online] <http://nutrimento.pt/activeapp/wp-content/uploads/2015/04/Dieta-Mediterr%C3%A2nica-em-Portugal.pdf>
- Abercrombie, Nicholas (1994) “Authority and Consumer Society”, in Keat, R., N. Whiteley e N. Abercrombie, *Enterprise Culture*, Londres: Routledge.
- Abreu, Maria Teresa Rovisco Pais (2013) *Contextos históricos de temporalidade longa visitados em breve espaço de tempo. A zona turística de Belém*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 165p.
- ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (2009) *Provere: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos*.
- Appadurai, Arjun (1996) *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*, Minneapolis/Londres: University of Minnesota Press.
- Alexander, Jeffrey (1995) «The reality of reduction: the failed synthesis of Pierre Bourdieu», in Jeffrey Alexander, *Fin de siècle social theory: relativism, reduction and the problem of reason*. London/New York: Verso, pp. 128-217.
- Alexander, Jeffrey C. (1996) «The Centrality of the Classics», in Stephen Turner (ed.) *Social Theory and Sociology – The Classics and Beyond*, Oxford, Blackwell, pp. 20-38.
- Alexander, Jeffrey e Philip Smith (2002) «The strong program in cultural theory: elements of a structural hermeneutics», in Turner, Jonathan H. (ed.), *Handbook of sociological theory*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 135-150.
- Amante, Maria de Fátima (2011) (coord.), *Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática*, Porto: Fronteira do Caos/CEPESE [on line] <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/identidade-nacional-entre-o-discurso-e-a-pratica>
- Andrieux, Jean-Yves (1997) *Patrimoine et Histoire*, Paris: Éditions Bélin.
- Almeida, João Ferreira (1986) *Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira (1999) *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira (2000) (org), *Os Portugueses e o Ambiente: I Inquérito Nacional às representações e práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.
- Almeida, João Ferreira (2004) (coord.), *Os Portugueses e o Ambiente - II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras: Celta.
- Augé, Marc (1994), *Os Não-Lugares*, Lisboa: Bertrand.
- Augé, Marc (2001) *As Formas do Esquecimento*, Almada: Íman Edições, 106p.
- Azevedo, Natália (1997) “Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos”, *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, I Série, Universidade do Porto, Vol. VII, 129-196. [on line] <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1415.pdf>
- Azevedo, Natália e Raquel Cadilhe Pereira (2014), "Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar",

- Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, Vol. XXVII, pp.143-173. [on line] <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12442.pdf>
- AA.VV (1999) *Caminhos do Património*. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais-DGEMN/ Livros do Horizonte: Lisboa, pp. 69-82.
- Axford, Barnie e Richard Huggins (2001) (orgs), *New Media and Politics*, Londres, Sage.
- Axford, Barnie (2001), “The transformation of politics or anti-politics?” in Barnie Axford, e Richard Huggins (orgs), *New Media and Politics*, Londres, Sage, pp.1-29.
- Babelon, Jean-Pierre e André Chastel (1994), *La notion de patrimoine*, Paris : Liana Levi.
- Bachoud, Louis, Philippe Jacob e Bernard Toulhier (2002), *Patrimoine culturel bâti et paysager. Classement, conservation, valorization*, Paris: Dalloz.
- Baldroegas, Cristina Alexandre Peralta (2013), *O Outro Fado. Propostas de reprogramação do Museu do Fado*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 122p.
- Barret, Jennifer (2011), *Museums and the Public Sphere*, Chichester, UK: Wiley-Blackwell.
- Bauman (2006), *Confiança e Medo Na Cidade*, Lisboa, Relógio d’Água.
- Bauman (2007) “Uncertainty and Other Liquid-Modern Fears”, in Jiri Pribán (ed.), *Liquid society and its law*, England: Aldershot : Ashgate, pp.17-37.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society. Towards a new modernity*, London: Sage (Edição original, 1986).
- Beck, Ulrich (1999a), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1999b), *The Reinvention of Politics. Rethinking Modernity in the Global Social Order*, Cambridge: Polity Press (Edição original, 1996).
- Beck, Ulrich (2000), “A Reinvenção da Política”, in Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *A Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, Oeiras: Celta, pp. 1-52 (Edição original, 1994).
- Benjamim, Walter (1992), “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica”, in Walter Benjamim, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa: Relógio D’Água (Edição original, 1936).
- Bortolotto, Chiara (2013), “Les inventaires du patrimoine immatériel en Italie: État, régions et associations”, in Paulo Ferreira da Costa (coord.) *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, Colóquio Internacional organizado por Direcção-Geral do Património Cultural- DGPC, Lisboa, pp.27-41.
- Bobbio, Norberto (2004), *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Elsevier (Edição original, 1992), [on line] <http://direitofma2010.files.wordpress.com/2010/05/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>
- Branco, Jorge Freitas (2008), *Significados Esgotados: sobre Museus e Coleções Etnográficas*, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa/ CEAS-Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa [on line] <http://hdl.handle.net/10071/1147>
- Bourdieu, Pierre e Alain Darbel (1968) , *L’Amour de L’Art: les musées d’art européens et leur public*, Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1985), *La Distinction. Critique Social du Jugement*, Paris: Éditions de Minuit.

- Bourdieu, Pierre, (1996), *As Regras da Arte: génese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença.
- Brito, Joaquim Pais de (2006), “Patrimónios e identidades: a difícil construção do presente”, in Elsa Peralta e Marta Anico (orgs), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta, pp.43-51.
- Brubaker, Rogers (1992), *Citizenship and Nationalhood in France and Germany*, Harvard: Harvard University Press.
- Burns, Tom (2004), “O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política: desafios e dilemas”, in José Manuel Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras: Celta, pp.125-159.
- Buck-Morss, Susan (1991), *The Dialectics of seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*, EUA, MIT: MIT Press.
- Cabral, Clara Bertrand (2011), *Património Cultural Imaterial – Convenção da Unesco e seus contextos*, Lisboa: Edições 70, 323 p.
- Cabral, Manuel Villaverde *et al* (1993), “Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento”, in Teresa Patrício Gouveia, (org.), *Sociedade, Valores culturais e Desenvolvimento*, Lisboa: D. Quixote, pp.23-68.
- Cabral (1995), “Equidade social, Estado-Providência e sistema fiscal: atitudes e percepções da população portuguesa (1991-1994)”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 17, pp. 9-34.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Mobilidade Social e Atitudes de Classe em Portugal”, *Análise Social*, Vol. XXXIII (146-147), pp.381-414.
- Cabral, Manuel Villaverde, Jorge Vala e André Freire (orgs) (2000), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS - Instituto de Ciências Sociais.
- Cabral, Manuel Villaverde (2000a), “O exercício da cidadania política em Portugal” in *Análise Social XXXV* (154-155), pp. 85-113.
- Cabral, Manuel Villaverde, (2000b) “A estética do Nacionalismo: Modernismo Literário e Autoritarismo Político em Portugal no início do século XX”, in N. S. Teixeira & A. C. Pinto (orgs.), *A Primeira República Portuguesa: Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa: Colibri.
- Cabral, Manuel Villaverde (2003), “A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância” in *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, pp. 513-533 [on line] <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a04v46n3.pdf>
- Cabral, Manuel Villaverde (2008), “Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa2 in Manuel Villaverde Cabral, Filipe C Silva, Tiago Saraiva (coord.s), *Cidade e Cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*, Lisboa: ICS - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 213-241.
- Cabral, Manuel Villaverde (2011), “Cidadania, inclusão e voz”, in *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 341-357 [on line] http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm26_214.pdf

- Caldéron, José Luis Mingote, (2013) (coord) , *Patrimonio inmaterial, museos y sociedad: balances y perspectivas de futuro*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España. 298 p.
- [online] <http://es.calameo.com/read/000075335489f789a44ae> (Acesso em 19-05-2014)
- Caldéron, José Luis Mingote (2013), «Patrimonio Cultural Inmaterial, museos e historia(s). Una relación antigua», in José Luis Mingote Calderón (coord.), *Patrimonio inmaterial, museos y sociedad: balances y perspectivas de futuro*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, pp.13-43.
- Calhoun, Craig (1996) (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts: MIT Press (Edição original, 1992).
- Canclini, Néstor García (2010), *A Globalização imaginada*, S. Paulo: Iluminuras, 223 p. (Edição original, 2003).
- Caninas, João Carlos (2010), “Associativismo e Defesa do Património”, in Jorge Custódio (coord.) *100 de anos de património: memória e identidade Portugal 1910 – 2010.*, Lisboa: IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico, pp. 281-293.
- [online] http://www.altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Associativismo_e_Defesa_do_Patrimonio_JCaninas2010.pdf
- Carvalho, Tiago (2014), “Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional”, Lisboa: *Análise Social*, vol. XLIX, nº.212, 3.º, pp. 650-674.
- Castells, Manuel (2002), *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 1.
- Chiva, Isac (1985), «George Henri Rivière : un demi-siècle d'ethnologie de la France », *Terrain*, nº5, pp. 76-83, [on line] <http://terrain.revues.org/2887>.
- Choay, Françoise (1984), « À propos de culte et de monuments » (avant-propos), in Aloïs Riegl, *Le Culte Moderne des Monuments. Son essence et sa Génèse*, Paris: Seuil (traduzido do alemão, *Der Moderne Denkmalkultus, sein wesen uns entstehung*), pp. 7-20 (Edição original, 1903).
- Choay, Françoise (1996), *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris: Seuil.
- Cleere, Henry (1989) (org.), *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, Cambridge: Allen & Unwin.
- Close, Paul (1995), *Citizenship, Europe and Change*, Londres: Macmillan.
- Conde, Idalina (1988), *Práticas culturais: digressão pelo confronto Portugal-Europa*, OAC-Observatório das Actividades Culturais, OBS nº4, pp.1-6.
- Conseil de l'Europe (2003), *Prospective: Fonctions du patrimoine culturel dans une Europe en changement*, Conseil de L'Europe/Division du patrimoine culturel, 126p. [on line] [https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT\(2001\)161_FR.pdf](https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Publications/ECC-PAT(2001)161_FR.pdf)
- Cordeiro, Isabel (2013), “Apresentação”, in Paulo Ferreira da Costa (coord.), *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, Colóquio Internacional organizado por DGPC-Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa, pp. 5-7.

- Costa, António Firmino e Maria das Dores Guerreiro (1984), *O trágico e o contraste: o fado no bairro de Alfama*, Lisboa: Dom Quixote.
- Costa, António Firmino (1997), *Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas*, Observatório das Actividades Culturais, OBS, nº 2, pp.10-14.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras: Celta.
- Costa, António Firmino, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, pp. 9-46.
- Costa, Paulo Ferreira (2013a), “Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2011): enquadramentos, paradigmas e instrumentos estratégicos”, in José Luis Mingote Calderón, (ed.), *Patrimonio inmaterial, museos y sociedad: balances y perspectivas de futuro*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, p. 44-72 [online] <http://es.calameo.com/read/000075335489f789a44ae>
- Costa, Paulo Ferreira (2013b), «O “Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial”: da prática etnográfica à voz das comunidades», in DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Paulo F. Costa (coord.), *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, Colóquio Internacional organizado por DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, pp. 93-116.
- Custódio, Jorge (1993), “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, *Dar Futuro ao Passado*, Ministério da Cultura/IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp.34-72.
- Custódio, Jorge e Rui Rasquilho (2010), “Campanha Nacional para a Defesa do Património: hora de mudança”, in Jorge Custódio (org.), *100 anos de Património. Memória e Identidade*, Ministério da Cultura, IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico, pp. 295-302.
- Dahlgren, Peter e Colin Sparks (1991) (orgs), *Communication and citizenship. Journalism and the public sphere*, Londres: Routledge.
- Dahrendorf, Ralf (1968), “Out of Utopia – Toward a reorientation of Sociological Analysis”, in: Id., *Essays in the Theory of Society*, Stanford: Stanford University Press, pp. 107-128. (Edição original, 1958, *American Journal of Sociology*).
- Davallon, Jean (2003) (org.), “Nouveaux regards sur le Patrimoine”, *Culture et Musées*, nº 1, Avignon : Actes Sud.
- Davallon, Jean, Hana Gottesdiener e Jean-Christophe Vilatte (2006), «A quoi peuvent donc servir les recherches sur les visiteurs », in *Culture & Musées*. N°8, pp. 161-172 [on line] http://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2006_num_8_1_1411
- Desvallées, André, François Mairesse (2010) (dir.), *Concepts clés de muséologie*, Paris, Armand Colin et ICOM-International Council on Museums, 87 p. [on line] www.icom.museum
- DGPC-Direção Geral do Património Cultural, Ministério da Cultura (2013), Paulo F. Costa (coord.), *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, Colóquio Internacional organizado por DGPC-Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa.
- Direcção-Geral de Turismo, *Inquérito às Estações Arqueológicas, 1995-96-97*.

- Drucker, Peter (1993), *A sociedade pós-capitalista*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres: Sage.
- Eidelman, Jacqueline e Michel van Praët (2000) (org.s), *La Muséologie des Sciences et ses Publics*, Paris: PUF.
- Eidelman, Jacqueline, Mélanie Roustan e Bernardette Golstein (2014), *O Lugar do Público. Sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*, S. Paulo: Iuminuras (Edição original, 2007).
- Eidelman, Jacqueline e Mélanie Roustan (2014), “Introdução. Os Estudos sobre público: pesquisa fundamental, escolha de políticas e apostas operacionais”, in Jacqueline Eidelman, Mélanie Roustan e Bernardette Golstein, *O Lugar do Público. Sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*, S. Paulo: Iuminuras, pp. 13-39 (Edição original, 2007).
- Einhorn, Barbara e Mary Kaldor (orgs) (1994), *Citizenship and democratic control in contemporary Europe*, Aldershot: Elgar.
- Erikson, R e J.H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux: a Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford: Clarendon.
- Esperança, Eduardo Jorge (1996), *Património e Comunicação: Políticas e Práticas Culturais*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.
- Esperança, Eduardo Jorge (2014), *Património - políticas e práticas culturais: para uma abordagem comunicacional*, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, resumo [on line] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/esperanca-eduardo-patrimonio-comunicacao-resumo.pdf>
- Engin, F. Isin e Bryan S. Turner (2002) (eds), *Handbook of Citizenship Studies*, Londres: Sage.
- Fabre, Daniel (2000) (dir.), *Domestiquer l’Histoire des Monuments Historiques*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme.
- Fabre, Daniel (2000a), « L’ethnologie devant le monument historique », in Daniel Fabre (dir.), *Domestiquer l’Histoire des Monuments Historiques*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme, pp.1-29.
- Fabre, Daniel (2000b), « Ancienneté, Altérité, Autochtonie », in Daniel Fabre (dir.), *Domestiquer l’Histoire des Monuments Historiques*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme, pp.195-208.
- Featherstone, Mike (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres: Sage.
- Featherstone, Mike (1995), *Undoing Culture: globalization, postmodernism and identity*, Londres: Sage.
- Figueiredo, Elisabete e Teresa Fidélis (2003), “No meu quintal não! Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994) ”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, pp.151-173.
- Folgado, Deolinda e Jorge Custódio (1999), *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, Lisboa: Livros Horizonte, 217 p.
- Folque, André (coord.), Maria Ravara, Miguel Feldmann, Carla Vicente (2013), *O Provedor de Justiça: Património e direitos culturais*, Lisboa: Provedor de Justiça – Divisão de Documentação [on line] http://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/Patrimonio_direitos_culturais.pdf
- Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens*, Oeiras : Celta, 148 p.

- Fortuna, Carlos e Augusto Santos Silva (2002) (orgs), *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- Fortuna, Carlos (2002), “Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, pp.123-148.
- Fortuna, Carlos e Paulo Peixoto (2002), “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”, in Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (org.s), *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*, Porto: Afrontamento, pp.17-63.
- Fortuna, Carlos (2010), “Novos trilhos da cultura: como não falar da cidade?”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (org.s), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 273-280.
- Fortuna, Carlos (2014) (coord.), *Cultura, Formação e Cidadania*, Secretaria de Estado da Cultura/GEPAC-CES, Lisboa: Princípiã, 239 p.
- Freire, André, Isabel Estrada Carvalhais, José Manuel Leite Viegas e José Palmeira, (2010) (orgs), *Cidadãos, Parlamentos e Representação Política*, Lisboa: Perspectivas - Portuguese Journal of Political Science and International Relations, Número 5, NICPRI - Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, Centro FCT.
- Freitas, Eduardo, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (1997), *Hábitos de Leitura: um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa: D. Quixote.
- Foucault, Michel (1967), «Des espaces autres », *Empan* 2/2004 (nº54), p. 12-19 [on line] www.cairn.info/revue-empan-2004-2-page-12.htm. DOI : [10.3917/empa.054.0012](https://doi.org/10.3917/empa.054.0012).
- Foucault, Michel (1994) « Qu'est-ce que les Lumières ? » in *Dits et Écrits*, 1994, vol. IV, nº 351, pp. 679-688 (Edição original, 1983), [on line] <http://foucault.info/doc/documents/whatisenlightenment/foucault-whatisenlightenment-en.html>
- Garcia, José Luís (2001), “Oblivionismo e teodiceia dos *mass media* no caso de Foz Côa”, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp.103-144.
- Garcia, José Luís (2014) (coord.), *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos actores, comparação internacional*, Lisboa, Ministério da Cultura- Ministério da Cultura-GPEARI/ ICS-UL.[on line] <http://www.gepac.gov.pt/cultura-2020.aspx>
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- Goldstein, Bernadette e Régis Bigot (2014), “Visitação e Imagem dos Museus da França no começo de 2005”, in Jacqueline Eidelman, Mélanie Roustan e Bernardette Golstein, *O Lugar do Público. Sobre o uso de estudos e pesquisas pelos museus*, S. Paulo: Iluminuras, pp. 47-61 (Edição original, 2007).
- Gomes, Rui Telmo, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2006), *Entidades Culturais e Artísticas em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, Rui Telmo e Vanda Lourenço (2009), *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

- Gonçalves, Maria Eduarda (2001), “Da ‘Pré-História’ à História do Caso de Foz Côa: Arqueologia, Política e Participação”, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp.27-64.
- Gonçalves, Maria Eduarda (org.) (2001), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: Edições 70.
- Gonçalves, Alexandra Rodrigues (2009), «Museus e Turismo: que experiências? Breve reflexão», in Maria Vlachou e Marta Lourenço, ICOM-International Council on Museums, série II, n.º 4, pp.3-10 [online] http://www.icomportugal.org/multimedia/info%20II-4_mar_mai09.pdf
- Gonçalves, Maria Estela Moura Dantas (2008), *A Lisboa dos e nos Guias Turísticos. Lisboa a compor-se ao espelho*, Tese de Mestrado, Antropologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 196 p.
- Gouveia, Jorge Bacelar (s/d), *Regulação e Limites dos Direitos Fundamentais*, [on line] http://www.estig.ipbeja.pt/ac_direito/BGRL.pdf
- Grande, Nuno (2009), *Arquitecturas da Cultura: Política, Debate, Espaço. Génesis dos Grandes Equipamentos Culturais da Contemporaneidade Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Universidade de Coimbra, 666 p. [on line] <http://hdl.handle.net/10316/11786>
- Guibentif, Pierre (2010), *Foucault, Luhmann, Habermas, Bourdieu. Une génération repense le droit*, Paris, Lextenso-Librairie générale de droit et de jurisprudence, Collection Droit et Société, n° 53.
- Guillaume, Marc (2003), *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras, 150 p. (Edição original, 1980).
- Habermas, Jürgen (1987a), "A modernidade. Um projecto inacabado?", *Crítica. Revista de pensamento contemporâneo*, n° 2, Novembro, (Edição original, 1981).
- Habermas, Jürgen (1987b), *The Philosophical Discourse of Modernity. Twelve lectures*, Cambridge, Polity Press.
- Habermas, Jürgen (1987c), “Tendências da Juridicização”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n° 2, pp. 185-204.
- Habermas, Jürgen (1994), “Citizenship and national identity: some reflexions on the future of Europe”, in Bart van Steenbergen (org.), *The Condition of Citizenship*, Londres, Sage, pp.20-35.
- Habermas, Jürgen (1996a), «Further Reflections on the Public Sphere», in Craig Calhoun (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts : MIT Press, pp.421-461 (Edição original, 1992).
- Habermas, Jürgen (1996b) *Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 631p. (Edição original, 1992),.
- Habermas, Jürgen (1998), *L'Intégration Républicaine. Essais de Théorie Politique*, Paris: Fayard, 383p. (Edição original, 1996).
- Habermas, Jürgen (2005), *De L'usage public des idées. Écrits politiques 1990-2000*, Paris: Fayard, 263p.
- Heinich, Nathalie (2009), *La fabrique du patrimoine. «De la cathédrale à la petite cuillère»*, Paris : Maison des Sciences de l'Homme.

- Heinich, Nathalie e Roberta Shapiro (2012) (dir.), *De L'Artification : enquêtes sur le passage à l'art*, Paris : École des hautes études en sciences sociales [on line] <http://books.openedition.org/editionsehess/1098>.
- Hewison, Robert (1987), *The heritage industry: Britain in a climate of decline*, Londres: Methuen.
- Horkheimer, Max e Theodor Adorno (1974) *La dialectique de la Raison, Fragments philosophiques*, Paris: Gallimard (Edição original, 1944).
- ICNB-Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2007), *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina*, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 42p. [online]<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnsacv/resource/ordenam/relat-ambiental>
- IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico (2010), *100 Anos de Património. Memória e Identidade*, IGESPAR/Ministério da Cultura (coord. Jorge Custódio).
- IHRU-IGESPAR, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, (2010) - Geral, Lisboa, (Kits - património, nº 3, versão 1.0), [online] www.portaldahabitacao.pt; www.monumentos.pt; www.igespar.pt
- INE-Instituto Nacional de Estatística (1995), *Associações Culturais e Recreativas*, Lisboa: INE.
- Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: changing values and political styles among Western publics*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*, Princeton: University Press.
- IPPAR-Instituto do Património Arquitectónico (1993), *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Lisboa: IPPAR.
- IPPAR-Instituto do Património Arquitectónico (1995), *Critérios - Classificação de Bens Imóveis*, Secretaria de Estado da Cultura/IPPAR.
- IPPAR- Instituto do Património Arquitectónico (2000), *Património - Balanço e Perspectivas (2000-2006)*, Ministério da Cultura/IPPAR.
- IPPAR- Instituto do Património Arquitectónico (2001), *Património - Estudos, nº1*, Ministério da Cultura/IPPAR.
- Jorge, Vitor Oliveira (2014), “Do campo arqueológico da Serra da Aboboreira à experiência de Vila Nova de Foz Côa: breve balanço da arqueologia...que Abril abriu (1978-2013)”, *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Vol. XIII, Porto: FLUP, pp. 129-141.
- Kalberg, Sephan (1993), “Cultural foundations of modern citizenship”, in Bryan Turner (org.), *Citizenship and Social Theory*, Londres, Sage, pp. 91-114.
- Karnoouh, Claude (2003), «Europe: patrimoine commun et différences», in Conseil de l'Europe, *Prospective: Fonctions du patrimoine culturel dans une Europe en changement*, Conseil de L'Europe/Division du patrimoine culturel, pp. 31-53.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara (1998), *Destination Culture. Tourism, Museums and Heritage*, Berkeley: University of California Press.

- Kristiansen, Kristian (1986), “Perspectives on the Archaeological Heritage: History and Future”, in Cleere, Henry (org), *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, Londres, Unwin Hyman, pp.23-29.
- Lahire, Bernard (2004), *La culture des individus : dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris : La Découverte.
- Lahire, Bernard (2008), “Indivíduo e misturas de géneros. Dissonâncias culturais e distinção de si”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 56, 2008, pp.11-36.
- Leal, João (2013), “Cultura, Património Imaterial, Antropologia”, in DGPC-Direcção-Geral do Património Cultural, *Políticas Públicas para o Património Imaterial na Europa do Sul: percursos, concretizações, perspectivas*, Colóquio Internacional organizado por DGPC, Lisboa, pp. 131-145.
- Léniard, Jean-Michel (2000), «Voyage au centre du patrimoine», in Daniel Fabre (org) *Domestiquer l’Histoire des Monuments Historiques*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme, pp.181-188.
- Lima, Aida Valadas de (1986), “A agricultura a tempo parcial em Portugal – uma primeira aproximação à sua quantificação”, *Análise Social*, vol. XXII, nº91, pp.371-379.
- Lima, Aida Valadas de (1990), “Agricultura de pluriactividade e integração espacial”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 8, Lisboa: Cies/ISCTE.
- Lima, Aida Valadas e Luísa Schimdt (1996), “Questões Ambientais: conhecimento, preocupações e sensibilidades”, *Análise Social*, nº135, V.31, pp.205-227.
- Lima, Aida Valadas e Manuela Reis (1998), “Os públicos de Foz Côa”, *Trabalhos de Etnologia e Antropologia*, Vol. 39 (1-2), Porto: Sociedade Portuguesa de Etnologia e Antropologia, pp.187-210.
- Lima, Aida Valadas de, Elsa Coimbra e Alexandra Figueiredo (2000), “Representações e valores sobre a natureza e ambiente”, in João Ferreira de Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- Lima, Aida Valadas e Manuela Reis (2001), “O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa” in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *O Caso de Foz Côa: um laboratório de análise sociopolítica*, Lisboa: Edições 70, pp.145-192.
- Lima, Aida Valadas de e João GUERRA (2004), “Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus”, in Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 113-153.
- Lima, Aida Valadas de e João GUERRA (2004a), “Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos”, in João Ferreira de Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- Lima, Aida Valadas de (2006), "A Valorização Social e Económica dos Recursos dos Territórios Rurais no Contexto das Sociedades Modernas", *Cidades-Comunidades e Territórios*, nº12/13, pp. 14-25.

- Lima, Aida Valadas de (2008), "O Rural e a Ruralidade nas Sociedades Contemporâneas – Velhas Questões...Novos Desafios", *Actas do VI Congresso Português de Sociologia*, 6, pp.30-40.
- Lopes, João Teixeira (1988), *A Cidade e a Cultura. Um estudo sobre as práticas culturais urbanas*, Universidade do Porto, Dissertação de doutoramento, [online] www.bocc.ubi.pt
- Lopes, João Teixeira (2010), "Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural", in Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, ICS-UL, Imprensa de Ciências Sociais, pp.51-61.
- Louise, Julien (2007), «Jean Davallon, Le Don du patrimoine : Une approche communicationnelle de la patrimonialisation», *Culture & Musées*, 2007, vol. 9, n° 1, pp. 169-171 [on line]
http://www.persee.fr/doc/pumus_17662923_2007_num_9_1_1434_t9_0169_0000_1
- Lowenthal, David (2002) *The Past is a foreign country*, Cambridge: University Press (Edição original, 1985).
- Lowenthal, David (2003), *Possessed by the Past: The Heritage Crusade and the Spoils of History*, Cambridge: University Press (Edição original, 1997).
- Macdonald, Sharon e Gordon Fyfe (eds) (1998), *Theorizing Museums: Representing Identity and Diversity in a Changing World*, Oxford: Blackwell Publishers/The Sociological Review.
- Macdonald, Sharon (1998), "Theorizing Museums: an introduction", in Sharon Macdonald e Gordon Fyfe (eds), *Theorizing Museums: Representing Identity and Diversity in a Changing World*, Oxford: Blackwell Publishers/The Sociological Review, pp.1-18.
- Macdonald, Sharon (2013), *Memorylands. Heritage and Identity in Europe today*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 293 p.
- Mcguigan, Jim (1996), *Culture and the Public Sphere*, Londres: Routledge.
- Marcuse, Herbert (1941), "Some Social Implications of Modern Technology", *Zeitschrift für Sozialforschung /Studies in Philosophy and Social Sciences*, 9, 3 (New York), pp. 414-439.
- Magris, Cláudio (2010), *Danúbio*, Lisboa: Quetzal (Edição original, 1986).
- Marques, Maria Manuel Leitão (dir.), Ana Isabel Santos e Sandra Nogueira (1996), *A Administração Consultiva em Portugal*, Lisboa: Conselho Económico e Social, 511 p. [on line] http://www.ces.pt/download/606/AdmConsultPortug_Leg.pdf
- Marshall, Thomas Humphrey (1992), "Citizenship and Social Class", in Thomas Humphrey Marshall e Tom Bottomore, *Citizenship and Social Class*, Londres: Pluto Press, pp.3-51 (Edição original, 1950).
- Martins, Manuela (2014), "Projecto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património, Porto, Vol. XIII*, pp.159-169.
- Mateus, Augusto (2009), *O Sector cultural e criativo em Portugal*, Ministério da Cultura, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações internacionais (GPEARl).
- Mateus, Rui (1998), "Mértola: reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local", in "O Archeologo Português", Encontros Cem Anos de Arqueologia, Actas, Vila do Conde, APPA-VC, p. 109-127. [on line] <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4135>

- Matos, Ana, Isabel M. Ribeiro e M. Luísa Santos (2003), “Intervir no património industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas de valorização”, in Maria da Luz Sampaio (ed.), *Actas do Colóquio de Museologia Industrial -Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*, Porto, Museu da Indústria, pp. 21-32 [on line] <http://hdl.handle.net/10174/10905>
- Medeiros, António e Manuel João Ramos (2009) (org.s), “Introdução”, in António Medeiros e Manuel João Ramos (orgs.), *Memória e Artifício. Matéria do Património II*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, pp.11-16.
- Mendes, José Amado (2012), "O património industrial na museologia contemporânea: o caso Português", *Ubimuseum – Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.1, pp. 89-104. [on line] <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>
- Mendes, José Manuel e Ana Maria Seixas (2005), «Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos *media* (1992-2002)», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 72 | 2005, <http://rccs.revues.org/984> ;DOI : 10.4000/rccs.984
- Melo, Daniel (2007), “O lugar do associativismo voluntário português no contexto europeu: para um novo paradigma do interesse público”, Boletim nº15, OBS/OAC-Observatório das Actividades Culturais, pp.45-56.
- Melo, Daniel (2007), *Bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português/em Portugal*, Secretaria de Estado da Cultura, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), OAC/Documentos Electrónicos, [on line] <http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013/gepac-oac/oac-documentos-electronicos.aspx>
- Merriman, Nick (1989), “Museum Visiting as a Cultural Phenomenon”, in Peter Vergo (org.), *The New Museology*, Londres: Reaktion Books.
- Miranda, Jorge (s/d), *O Regime dos Direitos Sociais*, in Comunidade de Juristas de Língua Portuguesa [online] http://www.cjlp.org/materias/regime_dos_direitos_sociais_jm.html
- Miranda Jorge (2006), *Notas sobre cultura, Constituição e direitos culturais* [online] <http://www.fd.ulisboa.pt/portals/0/docs/institutos/icj/luscommune/mirandajorge.pdf>
- Montero, José Ramón, Anders Westholm e Jan W.van Deth (2007), “The realization of democratic citizenship in Europe”, in Jan van Deth, José Ramon Montero e Anders Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies. A Comparative Analysis*, Londres: Routledge, 415-339 p.
- Morató, Arturo Rodriguez (2010), “A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 37-50.
- Moura, Vasco Graça (2013), *A Identidade Cultural Europeia*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, Relógio d’Água.
- Mozzicafreddo, Juan, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João Quintela (1989), "Modelos de gestão e legitimidade no sistema político local", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 6: 51 - 80.
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta.
- Mozzicafreddo, Juan (1998), “Estado, Modernidade e Cidadania”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta, pp. 245-283.

- Mozzicafreddo, Juan (2001), “Cidadania e administração pública em Portugal”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (orgs.) *Administração e política. Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras: Celta, pp. 145 - 157.
- Nabais, José Casalta (2000), “Noção e âmbito do Direito do Património Cultural”, Coimbra: RevCEDOUA, Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, pp. 11-38, [on line] <http://hdl.handle.net/10316.2/5721>
- Nave, Joaquim Gil (1997), *The Politics of Environmental Groups in Portugal. A Case Study on Institutional and Communication Processes of Environmental Collective Action*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, European University Institute, 453p.
- Nave, Joaquim Gil e Susana Fonseca (2000), «Acção Colectiva e Participação na área do Ambiente: Fenomenologia e Mobilização de recursos das organizações não-governamentais do ambiente», IV Congresso Português de Sociologia.
- Nave, Joaquim Gil (2001), “Non-Governmental Groups and the State. Environmental Politics in Portugal”, in Claus Eder e Maria Kousis (ed.), *Environmental Politics in Southern Europe. Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*, Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publications, 343-364.
- Neto, Maria João Baptista (1996), *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, 690 p.
- Neto, Maria João Baptista (1999), “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1999)”, *Caminhos do Património*, Lisboa: DGMEN-Direcção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais /Livros Horizonte, pp. 23-43.
- Neves, José Soares (2005), *Despesas dos Municípios com a Cultura (1986-2003)*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/ICS.
- Neves, José Soares e Jorge A. Santos (2006) *Os museus em Portugal no período 2000-2005. Dinâmicas e tendências*, Lisboa, IPM-Instituto Português de Museus/INE-Instituto Nacional de Estatística/OAC-Observatório das Actividades Culturais [on line] www.oac.pt
- Nora, Pierre (1984) (coord.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris : Gallimard.
- Noras, José Miguel Correia (2011), *Contributos dos Municípios para a salvaguarda do património*, Faculdade Letras-Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, [on line] <http://hdl.handle.net/10451/5757>
- Offe, Claus (1985), “New Social Movements. Challenging the boundaries of industrial politics”, *Social Research*, 52 (4), pp.817-868.
- Oliveira, Eduardo Pires e Henrique Barreto Nunes, “Uma associação de defesa do património: ASPA, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho”, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Vol. XIII, pp. 89-103 [on line] <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13001.pdf>
- Olson, Mancur (1978), *Logique de l'action collective*, Paris : PUF (Prefácio de Raymond Boudon), 199 p.
- Pais, José Machado (1994) (org.), *Práticas Culturais dos Lisboaetas: resultados do inquérito realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa*, Lisboa: ICS.

- Pais, José Machado (1999), *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num contexto europeu*, Oeiras: Celta.
- Peixoto, João (2002), “Os meios rurais e a descoberta do património”, Coimbra: *Centro de Estudos Sociais/Oficina do CES* [on line] <http://hdl.handle.net/10316/11046>
- Peralta, Elsa e Marta Anico (2006), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta.
- Pereira, Paulo (2010), “Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010”, IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico, *100 anos de Património. Memória e Identidade*, Ministério da Cultura, pp. 261-280.
- Pinto, Fernando (2003), “Ler o património”, in Manuel João Ramos (coord.), *A Matéria do Património. Memórias e Identidades*, Lisboa: Colibri/Departamento Antropologia do ISCTE, pp.17-21.
- Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto: Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1994), “Uma reflexão sobre políticas culturais”, in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 767-792.
- Pinto, José Madureira (1995), "Intervenção cultural em espaços públicos" in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, ICS-UL.
- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, Tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 46, pp. 11-31.
- Pinto, José Madureira (2010), “A prática da razão sociológica: Forçando os limites”, in Alice Semedo e Elisa Noronha Nascimento (coord.s), *Actas do I Seminário de investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Universidade do Porto/Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, Vol.1, pp. 16-26.
- PORDATA: www.pordata.pt/Tema/Portugal/Cultura+e+Desporto-14
- PRACE-Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (2006), *Relatório Final Comissão Técnica do PRACE*, V Micro Estruturas, Ministério da Cultura, [online] http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Cap%C3%ADtulo%205/V%20-%202015_MC_PRACE_%20Relatorio_final_V15.pdf
- QCA-Quadro Comunitário de Apoio II, 1994-1999, *Programas Operacionais*, [on line] http://www.qca.pt/mapa_site/mapa.asp
- QCA-Quadro Comunitário de Apoio III, 2000-2006/ POC, *Programa Operacional da Cultura*, EU/Ministério da Cultura, 79 p. [on line] <http://www.qca.pt/pos/download/2000/poc.pdf>
- Queiroz, Jorge (2014), “Dieta Mediterrânica, um modelo cultural. Algarve e Tavira na candidatura a património a Património da Humanidade”, in AA.VV., *A Dieta Mediterrânica em Portugal: Cultura, Alimentação e Saúde*, Faro: Universidade do Algarve (Ciclo de Seminários sobre Dieta Mediterrânica), pp.44-56 [on line] <http://nutrimento.pt/activeapp/wpcontent/uploads/2015/04/DietaMediterr%C3%A2nica-em-Portugal.pdf>

- Querol, Lorena Sancho (2010), «Do Coração do Museu: Inventário e Património Imaterial em 11 Museus Portugueses», ICOM-International Council on Museums-Portugal, Série II, nº9 (Jun-Ago10), pp. 2-10.
- Ramos, Manuel João (2003), “E Tudo o Fumo Levou: As Memórias e as Identidades”, in Ramos, Manuel João (coord.), *A Matéria do Património. Memórias e Identidades*, Lisboa: Colibri/Departamento de Antropologia do ISCTE, pp. 47-57.
- Ramos, Manuel João (2009), “O Património é um roubo intangível” in António Medeiros e Manuel João Ramos (orgs.), *Memória e Artifício. Matéria do Património II*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 275-300.
- Raposo, Luis e António Carlos Silva (1996), *A Linguagem das Coisas – Ensaios e Crónicas de Arqueologia*, Lisboa: Publicações Europa América.
- Raposo, Luís (2014), “O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus”, *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Porto, Vol. XIII, pp. 261-274 [on line] <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13001.pdf>
- Rasse, Paul e Éric Necker (1997), *Téchniques et Cultures au musée. Enjeux, ingénierie et communication des musées de société*, Lyon : PUL.
- Rautenberg, Michel (2003), « Comment s’inventent de nouveaux patrimoines : usages sociaux, pratiques institutionnelles et politiques publiques en Savoie », in Jean Davallon (org.), *Culture et Musées*, nº 1, Avignon : Actes Sud, pp 19-39.
- Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima (1998), “Desenvolvimento, Território e Ambiente”, in José M. Leite Viegas e António F. Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta, pp. 329-363.
- Reis, Manuela (1999), “Cidadania e Património: notas de uma pesquisa sociológica”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº29, pp.77-94.
- Reis, Manuela (2000), “O Património e a construção de novos espaços de cidadania”, in José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta, pp. 277-288.
- Reis, Manuela (2003), “Bens Culturais e Padrões de Cultura Política. Resultados do Inquérito às Associações de Defesa do Património em Portugal”, Relatório, Fundação de Ciência e Tecnologia, 36p.
- Reis, Manuela (2004), “Património e Ambiente: duas dimensões da cidadania moderna. Resultados do Inquérito às Atitudes dos Portugueses sobre o Património”, in Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (orgs), *Atitudes Sociais dos Portugueses 4 - Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp.193-238.
- Reis, Manuela (2009), “Noções de Património na Sociedade Portuguesa”, in António Medeiros e Manuel João Ramos (orgs.), *Memória e Artifício. Matéria do Património II*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, pp.185-200.
- Remelgado, Patrícia (2011), “Social Media: geradores de novos curadores”, ICOM-International Council on Museums-Portugal, Boletim nº 13, Jun-Ago, pp.11-13 [on line] http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-13_jun-ago11.pdf
- Ribeiro, António Pinto (1998), “A cultura em Portugal no final do século: entre a abundância e a miséria”, OAC-Observatório das Actividades Culturais, OBS nº 3, pp. 4-6.

- Riegl, Alois (1984), *Le Culte Moderne des Monuments. Son essence et sa Génèse*, Paris: Seuil (traduzido do alemão, *Der Moderne Denkmalkultus, sein wesen uns entstehung*, edição original, 1903).
- Rodrigues, Jorge (1999), «A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e restauro dos monumentos medievais durante o Estado-Novo», in AA.VV, 1999, *Caminhos do Património*. DGEMN-Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/ Livros do Horizonte: Lisboa, pp. 69-82.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), *Lisboa. Periferia e Centralidades*, Oeiras: Celta.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994^a), “O Social e o Político na Transição Pós-Moderna” in Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós -Modernidade*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 69-101.
- Santos, Boaventura Sousa (1994b), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (1996), *Os Tribunais na Sociedade Portuguesa*, Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (1988) (coord.), *As Políticas Culturais em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, pp. 65-70.
- Santos, Maria de Lourdes Lima (2000) (coord.), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2005) (coord.), *Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Culturas, Identidade e Património*, Lisboa: ICS/Observatório das Actividades Culturais, 154 p.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos e José Machado Pais (2010) (orgs), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 305p.
- Sassi, Sinikka (2001), “The Transformation of the Public Sphere?”, in Barnie Axforde e Richard Huggins (orgs), *New Media and Politics*, Londres, Sage, pp. 89-108.
- Scheine, Edgar (1984), “Coming to a new awareness of organizational culture”, *Sloan Management Revue*, Vol.25, nº2, pp.3-16.
- Schapiro, Sigal Meirovich (2013), “La función social del patrimonio cultural inmaterial y los desafíos de su preservación en Chile”, in José Luis Mingote Calderón, (ed)., *Patrimonio inmaterial, museos y sociedad: balances y perspectivas de futuro*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte de España, p. 174-179 [online] <http://es.calameo.com/read/000075335489f789a44ae>
- Scott, John (1990), *A Matter of Record. Documentary Sources in Social Research*, Polity Press.
- Shanin, Theodor (1976), *Peasants and Peasant Societies*, Londres: Penguin Books.
- Shapiro, Roberta (2004), “Qu’est-ce que l’artification?”, *XVII Congrès de recherche 18, Sociologie de l’art*, Tours, Juillet, pp.1-8 [on line] <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00010486v2/file/Artific.pdf>
- Shapiro, Roberta e Nathalie Heinich (2012), “When is Artification?” *Contemporary Aesthetics*, Vol.10 (Revista on line) [on line] <http://www.contempaesthetics.org/newvolume/pages/article.php?articleID=639>

- Silva, Raquel Henriques e Maria Lourdes Lima dos Santos (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus.
- Silva, Augusto Santos (2004), “Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento”, in José Manuel Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras: Celta, pp. 11-34.
- Silva, Augusto Santos e Helena Santos (2010), “A transformação cultural de cidades médias, segundo os seus agentes culturais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 62, pp. 11-34.
- Silva, Augusto Santos (2014), “A democracia portuguesa face ao património cultural”, Porto: *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Vol. XIII, pp.11-32.
- Silva, António Manuel S. P. (2014), “Depois de Abril: quatro décadas de Arqueologia Municipal em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*, Vol. XIII, Porto, FLUP, pp.75-88.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sobral, José Manuel (2004), “O Genuíno, o Espúrio e a Identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural”, *Etnográfica*, Vol. VIII (2), 2004, pp. 243-271.
[online] http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_08/N2/Vol_viii_N2_243-272.pdf
- Sobral, José Manuel (2006), “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português”, ICS/Universidade de Lisboa-*Working Papers*, 33 p.
- Sobral, José Manuel (2012), *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*, Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, Relógio d'Água.
- Steenbergen, Bart van (1994) (org.), *The Condition of Citizenship*, Londres: Sage.
- Steenberger, Bart van (1994), “The Condition of Citizenship, an Introduction”, in Bart van Steenberger, (org.), *The Condition of Citizenship*, Londres: Sage, pp. 1-9.
- Steenbergen, Bart van (1994), “Towards a global ecological citizen”, in Bart van Steenbergen (org.), *The Condition of Citizenship*, Londres: Sage, pp. 141-152.
- Steiner, George (1992), *No Castelo do Barba Azul. Alguma Notas para a Redefinição da Cultura*, Lisboa: Relógio d'Água (Edição original, 1971).
- Spinner, Jeff (1994), *The Boundaries of Citizenship: Race, Ethnicity and Nationality in the Liberal State*, Baltimore: John Hopkins University Press.
- Tardy, Cécile (2003), “L'entremise du récit du chercheur: une manière d'aborder le rôle des discours et des médias dans la patrimonialisation », in Jean Davallon (org.), *Culture et Musées*, nº 1, Avignon : Actes Sud, pp.109-133.
- Teorell, J., M. Torcall e J. R. Montero (2007), “Political participation: mapping the terrain”, in Jan van Deth, J. R. Montero e A. Westholm, *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Analysis*, Abingdon, Routledge, pp. 334-357.
- Tepicht, Yerzi (1973), *Marxisme et agriculture : le paysan polonais*, Paris : Armand Colin.
- Tibúrcio, Tiago (2010), “Direito de Petição perante o Parlamento - contributo para uma caracterização do seu exercício”, in André Freire, Isabel Estrada Carvalhais, José Manuel Leite Viegas e José Palmeira (orgs), *Cidadãos, Parlamentos e Representação Política*, Lisboa: Perspectivas - *Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, Número 5, NICPRI - Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, Centro FCT, pp. 45-69.

- Tomaszewski, Andrzej (2003), «Tangible and intangible values of cultural property in western tradition and science», *Place-Memory-Meaning: preserving intangible values in monuments and sites*, ICOMOS-International Council on Monuments and Sites, 14th General Assembly and Scientific Symposium, Victoria Falls, Zimbabwe.
- Turner, Bryan (1993), “Outline of the Theory of Human Rights”, in Bryan Turner (org.), *Citizenship and Social Theory*, Londres, Sage, pp.162-190.
- Turner, Bryan (1993a), “Contemporary problems in the theory of citizenship”, in Bryan Turner (org.), *Citizenship and Social Theory*, Londres, Sage, pp.1-18.
- Turner, Bryan (1994), “Postmodern Culture/Modern Citizens”, in Bart van Steenberg (org.), *The Condition of Citizenship*, Londres, Sage, pp.153-168.
- Twine, Fred (1994), *Citizenship and Social Rights. The Interdependence of Self and Society*, Londres: Sage.
- UNESCO (2004), *General Conference*, 32^a Sessão, vol.1, Paris: Unesco [on line] <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133171e.pdf>
- Urry, John (1994), *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*, Londres: Sage Publications (Edição original, 1990).
- Urry, John (1998), “How societies remember the past”, in Sharon MacDonald e Gordon Fyfe (eds), *Theorizing Museums: Representing Identity and Diversity in a changing world*, UK: Blackwell Publishers, pp. 45-65.
- Vergo, Peter (1989) (org.), *The New Museology*, Londres: Reaktion Books.
- Walsh, Kevin (1995), *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-Modern World*, Londres: Routledge.
- Wagner, Peter (2003), “Des Monuments aux droits de l’homme: redéfinition de la notion de ‘patrimoine’ dans le cadre des activités du Conseil de l’Europe”, in *Prospective: fonctions du patrimoine culturel dans une Europe en changement*, Conseil de l’Europe, pp.9-30.
- Warren, Mark E. (2004), « Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?», in José Manuel Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras: Celta, pp. 85-97.
- Van Deth, Jan, José Ramon Montero e Anders Westholm (2007) (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies. A Comparative Analysis*, Londres: Routledge, 476p.
- Varine, Hugues (2000), «Autour de la table ronde de Santiago », *Publics et Musées*, Vol. 17, n°1, pp.180-183. [on line] doi:10.3406/pumus.2000.1325. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pumus_1164-5385_2000_num_17_1_1325
- Varine, Hugues (s/d), “Reflexões sobre um museu de território”, [on line] <http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>
- Vergo, Peter (1989) (org.), *The New Museology*, Londres: Reaktion Books.
- Viegas, José Manuel (1986), “Associativismo e dinâmica cultural”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n° 1, pp. 103-121.
- Viegas, José Manuel (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, n° 46, pp. 33-50.
- Viegas, José Manuel, António Costa Pinto e Sérgio Faria (2004) (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras: Celta, 308 p.

- Viegas, José Manuel Viegas (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 46, pp. 33-50.
- Viegas, José Manuel e Sérgio Faria (2007), “Participação política: o caso português numa perspectiva comparativa europeia”, in José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andres. Malamud (eds.), *Portugal no Contexto Europeu*. Vol. I: *Instituições e Política*, Lisboa, Celta, pp. 59-76.
- Viegas, José Manuel Leite e Susana Santos (2010), “Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva”, in José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais, pp. 157-180.
- Viegas, José Manuel (2010), “Introdução”, in José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais, pp.1-8.
- Viegas, José Manuel Leite (2011), “A participação associativa em Portugal: que contribuição para uma sociedade civil forte?” *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 43-58. [on line] <http://www.nch.pt/biblioteca-virtual/bol-nch20/BoletimNCH-20-43.pdf>
- Yai, Olabiyi Babalola J. (2003), «Perspectives Africaines sur le patrimoine culturel» (Communication inaugurale), in *Place-Memory-Meaning: preserving intangible values in monuments and sites*, ICOMOS-International Council on Monuments and Sites, 14th General Assembly and Scientific Symposium, Victoria Falls, Zimbabwe.
- Zilhão, João (2007), “Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património mundial”, *Arqueologia & História*, nº56/57 - 2004/2005, *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp.15-30. [on line] <http://www.arqueologos.pt/revista5657.pdf>

FONTES DE INFORMAÇÃO

Legislação

Dec. Lei 16:791, 30 Abril, de 29 Abril de 1929, criação da DGEMN-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho, ratificação da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

Dec. Lei n.º 218/79, de 17 de Julho, criação da Comissão Nacional da UNESCO.

Dec. Lei n.º 59/80, de 3 de Abril, criação do IPPC- Instituto Português do Património Cultural

Dec. Lei n.º 34/80, de 2 de Agosto, aprovação da Lei Orgânica do IPPC- Instituto Português do Património Cultural

Dec. Lei n.º 204/80, de 28 de Junho 1980, Lei orgânica da DGEMN.

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português

Lei n.º 10/87, de 4 de Abril, Lei das Associações de Defesa do Ambiente (ADA)

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente

Decreto-Lei n.º 241/88, de 7 de Julho, criação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Decreto-Lei 278/91, de 9 de Agosto, criação do IPM-Instituto Português de Museus

Dec. Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho, criação do IPPAR-Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (em substituição do IPPC)

Decreto Regulamentar n.º 26/95, de 21 de Setembro, criação do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Decreto-lei 117/97, de 14 de Maio, Lei Orgânica do IPA-Instituto Português de Arqueologia, do Parque Arqueológico do Vale do Côa e o CNART – Centro Nacional de Arte Rupestre, (sediados em Vila Nova de Foz Côa)

Decreto-Lei 120/97, 16 de Maio, Lei Orgânica do IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Decreto-Lei n.º 161/97, de 26 de Junho, Lei Orgânica do Instituto Português de Museus

Decreto do Presidente da República n.º 74/97, de 16 de Dezembro, ratificação da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (La Valetta) de 1992

Decreto-Lei n.º 342/99, de 25 de Agosto, criação do Instituto Português de Conservação e Restauro

Dec. Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, Lei de Bases do Património Cultural

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 4 de Agosto, criação do PRACE- Programa de Reforma da Administração Central do Estado

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, Lei-quadro dos museus portugueses

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, reestruturação dos ministérios no âmbito do PRACE-Programa de Reforma da Administração Central do Estado

Dec. Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Cultura (fusão do IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e do IPA- Instituto Português de Arqueologia)

- Decreto-Lei 96/2007, 29 de Março, criação do IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (em substituição do IPPAR e do IPA).
- Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março, criação do IMC-Instituto dos Museus e da Conservação (fusão do Instituto Português de Museus e do Instituto Português de Conservação e Restauro)
- Portaria n.º 376/2007, de 30 Março, Estatutos do IGESPAR (serviços e funções)
- Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março, Estatuto do IMC (serviços e funções)
- Dec. Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março, reestruturação da composição e funções do CNC-Concelho Nacional de Cultura
- Dec. Lei 223/2007, de 30 de Maio, extinção da DGEMN- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, integração no IHRU-Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
- Proposta de Lei 256/X, de 17 de Março de 2009, Aprova o regime geral dos bens do domínio público
- Dec. Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, ratificação Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003.
- Dec. Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural n.º 107/2001
- Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, procedimentos de Inventário do património imaterial
- Dec. Lei n.º 115/2012, de 25 de Maio, criação da DGPC-Direcção-Geral do Património Cultural (em substituição do IGESPAR e incluindo ICM-Instituto Português de Museus e DRCLVT-Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo)
- Portaria 223/2012, de 24 de Julho, Lei orgânica da DGPC- Direcção-Geral do Património Cultural
- Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de Setembro, regime de constituição e funcionamento do Conselho Nacional de Cultura e das suas secções especializadas
- Declaração de Rectificação n.º 46/2013, de 28 de Outubro, rectificação do Decreto-Lei n.º 132/2013, de 13 de Setembro

Cartas e Convenções internacionais sobre a protecção do património cultural e natural

- 1931, Carta de Atenas
- 1948, Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948
- 1964, Carta de Veneza, ICOMOS
- 1972, Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO
- 1976, Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos, UNESCO
- 1978, Declaração Universal dos Direitos dos Animais, UNESCO
- 1987, Carta sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS
- 1989, Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, UNESCO
- 1990, Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS
- 1992, Convenção do Património Mundial – Paisagens Culturais, UNESCO
- 2002, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, UNESCO
- 2002, Declaração de Istambul de 2002, UNESCO
- 2003, Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, UNESCO

2005, Convenção de Faro, Conselho da Europa
2008, Declaração de Québec sobre a Conservação do Espírito do Lugar, ICOMOS

Imprensa

A Capital, 1995-2005
Correio da Manhã, 1995-2000
Diário de Notícias, 1995-2014
Expresso, 2001-2014
Jornal de Notícias, 1995-2000
Público, 1995-2014

Webgrafia

ACAB-Associação Cultural Azurara da Beira
<https://acabmangualde.wordpress.com/>
ADIM- Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz
<http://www.adim-monsaraz.pt/>
ADPM-Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural de Mértola
<http://adpm.pt/>
AdpBEJA-Associação p/ a Defesa do Património Cultural da Região de Beja
<http://www.adpbeja.pt/>
ALAGAMARES - Associação Cultural de Sintra
<http://www.alagamares.com/>
AAP- Associação dos Arqueólogos Portugueses
http://www.arqueologos.pt/p_aap.html
ALMARGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental
<http://almargem.org/siteantigo/>
APA- Associação Profissional de Arqueólogos
<http://www.aparqueologos.org/>
APA- Associação Portuguesa de Antropologia
<http://www.apantropologia.org/apa/>
APAC- Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos
<http://www.amigosdoscastelos.org.pt/>
APAI- Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
<http://apaiassociacao.wixsite.com/apai/rgos-sociais>
APJSH- Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos
<http://www.jardinshistoricos.pt/>
APOM- Associação Portuguesa de Museologia
<http://www.apom.pt/>
APMCH-A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
<http://www.apmch.pt/>

ARP- Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal

<http://www.arp.org.pt/>

Arquivo de emissões da TSF, programa *Encontros com o Património*

<http://feeds.tsf.pt/Tsf-EncontrosPatrimonio>

Associação Portuguesa das Casas Antigas

<http://ap-casas-antigas.pt/>

Associação de Defesa do Património de Sintra

<http://www.adps.web.pt/>

Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

<http://www.patrimonio-santarem.pt/>

Associação de Estudos do Alto Tejo

<http://www.altotejo.org/>

Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras

<http://patrimoniodetorresvedras.blogspot.pt/>

ASPA-Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural de Braga e Viana do Castelo

<http://www.aspa.pt/>

Blogue *Da Literatura*

<http://www.daliteratura.blogspot.pt/>

Blogue do Centro Nacional de Cultura

<http://e-cultura.blogs.sapo.pt/>

Blogue *O mundo dos museus*

<http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/>

Blogue *Musing on culture*

<http://musingonculture-pt.blogspot.pt/>

Blogue *Património*

<http://www.patrimonio.pt/>

Blogue *PPorto*

<http://www.pportodosmuseus.pt/>

Boletim ICOM-PT, 2002-2014

http://icom-portugal.org/boletim_icom,156,lista.aspx

Campo Arqueológico de Mértola

<http://www.camertola.pt/>

Carta de Atenas, 1931, UNESCO

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/guatemala/guatemala_carta_de_atenas_1931_spa_orof.pdf

Carta de Veneza, 1964, ICOMOS

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Carta sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1987, ICOMOS

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html>

Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, 1990, ICOMOS

http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1990_carta_internacional_sobre_a_protecao_e_a_gestao_do_patrimonio_arqueologico-icomos.pdf

Centro de Arqueologia de Almada

<http://www.caa.org.pt/>

Centro Nacional de Cultura

<http://www.cnc.pt/>

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972, UNESCO

<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

Convenção do Património Mundial – Paisagens Culturais, 1992, UNESCO

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003, UNESCO

<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

Convenção de Faro, Conselho da Europa, 2005

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio

<http://www.confederacaodascolectividades.com/>

Comissão Nacional da UNESCO

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/>

Conselho da Europa, Património Cultural e Natural

<https://edoc.coe.int/en/208-culture-heritage-nature>

CPADA- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

<http://www.cpada.pt/pt/>

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>

Declaração Universal dos Direitos dos Animais, 1978, UNESCO

<http://www.lpda.pt/declaracao-universal-dos-direitos-animal/>

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2002, UNESCO

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

Declaração de Istambul de 2002, 2002, UNESCO

<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

Declaração de Québec sobre a Conservação do Espírito do Lugar, 2008, ICOMOS

<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-646-2.pdf>

Direcção-Geral do Património

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>

FAMP- Federação dos Amigos dos Museus de Portugal

<http://www.famportugal.pt/>

ICOMOS-International Council on Monuments and Sites

<http://www.icomos.org/en/>

ICOMOS-PORTUGAL

<http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos>

ICOM-International Council on Museums

<http://icom.museum/>

ICOM-Portugal

<http://icom-portugal.org/>

IGESPAR-Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico

<http://www.igespar.pt/pt/>

Matriz de Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – Manual de Utilização

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web/Recursos/RecursosUtilitariosListar.aspx?TipoUtilitario=3>

OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

<http://www.oikosambiente.com/>

PARM-Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo

<http://parm-moncorvo.blogspot.pt/>

PRÓ-ÉVORA - Grupo Pró-Évora

<http://www.pro-evora.org/pt/>

PPCULT-Plataforma pelo Património Cultural

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/DeclaraPlataformaPPCULT.pdf>

PROGESTUR- Associação Portuguesa de Turismo Cultural

<http://www.progestur.net/>

Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, 1989, UNESCO

<http://cvc.institutocamoes.pt/cpc2007/patrimonio/>

Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos, 1976, UNESCO

http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13133&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Revista *Al-madan*

<http://www.almadan.publ.pt/>

UNESCO

<http://whc.unesco.org/>

ANEXOS

A – Quadros anexos

Capítulo 3 Associativismo e valorização do património

Quadro 1. Origem geográfica da associação e principal fonte de financiamento/ recursos

Principal fonte de financiamento/recursos	Local de origem (Região)										Total			
	Norte		Centro		Lisboa e Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		Região Autónoma dos Açores		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
Quotização dos sócios	3	21,4	4	26,7	1	9,1	1	14,3					9	17,6
Trabalho voluntário	4	28,6			1	9,1			1	33,3			6	11,8
Mecenato (ou apoio logístico/financeiro de particulares)					1	9,1					1	100,0	2	3,9
Administração Central	2	14,3	2	13,3	1	9,1	1	14,3					6	11,8
Administração Local	2	14,3	4	26,7	4	36,4	1	14,3	2	66,7			13	25,5
Candidatura fundos estruturais (nacionais ou internacionais)	2	14,3	4	26,7				2	28,6				8	15,7
Prestação de serviços					3	27,3	1	14,3					4	7,8
Organização de jogos, espectáculos			1	6,7									1	2,0
Outros							1	14,3					1	2,0
Não refere	1	7,1											1	2,0
Total	14	100,0	15	100,0	11	100,0	7	100,0	3	100,0	1	100,0	51	100,0

Fonte: *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*

Quadro. 2 Dirigentes das Associações por sexo

Sexo	n	%
Masculino	44	86,3
Feminino	5	9,8
NR	2	3,9
Total	51	100,0

Fonte: *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*

Quadro. 3 Tipos de património valorizado

Tipos de património valorizado	Nada importante		Pouco importante		Mais ou menos importante		Importante		Muito importante		NR		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Um lugar pré-histórico			1	2,0	1	2,0	11	21,6	37	72,5	1	2,0	51	100,0
Uma igreja medieval					4	7,8	9	17,6	37	72,5	1	2,0	51	100,0
Uma casa rústica com cerca de 300 anos			3	5,9	8	15,7	20	39,2	19	37,3	1	2,0	51	100,0
Uma velha fábrica de destilação	2	3,9	7	13,7	10	19,6	12	23,5	17	33,3	3	5,9	51	100,0
A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos			6	11,8	13	25,5	13	25,5	17	33,3	2	3,9	51	100,0
Uma formação geológica rara			1	2,0	2	3,9	17	33,3	30	58,8	1	2,0	51	100,0
Um lugar de ninhos de aves em extinção	1	2,0	3	5,9	3	5,9	13	25,5	30	58,8	1	2,0	51	100,0

Fonte: *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*

Quadro. 4 Fontes de informação/conhecimento sobre o património

Fontes de informação/conhecimento sobre os problemas que afectam o património	Nada importante		Pouco importante		Mais ou menos importante		Importante		Muito importante		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Deslocações, visitas					3	6,0	22	44,0	25	50,0	50	100,0
Contactos com especialistas			2	4,1	4	8,2	21	42,9	22	44,9	49	100,0
Contactos com a população			1	2,0	8	16,0	22	44,0	19	38,0	50	100,0
Contactos/reuniões com outras associações ou movimentos organizados	1	2,0	1	2,0	10	20,4	22	44,9	15	30,6	49	100,0
Contactos/reuniões com Autarquias	3	6,0	3	6,0	14	28,0	16	32,0	14	28,0	50	100,0
Contactos com instituições públicas que intervêm directa ou indirectamente no património	1	2,1	5	10,4	11	22,9	22	45,8	9	18,8	48	100,0
Denúncias dos cidadãos	2	4,0	8	16,0	13	26,0	16	32,0	11	22,0	50	100,0
Estudo ou pesquisa dos associados	2	4,0	6	12,0	6	12,0	23	46,0	13	26,0	50	100,0
Informação proveniente da Comunicação Social			2	4,0	10	20,0	29	58,0	9	18,0	50	100,0

Fonte: *Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003*

Quadro 5. Análise de Componentes Principais das acções para a protecção do património

	Acções de natureza científico-cultural	Acções de formação/animação cultural	Acções de natureza cívico-política
Acções para a protecção do património	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Apoio a museus locais/sectoriais, regionais ou nacionais ou apoio para a sua criação	,784	-,066	-,091
Estudo, inventariação e divulgação do património natural e/ou construído	,770	,113	,126
Divulgação/edição de materiais pedagógico-didácticos ou de resultados de investigação no âmbito do património natural e/ou construído	,698	,393	,246
Organização de reuniões científicas respeitantes ao património natural e/ou construído	,580	,550	-,102
Visitas de estudo guiadas	,445	,233	,081
Acções de esclarecimento/formação com vista a fomentar uma nova consciência sobre o património natural e/ou construído	,096	,847	,263
Organização de cursos de formação e/ou apoio a escolas no desenvolvimento de projectos no âmbito do património	,198	,784	-,089
Animação de lugares de património natural e/ou construído	,117	,603	-,479
Apresentação de denúncias de situações que atentem contra o património natural e/ou construído	,139	,023	,885
Encaminhamento de denúncias de cidadãos	,050	,003	,839
% Variância explicada	23,137	22,231	18,943
Total de Variância explicada	64.311		
Alpha Cronbach	0,74	0,68	0,74

Fonte: Inquérito às Associações de Defesa do Património, 2003

Capítulo 4 Públicos do Património: perfis e atitudes

Quadro 1. Classe social subjectiva e tipo de visitante

			Tipo de visitante				
			Regular	Ocasional	Raro	Não visitante	Total
Classe social subjectiva	Classe baixa	Nº	1	41	69	123	234
		%	.4%	17.5%	29.5%	52.6%	100.0%
	Classe media/baixa	Nº	28	160	198	124	510
		%	5.5%	31.4%	38.8%	24.3%	100.0%
	Classe media/alta e alta	Nº	18	99	68	19	204
		%	8.8%	48.5%	33.3%	9.3%	100.0%

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, 2000*

Quadro 2. Valores socioplíticos e tipo de visitante

			Tipo de visitante				
			Regular	Ocasional	Raro	Não visitante	Total
Valores socioplíticos	Materialistas	Count	13	94	123	139	369
		% Valores socioplíticos	3.5%	25.5%	33.3%	37.7%	100.0%
		% Tipo de visitante	26.5%	29.6%	35.8%	51.1%	37.5%
		% of Total	1.3%	9.6%	12.5%	14.1%	37.5%
	Pós-materialistas	Count	3	20	13	7	43
		% Valores socioplíticos	7.0%	46.5%	30.2%	16.3%	100.0%
		% Tipo de visitante	6.1%	6.3%	3.8%	2.6%	4.4%
		% of Total	.3%	2.0%	1.3%	.7%	4.4%
	Mistos	Count	33	204	208	126	571
		% Valores socioplíticos	5.8%	35.7%	36.4%	22.1%	100.0%
		% Tipo de visitante	67.3%	64.2%	60.5%	46.3%	58.1%
		% of Total	3.4%	20.8%	21.2%	12.8%	58.1%
Total	Count	49	318	344	272	983	
	% Valores socioplíticos	5.0%	32.3%	35.0%	27.7%	100.0%	
	% Tipo de visitante	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	
	% of Total	5.0%	32.3%	35.0%	27.7%	100.0%	

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, 2000*

Qui-quadrado Pearson Valor do teste = 35.452^a

p < 0.01; V Cramer = .134

Quadro 3. Atitudes sobre a protecção do património

	Discordo totalmente		Discordo		Nao concordo/Ne m discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Conservar o património e em detrimento de algumas actividades económicas	23	2.4%	73	7.6%	176	18.3%	543	56.5%	146
Conservar o património que apenas simboliza períodos de maior glória no país	86	8.9%	292	30.2%	161	16.6%	260	26.9%	169	17.5%
Conservar o património ainda que pagando mais impostos	58	6.1%	162	17.1%	261	27.6%	356	37.6%	109	11.5%
Conservar o património devia ser uma prioridade nacional	23	2.4%	108	11.3%	237	24.9%	411	43.1%	174	18.3%
Conservar o património é um luxo dos países mais ricos	96	10.1%	270	28.5%	171	18.1%	323	34.1%	87	9.2%
Conservar todos os tipos de património	13	1.3%	41	4.2%	156	16.0%	500	51.2%	267	27.3%
Conservar o património é responsabilidade do Estado	8	.8%	43	4.4%	116	11.9%	480	49.1%	330	33.8%
Conservar o património é hoje uma preocupação excessiva face aos problemas que afectam a vida das pessoas	56	6.0%	140	15.0%	246	26.3%	347	37.1%	146	15.6%

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, 2000*

Escala: 1=discordo totalmente; 5=concordo totalmente

Quadro 4. Idade e atitudes sobre a protecção do património (factores)

	O património histórico como prioridade nacional	O património histórico como luxo	O património como responsabilidade do Estado
Idade	r = .025 p = .430	r = .017 p = .586	r = -.019 p = .551

Fonte: *Inquérito Atitudes dos Portugueses sobre o Património, 2000*

Escala: 1=discordo totalmente; 5=concordo totalmente

(r=coeficiente de correlação de Pearson)

B - Inquéritos

ISSP 2000 – Environment II: Inquérito atitudes dos portugueses sobre o património

GOSTARÍAMOS DE SABER A SUA OPINIÃO SOBRE ALGUMAS QUESTÕES RELACIONADAS COM O PATRIMÓNIO NACIONAL.

P.35. (MOSTRAR CARTÃO 23)

Com que frequência costuma visitar monumentos, museus ou lugares históricos em Portugal?

P.36. (MOSTRAR CARTÃO 24)

Tente lembrar-se quando tinha 12 ou 13 anos. Nessa altura, com que frequência visitava monumentos, museus ou lugares históricos em Portugal?

	P.35 (36)	P.36 (37)
Frequentemente	1	1
Às vezes	2	2
Raramente	3	3
Não costuma visitar/Não costumava visitar	4	4
Não sabe (Espontâneo)	8	8
Não responde (Espontâneo)	9	9

P.37. Aproximadamente quantos monumentos ou lugares históricos visitou nos últimos 3 anos em Portugal?

	(38-39)	
Número		
Não sabe (Espontâneo)	9	8
Não responde (Espontâneo)	9	9

P.38. (MOSTRAR CARTÃO 1)

Há várias opiniões sobre a importância de conservar ou não o nosso património histórico. Vou ler algumas dessas opiniões, pedindo-lhe que indique qual o seu grau de concordância para cada uma delas.

	Concor do tota- lmente	Concor do	Não concordo nem discordo	Discor do	Discor do total mente	Não sabe (Esp.)	Não responde (Espont.)	
a. Devemos conservar os monumentos históricos mesmo que isso vá contra o desenvolvimento de certas actividades económicas	1	2	3	4	5	8	9	(40)
b. Só interessa conservar os monumentos históricos que simbolizam os períodos de maior glória do país	1	2	3	4	5	8	9	(41)
c. Todos temos o dever de contribuir para a preservação dos nossos monumentos históricos, mesmo que tenhamos que pagar mais impostos.	1	2	3	4	5	8	9	(42)
d. A protecção e valorização do nosso património histórico devia ser uma prioridade nacional.	1	2	3	4	5	8	9	(43)
e. A conservação dos monumentos é um luxo que só os países mais ricos podem praticar	1	2	3	4	5	8	9	(44)
f. Devemos conservar todos os tipos de monumentos, mesmo os mais simples, porque eles dão a conhecer o passado e são um ensinamento para o futuro	1	2	3	4	5	8	9	(45)
g. É ao Estado que cabe a responsabilidade de conservação dos nossos monumentos históricos.	1	2	3	4	5	8	9	(46)
h. Hoje em dia, há muita preocupação com a protecção do património histórico e pouca com os problemas que afectam a vida das pessoas.	1	2	3	4	5	8	9	(47)

P.39. (MOSTRAR CARTÃO 25)

Imagine agora uma situação em que está a ser planeada uma auto-estrada na sua região. Alguns bens patrimoniais correm perigo. Que importância daria à conservação dos seguintes bens:

	Muita importância	Alguma Importância	Pouca Importância	Nenhuma importância	Não sabe (Esp.)	Não responde (Espont.)	
a. Um lugar pré-histórico	1	2	3	4	8	9	(48)
b. Uma igreja medieval	1	2	3	4	8	9	(49)
c. Uma casa rústica com cerca de 300 anos	1	2	3	4	8	9	(50)
d. Uma velha fábrica de destilação	1	2	3	4	8	9	(51)
e. A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos	1	2	3	4	8	9	(52)
f. Uma formação geológica rara	1	2	3	4	8	9	(53)
g. Um lugar de ninhos de aves em extinção	1	2	3	4	8	9	(54)

(MOSTRAR CARTÃO 26)

P.40a. Qual dos seguintes aspectos valoriza em primeiro lugar na apreciação de um monumento?

P.40b. E em segundo lugar?

	P.40a – 1º lugar (55)	P.40b – 2º lugar (56)
A. O valor artístico	1	1
B. O significado histórico	2	2
C. A antiguidade	3	3
D. A paisagem em que se insere	4	4
E. A raridade	5	5
Não sabe (Espontâneo)	8	8
Não responde (Espontâneo)	9	9

P.41. (MOSTRAR CARTÃO 27)

Quanto ao respeito pelo património histórico qual das seguintes afirmações se aproxima mais da sua opinião? (**UMA SÓ RESPOSTA**)

	(57)
A. Na maior parte dos países europeus as pessoas têm mais respeito pelo património histórico do que em Portugal	1
B. Os portugueses têm tanto ou mais respeito pelo património histórico do que os outros europeus	2
Não sabe (Espontâneo)	8
Não responde (Espontâneo)	9

P.42. (MOSTRAR CARTÃO 28)

As pessoas têm várias maneiras de fazer valer os seus direitos. Já alguma vez fez alguma destas coisas?

	Sim, já fez	Não, mas admite fazer	Não, nem admite fazer	Não sabe (Esp.)	Não responde (Espont.)	
a. Escrever uma carta para um jornal	1	2	3	8	9	(58)
b. Contactar directamente um político ou um governante (na rua, por carta ou telefone)	1	2	3	8	9	(59)

c. Assinar uma petição ou um protesto	1	2	3	8	9	(60)
d. Fazer greve	1	2	3	8	9	(61)
e. Tomar a iniciativa de organizar uma reunião	1	2	3	8	9	(62)
f. Colar cartazes e distribuir folhetos	1	2	3	8	9	(63)
g. Participar numa manifestação de rua	1	2	3	8	9	(64)
h. Bloquear uma estrada ou uma linha férrea	1	2	3	8	9	(65)
i. Reclamar por escrito junto de instituições onde foi mal atendido	1	2	3	8	9	(66)
j. Participar em acções ou movimentos de opinião em defesa dos direitos humanos	1	2	3	8	9	(67)

P.43. Gostaria que me dissesse se é membro de alguma das seguintes organizações

	Sim	Não	Não sabe (Esp.)	Não responde (Espont.)	
a. Associação profissional/empresarial	1	2	8	9	(68)
b. Associação desportiva	1	2	8	9	(69)
c. Associação de defesa do património histórico-cultural	1	2	8	9	(70)
d. Associação ligada à educação e/ou cultura	1	2	8	9	(71)
e. Partido político	1	2	8	9	(72)
f. Associação de solidariedade social	1	2	8	9	(73)
g. Associação recreativa	1	2	8	9	(74)
h. Associação de defesa do consumidor	1	2	8	9	(75)

P.44. (MOSTRAR CARTÃO 29)

Sobre a importância ou não de as pessoas participarem em associações, movimentos de opinião ou grupos de pressão, qual das seguintes afirmações se aproxima mais do seu ponto de vista. **(UMA SÓ RESPOSTA)**

	(76)
A. Não há necessidade de haver muitas associações; o que é preciso é haver alguém que tome decisões.	1
B. Nos dias de hoje, a melhor forma de resolver os problemas é participar em associações ou movimentos de opinião.	2
Não sabe (Espontâneo)	8
Não responde (Espontâneo)	9

P.45. Já fez alguma das seguintes coisas?

	Sim	Não	Não sabe (Esp.)	Não responde (Espont.)	
a. Assinou uma petição/abaixo assinado relacionado com questões de protecção/valorização do património.	1	2	8	9	(77)
b. Participou num protesto ou manifestação sobre uma questão relacionada com a protecção/valorização do património.	1	2	8	9	(78)
c. Deu dinheiro a um grupo, movimento ou acção de defesa do património	1	2	8	9	(79)
d. Trabalhou gratuitamente para resolver questões relacionadas com a protecção/valorização do património.	1	2	8	9	(80)

(MOSTRAR CARTÃO 30)

P.46a. A qual destes grupos sente que pertence em primeiro lugar?

P.46b. E em segundo lugar?

P.46c. E em último lugar?

Cart.3	P.46a – 1º lugar	P.46b – 2º lugar	P.46c – último lugar
	(11)	(12)	(13)
A. A localidade ou cidade onde vive	1	1	1
B. A região do país onde vive	2	2	2
C. Portugal	3	3	3
D. Europa	4	4	4
E. Mundo	5	5	5
Não sabe (Espontâneo)	8	8	8
Não responde (Espontâneo)	9	9	9



Inquérito às Associações de Defesa do Património 2002

Exmos Senhores

O Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), através do seu Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), está a realizar um estudo sobre o papel das Associações de Defesa do Património na sociedade portuguesa. Este projecto é financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia. É para esse estudo que pedimos a sua colaboração, agradecendo que responda com a maior atenção e sinceridade às perguntas que se seguem. O anonimato e a confidencialidade serão garantidos.

Certos da vossa colaboração, apresentamos o nosso agradecimento antecipado pelo preenchimento e envio deste Inquérito.

Pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia,

Mestre Manuela Reis
Responsável do Projecto

1. Nome da associação

2. Ano de fundação 19__

3. N.º de sócios individuais _____

4. Âmbito geográfico de actuação (*assinale com X a resposta adequada*):

1. Local ___ 1.1. Zona geográfica (*especifique*) _____

2. Regional ___ 2.1. Zona geográfica (*especifique*) _____

3. Nacional ___

5. Quais as actividades desenvolvidas mais ou menos frequentemente pela associação? (*Assinale com X a resposta adequada, em cada uma das actividades mencionadas de 1 a 10*)

Actividades		Nunca (1)	Rara- mente (2)	Pontual- mente (3)	C/ alguma frequência (4)	Frequente mente (5)
1	Estudo, inventariação e divulgação do património natural e/ou construído					
2	Organização de reuniões científicas respeitantes ao património natural e/ou construído					
3	Divulgação/edição de materiais pedagógico-didácticos ou de resultados de investigação no âmbito do património natural e/ou construído					
4	Organização de cursos de formação e/ou apoio a escolas no desenvolvimento de projectos no âmbito do património					
5	Visitas de estudo guiadas					

6	Apoio a museus locais/sectoriais, regionais ou nacionais ou apoio para a sua criação					
7	Apresentação de denúncias de situações que atentem contra o património natural e/ou construído					
8	Encaminhamento de denúncias de cidadãos					
9	Acções de esclarecimento/formação com vista a fomentar uma nova consciência sobre o património natural e/ou construído					
10	Animação de lugares de património natural e/ou construído					

6. Entre a lista que se segue, indique que itens constituem fonte de financiamento/recursos da associação. (assinale com X a resposta, ou respostas, adequada)

1	Quotização dos sócios	
2	Trabalho voluntário	
3	Mecenato (ou apoio logístico/financeiro de particulares)	
4	Administração Central	
5	Administração Local	
6	Candidatura a fundos estruturais (nacionais ou internacionais)	
7	Prestação de serviços	
8	Organização de encontros, colóquios, conferências	
9	Organização de jogos, espectáculos	
10	Outros	

6.1. Entre os itens que assinalou na resposta anterior, hierarquize por ordem de importância, as três principais fontes de financiamento da associação. (assinale simplesmente o número correspondente a cada item da pergunta anterior)

Principal fonte de financiamento/recursos: _____

Segunda fonte de financiamento/recursos: _____

Terceira fonte de financiamento/recursos: _____

7. Com que frequência se realizam assembleias/reuniões com os sócios? (assinale com X a resposta adequada)

1	Praticamente só para eleições para os órgãos representativos e/ou aprovação de orçamento	
2	Quando se colocam problemas de salvaguarda do património	
3	Reuniões regulares uma vez por mês	
4	Reuniões regulares uma vez por trimestre	
5	Reuniões regulares uma vez por semestre	

8. Como classifica, em termos de presença, a participação dos sócios nessas reuniões? (assinale com X a resposta adequada)

1	A quase totalidade dos sócios participa nas reuniões	
2	Cerca de metade dos sócios participa nas reuniões	
3	Cerca de um quarto dos sócios participa nas reuniões	
4	É difícil mobilizar o número de sócios suficiente para realizar reuniões com regularidade	

9. Com que frequência a associação que representa utiliza as seguintes formas de pressão para expressar as suas pretensões? (Assinale com X a resposta adequada, em cada um das formas de pressão mencionadas de 1 a 12)

Formas de Pressão		Nunca 1)	Raramente (2)	Pontualm ente (3)	C/ alguma frequência (4)	Frequente mente (5)
1	Organizar reuniões e sessões públicas					
2	Contactar e pressionar poderes públicos locais/autarquias					
3	Contactar e pressionar poderes públicos nacionais					
4	Contactar e pressionar poderes públicos da União Europeia					
5	Fazer abaixo-assinados					
6	Escrever nos jornais					
7	Esclarecer/denunciar situações na rádio/TV					
8	Distribuir comunicados à população					
9	Organizar manifestações/protestos					
10	Recorrer à Internet, criando fóruns de debate					
11	Recorrer aos tribunais					
12	Outros,quais: _____ _____					

10. Na sua opinião, qual o grau de eficácia de cada uma das seguintes formas de pressão para a resolução dos problemas que afectam o património? (Assinale com X a resposta adequada, em cada uma das formas de pressão mencionadas de 1 a 12):

Formas de Pressão		Nada eficaz (1)	Pouco eficaz (2)	Mais ou menos eficaz (3)	Eficaz (4)	Muito eficaz (5)
1	Organizar reuniões e sessões públicas					
2	Contactar e pressionar poderes públicos locais/autarquias					
3	Contactar e pressionar poderes públicos nacionais					
4	Contactar e pressionar poderes públicos da União Europeia					
5	Fazer abaixo-assinados					
6	Escrever nos jornais					
7	Esclarecer/denunciar situações na rádio/TV					
8	Distribuir comunicados à população					
9	Organizar manifestações/protestos					
10	Recorrer à Internet, criando fóruns de debate					
11	Recorrer aos tribunais					
12	Outros.Quais: _____ _____					

11. Para a associação que representa, que importância têm os seguintes itens enquanto formas de conhecimento dos problemas que afectam o património natural e/ou construído? (Assinale com X a resposta adequada para cada um dos itens mencionados de 1 a 10):

Formas de Conhecimento		Nada important e (1)	Pouco importante (2)	Mais ou menos importante (3)	Important e (4)	Muito Importante (5)
1	Deslocações, visitas					
2	Contactos com especialistas					
3	Contactos com a população					
4	Contactos/reuniões com outras associações ou movimentos organizados					
5	Contactos/reuniões com Autarquias					

6	Contactos com instituições públicas que intervêm directa ou indirectamente no património					
7	Denúncias dos cidadãos					
8	Estudo ou pesquisa dos associados					
9	Informação proveniente da Comunicação Social					
10	Outros. Quais? _____					

12. Assinale os meios pelos quais é publicitada a existência e a acção da associação:

		Sim	Não
1	Folheto/desdobrável		
2	Endereço em itinerários culturais		
3	Endereço/página na internet		
4	Publicação regular		
5	Outro, qual: _____		

Pedimos-lhe agora a sua avaliação sobre o movimento associativo em Portugal. Há quem afirme que apesar da existência de número significativo de associações em Portugal, a sua acção não tem, em geral, grande impacte na resolução dos problemas do país.

13. Qual o seu grau de concordância com esta afirmação?

1	Discordo totalmente	
2	Discordo	
3	Não concordo nem discordo	
4	Concordo	
5	Concordo totalmente	

14. Em geral, são avançadas diferentes explicações para a fragilidade do movimento associativo em Portugal. Diga em que medida está de acordo com cada uma das explicações que abaixo se enunciam (Assinale com X para cada uma das respostas de 1 a 7, o seu grau de concordância):

	Movimento associativo	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
1	Não existem relações de cooperação entre dirigentes associativos e dirigentes políticos					
2	Não existe coordenação entre a Administração Central, a Administração Local e o movimento associativo					
3	As associações não têm projectos claros e sistemáticos					
4	As associações não promovem iniciativas nem desenvolvem actividades com regularidade					
5	As associações não têm autonomia financeira para promover iniciativas de grande alcance público					
6	As pessoas, em geral, não se empenham em resolver colectivamente os problemas					

7	As pessoas, em geral, não acreditam na importância de participar em associações para obterem resposta às solicitações					
---	---	--	--	--	--	--

Para terminar, pedimos-lhe agora alguma informação sobre a sua situação profissional e a sua opinião sobre algumas questões relacionadas com a defesa do património.

15. Idade _____

16. Sexo: Masculino (1) Feminino (2)

17. Qual a sua ocupação ou actividade profissional? Indique-a.

18. Exerce-a em que situação?

1	Conta própria	
2	Conta de outrem	
3	Outra situação	

19. Qual o grau de escolaridade mais avançado que atingiu?

1	Ensino primário	
2	Ensino secundário incompleto	
3	Ensino secundário completo	
4	Curso médio/profissional	
5	Ensino superior incompleto	
6	Ensino superior completo	

20. Pertence ou pertenceu a outras associações? Sim (1) Não (2)

21. (Só para quem respondeu sim). Que tipo de funções desempenha ou desempenhou nessas associações? (Assinale com X as funções que desempenha/desempenhou):

1	Participa regularmente nas actividades	
2	Vota nas eleições para os corpos gerentes mas não participa regularmente	
3	Dirigente	

22. Da seguinte lista de objectivos nacionais, assinale quais, do seu ponto de vista, deveriam constituir as duas primeiras prioridades do país.

a) Qual deveria ser a primeira prioridade do país? (Assinale com X a resposta adequada em apenas uma das opções).

b) E qual deveria ser a segunda prioridade do nosso país? (Assinale com X a resposta adequada em apenas uma das opções).

Em Portugal devia-se...		1ª Prioridade	2ª Prioridade
1	Manter a ordem no país		
2	Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo		
3	Combater o aumento dos preços		
4	Defender a liberdade de expressão		
8	Não sabe		
9	Não responde		

23. Imagine agora uma situação em que está a ser planeada uma auto-estrada. Alguns bens patrimoniais correm perigo. Qual o grau de importância que atribuiria à conservação dos seguintes bens (Assinale com X a resposta adequada para cada um dos itens mencionados de 1 a 7):

Bens Patrimoniais		Nada importante (1)	Pouco importante (2)	Mais ou menos importante (3)	Importante (4)	Muito Importante (5)
1	Um lugar pré-histórico					
2	Uma igreja medieval					
3	Uma casa rústica com cerca de 300 anos					
4	Uma velha fábrica de destilação					
5	A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos					
6	Uma formação geológica rara					
7	Um lugar de ninhos de aves em extinção					

24. Tendo em vista a protecção e defesa do património construído, que importância atribui aos seguintes valores? (Escolha os três itens que considera mais importantes e hierarquize-os segundo a ordem de importância que lhes atribui, assinalando simplesmente 1º, 2º, 3º).

1	A antiguidade	
2	A autenticidade	
3	O carácter único ou a singularidade	
4	A diversidade cultural	
5	A identidade nacional	
6	As identidades locais	
7	A monumentalidade	
8	O ordenamento do território	
8	O testemunho histórico	
9	O valor artístico	

25. Em relação aos partidos políticos portugueses, diga se tem simpatia por algum ou se não tem simpatia por nenhum dos seguintes partidos (Assinale com X a resposta adequada em apenas uma das opções):

1	Bloco de Esquerda	
2	CDS/PP	
3	CDU/PCP	
4	MRPP	
5	PPD/PSD	
6	PS	
7	Partido dos Verdes	
8	Outro	
9	Não tem simpatia por nenhum	
99	Não responde	



N.º de Quest. _____

Inquérito aos visitantes da Fortaleza de Sagres 2005

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), através do seu Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), estão a realizar um estudo sobre as opiniões dos visitantes acerca do património histórico. É para esse estudo que pedimos a sua colaboração, que agradecemos desde já. Todas as respostas são estritamente confidenciais. Por favor, seja sincero, pois não há respostas certas ou erradas.

Data ___/___/2005

___/___Horas ___/___Minutos

Para começar gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre a visita que acaba de fazer à Fortaleza de Sagres.

P1 É a primeira vez que visita a Fortaleza de Sagres?

Sim	1
Não	2
Se não, quantas vezes já visitou a Fortaleza de Sagres? _____	3

P2 (UMA SÓ RESPOSTA) (NÃO SUGERIR NADA)

Com quem realizou a sua visita? (considera-se a última visita, no caso de já ter visitado outras vezes)

Sozinho/a	1
Família	2
Amigos	3
Família e amigos	4
Grupo turístico organizado	5
Associação. Qual? _____	6

P3 (RESPOSTA MÚLTIPLA) (MOSTRAR LISTA 1)

Dos meios a seguir indicados, diga-nos como tomou conhecimento da existência da Fortaleza de Sagres?

Escola	1
Família	2
Amigos	3
Jornais/ revistas	4
Televisão/rádio	5
Internet	6
Roteiros turísticos	7
Posto turismo /Agência viagens	8
Sinalização	9
Passou por acaso	10

P4 Realizou a visita guiada?

Sim	1
Não	2

P5 Leu o folheto informativo sobre a História da Fortaleza de Sagres?

Sim	1
Não	2

P6 (RESPOSTA MÚLTIPLA) (MOSTRAR LISTA 2)

Da seguinte lista que lhe vou mostrar, diga quais os motivos que o levaram a visitar a Fortaleza de Sagres?

Para passear e relaxar	1
Por acaso, porque passei pela região	2
Porque é um lugar histórico importante	3
Pelo carácter único da paisagem	5
Por hábito de visitar lugares históricos e monumentos	6
Por interesse profissional	7
Outro motivo. Qual? _____	8

P7 Quais os espaços que visitou/viu dentro da Fortaleza de Sagres?

		Visitou	Não visitou
a.	Muralhas da Fortaleza	1	2
b.	Rosa dos Ventos	1	2
c.	Torreão central/ relógio sol	1	2
d.	Igreja	1	2
e.	Centro de exposições	1	2
f.	Promontório	1	2
g.	Lojas	1	2
h.	Restaurante	1	2

P8 (MOSTRAR CARTÃO 1)

Indique-nos qual é o seu grau de satisfação com a visita à Fortaleza de Sagres, relativamente aos seguintes aspectos:

		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
a.	Acesso à Fortaleza	1	2	3	4	5
b.	Interesse histórico do local	1	2	3	4	5
c.	Apresentação dos vários espaços que visitou dentro da Fortaleza	1	2	3	4	5
d.	Preço da visita	1	2	3	4	5
e.	Sinalização e informação dos vários espaços da F.	1	2	3	4	5
f.	Interesse paisagístico	1	2	3	4	5

P9 (MOSTRAR CARTÃO 2)

Vou agora pedir-lhe que me diga qual o grau de interesse que lhe suscitaria a oferta das seguintes actividades no espaço da Fortaleza:

		Nenhum interesse	Pouco interesse	Algum interesse	Muito interesse	Não sabe (Esp.)
a.	Festivais de música, teatro, artes plásticas, gastronomia	1	2	3	4	8
b.	Centro Interpretativo (sobre a História da Fortaleza)	1	2	3	4	8
c.	Organização de visitas a outros monumentos e sítios arqueológicos da região	1	2	3	4	8
d.	Observatório de Astronomia e de Biologia Marinha	1	2	3	4	8
e.	Recriações históricas sobre a época dos Descobrimentos	1	2	3	4	8
f.	Organização de circuitos para observação da paisagem, aves e flora respectivas	1	2	3	4	8
g.	Parque temático com réplicas de navios e instrumentos de navegação da época do Infante	1	2	3	4	8
h.	Apoio a desportos náuticos (pesca, caça submarina, etc.)	1	2	3	4	8
i.	Prolongamento do horário de funcionamento para se poder visitar à noite	1	2	3	4	8

P10 A Fortaleza de Sagres está situada num Promontório. Sabe o seu nome?

Não sabe	8
----------	---

P11 Sabe quem mandou erguer a primeira Fortaleza que existiu neste sítio?

Não sabe	8
----------	---

P12 (MOSTRAR CARTÃO 3)

Há mais de 10 anos, quando se fizeram as obras de recuperação e se proibiu a entrada livre neste monumento, houve uma grande polémica no país sobre o que se deveria fazer. Uns preferiam que tivesse ficado tudo como estava, outros achavam que não se devia fazer alterações num local onde existia um monumento tão antigo. Face à decisão tomada, na sua opinião, qual é o seu grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações:

		Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe (Esp.)
a.	As pessoas devem contribuir individualmente para a conservação deste monumento, pagando a sua visita	1	2	3	4	5	8
b.	A Fortaleza é hoje um exemplo da boa conjugação dos edifícios antigos com os modernos	1	2	3	4	5	8
c.	A proibição de automóveis no interior da Fortaleza é uma medida necessária para a conservação deste sítio histórico-natural	1	2	3	4	5	8
d.	Gastou-se demasiado dinheiro com a conservação deste monumento quando há problemas mais importantes para resolver no país	1	2	3	4	5	8

Vou agora fazer-lhe algumas perguntas sobre assuntos relacionados com o património.

P13 (MOSTRAR CARTÃO 4)

Com que frequência costuma visitar monumentos, museus, ou lugares históricos?

Nunca	1
Raramente	2
Algumas vezes	3
Bastantes vezes	4
Frequentemente	5

P14 Aproximadamente, quantos monumentos, museus ou lugares históricos visitou no último ano?

Número: _____

Não sabe	8
----------	---

P15 Da seguinte lista de bens patrimoniais que lhe vou ler, diga quais se lembra de ter visitado no último ano?

		Visitou	Não visitou	Não sabe (Espont.)
a.	Sítios arqueológicos	1	2	8
b.	Igrejas, Sés, Mosteiros	1	2	8
c.	Castelos ou Fortalezas	1	2	8
d.	Palácios	1	2	8
e.	Museus	1	2	8
f.	Centros históricos	1	2	8
g.	Fábricas antigas	1	2	8
h.	Casas rústicas (de campo) ou quintas de agro-turismo	1	2	8
i.	Aldeias históricas	1	2	8
j.	Parques e reservas naturais	1	2	8

P16 (MOSTRAR CARTÃO 5)

Imagine agora uma situação em que está a ser planeada uma auto-estrada na sua região. Alguns bens patrimoniais correm perigo. Que grau de importância daria à conservação dos seguintes bens:

		Nenhuma importância	Pouca importância	Nem pouca nem muita importância	Bastante importância	Muita importância	Não sabe (Esp.)
a.	Um lugar pré-histórico	1	2	3	4	5	8
b.	Uma igreja medieval	1	2	3	4	5	8
c.	Uma casa rústica com cerca de 300 anos	1	2	3	4	5	8
d.	Uma velha fábrica de destilação	1	2	3	4	5	8
e.	A casa de um poeta famoso que morreu há cerca de 100 anos	1	2	3	4	5	8
f.	Uma formação geológica rara	1	2	3	4	5	8
g.	Um lugar de ninhos de aves em extinção	1	2	3	4	5	8

P17 (MOSTRAR CARTÃO 6)

Quando pensa na conservação ou salvaguarda do património cultural, em que medida acha importante atender aos seguintes aspectos?

		Nada importante	Pouco importante	Nem pouco nem muito importante	Bastante importante	Muito importante	Não sabe (Esp.)
a.	Ao (seu) carácter monumental	1	2	3	4	5	8
b.	Ao (seu) carácter único	1	2	3	4	5	8
c.	À (sua) relação com a identidade nacional	1	2	3	4	5	8
d.	Ao (seu) valor artístico	1	2	3	4	5	8
e.	À (sua) antiguidade	1	2	3	4	5	8
f.	À (sua) relação com a paisagem	1	2	3	4	5	8
g.	À (sua) relação com as identidades locais	1	2	3	4	5	8
h.	Ao (seu) testemunho histórico	1	2	3	4	5	8

P18 (MOSTRAR CARTÃO 4)

Tente lembrar-se quando tinha 12 ou 13 anos. Nessa altura, com que frequência visitava monumentos, museus ou lugares históricos?

Nunca	1
Raramente	2
Algumas vezes	3
Bastantes vezes	4
Frequentemente	5
Não sabe	8

Para terminar, vou agora fazer-lhe algumas perguntas sobre o país e a sua situação profissional.

P19 Em que Concelho reside?

_____ (_ _ _)

P20 Por favor, diga-nos sua idade: _____

P21 Sexo

Masculino	1
Feminino	2

P22 Qual o grau de escolaridade mais elevado que atingiu?

Nunca frequentou o ensino	1
Ensino primário	2
Ensino secundário incompleto	3
Ensino secundário completo	4
Curso médio/profissional	5
Ensino superior incompleto	6
Ensino superior completo	7

P23 Qual a sua condição perante o trabalho?

Exerce profissão	1
Estudante	2
Reformado/a	3
Doméstica/o	4
Desempregado/a	5
Outra situação. Qual? _____	6

P24 a) (MOSTRAR LISTA 3)

Da seguinte lista de objectivos nacionais, qual deveria ser a primeira prioridade do país, isto é, a coisa mais importante a fazer? Por favor, escolha apenas uma das opções:

P24 b) E qual deveria ser a segunda prioridade do nosso país?

Em Portugal devia-se...		1.ª prioridade a)	2.ª prioridade b)
a.	Manter a ordem no país	1	1
b.	Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo	2	2
c.	Combater o aumento de preços	3	3
d.	Defender a liberdade de expressão	4	4
Não sabe (Espontâneo)		8	8

P25 (MOSTRAR CARTÃO 7)

Para se ser um bom cidadão em que medida acha que é importante:

	Nada importante	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Extremam. importante	10	Não Sabe (Esp)	11
b.	Votar sempre nas eleições? ¹⁹²														
c.	Obedecer a todas as leis e regulamentos?														
d.	Ter opinião própria, independentemente da opinião dos outros?														
e.	Trabalhar em organizações de voluntariado?														
f.	Ser uma pessoa politicamente activa? ¹⁹³														

¹⁹² “Votar sempre nas eleições” significa votar em geral, em todos os actos eleitorais.

P26 (MOSTRAR CARTÃO 8)

Algumas pessoas consideram que a sociedade portuguesa está dividida em classes sociais. Em que classe é que o Sr. ou a Sr.^a se incluiria?

Classe baixa	1
Classe média baixa	2
Classe média alta	3
Classe alta	4
Não sabe (Espontâneo)	8
Nenhuma destas	0

P27 (MOSTRAR CARTÃO 9)

Em que medida sente que pertence a cada um dos seguintes grupos geográficos?

		Sinto que não pertença nada	Sinto que pertença pouco	Sinto-me indiferente	Sinto que pertença	Sinto que pertença totalmente
a.	A localidade ou cidade onde vive	1	2	3	4	5
b.	A região do país onde vive	1	2	3	4	5
c.	Portugal	1	2	3	4	5
d.	Europa	1	2	3	4	5
e.	Mundo	1	2	3	4	5

P28 (MOSTRAR CARTÃO 10)

Em política é costume falar-se de Esquerda e Direita. Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Esquerda										Direita

TERMINAR e AGRADECER
 __/__ Horas __/__ Minutos

Observações:

¹⁹³ “Ser uma pessoa politicamente activa” significa ser activo em qualquer grupo de pressão (associação, sindicato, organização, etc.) e não somente em partidos políticos.